

Semanário

Director:  
António Dias Lourenço

Ano 57 - Série VII - N.º 705  
2 de Julho de 1987  
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

# CDU

## O VOTO QUE DECIDE!



DE HOJE ATÉ DOMINGO

### ÁLVARO CUNHAL NO CENTRO E NORTE

Coimbra • Canas de Senhorim • Santar • Viseu • Lamego • Régua  
Vila Real • Telões (Vila Pouca de Aguiar) • Parada de Aguiar  
Dornelas • Borralha • Vieira do Minho • Póvoa de Lanhoso • Fafe  
Guimarães • Taipas • Braga • Guimarães • Creixomil • Pevidem  
Gondar • Serzedelo • Riba d'Ave • Calendário • Barcelos  
Darque • Viana do Castelo • Esposende • Póvoa de Varzim  
Vila do Conde • Porto • Recarei • Rebordosa • Freamunde  
Felgueiras • Amarante • Livração • Penafiel • Lousada • Vizela  
Santo Tirso • Trofa • S. Pedro da Cova



## CDU - campanha da verdade

As eleições legislativas antecipadas — impostas ao País pela solução institucionalmente desnecessária e politicamente incorrecta do Presidente da República para a situação criada pela demissão do Governo de direita Cavaco/PSD — mobilizam já em plena campanha eleitoral, conjuntamente com as eleições para o Parlamento Europeu, as forças políticas e os activistas do leque partidário português, em particular da jovem CDU que com notável dinamismo desenvolve uma vasta acção de esclarecimento e mobilização de massas, intensifica os seus contactos com a população, leva ao povo as suas propostas políticas.

É uma batalha cujos resultados se antevêm como decisivos para os destinos imediatos e a mais dilatado prazo de regime democrático saído da Revolução de Abril.

Dois campos opostos se confrontam na decisiva batalha eleitoral do dia 19: o da democracia, do progresso social, económico e cultural do nosso povo e o da reacção e do retrocesso daquelas componentes essenciais da nossa vida nacional e comunitária.

No momento em que o povo português é chamado a pronunciar-se sobre a futura arrumação de forças no poder é importante definir-se os limites e o carácter destes dois campos opostos da batalha eleitoral.

É de tanto mais importante quanto da parte dos dois partidos — o PS e o PRD — que com o PCP, integrado na CDU, partilham a responsabilidade da necessária e possível derrota da direita se afirmam tendências e propósitos hegemónicos em absoluto irrealistas e redutores da possibilidade que é real de uma grande vitória democrática em 19 de Julho.

A imperiosa necessidade do diálogo, do entendimento, da convergência dos partidos democráticos não exclui antes pressupõe, designadamente da parte do PS e em parte também do PRD, a crítica mais ou menos aprofundada às posições e tendências susceptíveis de inviabilizar o entendimento necessário.

Não podemos deixar de verberar os objectivos e a leitura das forças em presença feita por dirigentes do PS e não podemos aceitar sem crítica as suas concepções bipolarizantes, as suas ambições hegemónicas irrealistas e deslocadas do quadro actual das instituições, os seus apelos à segregação do grande partido da classe operária — o PCP.

Proclamar — como fazem destacados dirigentes do PS e pessoalmente Vítor Constâncio — que a pugna eleitoral de meados de Julho é exclusivamente entre o PS e o PSD, entre Constâncio e Cavaco; cometer mesmo a aberração de apelar à concentração dos votos nos dois partidos; afirmar que as legislativas antecipadas e as

eleições para o Parlamento Europeu do próximo dia 19 são «a terceira volta das eleições presidenciais» e que nelas «o que opõe Mário Soares a Freitas do Amaral é o mesmo que me opõe a mim (a ele, Vítor Constâncio) a Cavaco Silva» são afirmações carecentes de objectividade que não abonam da sabedoria política do secretário-geral do PS. São, além disso, uma falsificação da história e uma mistificação da opinião pública.

Dizer, como Constâncio, que «o voto no PCP é o voto no impasse» arrasta necessariamente à verificação de que o voto no PS é o voto errado, que é um voto favorável a novas alianças do PS com a direita implícito na bipolarização. É, por outro lado, iludir o facto incontestável da intervenção dinâmica dos comunistas em todos os campos de acção para que o País saia do marasmo a que o têm condenado a política e a prática governativas da direita (com ou sem a participação do PS) nos últimos doze anos; para que Portugal vença o seu atraso milenário nos domínios económico, social e cultural; para que vicejem e floresçam os cravos de Abril.

Afirmar também, como o PRD, que este novel partido está em condições de liderar o processo sem os outros partidos democráticos é uma grave falta de realismo, uma avaliação errónea das possibilidades e da força concretas do PRD e uma abstracção das condições em que lhe foi possível formar-se e afirmar-se no quadro político e partidário português.

É cada vez mais no aprofundamento do diálogo, do entendimento e da convergência entre os três maiores partidos do campo democrático, que assenta a possibilidade real — no caso previsível de se manter no fundamental a actual correlação de forças políticas — de pôr definitivamente fim ao governo da direita, de o substituir por um governo democrático com base maioritária, de viabilizar uma alternativa democrática e uma política patriótica que vá ao encontro dos problemas e das necessidades do País.

De facto, a finalidade suprema de derrotar a direita e remetê-la em minoria nas próximas eleições para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu exige das forças democráticas uma definição clara de objectivos e de pontos de convergência e um combate consequente contra o Governo demitido Cavaco/PSD, contra a sua demagogia eleitoralista, contra a sua continuação no caso mais que provável da sua derrota eleitoral, contra as suas violações do estatuto de gestão.

Cavaco definiu ainda no período da pré-campanha as «quatro ideias fundamentais da minha (dele, Cavaco) campanha eleitoral».

A primeira, enunciou ele, «é recordar o traba-

lho positivo do Governo nos seus dezoito meses» de vigência...

Na verdade, o Governo cavaquista que ameaçou à custa do diferencial dos preços de importação e dos preços ao consumidor de produtos de que somos deficitários ou nos foram impostos pelo jogo de interesses monopolistas no mercado português, uma verba superior a 200 milhões de contos, nenhuma medida tomou de mútuo próprio para resolver os graves problemas sociais dos trabalhadores e do «povo miúdo» em geral nem para atacar de maneira sistemática os factores da crise da economia portuguesa.

Foi a oposição democrática e com grande relevo do PCP — e não o Governo e em todos os casos contra o Governo — quem, em termos legislativos, agiu para melhorar as condições de vida do povo, para melhorar a situação da nossa agricultura, a situação da mulher, dos jovens, dos reformados, dos deficientes, para melhorar os serviços de saúde, da assistência social, do ensino, da habitação, para uma efectiva política do ambiente.

O Governo Cavaco Silva/PSD não só recusou e sabotou na prática as decisões soberanas da Assembleia da República, como aproveitando a dissolução da AR, pôs em prática algumas das medidas chumbadas pela maioria dos deputados.

Em vez de aplicar a legislação aprovada para a liquidação do escândalo dos salários em atraso o Governo preferiu incentivar o encerramento das empresas e atirar para o desemprego novos contingentes de trabalhadores.

Em vez do aumento de postos de trabalho e incentivo aos despedimentos em massa e aplicação subserviente das «recomendações» da CEE para a extinção ou a redução da produção de indústrias tradicionais e a frustrada tentativa de impor o «pacote laboral» antioperário.

A oposição fez aprovar a baixa dos preços do leite, dos combustíveis, o aumento das pensões mínimas, o reforço das verbas para o ensino especial das crianças deficientes, a proibição das discriminações salariais dos jovens assegurando-lhes remunerações iguais às dos restantes trabalhadores, a atribuição de um subsídio de desemprego para os jovens equivalente a 3/4 do salário mínimo nacional, a anulação da obrigatoriedade de nota positiva no ensino de Português como condição de passagem de ano, as leis de protecção e contra as discriminações da mulher e várias outras medidas legislativas.

Na campanha eleitoral, derrotar a direita significa também pôr a nu a política antinacional e antipopular do Governo demitido Cavaco/PSD, desmascarar a sua demagogia eleitoralista, combater e impedir as suas violações do estatuto de gestão.

Cavaco faz a sua campanha num carro blindado de 4 toneladas mas é fraca a sua «blindagem» ante a luta dos trabalhadores e do povo.

Com determinação o PCP integrado na CDU não dará tréguas à direita, lutará consequentemente pela convergência e a alternativa democráticas.

A campanha da CDU é a campanha da verdade. Com essa característica fundamental a CDU se apresenta perante o povo.

lário mínimo) e aos jovens desempregados há mais de um ano (o subsídio de 7,5 contos até ao 7.º mês).

Disse Cavaco que os salários reais aumentaram 4% a 5% sob o seu Governo, mas foram os trabalhadores que lutando duramente romperam o tecto salarial de 13%/14% que o Governo queria impor ameaçando com represálias os patrões que dessem aumentos superiores, (9% para a Função Pública) e lutando obtiveram em média aumentos de 17%/18%.

O Governo de Cavaco promoveu o aumento das rendas de casa, constantes subidas de preços que quase anularam os aumentos salariais, desencadeou novas repressões em massa contra os trabalhadores, como agora mais uma vez se verificou na Setenava.

O «trabalho positivo» de 18 meses do Governo Cavaco/PSD só existiu na manipulação da TV e na demagogia da política governante. Não chegaria o espaço que dispomos para o denunciar.

As cedências às intimações da CEE — sempre comunicadas ao povo português como «vantagens para Portugal» — podem ser verificadas nos estragos da nossa agricultura (arranque de vinhas, de olivais, invasão em massa de produtos agrícolas de área estrangeira da CEE, em especial da Espanha) eucaliptização indiscriminada, desequilíbrio acentuado da nossa Balança Comercial; sementeira de miragens na atribuição dos «Fundos», eis os «benfícios» obtidos pelo Governo no âmbito da adesão à CEE de que não somos beneficiários mas contribuintes líquidos.

cremos que é dever das forças democráticas demonstrar aos trabalhadores, aos agricultores, aos jovens operários e estudantes, às mulheres, aos reformados, aos deficientes, a todos os que foram enganados pelas promessas e a demagogia do cavaquismo, que não é na direita que encontram abertura e resposta para a solução dos seus problemas.

Na campanha eleitoral, derrotar a direita significa também pôr a nu a política antinacional e antipopular do Governo demitido Cavaco/PSD, desmascarar a sua demagogia eleitoralista, combater e impedir as suas violações do estatuto de gestão.

Cavaco faz a sua campanha num carro blindado de 4 toneladas mas é fraca a sua «blindagem» ante a luta dos trabalhadores e do povo.

Com determinação o PCP integrado na CDU não dará tréguas à direita, lutará consequentemente pela convergência e a alternativa democráticas.

A campanha da CDU é a campanha da verdade. Com essa característica fundamental a CDU se apresenta perante o povo.

## Resumo

### 24 Quarta-feira

Informa o Instituto Nacional de Estatística que, durante os primeiros quatro meses deste ano, o défice comercial de Portugal em relação aos outros países da CEE mais do que triplicou, tendo o nosso país agravado a sua balança comercial em mais 45,5% relativamente a igual período do ano passado ■ Oscar Lopes, presidente da direcção da Associação Portuguesa de Escritores, alerta para o «risco de extinção por falta de apoio oficial» daquela importante e prestigiada associação ■ Enquanto o cantor brasileiro Ivan Lins, de chegada a Lisboa para uma série de espectáculos, lembra o seu show na Festa do «Avante!», na Casa do Aentejo, o camarada Dias Lourenço denunciava a manobra de Krus Abecasis e de Deus Pinheiro com o objectivo de impedirem a realização deste ano da Festa ■ Em Maputo, no aniversário da independência, o presidente moçambicano Joaquim Chissano apela à unidade nacional, ao combate à Renamo e ao empenhamento popular no programa de reabilitação económica.

### 25 Quinta-feira

Milhares de trabalhadores e activistas sindicais das empresas em situação difícil do sector da metalurgia, metalomecânica e minas manifestam-se frente à residência oficial do Primeiro-Ministro, «acompanhados» por operadores de câmara vídeo em filmagens por conta da polícia ■ Em conferência de imprensa o PCP apresenta o seu programa eleitoral, o mesmo acontecendo com o PS, o PRD e o PSD ■ A CGTP-IM considera que o decreto regulamentar 36/87 de 17 de Junho publicado pelo governo demitido «altera profundamente os requisitos e cálculos do subsídio de doença», retirando a centenas de milhares de trabalhadores o direito de usufruir deste direito ■ Yuri Juvkov, em artigo publicado no Pravda denuncia «certas exigências absurdas» dos EUA relativamente ao acordo definitivo com a URSS sobre os mísseis de médio alcance e que podem impedir a sua conclusão ainda este ano.

### 26 Sexta-feira

PCP, PS e PRD aprovam na Assembleia da República os relatórios da Comissão de Inquérito sobre as actividades do MAP contra a Reforma Agrária juntamente com quatro resoluções, documentação de imediato enviada para a Procuradoria Geral da República e que coloca Álvaro Barreto perante a possibilidade de ser alvo de um processo crime por parte da PGR ■ Segundo os últimos dados, Portugal continua a ter, entre os países da CEE, uma das mais elevadas taxas de inflação, sendo apenas «batido», nestes índices, pela Grécia ■ Em comunicado a CDU acusa o Governo de Cavaco Silva de não ter defendido os

interesses nacionais na questão da lixeira nuclear junto ao rio Douro, em Aldeadavilla, salientando que o executivo ainda não desmentiu um comunicado do governo espanhol garantindo que há muito tempo que havia dado conhecimento às autoridades portuguesas desta lixeira nuclear ■ O CC do PCUS aprova, após dois dias de debate, um documento sobre «as principais disposições de uma reorganização fundamental da gestão económica», bem como a convocação de uma Conferência Nacional do Partido para 28 de Junho do próximo ano.

### 27 Sábado

Com a presença de jovens de Beja, Moura, Setúbal, Barreiro e Lisboa realiza-se na Voz do Operário, em Lisboa, um encontro de jovens desempregados a cumprir programas de «emprego» precário facultados pelos OTJ's que, segundo os intervenientes, «não passam de uma farsa criada



Jovens desempregados em luta

para iludir os problemas reais com que se debate a juventude portuguesa». A iniciativa foi promovida pela Coordenadora de Jovens Desempregados, criada a 7 de Fevereiro deste ano ■ Milhares de portugueses e espanhóis, provenientes sobretudo da região do Douro, concentram-se na velha praça da Ribeira, no Porto, para protestarem contra o projecto do governo espanhol de instalar uma lixeira nuclear a escassos quilómetros da fronteira portuguesa ■ Inicia-se oficialmente a campanha eleitoral para o escrutínio do próximo dia 19 de Julho: 35000 candidatos de 13 partidos e coligações iniciam uma corrida para os 250 lugares da AR e os 24 do Parlamento Europeu ■ O exército afegão apreende, no distrito de Surubi, província de Nabal, mais de 200 minas químicas, armas altamente tóxicas desconhecidas até ao momento.

### 28 Domingo

Adriano Moreira, líder do CDS, inicia a campanha eleitoral do seu partido ajudando a uma missa na Póvoa do Varzim, durante a qual leu uma epístola de S. Paulo. Entretanto os candidatos a deputados pelo PSD pelo círculo de Faro iniciam a campanha em calção de banho pelas praias do Algarve ■ Os jornais noticiam que na passada sexta-feira sete partidos da oposição ao regime fascista de Pinochet constituíram a coligação Esquerda Unida (IU), que substitui o Movimento Democrático Popular ■ Os ministros dos NE dos 12 países da CEE separaram-se em ambiente de grande confusão, sem terem conseguido preparar a agenda do Conselho Europeu, que se inicia amanhã.

### 29 Segunda-feira

Carvalho Osório, da Comissão Inter-sindical (CISE) da Siderurgia Nacional, afirma que «o Governo, cumprindo directivas da CEE, projecta destruir a Siderurgia tendo em vista fazer de Portugal um país importador dos excedentes comunitários que se registam em alguns países da Europa capitalista» ■ Em reunião de Câmara, os vereadores do PCP apresentam uma proposta visando retirar ao presidente



Retirar-lhe competências

da CM de Lisboa, Cruz Abecasis, as competências excepcionais que lhe foram delegadas por deliberação de Janeiro de 1986, aprovada pelos vereadores do CDS, PSD e PS ■ Numa cedência completa às reivindicações da oposição e após três semanas de ininterruptas manifestações populares, o ditador sul-coreano anuncia a próxima revisão da Constituição, eleições presidenciais directas e eleições parlamentares até ao final do ano.

### 30 Terça-feira

Os salários em atraso aumentaram no distrito de Lisboa. Segundo o Sindicato do Comércio (CESL), entre Novembro do ano passado e o mesmo mês deste ano, a soma total passou de 1095 para 2120 trabalhadores, naquelas condições, a quem são devidos 341 mil contos. As empresas devedoras passaram, no mesmo período, de 20 para 31, refere ainda o CESL. ■ Domingos Abrantes afirma em Sesimbra que o PCP e a CDU não darão «cheques em branco a nenhum governo, seja ele qual for, depois das eleições de 19 de Julho». O cabeça de lista por Setúbal, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, falava numa sessão com Carlos Ramalides, número dois da mesma lista, com Maria Santos, de «Os Verdes», e outros candidatos, que se encontraram com os jornalistas. ■ Zita Seabra, candidata CDU por Aveiro, esteve na sessão de apresentação de candidatos por este distrito onde disse confiar no bom senso dos democratas que «sempre souberam diferenciar o secundário do essencial». ■ Na Função Pública da zona centro, os delegados sindicais apontam para a intensificação da luta na defesa dos direitos da classe. ■ «Il Giornale», de Milão, escreve que Portugal corre o risco de se transformar na lixeira da CEE, que mandaria para cá as indústrias que os outros países rejeitam. ■ Parte do Porto um pelotão de ciclistas, que se concentrará depois de amanhã em Lisboa, na continuação dos protestos contra o estacionamento que se encontra a Siderurgia Nacional (ver notícia na secção «Trabalhadores»).

# Semana

**Avante!**

Ano 57 – Série VII

N.º 705

2 de Julho de 1987

2.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

**CAMPAÑA  
ELEITORAL**



## **Vivacidade em todo o País do primeiro ao último dia**

- Festa popular em Lisboa e festival da juventude no Porto na abertura da campanha

Proseguindo um valioso trabalho de esclarecimento e divulgação, desenvolvido nas últimas semanas (concretamente desde Maio), a CDU abriu a sua campanha eleitoral em todo o País num tom de vivacidade e de entusiasmo, marcado pela realização de largos milhares de iniciativas com diferentes características: comícios, debates, acções porta-a-porta, sessões, festas, espectáculos, caravanas, encontros com as populações, convívios, carros de som, distribuição de documentos nas praias, nas feiras, em recintos públicos, etc., utilização de vídeo, actividades desportivas, rádio juvenil.

Envolvendo candidatos, apoiantes e activistas da Coligação, dirigentes e militantes do PCP, de «Os Verdes»

e da Juventude Comunista Portuguesa, os elementos da Associação «Intervenção Democrática» e numerosos de-

mocratas independentes, estas iniciativas da CDU vão continuar até ao fim da campanha eleitoral, procurando sempre que possível o contacto directo com as pessoas, a abordagem dos problemas concretos, a explanação das alternativas e propostas da CDU para a sociedade portuguesa e para as graves situações em que vivem muitos portugueses (desemprego, salários em atraso, exploração do trabalho infantil, dificuldades sérias nas áreas do ensino e educação, cultura, saúde, habitação, meio-ambiente).

A todo o lado está a chegar a mensagem CDU de unidade e de coerência, e também de luta dinâmica pela abertura de um novo caminho na vida do País a partir de 19 de Julho. Portugal não está condenado à continuação das políticas de direita, contrárias aos interesses nacionais, viradas contra o povo, orientadas a favor das multinacionais, dos especuladores, do capital explorador.

Dos muitos exemplos que poderíamos destacar aqui nestas colunas do «Avante!» a propósito da actividade in-

tensa do último fim-de-semana – marcado por uma vaga de calor que fez encher as praias – salientemos por agora as jornadas de Lisboa e do Porto, vividas, respectivamente, junto à Torre de Belém e no Palácio de Cristal. A primeira anunciada como **festa popular** e a segunda como **festival da juventude**.

Em Belém o programa começou logo de manhã. No belo enquadramento da Torre de Belém, aproveitando a brisa fresca do rio e a relva, houve lisboetas que, em vez das «bichas» monstruosas a

caminho das praias, optaram desta vez pelo passeio descontraído «ali» pela zona da Torre de Belém, com muitas crianças a aproveitarem um belo convívio com os pais, libertos das tarefas profissionais da semana. E muita gente até aproveitou para visitar o monumento, olhando depois lá de cima a cidade **do lado de cá e de lá...** com o Tejo a unir as duas bandas com harmonia e beleza.

Ao mesmo tempo, havia quem começasse a preparar



Colecção  
Paz e Socialismo

**POR UM MUNDO  
SEM ARMAS NUCLEARES**

**Mikhail  
Gorbatchov**

Preço 500\$00

edições  
**Avante!**

## Que saudades!

Não sabia que tinha tantas saudades daquilo. O consolo que senti logo na primeira emissão foi elucidativo, mas quando me vi nos serões seguintes a abandonar, sucessivamente, uns pezinhos de coentrada de raspar o xéu da boca, uma apaixonante derrota de bisca que um dos adolescentes de que sou progenitor fazia desabar sobre a minha pessoa e, ainda, uma desenfreada série policial que o Pinto Coelho, muito galo e todo lebre, pôs em simultâneo no 2.º canal para nos afastar da campanha eleitoral do 1.º (é dela que falo, da campanha, não sei se já perceberam), aí compreendi que o que eu tinha mesmo era saudades.

E lá estavam eles de novo, prontos a matá-las.

O primeiro foi aquele senhor muito democrata e muito cristão que anda há uma data de anos atrás de um sinal. Nunca falta e desta vez chegou de óculos escuros, no meio de um jardim provavelmente da celeste a garantir que estava ali para defender os «direitos da pessoa humana», em oposição aos abrilistas de todos os matizes. Senti-me um pouco abatido ao ver-me assim posto fora da carroça dos «pessoas humanas», mas ao recordar-me que o homem estava a falar, no fim de contas, para mim e para os 99,9% dos portugueses que continuam sem ligar devido àquele sinal, senti-me menos besta.

Depois veio o Mário Tomé, agora muito secretário-geral da JDP e, portanto, muito cadeiralmente plantado no meio de umas bancadas de figurantes. Garantiu-nos que estava ali para dizer a verdade ao povo e, a prová-lo, mostrou-nos logo de entrada a UDP figurada num discurso seu pronunciado perante a gigantesca multidão que eu próprio vi no Rossio, nas comemorações do passado 25 de Abril. Só espero que as centenas de milhares de democratas que lá estiveram comigo (e com ele) não tenham perdido o programa, se não ainda hoje não sabem que estão todos inscritos na União Democrática Popular.

Como isto de «verdade para o povo» em tempo eleitoral é um saco sem fundo, tomei moderadamente a dose que me ofereceu o Tomé e reservei espaço para o fornecedor seguinte. Cujo foi — ó surpresa! — o MDP. Um MDP novinho em folha, tão novo que descobriu e veio ensinar, no meio de muita água em «zoom» e frescura a dar com um pau, que a melhor maneira de unir os democratas é pô-los a votar cada um para o seu lado. Fiquei um pouco baralhado, mas ao seguir a inesperada linha de argumentação e verificar que ela assenta numa «visão jovem», fiquei mais sossegado. Trata-se de algo realmente novo, diria mesmo ao nível da puericultura.

Ainda estava a digerir tantas novidades, quando me caiu «mais» em cima. Não, não, é mesmo um «mais» todo senhor de si, advérbio que virou adjectivo ou, se preferirem, um mais que mais. Trata-se da consigna eleitoral do PRD, um **mais** a todo o vapor por aí fora: mais democracia, mais honestidade, mais competência, mais verdade, mais Portugal. Mais a mais, um mais que cumpre, quanto mais não seja a fazer de menos como se viu nos últimos 18 meses, onde o Governo de Cavaco Silva se aguentou nas canetas só graças ao apoio do PRD. Aí é que foi **de mais**, caramba!

Mas eis que surge uma variação, nada de mais, nem menos, nem verdades novas ou velhas. Apenas **utilidade**. A utilidade do voto. O voto que é útil e o voto que o não é. Uma coisa muito utilitária, que só podia ser servida pelo PS, o tal partido que tem sempre direcções políticas totalmente viradas para o futuro — de tal modo que se esquecem completamente do que fizeram no passado. Pois o PS de Constâncio escolheu precisamente o Alentejo para ir falar do «voto útil». Que neles é que é. Isto com balancear em bicos de pés do secretário-geral, verdadeiramente irresistível. O pior foi o argumento: voto útil no PS «porque o PS é que está mais próximo do poder». Ora o mal é precisamente esse! E o Alentejo, ao contrário do PS, não esquece o passado quando olha o futuro...

Ainda pude ver o PSD em campanha para o Parlamento Europeu, mas aí tive dificuldade em compreender que aquilo era propaganda de um partido, no uso do tempo de antena oficialmente reservado. Na verdade como é que eu podia adivinhar que o PSD tinha helicópteros e aviões para tirar aquelas magníficas vistas aéreas de vários pontos do País, que possuía meios técnicos audiovisuais para aqueles primores de efeitos especiais, que Cavaco Silva, ao ser cumprimentado lá nas cêées por tudo o que eram chefes de Estado e de Governo, o estava afinal a fazer na condição de dirigente do PSD, filmado pela equipa técnica eleitoral do seu partido e, ainda por cima, convencendo aquela gente toda a fazer campanha pelo PSD?! Na verdade aquilo não é um rico partido, mas um partido rico. Até parece a RTP!

Que — abençoada seja! — ainda nos vai proporcionar muitas mais alegrias como estas!

■ H. C.

## Nacional



## Entusiasmo = CDU

os pic-nics, porque ao ar livre o apetite aperta mais cedo. Depois, já ao princípio da tarde surgiria o espectáculo, sob um sol radioso, a exigir água fresca para as gargantes secas da assistência e do palco.

Aqui, as apresentações a serem feitas por Henrique Viana. Primeiro, os Rádio Macau, depois Jorge Palma e a fechar Carlos Mendes. Boa música na Torre de Belém, num espaço idealizado com imaginação e criatividade, como os nossos leitores terão oportunidade de constatar nas fotos que publicamos neste caderno. O recurso ao pano branco erguido em forma de velas, e devidamente enquadrado na Torre, introduziu elementos de frescura e coerência estética com o local, a paisagem e o tema histórico que a zona ribeirinha junto à Torre desperta de imediato.

Aproxima-se a hora do comício. Lá ao fundo, na estrada

paralela à via férrea e na Av. 24 de Julho, surgem caravanas da CDU, recebidas com muitos aplausos e que vêm engrossar a assistência do comício. Há que não aguento o sol, procurando a sombra acolhedora. Também dali poderão acompanhar as intervenções dos candidatos, que uma vez na tribuna recebem vibrantes ovações. Como as da juventude, que entoa palavras de ordem e «cânticos», agitando também muitas bandeiras da CDU não só entre o auditório como no palco, por detrás dos candidatos.

O ambiente é de festa e de confiança, — não há «velhos do Restelo!» — e os jornalistas que acompanham a iniciativa apercebem-se disso e comentam o facto entre si...

Cabe a Fernanda Mateus, sindicalista e dirigente do Movimento Democrático de Mulheres (MDM), a interven-

ção na abertura deste comício. Apresenta um balanço das acções realizadas durante a pré-campanha, com números significativos.

Em nome da **Esquerda Revolucionária** falou **António Louçã**, seguindo-se **Clara Cardoso**, dirigente da JCP, ligada ao Ensino Superior. Da Associação «Intervenção Democrática», falou em Belém o jornalista e deputado **Corregedor da Fonseca**. Depois foi a vez de **Anselmo Aníbal**, independente, seguindo-se o dirigente do partido ecologista «Os Verdes», **Herculano Pombo**. Finalmente, a palavra foi dada a **Álvaro Cunhal**, secretário-geral do PCP e cabeça de lista da CDU por Lisboa.

Noutras páginas deste caderno apresentamos aos nossos leitores passagens significativas das intervenções proferidas em Belém pelos candidatos da CDU.



## Porto, a juventude está a passar por aqui!

No último domingo a cidade Invicta, como já aludimos, também conheceu a animação de uma grande jornada CDU. Especialmente dedicado à juventude, o festival do Palácio de Cristal, contou com a actuação de vários grupos, registando ainda breves intervenções do cabeça de lista, Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do PCP, e António Vieira, um dos jovens candidatos da CDU.

Como salientou Carlos Costa, nas listas da CDU participam 42 jovens e a CDU garante à juventude que serão eleitos deputados jovens que na AR serão sempre porta-vozes dos interesses e anseios da juventude.

Na CDU cabem todos os jovens que querem lutar contra o desemprego e por uma justa política de emprego — afirmou o cabeça de lista, que prosseguiu:

Na CDU cabem todos os jovens que querem estudar e que querem que o insucesso escolar seja combatido, que querem que o ensino se torne interessante e ligado à vida.

Na CDU cabem todos os jovens que querem um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado.

Na CDU cabem todos os jovens que querem lutar contra a construção da lixeira nuclear da CEE em Alameda-Vila. Na CDU cabem todos os jovens que querem lutar pela resolução dos problemas da habitação e da Saúde.

Na CDU cabem todos os jovens que querem democratizar o acesso à criação e fruição cultural e à prática do desporto.

Na CDU cabem todos os jovens que querem lutar pela justiça social, o regime democrático, contra a sujeição de Portugal à CEE e pela dignidade e independência nacional, pela paz e a amizade entre todos os povos do Mundo.

Por isso, nós dizemos que o voto seguro, certo e útil da juventude, na juventude, é o voto na CDU. E por isso também, o voto na CDU é o voto que decide.»

Nacional

# «Há fortes razões para ter confiança»

## Mais de 100 comícios com Álvaro Cunhal na pré-campanha

«A forma como as coisas têm decorrido até aqui permitem-nos concluir que o balanço da pré-campanha é altamente positivo. A nossa mensagem chega a camadas sociais cada vez mais amplas. Há uma melhor definição dos problemas e uma maior consciência acerca dos responsáveis pela situação em que se encontra o País. Há muito entusiasmo e confiança. E estamos na batalha para ganhar e não para perder». Proferidas no último sábado, a poucas horas da abertura oficial da campanha, as palavras são do secretário-geral do PCP. No seu estilo habitual, dialógante, bem humorado, Álvaro Cunhal procedia assim à avaliação do trabalho desenvolvido no decorrer da poderosa jornada de acção política e esclarecimento que mobilizou sem descanso, por todo o País, nas últimas semanas, milhares de comunistas e outros democratas seus aliados no quadro da pré-campanha para as eleições de 19 de Julho próximo.

Estava-se no Seixal e cumpria-se a última etapa de mais uma maratona de esclarecimento iniciada logo pela manhã na vila de Alcochete, acção que se desdobraria durante todo o dia em sucessivos contactos com as populações do Montijo, Alto da Guerra, Pontes, Sado,

de várias denúncias e relatos onde surgiram quase sempre como pano de fundo os casos de asfixia económica de algumas empresas, a repressão patronal, os despedimentos, as dificuldades dos reformados e dos jovens, a degradação das condições de vida, do ensino e da saúde.



Seixal

mandar os filhos para casa de familiares» e de viver com a «água e a luz cortadas» durante os dezoito meses em que a sua empresa (Sado Internacional) esteve encerrada e com salários em atraso. Sérgio Pinto, ex-presidente da Câmara do Montijo e actual candidato à Assembleia da República, citou por seu turno no comício realizado naquela cidade a situação de galopante degradação em que se encontra o hospital distrital cuja maternidade, por exemplo, tem os dias contados tal como já sucede, aliás, com várias especialidades médicas e com os serviços de urgência.

### Prestígio do PCP

Alvo preferencial das calúnias e da demagogia do Governo de Cavaco Silva — e pese embora a sua nefasta acção — o distrito de Setúbal regista porém indicadores que constituem motivo de legítimo orgulho para as populações e que resultam quase exclusivamente do seu esforço e empenho conjugado com a acção das autarquias. Na Cruz de Pau, já ao fim da tarde, Jorge Silva, candidato pela CDU, recordou a propósito o facto de não existir exploração de mão-de-obra infantil no distrito, os níveis das redes de electrificação, abastecimento de água, esgotos e saneamento serem

os mais elevados do País, os índices de mortalidade infantil serem os mais baixos e o de insucesso escolar se situar também num valor que é considerado o mais baixo de todo o território nacional.

Estes factos não são naturalmente alheios ao trabalho dedicado e competente desenvolvido pelos comunistas e outros democratas seus aliados nos órgãos de Poder Local, uma obra e um esforço que são hoje reconhecidos e que estão intimamente associados no fim de contas ao prestígio e influência que de há muito o PCP disfruta em todo o distrito de Setúbal, seja nas zonas fortemente industrializadas, seja no Sul de predominância agrícola, seja ainda na sua faixa litoral vocacionada para as pescas e turismo.

Reveladores deste apoio e da influência do movimento



Quinta do Conde



Cruz de Pau

operário foram ainda as manifestações de entusiástico acolhimento já referidas — quer nos comícios realizados, quer à passagem da caravana — merecendo nota de registo a forma festiva como os moradores de S. Sebastião, em Setúbal, no local do comício, engalanaram as suas varandas e janelas, ou o apoteótico desfile entre uma compacta massa popular que percorreu uma das ruas centrais do Seixal após o magnífico comício realizado no coração da vila, em plena festa de S. Pedro, seu padroeiro.

### Apoio popular

Depois de estar presente em mais de cem comícios — número ligeiramente inferior aos que ainda contarão com a sua presença —, de ter percorrido milhares de quilómetros e de contactar muitos milhares de homens, mulheres e jovens por todo o País, o secretário-geral do PCP terminava assim, da melhor maneira, no último sábado, no Seixal, a primeira fase da batalha de esclarecimento em curso.

E a verdade é que pelo trabalho efectuado, pelas adesões suscitadas, pelo apoio recebido, pela forma como foram acolhidas as propostas da CDU, em suma pelo que foi dado observar, existem razões, e razões fortes, para o saudável optimismo que hoje percorre militantes e organizações do Partido por todo o País.

Pelo volume de propaganda produzido e pelo número de iniciativas realizadas, pode mesmo afirmar-se que se esbateu consideravelmente a fronteira entre a campanha eleitoral e o período que a precedeu, ou seja, como salientou o dirigente comunista, quase não se deu pela entrada oficial da batalha eleitoral.

A vigorosa acção de massas levada a cabo — de onde se evidenciou de novo uma notável capacidade de mobilização e organização — estará ainda porventura na origem de alguns sintomas de preocupação por parte das forças de direita — a destruição de propaganda é disso exemplo —, nervosismo que é revelador afinal da sua fraqueza e falta de confiança.

Ajustando as questões centrais do momento presente à realidade local, Álvaro Cunhal não deixou de passar em revista nas suas intervenções aspectos tão importantes como as consequências da política de direita, o comportamento dos outros partidos democráticos, a posição do Presidente da República, a importância da actual batalha de esclarecimento e os objectivos eleitorais da CDU.



Alcochete

S. Sebastião, Azeltão, Quinta do Conde e Cruz de Pau.

Ao todo foram onze comícios (uma paragem por exigência da população do Faralhão levou à realização de um outro não previsto no apertado programa), em outras tantas localidades, ao longo de um dia abrasador, onde invariavelmente se repetiram como tónicas dominantes as manifestações de estima e apreço, um acolhimento entusiástico, uma apreciável presença de jovens e, sobretudo, renovadas provas de confiança na obtenção de um bom resultado eleitoral que possibilite a necessária solução democrática que dê resposta aos problemas do povo e do País.

### Problemas por todo o lado

Com esta sua deslocação ao distrito de Setúbal — a terceira num relativamente curto espaço de tempo — Álvaro Cunhal concluiu a cobertura da quase totalidade deste importante círculo eleitoral, uma região fortemente penalizada em todas as áreas da sua vida económica e social pelos efeitos de uma desastrosa política de direita.

Isso foi visível de resto ao longo do percurso, através

de Elisa Maria Gomes, no comício em Praias do Sado, depois da intervenção do dirigente comunista, pediu a palavra e numa vigorosa intervenção lembrou a dramática situação de muitos trabalhadores que «tiveram de

«Depende de uma forte votação na CDU atirar Cavaco para a rua e formar um governo democrático»

«É necessário que todos os que estão de acordo connosco façam também a sua campanha. Não há ninguém que não tenha familiares, amigos, vizinhos que ainda não estão esclarecidos. Há que convencer quem não está convencido»

«Quem estiver longe da sua residência, a passar férias, deve encontrar as formas de vir votar. As eleições ganham-se ou perdem-se por um voto. Que ninguém falte a 19 de Julho»

«Damos garantias de cumprir a nossa palavra. Não somos gente de duas caras. A nossa luta e o nosso passado são o melhor crédito para a mensagem que dirigimos ao povo português. Os candidatos CDU que forem eleitos saberão cumprir os seus compromissos, defender na Assembleia os interesses dos trabalhadores e do País. Saberão ser merecedores da confiança dos seus eleitores»



S. Sebastião



Montijo



Azeltão

Nacional

# Fim-de-semana em discurso directo

## Uma política para portugueses

(...) «Não estabelecemos um muro entre aqueles que têm votado nos partidos democráticos e aqueles que têm votado nos partidos de direita».

(...)

«Muitas vezes temos apresentado como exemplo, que se diante de nós estão cinco reformados, um que votou no CDS, outro que votou no PSD, outro que votou no PS e outro no PRD e outro em nós, porventura nós defendemos só os interesses do reformado que votou em nós? Porventura nós defendemos que só tenham uma reforma condigna que lhes permitam alimentar-se, vestir-se, calçar-se, pagarem o medicamento que necessitam aqueles que votam na CDU, ou que estão dispostos a votar na CDU? Nós dizemos que não. Nós queremos que haja uma boa reforma para todos os reformados, para todas as pessoas idosas, que têm problemas sérios na sua vida, votem eles em quem votarem, tenham ou não votado em nós. E quem diz os reformados diz os trabalhadores, diz os jovens, diz os agricultores, e todos aqueles que têm graves problemas provocados pela política da direita».

(...)

## O voto perdido

(...) «Se falei no voto errado, o voto nos partidos da direita, no voto no engano, o voto chamado «voto útil» no PS, o voto na incerteza, no PRD, também é necessário falar no voto perdido. E o voto perdido é naqueles partidos democráticos, da área democrática, que se apresentam praticamente em todos os distritos sem terem qualquer possibilidade de aí eleger qualquer deputado. São votos perdidos para a democracia e nós fazemos um apelo para que reflitam, aqueles que se encontram nesses partidos, e para que vejam bem a contribuição que podem dar não para a eleição de candidatos da democracia, mas para a eventual eleição de candidatos da direita.» (...)

## O Parlamento Europeu

(...) Eleições para a Assembleia da República. Eleições para o Parlamento Europeu. São no mesmo dia. São duas campanhas, é uma só campanha e o objectivo entrelaça-se de umas eleições e de outras.

Aqueles que estamos na CDU, no essencial, estivemos contra a integração de Portugal na CEE. O Parlamento Europeu é um parlamento dos países da CEE. Portugal tem pouco mais de 20 deputados, são quinhentos deputados na totalidade. Mas é necessário aí levar a voz do nosso país e não daqueles que mais do que portugueses parece que são europeus. São europeus antes de serem portugueses, nós somos portugueses antes de sermos europeus. E é a voz de Portugal que interessa levar ao Parlamento Europeu e não aqueles que capitulam ante interesses estrangeiros e que sacrificam a nossa agricultura, sacrificam a nossa indústria, sacrificam as nossas pescas, sacrificam a nossa capacidade de decisão soberana quanto à nossa política agrícola, industrial ou de pescas, a interesses dos países desenvolvidos da CEE. Ninguém melhor que os candidatos da CDU no Parlamento Europeu defenderão os interesses de Portugal e dos portugueses, defenderão a nossa soberania e a nossa independência nacional.

«Não são aqueles que defenderam a assinatura de tratados de acordos altamente lesivos dos interesses dos portugueses e lesivos de tal forma que já hoje, quando abordamos não apenas em termos gerais, mas no concreto, os efeitos da integração de Portugal na CEE, nós sentimos na nossa indústria, na nossa agricultura, nas nossas pescas, o que representam de ruinoso para o nosso país e para a nossa independência nacional, os tratados e os acordos firmados pelo governo.

«Por isso insistimos também que, nas eleições para o Parlamento Europeu, que têm lugar no mesmo dia 19 de Julho, o voto certo, o voto seguro e o voto que decide da voz de Portugal, da voz dos interesses portugueses no Parlamento Europeu, é também o voto na CDU, é a eleição dos candidatos da CDU para o Parlamento Europeu.» (...)

Álvaro Cunhal no comício de Belém — 28 de Junho/87



Sacavém



Pontinha

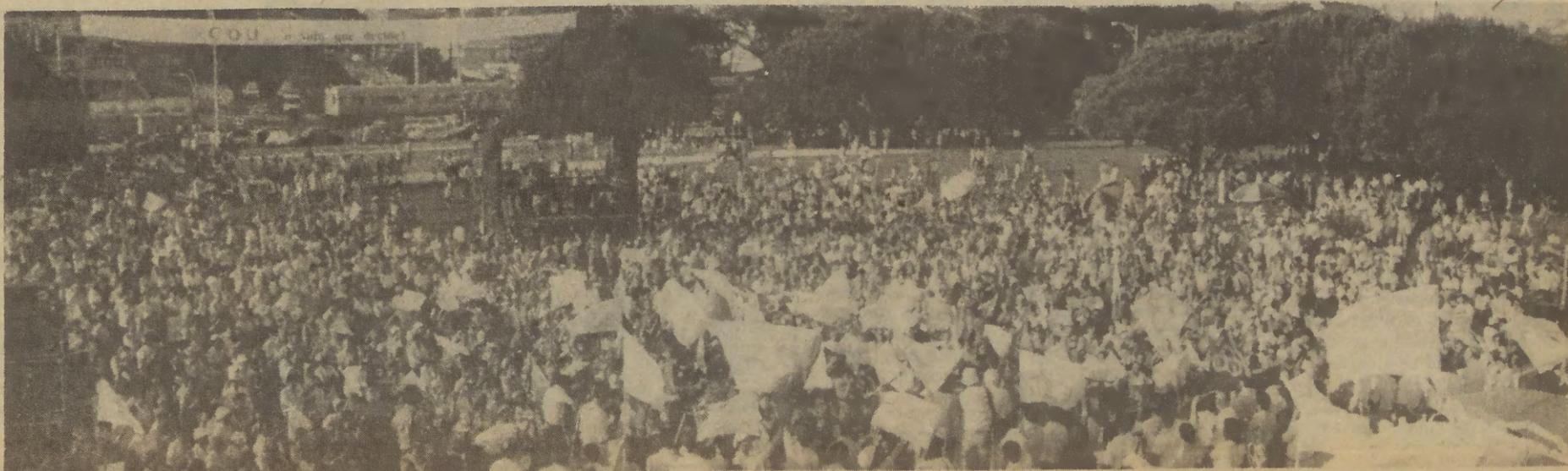


Sintra



No último domingo, primeiro dia oficial da campanha eleitoral, o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, antes do comício na festa popular de Belém, participou em iniciativas de contacto com a população em Sacavém (junto ao edifício do mercado e da JF), na Pontinha (no largo de S. João) e, já ao princípio da tarde, em Sintra (no Parque dos Plátanos). Questões gerais em foco na batalha eleitoral de 19 de Julho e aspectos concretos da situação naquelas localidades foram abordadas pelo dirigente comunista, que salientaria a necessidade de esclarecimento e diálogo junto dos eleitores que se têm iludido com as promessas da direita.

Na Pontinha, por exemplo, Álvaro Cunhal observaria que os 2500 votos no PSD e 600 no CDS, registados em anteriores eleições, não podem ser de inimigos da democracia, mas de muitas pessoas enganadas — jovens, reformados, mulheres, trabalhadores. Como afirmou o cabeça de lista da CDU por Lisboa há que ir ao encontro destas pessoas e esclarecê-las.



Nacional

# Isto hoje vai nas calmas?!...

Uma das características da campanha de Álvaro Cunhal nestas eleições tem sido a pontualidade — aliás célebre, como se sabe desde há muito. Mas lá que às vezes é difícil mantê-la, isso é. Todos os dias e cada vez mais as «breves passagens» se transformam em longos encontros e os «pequenos encontros» em grandes convívios, virando de pernas para o ar o programa das deslocações do secretário-geral do PCP e transformando o que já é uma corrida contra o tempo e os quilómetros, numa azáfama permanente de horários a escaparem-se por tudo o que é multidão. Que está em todo o lado por onde passa Álvaro Cunhal.

Na passada sexta-feira a jornada até nem era assim

do outro mundo, se comparada com os também célebres «esticções» que caracterizam as presenças do secretário-geral do PCP em campanhas eleitorais. A gente olhava o programa e lia: «17.00, Benfca, junto ao café Nilo (passagem); 18.30, Hotel Altis (encontro com trabalhadores de serviços); 20.30, Casa do Alentejo (jantar-convívio com intelectuais). Visto assim, era canja e o jornalista comentava para os seus botões: «Só três coisas, bom! isto hoje vai nas calmas!»

Nas calmas?!...

A tal «passagem» por Benfca, num largo onde está instalado o «Espaço Jovem CDU», começou de facto com uma breve intervenção do orador — 10 minutos de concisa explanação do que

está em jogo nestas eleições — só que se lhe seguiu qualquer coisa como **90 minutos de diálogo** com a população presente! E sublinhamos o diálogo. Mais uma vez o microfone viajou de mão em mão e os problemas pessoais, concretos, dos cidadãos ganharam voz na rua, esbracejando dificuldades e virando-se para Álvaro Cunhal como quem interpõe recurso.

Vendedores ambulantes apontavam uma carrinha da polícia municipal estacionada ao longe (retirar-se-ia pouco depois) que, a mando de Abecasis, estivera minutos antes em «missão de multa» (Álvaro Cunhal denunciaria, a propósito, outras prepotências da gestão de Abecasis, nomeadamente a guerra ilegal e suja contra a propaganda da CDU na cidade, acrescentando: «Talvez agora os vendedores que ali estão a ser autuados percebam por que aqui estamos»); foi denunciada a actuação corrupta do ex-presidente da Junta de Benfca, eleito pelo PSD, apontados diversos problemas vividos pelas pessoas.

Entretanto, o orador sublinhou a inutilidade do voto no PS, a necessidade de recuperar os 1500 votos perdidos pela APU em 1985 a favor do PRD, para este viabilizar, posteriormente, o Governo de Cavaco durante ano e meio e a urgência de uma votação em massa na CDU como único garante da prossecução de uma política progressista. Foi com manifesto



No jantar-convívio com intelectuais

pesar da multidão que o secretário-geral se retirou, já com os horários completamente subvertidos. A chegada ao Hotel Altis fez-se com quase 20 minutos de atraso!

Atraso que só aguçou ainda mais a expectativa e o entusiasmo com que os mais de 200 quadros do sector de serviços aguardavam, numa ampla sala de conferências do Hotel, a chegada do orador. E Álvaro Cunhal explicou o atraso, contando como o microfone andou de mão em mão, dando voz aos problemas das pessoas. E reflectiu: «As pessoas dizem com muito mais rigor o que se passa que nós, que andamos na campanha,

por isso esta deve ter uma dinâmica que tenha em conta os problemas concretos das pessoas.» E, mais uma vez, o diálogo se instalou, apenas um pouco mais organizado no esquema dos blocos de perguntas e respostas, desaguando em temas tão diversos como a especulação bolsista, a demagogia da «redução de impostos» do Governo, as novas tecnologias, o compadrio que o Governo desenfreadamente pratica na Função Pública, etc. Um «et coetera» que fez de novo «tremar» os horários, embora isso não se notasse muito na etapa seguinte, dada a flexibilidade característica do jantar-convívio, com as pessoas espa-

lhadas pela sala (atafuhadas, para sermos mais exactos no caso vertente), conversando e consumindo uma refeição volante, com o orador comendo talvez com atraso mas, sem dúvida, bem a tempo de ser envolvido por um manifesto ambiente de entusiasmo. Bem patente um pouco mais tarde, durante as intervenções proferidas por quatro candidatos CDU a Lisboa (Rogério Fernandes, do PCP, Dulce Rebelo, da Intervenção Democrática, António Louçã, da Esquerda Revolucionária e Herculano Pombo, dos Verdes) e a que Álvaro Cunhal proferiu, encerrando uma sessão participadíssima e confiante.



Durante o encontro com trabalhadores de serviços em Lisboa, na passada sexta-feira



Captado ontem pelo nosso fotógrafo (numa manhã muito quente mas não muito apropriada para tirar «bonecos» na zona do Tejo, devido à neblina), eis o painel gigante da CDU, executado por activistas de Lisboa na margem sul do rio, concretamente em Almada/Cacilhas. De proporções gigantescas, o mural é claramente visível em Lisboa, do Terreiro do Paço à zona de Belém, desde o dia de abertura oficial da campanha eleitoral

## Declaração de Carrington da Costa em apoio da CDU

O jornal CDU de Coimbra publicou recentemente a seguinte declaração de Carrington da Costa, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (independente) e subscritor do «movimento Coragem»:

«As próximas eleições vão escolher uma Assembleia da República que poderá introduzir alterações na Constituição. É correcto e necessário corrigir periodicamente a lei fundamental para ela melhor se ajustar à evolução da sociedade portuguesa, mas perfila-se no horizonte o risco da sua profunda alteração que a desfiguraria ao ponto de, na prática, a substituir por outra de sinal contrário.

Os avanços da direita têm sido, frequentemente, fruto de erros de alguns sectores da esquerda e do seu desentendimento que, não raro, resultaram de uma luta partidária mal entendida e pior orientada, no sentido do eleitoralismo, esquecendo a consolidação do regime.

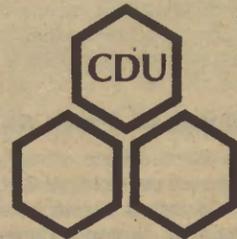
A governação do País não pode esquecer o peso e representatividade dos partidos e coligações e é ingénuo fingir ignorar um deles para, em seguida, o responsabilizar por todos os males que

os deuses e os homens fizeram cair sobre nós.

Os entendimentos anteriores entre forças democráticas e a direita foram sempre efémeros e resultaram em evidentes prejuízos que, aliás, eram facilmente previsíveis.

Para suster os avanços da direita, para evitar emendas constitucionais desastrosas, para que a esquerda se apresente, enfim, como uma força que encontrará as soluções necessárias para os urgentes problemas do nosso país, é importante que a CDU reforce as posições que a APU tinha alicerçado, congregando democratas, comunistas ou não.»

(Transcrito na íntegra do jornal CDU/Coimbra)



## Nacional

## Belém, no 1.º dia da campanha

## A palavra aos candidatos

## Fernanda Mateus

(...)  
De 24 de Maio a 21 de Junho realizaram-se, no distrito, 208 iniciativas (comícios, mini-comícios, sessões de esclarecimento, convívios, almoços e jantares de apoio, espectáculos, etc.) que contaram com a presença de mais de 37 mil pessoas.

Avançámos decididamente no esclarecimento e divulgação do nosso projecto, símbolo e sigla, dando um bonito rosto CDU a todo o nosso distrito.

Afixámos 41 placards, 4 torres, pintámos 453 murais, colocámos 309 panos e 593 pendões, montámos 349 bancas, organizámos 52 porta-a-porta e 79 distribuições em caixas do correio e 176 distribuições em mercados e outros locais de grande circulação, enchemos as ruas de alegria com as nossas palavras de ordem e a nossa linda «Carvalhesa», tendo realizado mais de uma centena de acções de carros de som.

Esta nossa dinâmica tem de continuar e mesmo de se reforçar, pois ela é a melhor garantia de que, em 19 de Julho, possamos dar uma contribuição decisiva, a nível do nosso distrito, para a derrota da direita, mantendo-a em minoria na AR, para uma alternativa democrática e, como condição essencial, para uma massiva votação na CDU!

## António Louçã

(...)  
Para os políticos burgueses, o que é moderno é o capitalismo selvagem, onde não há garantias de salário digno nem de emprego certo para ninguém. Cavaco Silva não inventou nenhum modernismo que Reagan e Thatcher não tivessem experimentado muito antes dele,

com o brutal aumento que isso trouxe na exploração dos trabalhadores dos seus países e do Terceiro Mundo. Quando o seu sistema começa a meter água, todos os políticos burgueses tratam de defender os lucros por meio dos despedimentos, do trabalho precário e dos salários de miséria.

(...)  
A Esquerda Revolucionária participa na campanha da CDU, que é incontestavelmente a única coligação representativa do movimento operário, porque é uma forma de os trabalhadores votarem em si próprios e não em governos do grande capital.

O voto na CDU é um voto da nossa classe para se fazer respeitar e para se fazer temer. É um voto nos nossos sindicatos, nas nossas Comissões de Trabalhadores, é um voto para encorajar os activistas e delegados da nossa classe, para reanimar os plenários de empresa e as reuniões de secção.

É um voto para apoiar até às últimas consequências a mobilização e as greves como a que os trabalhadores da Petroquímica e Gás de Portugal discutem neste momento. São estas lutas que hão-de sacudir mesmo o mais reaccionário governo cavaquista. A Esquerda Revolucionária apela ao voto na CDU, consciente de que esse é o único meio de contribuir para que o movimento operário saia destas eleições com mais força para a luta.

## Clara Cardoso

(...)  
Durante a pré-campanha, fomos a escolas, a cantinas, a empresas, fomos a meetings e a comícios, fizemos a Festa Nacional da Juventude no Parque Eduardo VII, por onde passaram cerca de 5 a 6 mil jovens e onde nos encontrámos, cantámos, dançámos e trocámos ideias.

Temos convivido com muitos jovens que, por todos os problemas e incertezas que enfrentam no seu dia-a-dia, vêem por vezes o futuro mais negro e sentem-se desmotivados. Mas, quando afirmamos com vontade e confiança que «Queremos Ser Felizes», esses jovens interessam-se, porque a última perspectiva a ser perdida é sempre a da felicidade; quando discutimos as suas preocupações, esses jovens ouvem-nos, porque partilhámos os mesmos problemas; quando divulgamos as nossas propostas e soluções concretas, esses jovens entendem-nos, porque temos estado ao lado deles, em todos os momentos, na luta para os resolver.

É e nessa luta que vamos continuar a estar! Porque queremos estudar, sem selectividade! Porque queremos trabalhar, sem insegurança! Porque queremos uma casa, para sermos independentes! Porque queremos a Paz, para estarmos vivos! Porque «Queremos Ser Felizes»!

(...)  
Já é tempo de os jovens terem o seu lugar! A boa participação de candidatos jovens nas listas da CDU é um facto. E... como contra factos não há argumentos — o lugar da juventude é aqui, na CDU! Muitos gabam as capacidades da juventude, mas o voto de confiança aos jovens foi dado pela CDU, onde se prova que há espaço para as ideias novas e para a concretização do trabalho da juventude.

Costuma-se dizer que se cortou a oliveira mas que ainda ficou o cavaco. Só que nós — os jovens — vamos, com toda a nossa energia e persistência, ajudar a arranjar esse cavaco e, com toda a nossa criatividade e força, ajudar a plantar um grande olival de liberdade, de democracia e de felicidade.

## Corregedor da Fonseca

(...)  
A CDU, como é do conhecimento geral, constitui uma coligação democrática unitária. **Repito: UNITÁRIA!** Congrega os partidos Comunista e ecologista «Os Verdes». Na composição das suas listas constam muitas dezenas de personalidades independentes empenhados nesta coligação unitária e, ainda, 35 candidatos apresentados pela associação Intervenção Democrática, de que faço parte. Destes últimos candidatos, que representam a ID, a maioria é constituída por candidatos que, até há poucos meses, eram dirigentes ou militantes do MDP. E se aqui nos encontramos é porque nenhum de nós quis pactuar com regressões político-ideológicas que comprometem seriamente o projecto de sociedade socialista que desejamos ver implantada em Portugal.

(...)  
Os membros da Intervenção Democrática são, desde há longa data, desde o tempo do regime fascista, defensores de um projecto político unitário que foi francamente atacado pela regressão político-ideológica a que já fiz referência.

**A Intervenção Democrática e os seus candidatos não abdicam de tal projecto unitário e apresentam-se ao eleitorado integrados na CDU sem ambiguidades ou desvios de qualquer espécie.**

(...)  
A solução de governo preconizada pela CDU, que é a única viável, não é hegemónica, antes pelo contrário, a CDU entende que é através do diálogo democrático e participado que se encontrará o caminho que, pela primeira vez desde 1976, garante um governo que represente a vontade democrática dos eleitores (...)

## Anselmo Aníbal

(...)  
As propostas que apresentamos, confirmadas numa análise rigorosa e alargada da realidade portuguesa, verificadas aspirações sectoriais e de região que devem ser atendidas, fazem parte dum **contrato-programa** que, desde já, dizemos que cumprimos.

**Contrato-programa** contra os salários em atraso, contra o trabalho infantil que não pode ser tolerado, contra a falta de direitos à segurança social e à saúde de muitos compatriotas. Contrato-programa a favor de uma melhor educação, de mais investimento na formação profissional e na criação de empregos, de novo esforço de investimento na construção de habitação, no desenvolvimento científico e tecnológico, na defesa integrada do ambiente, da qualidade de vida.



Fernanda Mateus

As possibilidades de um grande sucesso eleitoral são testemunhadas já pelo número, diversidade e criatividade das iniciativas da pré-campanha.



António Louçã

Onde Cavaco Silva não «mornizou» nada foi na maneira de caçar votos.



Clara Cardoso

Temos que pôr a pensar os outros jovens.



Corregedor da Fonseca

Apesar do tratamento discriminatório da comunicação social, todos constataram a seriedade do projecto CDU.



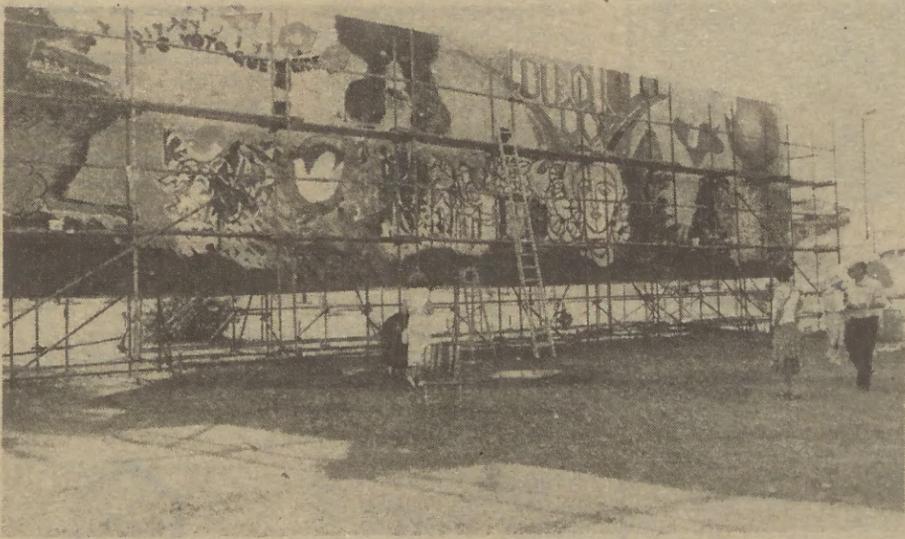
Anselmo Aníbal

Reforçar a votação na CDU é potenciar o crescimento da unidade das forças democráticas.



Herculano Pombo

Queremos um País limpo!



## Mural na Praça de Espanha

No último sábado, durante todo o dia, um grupo de artistas plásticos e alunos de Belas Artes pintaram um mural da CDU na Praça de Espanha, em Lisboa. Com duas faces, o painel tem 20 por 5 metros e está instalado na placa central daquela Praça. Colaboraram na obra: **Álvaro Perdigão, António Carmo, Catarina Bartolomeu, Jorge Vieira, Noémia Cruz, Rodrigo de Freitas, Virgílio Domingues, Ambrósio, António Trindade, Costa Martins, Lobato Lindorfo, Mário Alberto, Luís Ralha, Joaquim Ramalho, Teresa Fontes, Miguel Mira, Isabel Susana, Rui Marcelino, Tomás Maia, Armindo Silva, José Machado, Luís Lobato, Alípio Pinto, Nuno Sousa e Estêvão Soares.**

**Contrato-programa** que colectivamente assumimos. Não somos falsos pagadores de promessas. Integramos comunistas, «verdes», independentes, um colectivo que quotidianamente consolidamos e que quer construir, com outras forças democráticas, uma alternativa a uma situação que se arrasta há demasiados anos no Portugal que abriu as portas de um futuro melhor em Abril.

Queremos construir com as outras forças democráticas, na base de um denominador comum, sem hegemonizações de qualquer espécie e de qualquer lado, soluções parlamentares para que as instituições democráticas sejam percorridas por uma nova lógica. Lógica que contradita o ímpeto liberalóide, monetarista e permissivamente virado para interesses não nacionais que é veiculada pela direita; lógica que quer desenvolver os recursos humanos, técnicos, energéticos do País, em soluções nacionalmente assumidas, estimulando, naturalmente, neste mundo de 170 Estados, uma cooperação europeia e internacional crescente.

(...)

## Herculano Pombo

(...)

Apetece-me dizer que hoje abriu a caça. E se de facto temos de condenar a forma que mais uma vez a campanha assumiu, de uma verdadeira caça ao eleitor mais desprevenido, muito mais condenável, do nosso ponto

de vista, é a caça furtiva, que à margem das mais elementares regras, o senhor Silva e o seu gabinete têm levado a cabo em toda a área do nosso território. De facto o governo apesar de falecido, tem usado da sua condição de embalsamado, para aparecer aos portugueses, em todas as encruzilhadas e nos locais mais recônditos, prometendo o paraíso em troca de um voto.

Nunca a história tinha antes registado um período tão fértil em aparições celestiais. Mas no meio de tudo isto há um aspecto com piada — eles andam hoje a inaugurar o país, mas quem o vai construir somos nós! Porque o que eles conseguiram, em todos estes anos de **estabilidade**, em que os penteadinhos e engravatados estiveram no governo, foi construir pequenos paraísos para os amigos europeus e transformar o resto do país num deserto sem horizontes, em que a terra é sugada por eucaliptos, os rios contaminados por detritos e o ar sufocado por gases tóxicos.

O país onde eles hoje fazem o safari eleitoral, é habitado por homens e mulheres que passados 13 anos de liberdade, ainda não lhe conhecem o verdadeiro gosto — a maioria não disfruta dos serviços básicos de distribuição de água, rede de esgotos, recolha de lixo, suportando assim níveis baixíssimos de sobrevivência, continuando a ter de emigrar, perseguindo o futuro e vivendo de promessas mais uma vez repetidas.

(...)

# Porto: programa CDU para resolver os problemas mais graves do distrito

O camarada **Carlos Costa**, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, cabeça de lista da CDU pelo círculo eleitoral do Porto, esteve presente no recente encontro dos candidatos da Coligação com os órgãos de Comunicação Social para apresentação do **Programa da CDU para resolver os problemas mais graves do distrito do Porto**, inserido no Manifesto Eleitoral.

Na declaração que pres- tou aos jornalistas, Carlos Costa resumiu assim as medidas prioritárias da CDU para enfrentar os problemas mais graves e assegurar o desenvolvimento do distrito:

**1.º — Um bloco de medidas imediatas face à situação social**, para acudir às injustiças sociais mais flagrantes e estancar e inverter a grave situação social e dos trabalhadores existentes na região.

**2.º — Um conjunto de propostas visando o desenvolvimento económico e progresso do distrito**, a partir do aproveitamento de todos os recursos naturais da região, da mobilização das suas capacidades produtivas, da sua intensificação e diversificação, tendo por base o respeito e dinamização, sem discriminações, de todas as formações económicas.

**3.º — As prioridades e propostas para assegurar a melhoria da qualidade de vida das populações**, através de uma política habitacional empreendedora, de serviços e cuidados de saúde públicos eficazes, de um correcto ordenamento do território e de um complexo de equipamentos e serviços sociais indispensáveis (saueamento básico, transportes públicos de passageiros, entre outros).

**4.º — Aspectos regionais de concretização de uma política que garanta a efectiva democratização do ensino, do desporto e da cultura e assegure uma informação objectiva e plural.**

E finalmente:

**5.º — A reclamação da criação da Região Administrativa do Porto**, através da sua instituição e delimitação concreta com base no respeito pela vontade democrática da população dos concelhos que deliberarem, através do voto das suas Assembleias Municipais, integrar a Região. Reclamação que se insere na urgência do avanço do processo de regionalização tal como está previsto na Constituição, importante passo para o aperfeiçoamento do regime democrático, para a reforma democrática da administração pública e para o desenvolvimento regional. E no compromisso de lutar para que a regionalização seja uma realidade, combatendo os entraves e medidas dilatórias, não em palavras mas nos actos, com que o PSD, o CDS e o PS têm travado a criação das Regiões Administrativas.

## Desenvolvimento económico

O importante documento

da CDU, como diria em seguida Carlos Costa, não é um rol de intenções, independentes do tempo que vivemos ou do sítio em que se manifestam os problemas que há que resolver. O candidato recordou a propósito e entre outras questões, os salários em atraso, a destruição de postos de trabalho, a necessidade de redução do horário semanal de trabalho, «tendo como objectivo as 40 horas».

Mais adiante, o dirigente comunista salientaria:

«É do nosso distrito, do seu presente e futuro que falamos quando apontamos como direcções do desenvolvimento económico para o progresso:

- O pleno emprego, formação profissional, elevação do nível de vida e do empenhamento criador na produção da sua elevada população trabalhadora e jovem.

- A dinamização do sector público como factor impulsor de toda a indústria transformadora e das actividades económicas em geral.

- A necessidade de serem concentrados os apoios do Estado nas pequenas e médias empresas privadas do distrito, em vez de os desviar para os grandes grupos económicos.

- O aproveitamento integral das potencialidades industriais da região, tomando por base a actual capacidade instalada, incentivando novos projectos conducentes à diversificação, inovação e progresso tecnológico.

- A defesa das potencialidades no domínio de algumas produções agro-pecuárias face aos efeitos que estão iminentes, resultantes da integração de Portugal na CEE.

- O aproveitamento das tradições e potencialidades existentes no domínio das pescas.

## Conhecer, propor, intervir

A terminar a sua declaração aos jornalistas, Carlos Costa, apresentando as grandes linhas de força do Manifesto CDU e mostrando a sua profunda ligação à realidade distrital, afirmaria:

«É ainda do Porto, importante centro económico e administrativo e pólo fundamental de transportes e comunicações que falamos quando referimos a necessidade de vencer atrasos acumulados, cumprir rigorosamente prazos de programas em curso ou de desencadear outros, quando referimos a necessidade de acelerar projectos de grande importância regional como sejam o da navegabilidade do Douro ou o do

Abastecimento de Gás Canalizado à Região do Porto.

«E é sobretudo no Porto do futuro que pensamos quando apontamos a necessidade de um Plano Integrado para as Ciências, Tecnologia e Investigação.

«Quando nos propomos lutar por um Programa Intensivo de Construção de Habitação Social e por um Plano de Intervenção em Zonas Críticas, ou pelo relançamento do apoio às CHE's e às Associações de Moradores, ou pela retomada efectiva do plano de recuperação urbana do Centro Histórico do Porto e pelo desenvolvimento do Plano de Reabilitação do Centro Histórico de Gaia, para só dar alguns exemplos, é da verdadeira calamidade que o problema da habitação no distrito constitui que partimos.

«Quando apontamos como prioritário dotar adequadamente o Centro Hospitalar de Gaia e reestruturar e dotar os Serviços dos Hospitais de Santo António e S. João, ou a construção e equipamento do novo Hospital de Matosinhos, ou o redimensionamento dos hospitais distritais do Vale do Sousa e Amarante é porque conhecemos o sofrimento das populações do distrito.

«Quando reclamamos um Plano Integrado de apoios extraordinários do Estado às autarquias para a resolução dos gravíssimos problemas do saneamento básico existentes, ou para a implementação na sua versão definitiva



**A juventude está na CDU.** Apesar do calor e do convite para a praia, especialmente para os que não têm de se preocupar com exames, a juventude está em força nas iniciativas da Coligação Democrática Unitária. Assim aconteceu na pré-campanha. Assim continua a ocorrer nas acções da campanha eleitoral, como se viu logo no seu primeiro dia. A foto que aqui reproduzimos é de Sintra, da iniciativa realizada no último domingo no parque dos Plátanos. Mas a «mensagem» juvenil da CDU pode ser captada em qualquer região do País, como sucedeu no festival que decorreu no Palácio de Cristal, no Porto, ou em qualquer zona, de Norte a Sul e também nas regiões autónomas

va do sistema de abastecimento de água à região do Porto, é porque sabemos não ser possível às autarquias resolver em tempo útil, com os meios disponíveis, um problema cuja resolução não pode ser mais adiada.

«Quando apontamos um conjunto de medidas urgentes para enfrentar a crescente gravidade dos problemas ambientais do distrito, e, em especial, um Plano de Emer-

gência com o objectivo de recuperar por fases e proteger o Ave, o Leça e o Douro e seus afluentes, ou, quando nos pronunciamos frontalmente contra a projectada instalação da Lixeira Nuclear em Espanha, a 7 km da fronteira portuguesa, é porque sabemos que é ainda possível fazer algo em defesa do ambiente que é parte integrante da nossa identidade. «Queremos um distrito do

Porto com mais ensino, cultura e desporto, com uma informação objectiva e plural, para uma vida melhor. Por isso apontamos, entre outros aspectos, para a necessidade de um Plano Regional de Emergência para o Sucesso Escolar. E um Plano integrado de instalação de equipamentos culturais, abrangendo todos os concelhos do distrito, em estreita ligação com o associativismo cultural, artístico e popular.

## Setúbal privilegia os contactos directos

No concelho de Setúbal, o início da campanha eleitoral da CDU registou a visita de vários candidatos pelo distrito. No domingo de manhã, Domingos Abrantes, Odete Santos, Sérgio Pinto, Ana Sezinando e André Martins visitaram vários lugares do concelho e contactaram com a população, tendo convivido num piquenique com activis-

tas. À tarde, os candidatos tiveram um encontro com a imprensa, durante o qual o camarada Domingos Abrantes começaria por fazer um curto balanço da pré-campanha, marcada, como disse, pela necessidade de divulgação da nova coligação unitária, da sua sigla e símbolo, e, por outro lado, pela batalha do esclarecimento políti-

co dos problemas gerais do distrito e do País.

O candidato lembrou que a pré-campanha encerrada na véspera se caracterizara, por parte da CDU, por numerosas iniciativas — cerca de 30 sessões, incluindo os comícios e outras iniciativas em que participou o secretário-geral do PCP —, e por uma grande originalidade e criatividade a nível de propaganda, com cerca de 400 murais pintados em todo o distrito, sublinhando que a CDU ganhou ali, muito rapidamente, o campo unitário e a juventude.

Quanto à campanha, referiu ainda, esta privilegiará os contactos directos com a população e iniciativas quer da CDU no seu conjunto, quer autónomas dos «Verdes» e da juventude.

Domingos Abrantes afirmou que os problemas do distrito têm solução, mas que tal solução passa por uma alternativa democrática à política de direita que não só não resolveu os problemas como os agravou — nomea-

damente no que se refere à diminuição do número de postos de trabalho — os postos destruídos são muito mais do que os que são prometidos agora pela direita.

José Luís Casares, da CDU de Setúbal, que acompanhava os candidatos durante o encontro com a imprensa, referiu-se depois ao modo como se pensa dinamizar a campanha no concelho — intensificando os porta a portas e os contactos directos. E deixou por revelar algumas surpresas reservadas para o encerramento. Fez notar entretanto a maior aceitação e participação popular nas iniciativas em relação a campanhas anteriores. Por seu lado, Odete Santos, sublinhou a necessidade de aprofundar o esclarecimento em certas zonas do concelho e a divulgação da nova coligação unitária, do seu símbolo e sigla. Por fim, André Martins, de «Os Verdes», destacou o empenhamento do seu partido na campanha CDU, com iniciativas próprias em vários lugares do distrito.

## O têxtil e o vinho Debates em Aveiro

São grandes as dificuldades que se adivinham para a nossa indústria têxtil, nomeadamente devido às facilidades concedidas pela CEE a países terceiros, com quem estabeleceu acordos preferenciais — afirmou o eng.º Carlos Pimpão, candidato independente ao Parlamento Europeu nas listas da CDU por Aveiro, no decorrer de uma sessão realizada no auditório da Cooperativa Nascente. «O impacto e consequências da adesão para a indústria têxtil» foi o tema central da iniciativa, que reuniu dezenas de pessoas relacionadas com o sector.

Na Mealhada, a CDU realizou também recentemente uma sessão, esta dedicada ao tema «O vinho e a CEE». O principal interveniente nesta iniciativa voltou a ser o eng.º Carlos Pimpão, que dialogou com os agricultores presentes.

## Nacional

# Lisboa Mais de meio milhar de sindicalistas apelam ao voto na CDU

Considerando que a CDU é o voto decisivo para a alternativa democrática, mais de 500 dirigentes sindicais do distrito de Lisboa manifestam em documento tornado público o seu inequívoco apoio à Coligação Democrática Unitária.

Entre os subscritores con-

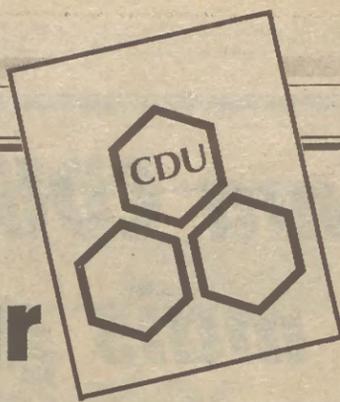
tam-se elementos com responsabilidades nos sindicatos da CM de Lisboa, têxteis, cerâmicas, hidratos de carbono, comércio, marinha mercante, transportes urbanos de Lisboa, gráficos, bebidas, construção, mármore e madeiras, médicos, espectáculos, tabacos, ferroviários,

rodoviários, função pública, químicos, indústrias eléctricas, metalúrgicos, professores, aduaneiros, entre outros.

Membros da União dos Sindicatos de Lisboa e de várias federações sindicais juntam também o seu nome no documento, que refere a urgência de travar a política

da direita, de pôr cobro ao flagelo do desemprego, dos salários em atraso e do trabalho infantil.

Só uma forte votação na CDU, sublinham os sindicalistas, poderá ultrapassar as hesitações e ambiguidades de partidos democráticos, na edificação de uma alternativa coerente e empenhada.



## Apoios nos Açores

Continuam a registar-se em todo o País inúmeras manifestações de apoio à Coligação Democrática Unitária, aos seus objectivos e à sua presença na vida política nacional. Da Região Autónoma dos Açores chega-nos uma lista de «cidadãos que apoiam expressamente os objectivos eleitorais da CDU» no arquipélago, da qual fazem parte:

Dias de Melo, escritor, Ponta Delgada; Oldemiro Figueiredo, médico, ex-Governador Civil de Angra, Praia da Vitória; Luís Decq Mota, médico, membro da Assembleia Municipal da Horta; Luís Furtado, jornalista, Ponta Delgada; Emanuel Félix, poeta, Angra do Heroísmo; Manuel Barbosa, advogado e escritor, Ribeira Grande; Emílio Ribeiro, funcionário público e dirigente sindical, Angra do Heroísmo; Fernando Menozes, advogado, Horta; Judite Jorge, escritora e jornalista, Lages do Pico; prof. Gaudêncio, bibliotecário da Gulbenkian, Povoação; Ana Barmonte, professora de Educação Física, Ponta Delgada; João Castro, professor de Educação Física, Horta; António Francisco Nunes, agricultor, St.ª Cruz das Flores; Augusto Correia da Silva, pescador, Velas de S. Jorge; Luís Pimentel, funcionário público e dirigente sindical, Corvo; Manuel Gonçalves dos Santos, comerciante, Madalena do Pico; José João, professor e músico, Angra do Heroísmo; Zilda França, professora do ensino secundário, Ponta Delgada; José de Melo Pires, electricista, membro da AM de S. Roque do Pico; Luís Chaby Lara, médico, Horta; Borges Martins, escritor, Angra do Heroísmo; Noé Rodrigues, advogado, Ponta Delgada; Luís Cordeiro Neves, técnico de laboratório, dirigente sindical e animador cultural, Horta; José Maria, funcionário público e músico, Ponta Delgada; João Correia, advogado e professor, Ribeira Grande; Maria Goretti Amaral da Silveira, funcionária das casas do Povo, dirigente sindical, Ponta Delgada; José Avelino Cabeceiras, pescador, Lages das Flores; Luís Pimentel, funcionário público, Ponta Delgada; José Manuel Serpa, médico, S. Roque do Pico; Francisco José Pimen-

tel Soares, funcionário da ANA-EP, Horta; Manuel Fernando Dias de Lima, funcionário da SATA, membro da Junta de Freguesia das Angústias, Horta; José Pilatos, barbeiro, Lagoa; José da Luz, lavrador, Várzea; Manuela Livro, professora, Ribeira Grande; Luís Bruno, médico, Horta; Fernanda Serpa, professora, S. Roque do Pico; Carlos Alberto Reis, funcionário público, Corvo; Carlos Alberto Marques, enfermeiro, Lages das Flores; Genuíno Madruga, pequeno armador da pesca, Horta; José Emírcio Escobar, tipógrafo, dirigente associativo, Horta; Francisco Matos Bettencourt, agricultor, Candelária, Pico; Francisco Corvelo, funcionário da ANA, membro da Assembleia Municipal de St.ª Cruz das Flores; Manuel Silva, técnico da SRES, presidente da Associação de Trabalhadores-Estudantes de Ponta Delgada; José de Sousa Espinola, reformado, Horta.

Entretanto, naturais dos Açores, residentes no continente, manifestam também a sua solidariedade e apoio à candidatura CDU, como o fazem António Borges Coutinho, jurista; José Gaspar Teixeira, investigador científico; Carlos Corvelo, economista; Taurina Zuzarte, médica; Cecília Viana, doméstica; Carlos Alberto Moniz, músico e cantor; João Teixeira, trabalhador da Comunicação Social; Clara Carreiro da Costa, investigadora; Maria da Conceição Santiago, dirigente sindical dos CTT; Mário Jorge da Costa, bancário; Eliza Decq Mota, assistente social; Maria Leonor Bicudo, doméstica; Clotilde Duarte, professora e dirigente sindical; António Duarte, estudante; Francisco Marques, empresário; Doralice Freitas, empregada da EDP.

No passado dia 25 de Junho, a CDU da ilha do Faial promoveu um encontro de Herberto Goulart, dirigente da Associação Intervenção Democrática e candidato à Assembleia da República, com personalidades independentes e de outros quadrantes políticos.

A iniciativa, que decorreu nas instalações do Centro de Trabalho do PCP da cidade da Horta, permitiu uma proveitosa troca de impressões e debate sobre o actual momento político-eleitoral.

Duarte Melo, membro da Comissão da Ilha de S. Miguel do PCP e do Executivo da Comissão Democrática Unitária da CDU, e outros elementos da mesma comissão, deslocaram-se ao concelho da Ribeira Grande, tendo feito contactos com as populações da cidade, do Pico da Pedra, da Ribeirinha, de Santa Bárbara e da Ribeira Seca, e divulgando também o jornal da CDU.

No passado dia 23, a CDU realizou um encontro com as populações de St.º António Além-Capelas - Ponta Delgada, com a finalidade de esclarecer as motivações da sua candidatura pelo círculo eleitoral da RA Açores e para debater com os interessados os problemas concretos da freguesia.

Estiveram presentes Mário Abrantes, candidato ao Parlamento Europeu e José Cavaco, membro do Comité Central do PCP.

## Algarve Um dia da campanha dedicado à Saúde

Os candidatos da CDU pelo Algarve vão dedicar um dia da campanha à análise aprofundada dos problemas de Saúde na região, revela o gabinete de imprensa da Coligação.

As promessas demagógicas do Governo PSD de que a política de saúde «se dirige à generalidade dos cidadãos» e de que o Estado deve «assegurar aos cidadãos o acesso aos cuidados de saúde», contrapõe-se a realidade da destruição do Serviço Nacional de Saúde, da diminuição de verbas do OE para o sector, da privatização dos serviços públicos, nomeadamente os mais ren-

táveis, da elitização do acesso à saúde, etc.

A CDU defende o direito de todos à Saúde, direito esse que deve ser assegurado pelo Estado. Trata-se de um serviço público, não pode ser um negócio.

Os candidatos da CDU pelo Algarve apoiam e defendem uma política que no plano da assistência médico-sanitária à população, permita melhorar sensivelmente o nível e qualidade dos serviços prestados. Nesse sentido, apontam como medida prioritária a rápida construção de uma nova unidade de cuidados diferenciados no Barlavento algarvio.

## Onde é que Cavaco foi buscar 136 000 postos de trabalho?

«O Primeiro-Ministro demitido afirmou que o seu governo só nos últimos doze meses tinha criado cento e trinta e seis mil (136 000) postos de trabalho. Trata-se de uma mentira descarada.

Nós podemos até deixar aqui um desafio ao presidente do PSD: que informe o País quais foram em concreto as empresas do distrito do Porto em que aumentaram os postos de trabalho e quantos foram criados em cada uma.

Pela parte da CDU estamos em condições de comprovar, empresa a empresa,

num total de 350 no distrito do Porto, aonde foram em concreto destruídos mais de 26 mil postos de trabalho nos últimos três anos (um terço dos quais só no ano de 1986).

E não precisamos de ir muito longe daqui, basta ir ao Grupo Mondego, para ver o que aconteceu a mais de mil postos de trabalho e em que situação se encontram os trabalhadores e as suas famílias.

(Edgar Correia, candidato da CDU pelo Porto, membro suplente da C. Política do PCP, numa festa popular em Rio Tinto, na Quinta das Freiras)

## Concurso sobre futebol

No passado dia 24 de Junho realizou-se no Centro de Trabalho Vitória, na Av. da Liberdade, o sorteio do concurso sobre Futebol, inserido num folheto de propaganda da CDU, que foi distribuído no dia da Final da Taça de Portugal à entrada do Estádio Nacional e noutros recintos desportivos.

Os prémios, conforme se indicava no folheto, eram constituídos por 1 fato de treino e 1 bola oficial de futebol, respectivamente para o 1.º e 2.º prémios, e os contemplados foram Marina José Lourenço da Silva (1.º prémio) e Paulo Jorge Gonçalves Neto Rolim (2.º prémio).

Aos primeiros 100 concorrentes com respostas certas foi atribuída uma abelha-mascote da CDU.

## Compromisso com a Função Pública

A degradação das condições de vida e de trabalho na Função Pública, associada aos ataques à Administração Pública e à dignidade profissional dos seus trabalhadores, tudo promovido pelo próprio Governo, são razões de sobra para que, também para os trabalhadores da Função Pública, as eleições de 19 de Julho adquiram uma importância determinante - lê-se no primeiro parágrafo do **Compromisso Eleitoral da CDU com a Função Pública**, apresentado e debatido, como aludimos em anterior edição, no decorrer de uma sessão realizada num hotel da capital, subordinada ao lema «pela estabilidade de emprego, pela dignificação profissional, modernização e democratização».

Entre os participantes contava-se o secretário-geral do PCP, camarada **Álvaro Cunhal** que fez a intervenção de encerramento. Presentes também na Mesa que orientou os trabalhos da sessão **João Amaral** (PCP), **João Lázaro** (Verdes), **Blasco Hugo Fernandes** (Intervenção Democrática) e **Anselmo Aníbal** (independente).

Depois de uma nota introdutória, o compromisso da CDU com a FP desenvolve o tema: «o Governo PSD/Cavaco Silva pretendeu construir uma administração partidarizada e ao serviço de interesses minoritários». Mais adiante surge um capítulo intitulado: «A CDU quer e defende uma Função Pública ao serviço do progresso de Portugal». **Sete medidas imediatas e CDU, o voto que decide** são os últimos capítulos do documento.

### Medidas imediatas

Para além de outras medidas mencionadas anteriormente, o compromisso avança sete medidas imediatas «no quadro global das suas propostas e face à situação de degradação das condições de vida e de trabalho da FP»:

**1 - Aplicação da norma orçamental aprovada pela Assembleia da República relativa à integração nos**

**quadros de pessoal dos trabalhadores em regime precário.**

**2 - Abertura dos concursos de acesso para as vagas existentes nos quadros de pessoal da Administração Pública**, tal como determina a norma orçamental aprovada pela Assembleia da República, com vista a possibilitar a promoção nas carreiras.

**3 - Paralisação dos processos de desmantelamento de serviços públicos e de colocação de trabalhadores na situação de excedentes.**

**4 - Aplicação imediata do Decreto-Lei n.º 248/85 (carreiras) a todos os serviços onde isso ainda não se verificou.**

**5 - Cessação do «regime de instalação» dos serviços onde essa prolongada situação só tem servido para lesar direitos e interesses dos trabalhadores.**

**6 - Abertura imediata de negociações sérias com as organizações sindicais, com vista a um significativo reforço das remunerações dos trabalhadores da Função Pública.**

**7 - Eliminação do desconto para a ADSE**, fazendo cessar a situação discriminatória de os trabalhadores da Função Pública estarem a pagar o direito à saúde, que a Constituição lhe garante com carácter de gratuitidade e que nenhum trabalhador paga.

Nacional

## Lixeira nuclear

# A operação mistificadora do Governo Cavaco

A Coordenadora Distrital do Porto da Coligação Democrática Unitária volta ao problema da lixeira nuclear de Aldeadavila, referindo a dado passo numa nota que enviou aos órgãos de comunicação social:

«O governo espanhol tornou público, sem que tenha havido desmentido oficial, que há muito tempo havia dado conhecimento ao Governo português da lixeira nuclear de Aldeadavila, e que este não tinha manifestado qualquer oposição ao projecto.

«Com receio que a irresponsabilidade, a incompetência e subserviência oficiais neste caso pudessem rebentar antes das eleições e ter um efeito demolidor nos resultados do PSD/Cavaco Silva, o Governo demitido procurou rapidamente desencaixar uma operação de mistificação da opinião pública, em duas direcções fundamentais:

1 - Procurando apresentar-se à imprensa e para efeitos de consumo interno, como opositor à instalação da lixeira

nuclear. Quando a verdade é que deixou a Espanha e a CEE avançarem com o projecto, sem ter oportunamente actuado a nível externo do Estado português - como era seu imperativo dever nacional.

2 - Procurando controlar e instrumentalizar o crescente movimento de protesto contra a lixeira nuclear, de forma a distrair a opinião pública e a evitar que ela tome consciência das verdadeiras responsabilidades do Governo PSD/Cavaco em todo o processo.

É neste contexto - prossegue a nota da CDU - que se compreende que os grandes órgãos de comunicação social manipulados pelo Governo tenham silenciado a decisão das autarquias ribeirinhas do Douro, reunidas na Régua em 19 de Junho, de «exigirem ao Governo as diligências necessárias por forma a que a hipótese de implantação de tal empreendimento, não venha a ser concretizada no sítio inicialmente seleccionado, junto e/ou próximo da fronteira».

## Setúbal

### A delegação do FAOJ e a campanha do PSD

«Nada proíbe ministros de circular pelo País» afirma o Governo demitido de Cavaco Silva. Mas vejamos, por exemplo, a situação e métodos utilizados em Setúbal...

A delegação do FAOJ marca um convívio com «actividades culturais e recreativas, almoço e rock ao vivo» para o recinto do Vitória F. Clube. Entretanto, funcionários do Governo Civil percorrem os locais da administração pública onde contactam jovens dos programas OTJ e ATD, entre outros, para participarem na iniciativa. «Esquecem-se» de referir a presença do secretário de Estado da Juventude, do Governo demitido e candidato do PSD pelo círculo eleitoral de Setúbal.

A CDU não pode deixar de denunciar mais esta descarada utilização de dinheiros e meios do Estado, para fazer campanha eleitoral pelo

PSD - alerta uma nota do gabinete de Imprensa da CDU de Setúbal, que acrescenta:

«Ao mesmo tempo que nada adiantam na resolução de um dos mais graves problemas da juventude - o desemprego -, o Governo e o PSD que fizeram com alarde a defesa dos programas OTJ e ATD aproveitam as dificuldades destes e outros jovens em situações idênticas para os utilizar sem ética, na sua campanha eleitoral. Tratou-se, no entanto, de mais uma iniciativa falhada, do Governo PSD. Os jovens já perceberam com quem estão a lidar e não vão atrás de iniciativas demagógicas.»

## O escândalo chegou (também) a Paris!

A semelhança do sucedido em anteriores actos eleitorais, as instalações e os meios da delegação em Paris da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas voltam a ser colocados ao serviço da campanha eleitoral do partido do governo - alerta a Comissão Eleitoral da CDU em França. Em comunicado que fez chegar à nossa redacção, acrescenta:

«Com esse fim, durante dias consecutivos e até altas horas da noite, funcionários afectos ao PSD e pessoas estranhas aos serviços permanecem nas instalações do Departamento de Coordenação e Apoio à Comunidade Portuguesa em França

(DCACP), na Passage Dombasle, em Paris.

«A utilização abusiva dos serviços e instalações do Estado português no estrangeiro não é facto novo.

«A CDU que por mais de uma vez tem denunciado a utilização do aparelho de Estado pelo PSD exige que sejam rapidamente tomadas medidas que ponham fim a tais abusos.

«A CDU bate-se pela completa transparência do acto eleitoral para que se acabe com a utilização político-partidária dos serviços de apoio à emigração e para que estes contribuam efectivamente para a resolução dos problemas dos emigrantes».

## Debates em Coimbra

Iniciado no passado dia 29 («Fundos estruturais e CEE»), está a decorrer no Hotel Avenida, junto ao parque, um ciclo de cinco debates promovido pela CDU de Coimbra. Com entrada livre a iniciativa prossegue no dia 6 com a abordagem do tema «A supranacionalidade e a CEE». Depois, a 7 de Julho estará em foco «A política de Saúde em Portugal». No dia 13 o debate analisará questões da «Economia portuguesa face à CEE» e no dia 15 «A política de ensino» no nosso país.

Estes debates estão marcados para as 21 e 30 h. Entretanto, no próximo dia 15, no mesmo local e à mesma hora, a CDU leva a efeito uma iniciativa de debate, convívio e reflexão sobre a política de ensino em Portugal - a escola que queremos construir no futuro em democracia. Linhares de Castro e António Cruz contam-se entre os participantes nesta acção.

## Em defesa dum apoio específico às Regiões Autónomas

Em conferência de Imprensa realizada nos Açores, o candidato José Barros Moura, deputado do PCP no Parlamento Europeu e Mário Abrantes, candidato açoriano da CDU, criticaram a incapacidade revelada pelo Governo da República e pelo Governo Regional de tirarem vantagem da Declaração Comum relativa ao desenvolvimento económico e social das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, anexa ao tratado de adesão.

Segundo foi dito, essa Declaração fundamenta, com inteira legitimidade, a pretensão de um apoio específico da CEE ao desenvolvimento económico das regiões autónomas que, por um lado, tenha em conta as desvantagens decorrentes da insularidade e, por outro lado, compense na máxima medida possível o impacto desfavorável da integração para a economia das duas regiões, já tão atingidas pelas insuficiências de estruturas e pelo atraso económico.

Defenderam por isso um

apoio específico que tenha em conta as condições próprias de cada região e que se traduza num substancial reforço dos meios financeiros e na consagração de condições especiais que impeçam o estrangulamento, e antes favoreçam o desenvolvimento das principais actividades económicas (a pecuária, o leite e seus derivados, a beterraba e o açúcar, o tabaco, a pesca, etc., no caso dos Açores) e das potencialidades existentes.

Por isso, anunciaram a apresentação no Parlamento Europeu de uma proposta de resolução tendente à aprovação de um programa específico integrado de desenvolvimento económico para os Açores, baseado nas prioridades que vierem a ser democraticamente definidas pelos órgãos da própria Região Autónoma.

Para a elaboração da proposta de resolução vão ser ouvidas as populações e todas as forças económicas e organizações sociais interessadas, iniciando-se desde já essas audições.



## Lisboa Jovens CDU em S.ª Catarina

Na cooperativa-restaurante «O Marinheiro», no jardim de Santa Catarina em Lisboa, realiza-se esta tarde um encontro dos jovens candidatos do distrito com os seus apoiantes e com os órgãos da Comunicação Social, para apresentação de propostas apontadas à resolução dos mais importantes problemas da juventude da região de Lisboa.

A iniciativa está marcada para as 18 horas.

## Festa na Guarda

CDU em festa. Foi com este espírito que decorreu recentemente na cidade da Guarda a apresentação dos candidatos da Coligação Unitária Democrática por este círculo eleitoral.

A iniciativa desenrolou-se no jardim José de Lemos, sendo os candidatos da CDU sendo apresentados por Maria do Céu, dirigente sindical, do

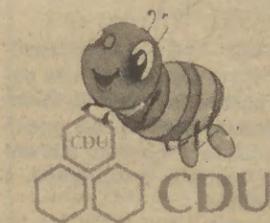
Conselho Nacional da CGTP-IN, candidata da CDU. Na ocasião registaram-se as intervenções do dr. Inácio Vilar, independente, e de Carlos Páscoa, membro do partido ecologista «Os Verdes».

A festa contou ainda com a animada participação musical da Brigada Vítor Jara e do grupo «Foros de Sena».

## Abelha CDU apresenta-se

«Eu sei, de voar por aí em dias de sol como agora, que os favos da CDU deixaram alguma gente perplexa. Donde teria surgido tal ideia? A minha modéstia é uma característica das abelhas, como sabem, e não me permite dizer-vos que fui eu a inspiradora desse novo símbolo que une os comunistas, os verdes, os democratas da ID e independentes, todos sob a mesma bandeira. Que teria sido eu, povoando os sonhos dos meus amigos à procura de um símbolo novo, a sussurrar-lhes aos ouvidos que nada melhor que os favos. Três, assim, azuis como o céu de Verão.

Da anterior unidade, herdou a CDU os seus valores - o trabalho, a honestidade, a competência. A APU fin-



dou, mas não é por caírem as argolinhas que acaba a Primavera. Que outro símbolo haveria de conter as forças unidas em redor de um projecto como o da CDU?

Três favos, três sabores a mel. Foi assim que apareceram.

E logo que chegaram, cobrindo as paredes do País ao sol, toda a gente se lembrou do que está em cada favo: o produto de um trabalho diligente, feito com alegria e com a vontade de caminhar juntos.

Toda a gente ficou à minha espera.

Aqui estou. Apontando o símbolo do voto que decide.

Venham connosco CDU!»

(Do Jornal CDU/Junho 87)

## Trabalhadores

## Metalúrgicos em luta

Anunciada para hoje  
nova acção em Lisboa

## • Acção específica da Siderurgia Nacional

Depois da vigorosa jornada de luta, que os trabalhadores metalúrgicos e de sectores afins organizaram em Lisboa na quinta-feira passada, na tentativa de fazerem avistar uma delegação com o chefe do Governo de gestão, projectavam-se para ontem jornadas idênticas para o Porto e Braga, e uma acção específica de denúncia, protesto e luta dos trabalhadores da fábrica da Maia da Siderurgia Nacional, que culminará hoje em Lisboa, com uma concentração junto da residência oficial de Cavaco Silva.

Segundo as organizações representativas dos trabalhadores (ORT's) da Siderurgia Nacional, essa «iniciativa específica» tomará a forma de «uma caravana de ciclistas, constituída por trabalhadores da fábrica da Maia, a sair do Porto no dia 1, passando pelos distritos de Aveiro, Coimbra e Leiria, e culminando em Lisboa, no dia seguinte (2/7) com uma concentração junto à residência oficial do Primeiro-Ministro».

Esta acção de denúncia, protesto e luta corresponde a acções semelhantes no sector, de que a principal foi em Lisboa na quinta-feira passada. Durante o desfile e concentração junto à residência de Cavaco Silva, os milhares de manifestantes foram filmados ostensivamente pelos serviços de informação policiais. Mais uma vez, depois de 78 pedidos de audiência com membros do Governo, através dos seus sindicatos e respectiva Federação (FSMMMP), os trabalhadores não conseguiram avistar-se com qualquer responsável

governamental. Apenas desapareceram com a polícia.

## Acções de luta noutras cidades

Além dos trabalhadores da metalurgia, metalomecânica e minas dos distritos de Lisboa e Setúbal, que organizaram a sua acção de luta na

capital, durante a tarde da passada quinta-feira, outros trabalhadores dos mesmos ramos de actividade manifestaram-se também noutros pontos do País, no mesmo dia. Segundo a Federação (FSMMMP) houve distribuição de comunicados à população e entrega de uma resolução nas delegações do Ministério do Trabalho em Viana do Castelo, Aveiro, S. João da Madeira, Águeda, Coimbra, Leiria, Santarém, Évora e Beja.

Na generalidade os trabalhadores protestam contra os salários em atraso, o encerramento de empresas, designadamente no sector mineiro, a instabilidade do emprego, os despedimentos e a

orientação geral da política do Governo de gestão, subordinado aos ditames mais gravosos para a indústria emanados da CEE.

Entre as palavras de ordem mais ouvidas na manifestação de Lisboa destacaram-se «A luta continua/direita para a rua» e «Em Julho vamos votar/para a direita derrotar».

Na Siderurgia Nacional, os objectivos da acção, que culmina hoje em Lisboa, são: «contra a tentativa de despedimentos; pela renegociação dos acordos com a CEE; contra a repressão; pela revisão do AE (acordo de empresa); pelo desenvolvimento e futuro da empresa»; segundo divulgaram as ORT's e a FSMMMP.



A Siderurgia quer «embarcar» mais 2 mil desempregados em nome da CEE

35% dos rurais  
não têm trabalho em Évora

O desemprego no distrito de Évora, que aumentou em geral, 17 por cento, entre Julho do ano passado e Março do ano corrente, atinge actualmente 35 por cento dos trabalhadores agrícolas, conforme foi revelado na passada sexta-feira, num plenário de desempregados efectuado naquela cidade. Convocado pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas (STADE), o plenário aprovou uma resolução onde a dado passo se faz um apelo expresso ao «voto naqueles que defendam o prosseguimento da Reforma Agrária, do Plano de Rega do Alentejo e o empreendimento do Alqueva, que defendam o fim do latifúndio, do atraso e da miséria».

Sob a designação de «Plenário de Mulheres Agrícolas Desempregadas», a sessão reuniu mais de três centenas de participantes na Sociedade Joaquim António de Aguiar, em Évora, onde foi vivamente criticada «a desastrosa política agrícola dos sucessivos governos, em especial do PSD/Cavaco Silva».

Em resultado dessa política — afirma-se na resolução final do plenário — «A nossa agricultura está desorganizada, milhares de postos de trabalho foram destruídos, dezenas de herdades, olivais, barragens e montados estão abandonados e incultos, aumentou o trabalho clandestino, precário, a repressão, a injustiça, a exploração patronal».

## Balanço preocupante

Afirma o plenário na sua resolução que dos milhares de desempregados (em geral, por cada 100 trabalhadores 23 não têm trabalho) só na agricultura são «cerca de 7 mil», o que «representa 35 por cento dos agrícolas do distrito». Em jeito de balanço preocupante, o plenário das mulheres desempregadas acrescenta, referindo-se sempre e apenas ao distrito de Évora, que **65 empresas, 42 UCPs/Cooperativas e 23 empresas industriais e de serviços foram encerradas e destruídas pela desastrosa política de direita; a produção cerealífera no distrito baixou de 24 para 19 por cento da produção nacional, enquanto que 230 herdades com 200 000 hectares de terra, 100 barragens e charcos, que podiam irrigar 2000 hectares e empregar de imediato 10 mil pessoas, estão na posse dos grandes agrários, abandonados e incultos. De novo a estrutura fundiária — refere ainda o plenário — volta a ser caracterizada pela concentração da grande propriedade e do latifúndio, com o regresso ao atraso, à miséria e ao decréscimo da população, ao ritmo de 1 por cento ao ano, e envelhecimento da população superior à média do País.**

**Protestos na Saúde** — A CGTP emitiu recentemente um comunicado de protesto contra a política do Governo demitido na área da Saúde. A Central fala de «grande encenação propagandística», que «encobriu acções profundamente lesivas dos interesses das populações» e cita nomeadamente o conhecido caso do Hospital do Restelo que considera um «escândalo», especialmente pelo facto de o mesmo ter sido aberto sem as mínimas condições de funcionamento, incluindo o pessoal médico e de enfermagem que «tem sido convidado para trabalhar no hospital sem condições contratuais minimamente seguras». Como se sabe, o Governo entregou, além disso, a gestão do hospital a uma empresa privada estrangeira, a PA, com experiência na organização de hotéis. A CGTP, que protesta contra outros casos reveladores da política do Governo demitido na área da Saúde, designadamente a recente decisão de encerrar a maternidade do Hospital de Lagos, reclama entre outras medidas a necessidade de se por termo ao «abusivo e ilegal regime de instalação em que se encontram há anos as administrações regionais de saúde (ARS), dirigidas por pessoas da rigorosa confiança política e partidária do Governo». Entretanto, o Sindicato dos Médicos da Zona Sul, a propósito da demissão do presidente da comissão instaladora do Hospital do Restelo, afirmava que «esta unidade hospitalar continua a ser palco de um escandaloso tráfico de influências pessoais e partidárias, que coloca Leonor Bezeira (a ministra da Saúde) e o Governo numa posição insustentável».

## Empreiteiros «enchem-se» nos CTT

O Sintel (Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações-CTT), que publicou no passado dia 19 uma «relação nominal das empresas empreiteiras a nível nacional a trabalhar para os CTT», sublinhando que o «combate às adjudicações é uma luta que impõe cada vez mais», cita nomeadamente os casos das empresas **Visabela e Telemon**, que têm prosperado à custa dos cofres dos Correios e acrescenta: «Se fosse possível averiguar como têm crescido as contas bancárias de todos os empreiteiros, ou de todos aqueles que directa ou indirectamente comem à conta das empreitadas, então sim, poder-se-ia provar claramente o que é este esbanjamento de dinheiro, a corrupção que o acompanha, bem como provar os reais objectivos que estão por detrás das adjudicações e os quais nada têm no fundo que ver com as necessidades de serviço dos CTT, mas apenas com as ambições materiais de toda a rede que envolve as empreitadas».

**Acesso no Ensino** — Da intensa movimentação dos sindicatos dos professores e da respectiva Federação (FENPROF), designadamente junto do Ministério da Educação, destacou-se ultimamente, segundo o SPGL (Grande Lisboa), «a reposição do direito de acesso à penúltima fase da carreira docente (5.ª fase) para os professores dos ensinos preparatório e secundário não portadores de um grau académico de nível superior». De acordo com posição pública do SPGL, trata-se de «uma importante vitória, conseguida pela luta dos professores que, dessa forma, conseguiram que o MEC (Ministério) concedesse agora o que lhes negou no decreto-lei n.º 100/86». Entretanto, o SPGL comunicava, acerca das colocações no quadro geral do ensino primário, que «dos 6066 professores não efectivos concorrentes apenas 188 se efectivaram, distribuídos pelos distritos de Beja (60), Faro (5), Lisboa (27), Santarém (12) e Setúbal (84)». **Os professores não efectivos continuam sem a estabilidade profissional a que têm direito**, sublinha o SPGL em comunicado do passado dia 23. O SPGL promovia entretanto em Lisboa uma reunião de professores dos ensinos preparatório e secundário para debater os projectos de diploma sobre regime de emprego.

**Bloqueio na CP** — Em plenários efectuados nos locais de trabalho, os ferroviários da CP condenam a fuga ao compromisso tomado em 20 de Junho em curso pelo ministro do Trabalho «no sentido de contactar a tutela (Ministério dos Transportes) e de marcar uma reunião como objectivo de desbloquear o impasse em que se encontram as negociações do acordo de empresa e do regulamento de carreiras». A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários, que entretanto marcou reuniões dos eus órgãos dirigentes, nomeadamente para «perspectivar novas acções, à luz das discussões efectuadas nos locais de trabalho», afirma que os trabalhadores atribuem ao Governo e ao conselho de gerência da CP «a responsabilidade exclusiva pelo referido impasse, por terem negociado de má-fé e não respeitarem nem a lei nem as normas internacionais sobre negociação da contratação colectiva».

Trabalhadores

## Empregos na Segurança Social

# A extinguir quando vagarem 52,1% dos lugares de 1.º e 2.º oficiais

Foi revelado num recente seminário em Lisboa, organizado pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP) e pelo respectivo Sindicato do Sul e Açores (STFPSA), que, na Segurança Social, existem quadros onde 52,1 por cento dos lugares de 1.º e 2.º oficiais são para extinguir quando vagarem.

O seminário de trabalhadores administrativos daquele sector da Administração Pública, que decorreu em 24 do corrente, analisou problemas que dizem respeito a cerca de dez mil trabalhadores.

Segundo o STFPSA, «trata-se de uma área onde a introdução das novas tecnologias, o aproveitamento dos recursos humanos e as relações com o público utente são preocupações de primeiro plano».

Os quadros administrativos que representaram esses 10 000 trabalhadores no seminário do dia 24 mandaram as organizações representativas, nomeadamente sindicatos e CTs, para contactar os partidos que se candidatam às próximas eleições para a Assembleia da República no sentido de «auscultarem as eventuais

soluções que estes tenham perspectivadas para os problemas em causa».

Do debate efectuado saiu um documento divulgado pela comissão executiva do conselho nacional da FNSFP. Pelo seu alcance e significado, transcreve-se a seguir, na íntegra, o texto tornado público pela Federação:

«Na Segurança Social, os trabalhadores administrativos vêm com profunda preocupação a sua situação profissional.

«A desmotivação, a estagnação profissional, a deficiente elaboração dos quadros de pessoal, a falta de condições de trabalho, a ausência de formação profissional são factos constatáveis em todos os Centros Regionais de Segurança Social.

«Hoje existem quadros de pessoal onde 52,1 por cento

dos lugares de 1.º e 2.º oficiais são para extinguir quando vagarem. Na maior tesouraria do País não há um trabalhador na carreira de tesoureiro e nas restantes é o mesmo que está há 22 anos na mesma categoria. Dos cerca de 10 000 trabalhadores administrativos em todo o País nem 5 por cento têm formação profissional. Há milhares de trabalhadores que estão mais de 7 horas diárias em contacto com os visores. O descontentamento é total.

«Paralelamente, são exigidas novas responsabilidades no complexo contexto laboral, inclusive esforços acrescidos para ultrapassar as deficientes regras de gestão.

«A actual situação não serve os interesses e direitos dos trabalhadores. É prejudicial ao normal funcionamento dos serviços.

«No seminário realizado, os trabalhadores administrativos dos distritos de Lisboa e Setúbal salientaram a necessidade de:

«a) O actual Governo respeitar os compromissos as-



A imagem tem mais de 6 anos, mas as reivindicações não

sumidos quanto ao estudo de propostas que alterem a situação.

«b) Considerar um sistema de carreiras, com mais categorias profissionais, onde não se verifique estagnação profissional e seja privilegiada a formação profissional.

«c) Reduzir o horário de contacto directo com os visores, respeitando as recomendações e normas sobre a matéria.

«d) Os trabalhadores vejam, de imediato, a sua situação remuneratória melhorada (subida de letra ou complemento salarial).

«As organizações representativas dos trabalhadores ficam mandatadas para contactar com os partidos, com candidatos à Assembleia da República, para auscultarem as eventuais soluções que estes tenham perspectivadas para os problemas em causa».

## UGT quer expulsar eleitos da banca

Os eleitos pelas listas unitárias para as secções sindicais do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, com sede em Lisboa, acabam de acusar a direcção ugt de querer expulsar dez sindicalistas e de instaurar um processo-crime a um total de 37. As ten-

dências coligadas na mesma direcção — leia-se PSD e PS — instauraram esse processo-crime pelo facto de aqueles eleitos «exigirem esclarecimentos sobre uma diferença de 1300 contos entre as contas do nosso Sindicato e as da ugt».

Num comunicado sobre o caso, aqueles eleitos sublinham que «no SBSI, exercer a democracia sindical dá direito a represálias» inclusive, sem o apoio do Contencioso do Sindicato para os atingidos, enquanto que os três directores que apresentaram o processo têm às suas ordens todos os advogados do SBSI.

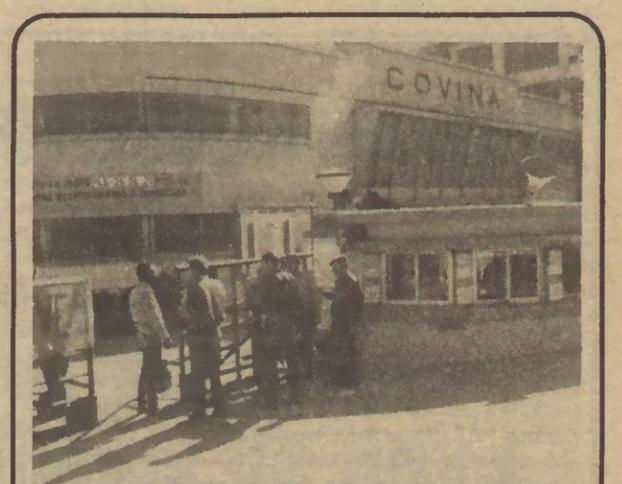
Os dirigentes ugt instalados em sindicatos, que deveriam privilegiar acima de tudo a sua função de classe e os princípios gerais orientadores do sindicalismo, utilizam a arma do processo em tribunal e da expulsão contra camaradas de trabalho e dirigentes eleitos como eles, em nome afinal de «uma política de conluio com os conselhos de gestão e os governos de direita, que leva os principais responsáveis pelo SBSI a «uma actuação fechada e autoritária para com os bancários».

### Apelo à classe

Segundo o comunicado emitido sobre o assunto pelos eleitos nas listas unitárias nas secções sindicais, que reafirmam a «justeza» das posições que assumem, sem o apoio dos advogados do SBSI, os atingidos pelas medidas repressivas da direcção divisionista «têm que angariar as verbas necessá-

rias à sua defesa e contratar advogados pelos seus próprios meios». Essa falta de apoio, que não se justifica, obriga os 37 atingidos a lançar um apelo à classe para que, independentemente dos posicionamentos ideológicos e partidários de cada um», reconhecendo a «justeza das posições por nós assumidas», apoie, inclusive monetariamente, neste caso de nítida discriminação e divisionismo do mais grave, os 37 atingidos pela medida da direcção ugt.

Ao caracterizar a prática deste tipo de «sindicalismo» (as aspas são do comunicado) os eleitos unitários do SBSI nas secções sindicais sublinham que «a direcção e as tendências nela coligadas não intervêm quando os conselhos de gestão exercem a repressão nos locais de trabalho e desrespeitam o ACTV (acordo colectivo de trabalho vertical) — veja-se, por exemplo, o escândalo do trabalho suplementar gratuito. Mas são muito lests no accionamento de todos os mecanismos ao seu alcance, no sentido de tentarem neutralizar aqueles que, nas empresas e nos locais de trabalho, mais se batem contra a repressão e pelo cumprimento do ACTV, muitas vezes contra a opinião e a vontade da própria direcção do Sindicato».



Espírito de luta e mobilização

## Ganância na Covina

A propósito do 12.º aniversário da nacionalização da Covina, que passa no próximo dia 10, as organizações representativas (ORTs) dos trabalhadores daquela unidade vidreira acusam a administração de «ganância do superlucro».

Depois de reafirmarem que a Covina não foge à regra do ataque ao sector público e nacionalizado, conduzido pelos sucessivos governos de direita, as ORTs da Covina acusam a administração portuguesa da firma de «submissão» à multinacional francesa Saint-Gobain, que recentemente beneficiou sozinha de 20 por cento de aumento do capital.

Juntamente com o IPE (Investimentos e Participações do Estado) e com o Governo, neste como em outros casos, completamente subordinados a interesses estrangeiros, os responsáveis por esta empresa querem intensificar ainda mais a exploração, através do «aumento dos ritmos de trabalho e da polivalência», tentando reduzir drasticamente os postos de trabalho.

As organizações representativas, que comemoram a nacionalização com um almoço no refeitório principal da empresa, durante o qual serão homenageados os trabalhadores que completam 25 anos ao serviço da Covina, reafirmam a sua determinação de continuar a luta, na esperança de um futuro melhor.



Apesar das direcções sindicais divisionistas, os bancários têm participado regularmente nas iniciativas do movimento sindical unitário e têm nas empresas uma forte representação sindical

## Trabalhadores

# Indústria naval

## Promessas e realidades

Como tem acontecido com a generalidade dos sectores laborais da indústria, comércio, serviços e agricultura, o movimento sindical unitário e as restantes organizações representativas dos trabalhadores têm tomado naturalmente as suas posições públicas face às eleições do próximo dia 19 para a Assembleia da República. Um dos sectores industriais mais afectados pelos governos e pela política de direita tem sido a indústria naval. Desemprego, instabilidade, encerramento de empresas tem sido o lote reservado a esta importante actividade da indústria portuguesa.

A comissão coordenadora das CTs da indústria naval, com a representatividade que lhe cabe, emitiu anteontem um comunicado datado do Barreiro onde são referidos alguns exemplos dos anos mais recentes sobre as promessas e realidades dos governos e partidos que têm estado no poder.

Assim é que, segundo a coordenadora das CTs, quanto a promessas:

- Em 1980, Governo PSD/CDS: 8 navios a construir em estaleiros nacionais;

- Em 1981, Governo PSD/CDS: 9 navios a construir em estaleiros nacionais e posteriormente mais 5.

- Em 1982, Governo PSD/CDS: construção em 1983 de 14 navios graneliros em estaleiros nacionais e mais 7 a 9 navios até 1990.

- Em 1983, Governo PS/PSD: construção de 15

navios em estaleiros nacionais.

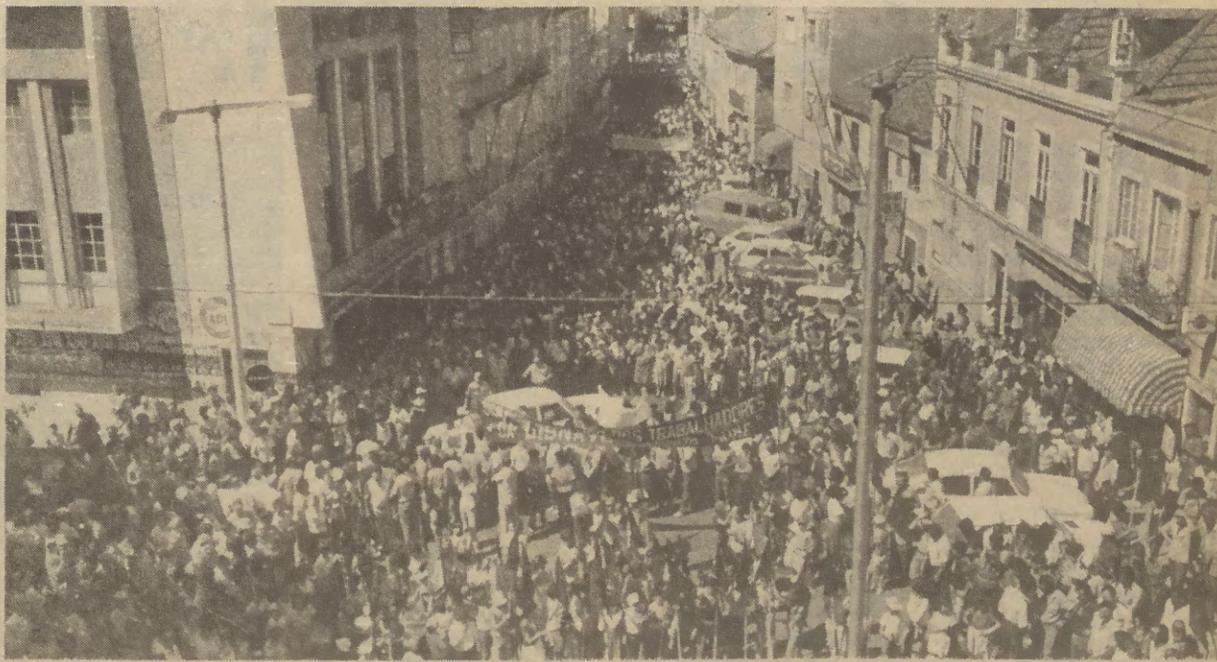
- Em 1984, Governo PS, de acordo com a resolução do Conselho de Ministros n.º 41/84, de 26 de Julho: aquisição de cerca de 56 navios, sensivelmente metade dos quais a construir em estaleiros nacionais.

- Em 1986, Governo PSD/Cavaco Silva: demagogicamente prometeu construir 6 navios para a frota nacional.

Contrariamente ao que os governos dizem ser sua intenção realizar para viabilizar o sector, a realidade é bem diferente.

E eis as realidades:

- Encerramento das oficinas da empresa CPP.
- Encerramento das oficinas da empresa CTM.
- Encerramento da SRN.
- Encerramento da H. Parry & Son.



- Redução significativa do número de trabalhadores efectivos na Lisnave e Setenave.

- Como consequência disso, verificou-se a redução de postos de trabalho, em cerca de 10 mil trabalhadores.

- A frota nacional de comércio perdeu mais de metade dos seus navios (em relação a 1975) estando reduzida a 72 navios.

- A participação dos navios nacionais no transporte do comércio externo do País ronda os 10%.

- Verificou-se o agravamento constante da balança de divisas. Cerca de 250 milhões de contos de pagamento de fretes e afretamentos de navios estrangeiros, no período de 1980 a 1985, dos quais 60 milhões de contos no último ano.

De há quatro anos data a foto, mas a luta é a mesma, por outras formas, na Lisnave

- Outra consequência foi o alarmante dispêndio de divisas no pagamento de mais de 100 milhões de contos na importação de pescado e produtos pesqueiros, nos últimos 5 anos.

«Isto caracteriza bem a política de destruição que tem sido levada a cabo nos últimos anos e, se não foi mais longe e não tem consequências mais gravosas é porque houve sempre, da parte dos trabalhadores, uma luta muito activa», sublinha a coordenadora das comissões

de trabalhadores da indústria naval que, acerca do voto dos trabalhadores no próximo dia 19 apela, nomeadamente, a «um amplo debate entre os trabalhadores, a nível das empresas» para ficar bem distinto e claro que «propostas concretas servem os interesses dos trabalhadores» e poderão resolver os seus problemas, «que política global importa defender para recuperar o sector da indústria naval e o País, defender o regime democrático e prosseguir os caminhos de Abril».

## Extravagâncias salariais

As extravagâncias de uma política de direita, que ataca o direito ao trabalho e à remuneração, ficaram mais uma vez evidentes num sector (a clínica privada) onde aparentemente tudo parece correr no melhor dos mundos... da ilusão. De tal modo que técnicos paramédicos e todos os outros trabalhadores ao serviço da medicina privada se insurgiram em público contra a situação inadmissível de o seu principal instrumento de regulamentação de trabalho (CCT) estar há mais de sete anos sem revisão; de a última PRT (Portaria de Regulamentação de Trabalho) para o sector ter mais de dois anos, «sem qualquer revisão», também, e com salários que não chegam a metade dos

praticados na Administração Pública. A Federação dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços (FEPCES), que anuncia formas de luta no sector, não se coíbiu de «denunciar os elevados lucros dos serviços de saúde privados que, ao contrário do que seria desejável, não se reflectem na retribuição dos trabalhadores», enquanto que o Governo «assiste impávido às ilegalidades das associações patronais».

Para os mais interessados, segue-se um panorama sumário, em números bastante eloquentes, sobre a maneira como os apelos governamentais à privada se reflectem no nível de vida dos trabalhadores:

- Valor percentual do salário do técnico paramédico da clínica privada face ao salário médio na administração pública — 56%
- Valor da retribuição/hora do técnico paramédico da clínica privada face à carga horária praticada na administração pública — 51%
- Valor percentual do salário do técnico paramédico da clínica privada face ao salário médio na administração pública, ponderados os valores relativos às diuturnidades e subsídios de alimentação — 49%

	TÉCNICOS	TÉCNICOS
Salário médio mensal .....	56 000\$00	31 200\$00
Carga horária semanal .....	36 horas	40 h/valor médio
Retribuição hora .....	354\$00	180\$00
Diuturnidades .....	2 000\$00	500\$00
Subsídio de alimentação .....	250\$00	140\$00

	Lab. POLICLÍNICOS (85)	PRT Escr. (87)	Dif. %
Contabilista/Tec. Contas .....	44 000\$00	61.000\$00	17 000\$00 / 38%
Chefe Secção .....	38 200\$00	46 900\$00	8 700\$00 / 22,7%
1.º escriturário .....	34 200\$00	37 500\$00	3 300\$00 / 9,6%
2.º escriturário .....	29 200\$00	34 400\$00	5 200\$00 / 17,8%
3.º escriturário .....	25 750\$00	31 900\$00	6 150\$00 / 23,9%
Dactilógrafo .....	25 750\$00	29 000\$00	3 250\$00 / 12,6%
Contínuo .....	24 100\$00	26 300\$00	2 200\$00 / 9,1%
Estágio .....	24 100\$00	29 000\$00	4 900\$00 / 20,4%
Trab. limpeza .....	20 800\$00	25 200\$00	4 400\$00 / 21,2%

## Debate em Setúbal

Num debate aberto para o qual estão convidadas diversas personalidades de «vários quadrantes e instituições», a União dos Sindicatos de Setúbal promove depois de amanhã, dia 4, na Sociedade Musical Capricho Setubalense um debate público subordinado ao tema «A situação do emprego e perspectivas de desenvolvimento no distrito de Setúbal».

O debate inicia-se às 9 e 30 e, segundo os organizadores, tem como «objectivo aprofundar mais rigorosamente as apreciações quanto às causas da situação económica na região».

A posição do movimento sindical unitário quanto aos «estudos e planos para o distrito» estará também em debate, junto com as perspectivas a nível do emprego, nomeadamente.

A União dos Sindicatos de Setúbal afirma, sublinhando o carácter aberto do debate, que a iniciativa será «um contributo sério para a clarificação da situação económica e social do distrito, demonstrando as reais possibilidades de desenvolvimento e modernização, numa perspectiva de real progresso social, como a USS/CGTP há muito vem defendendo».

## Não há lei no Pão de Açúcar?

Ao sublinhar que «a população de Almada não está carente de tempo para as suas compras, mas sim de dinheiro para as adquirir», a FEPCES (federação sindical do comércio) protesta contra o horário pretendido pelo supermercado Pão de Açúcar daquela localidade. Nos termos da lei, acrescenta a FEPCES, não é possível conceder a autorização de abrir todos os dias, incluindo os domingos e sábados, das 8 às 21 horas, como pretende aquela cadeia multinacional. Nem a lei geral, nem o regulamento camarário, nem o contrato colectivo de trabalho permitem a prática de semelhante horário, que visa facilitar despedimentos e conduzir à ruína muitos pequenos e médios comerciantes. A autarquia local, segundo a FEPCES, deve aprovar, em breve, horários compatíveis com as necessidades do turismo e com os interesses dos trabalhadores, salvaguardando os direitos que o supermercado pretende atacar em nome do maior lucro e da sobreexploração.

Nacional

## Acto Público na Casa do Alentejo

### A Festa do «Avante!» continuará

Realizou-se no passado dia 25, na Casa do Alentejo, um Acto Público sobre a manobra reaccionária que levou à proibição efectiva da realização da Festa do «Avante!» este ano. Na mesa, a Comissão Executiva da Festa e na sessão muitas pessoas que pela sua intervenção activa e sugestões adiantadas, verberaram vigorosamente o comportamento do governo PSD e das forças de direita na CML.

Por banda da Comissão Executiva da Festa interveio o camarada António Dias Lourenço, director do órgão central do PCP que, para além de realçar o significado político e cultural da Festa, historiou todo o processo que conduziu à recusa final, por parte do Governo de cedência do terreno do Alto da Ajuda. É desta intervenção que retiramos os seguintes apontamentos.

A deliberada inviabilização da Festa de 1987 revestiu-se de um maquilismo que não podemos deixar de aqui referenciar e denunciar.

O presidente da Câmara Municipal de Lisboa arrastou a decisão sobre a utilização dos terrenos do Alto da Ajuda — normalmente pedida e concedida no seguimento de cada edição da Festa —, desde Outubro de 1986 e até aos primeiros dias de Abril de 1987. Sempre — pensamos hoje que intencionalmente — ocultando o projecto da sua utilização no ano em curso, sempre aos nossos reiterados pedidos de en-

trevista respondendo evasivamente com um «ainda não é tarde» ou um «ainda falta muito tempo», ou pretextando afazeres que a sua movimentação pública mostrava não serem imediativos.

Finalmente, depois de insistentes diligências o presidente da CML acabou por receber uma delegação composta por mim, director do «Avante!», pelo engenheiro Fernando Vicente, do CC do PCP e responsável técnico do projecto da Festa, e pelo vereador municipal do PCP, professor Rui Godinho.

Acompanhado do vereador do CDS, Carlos Roba-

lo, o presidente da CML mostrou à delegação do PCP no chão do seu gabinete uma «maquete» do projecto «Campus» para a Construção da Universidade Técnica de Lisboa nos terrenos do Alto da Ajuda, cujos trabalhos, a iniciar este ano, impediriam no seu entender a realização da Festa do «Avante!».

Com surpresa, a delegação do PCP referiu o facto de o projecto ter sido mantido até então no desconhecimento do público e dos órgãos autárquicos da cidade de Lisboa — Executivo da CML e Assembleia Municipal — aduzindo em consequência que no ano em curso a realização da Festa na data prevista não colidiria mesmo assim com o início da construção da Universidade Técnica, tanto mais que as obras nem sequer haviam sido ainda submetidas, como é de lei, ao concurso público, o que tudo atirava para, pelo menos, mais seis meses antes do início dos trabalhos — observações que mereceram a concordância do vereador Carlos Robalo.

Nuno Abecasis rejeitou as objecções e remeteu a decisão última do caso

para o Ministério da Educação e Cultura, doravante a entidade de quem dependeria a realização do projecto «Campus».

Em face disso foi o ministro abordado na Assembleia da República pelo presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Carlos Brito, para a concessão de uma entrevista a uma delegação da Festa visando a necessária autorização de utilização dos terrenos.

O ministro remeteu para o seu gabinete a marcação da entrevista mas, no seguimento, logo que ao referido gabinete era solicitada a entrevista e era referida a Festa do «Avante!» a sua secretária respondia de imediato pela impossibilidade, devido aos afazeres do ministro.

Posteriormente, numa recepção no Palácio da Ajuda foi o ministro abordado pelo secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, no sentido de uma decisão sobre a utilização do terreno.

Dias depois era conhecida a marcação da assinatura de um protocolo entre a CML e o Ministério da Educação e a Universidade Técnica de Lisboa para a concessão do Alto da Ajuda e o início dos trabalhos do projecto «Campus».

Pouco depois era comunicado por uma funcionária do gabinete do ministro a Álvaro Cunhal — que é também como se sabe, Conselheiro do Estado — que o protocolo fora assinado, e que significava a



Mesa do Acto Público na Casa do Alentejo

impossibilidade prática da realização da Festa do «Avante!» no Alto da Ajuda em 1987.

A Comissão Executiva da Festa decidiu apesar disso esgotar todas as possibilidades de obtenção da necessária autorização para a utilização dos terrenos para o que foi pedida e efectuada uma entrevista entre o director do «Avante!» e o Reitor da Universidade, professor Simões Lopes.

Na entrevista o Reitor, que tinha já ouvido a opinião da Comissão Técnica da Universidade, pronunciou-se pela possibilidade de utilização condicionada dos terrenos para a realização da Festa.

Na confirmação por escrito do professor Simões Lopes era contido dito que o parecer técnico não significava autorização para os trabalhos visto que a Universidade não era a dona dos terrenos. Textualmente: «a Universidade não é «dona» dos terrenos, pelo que esta posição não poderá ser considerada como autorização, mas apenas de disponibilidade para encarar o adiamento de alguns trabalhos».

Solicitada a autorização por escrito ao ministro da Educação e Cultura para utilização dos terrenos em 29 de Maio último não foi até agora dada qualquer resposta à carta da Comissão Central da Festa pelo que forçoso foi concluir, até pela impossibilidade prática de adiar por mais tempo o começo dos trabalhos de implantação e de recurso a qualquer solução alternativa, pela impossível realização da Festa em 1987.

Não se pode deixar de concluir pelo que fica exposto que a inviabilização da Festa foi uma acção meditada e deliberada o que é revelador do carácter retrógrado e reaccionário do anticomunismo e ódio à cultura da equipa governante de Cavaco Silva/PSD e do presidente da CML, Nuno Abecasis.

A terminar António Dias Lourenço lembrou as sucessivas recusas de terrenos desde a primeira edição da Festa nas instalações da FIL e afirmou, «a Festa do «Avante!» continuará como grande iniciativa popular e democrática e a sua inconfundível mensagem cultural e sociológica».

## Assassínios no Chile

### CPPC e JCP protestam

Em telegrama dirigido ao general Augusto Pinochet, dirigentes do CPPC manifestaram o seu protesto pelo bárbaro assassinato, pelas forças repressivas da ditadura chilena, de doze combatentes chilenos. É o seguinte o texto do telegrama enviado e a lista dos seus subscritores.

«Em face do brutal assassinato pelas forças repressivas do seu regime de doze patriotas e combatentes da liberdade chilenos, os abaixo assinados, dirigentes do Conselho Português Para a Paz e Cooperação, manifestam-lhe o seu mais vivo protesto e indignação, e exigem, certos de interpretar a consciência democrática e os sentimentos de solidariedade do povo português, o respeito pela vida dos presos e

perseguidos políticos e pelos Direitos Humanos do povo martirizado do Chile.

«Marechal Costa Gomes; Carlos Candal — deputado do Grupo Parlamentar do PS e advogado; Dieter Dellinger — administrador; Manuel Lopes — sindicalista; Alcina Bastos — advogada; Vítor Pinto — engenheiro; Araújo Sequeira — advogado; Silas Cerqueira — investigador; Fernando Loureiro — médico; Fernando Teixeira Santos — professor universitário; Luís Azevedo — advogado; Etelvina Reis — sindicalista; João Cunha Serra — engenheiro; Luís Metello — administrador; António Castro Neves — engenheiro; Jorge Grave — funcionário administrativo; Eugénio Ramos — jurista; Paulo Areosa Feio — estudante; António

Pedro Carvalho — empregado; Maria Alice Chico — museóloga.»

Também a JCP, em notas enviadas à Comissão Nacional Pró-Direitos Juvenis do Chile, ao Consulado Chileno em Lisboa e ao governo daquele país, protestou e denunciou vivamente os assassinatos de patriotas chilenos cometidos recentemente pelas forças repressivas do regime terrorista de Pinochet, exigindo o respeito pelo Direito à vida dos chilenos, o fim da aplicação da pena de morte e a libertação de todos os presos políticos no Chile.

A JCP reafirmou igualmente o sentimento solidário que a une à Juventude Chilena na sua luta pela liberdade e a democracia.

## Lisboa

### Tirar competências à incompetência

Os vereadores do PCP na Câmara Municipal de Lisboa apresentaram na reunião do dia 29/6 uma proposta para retirar ao presidente a delegação excepcional de competências que lhe foi conferida através de uma deliberação de Janeiro de 1986, aprovada pelos vereadores do CDS, PSD e PS, em consequência de protocolo de acordo assinado entre Abecasis e os vereadores do PS.

A proposta agora apresen-

tada e justificada pelos atropelos da CML em matéria de gestão urbanística — nalgumas situações já consideradas ilegais pela Procuradoria Geral da República — pela sistemática falta de informação à Câmara sobre uso das excepcionais competências delegadas e pelas situações de facto consumado em que têm procurado colocar a Câmara, as práticas de gestão urbanística que têm sido seguidas, são susceptíveis de

acarretar graves responsabilidades para o Município, não respeitam a igualdade de oportunidades de todos os promotores, transfiguram a cidade, degradam a qualidade de vida dos habitantes e não respeitam a própria vereação.

«É imperativo assim — sublinham os vereadores do PCP — que haja uma nova filosofia e novas práticas de gestão, especialmente na área de gestão urbanística, o

que implica desde já que a Câmara retome em pleno as suas competências.»

A propósito de apoios a dar a cooperativas de habitação de funcionários da Câmara — que foi aprovado por unanimidade — os vereadores do PSD, CDS, PS, PPM e MDP rejeitaram uma proposta dos vereadores do PCP no sentido de os processos de todas as cooperativas terem tratamento preferencial e prioritário.

## Montemor-o-Novo Produtores pecuários poluem linhas de água

Passamos a transcrever um comunicado da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo sobre um grave problema de poluição de águas que afecta o concelho:

«Foi a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo alertada na passada sexta-feira, dia 26 de Junho, para mais uma situação anormal de poluição em linhas de água, de consequências catastróficas, na barragem do Raimundo, a 5 km de Montemor, local anteriormente aprazível e muito frequentado pela população nos seus tempos livres. De imediato se deslocaram ao local o presidente, alguns vereadores e técnicos da Câmara Municipal, que constataram a existência, nas margens da barragem e na água, de centenas ou milhares de peixes mortos, especialmente carpas e enguias, muitos dos quais de grandes dimensões e dando ideia de ter morrido toda a rica fauna existente, de toneladas de peixes.

«O local, de acesso fácil por estrada, apresenta um aspecto desolador, que já foi filmado pela Câmara para constituir peça do processo. Percorrida a única linha de água que corre para a barragem, verificou-se a existência de indícios de recentes despejos de instalações pecuárias, devidamente identificadas, para o ribeiro.

«No espaço de três meses, trata-se assim do terceiro

caso grave, sendo este talvez o pior, de crimes contra a Natureza, cometidos por produtores pecuários que, embora por vezes (e é o caso), possuindo instalações adequadas para que tais situações não aconteçam, continuam porém a provocar calamidades como a presente.

«A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo convida a população e a Comunicação Social, a deslocarem-se à barragem do Raimundo, para verem com os seus próprios olhos até onde chegam as consequências da procura desenfreada do lucro individual, no prejuízo do Homem, da sociedade e da Natureza.

A Câmara Municipal continua a tomar todas as medidas e a desenvolver todos os contactos, no sentido de evitar que casos destes se continuem a repetir. Simultaneamente, e, tal como em situações anteriores, a Câmara irá utilizar a via judicial contra os autores da matança efectuada. Do andamento do processo serão dadas posteriormente informações.»

## Internacional

# Panamá acusa EUA de «intolerável ingerência» nos assuntos do país

A nacionalização dos meios de comunicação e telecomunicação do Panamá e as severas críticas à «intolerável ingerência» dos Estados Unidos nos assuntos internos do país, constituem os dois factos mais relevantes ocorridos nos últimos dias no Panamá e que confirmam o agravamento das relações entre os dois países.

Culminando uma série de movimentações de carácter mais ou menos golpista e da proliferação de notícias visando denegrir a imagem do chefe de Estado-Maior do Exército, Manuel Noriega, o povo panamiano foi surpreendido com a resolução do Senado norte-americano que apela aos militares panamianos para que «devolvam o poder aos civis».

As reacções internas não demoraram a fazer-se sentir. Reunido de urgência no sábado, o Estado-Maior das Forças Armadas do Panamá rejeitou a intervenção norte-americana, enquanto o governo convocou o seu embaixador nos EUA para preparar a resposta a dar ao que considera uma «intolerável ingerência» nos assuntos internos do país.

Entretanto, em nota oficial distribuída no domingo, o presidente Arturo Delvalle considerou «inadmissível que o Senado dos Estados Unidos pretenda deliberadamente

ditar normas de conduta a um governo estrangeiro», ao mesmo tempo que, em conjunto com o chefe de Estado-Maior do Exército, denunciou a existência de «uma conspiração dos meios conservadores norte-americanos com a direita local para atentar contra a independência e soberania do Panamá».

Independência e soberania que as autoridades panamianas têm vindo a afirmar com força crescente nos últimos tempos, quer no que se refere às exigências de cumprimento do acordo sobre o Canal do Panamá quer na

condução da política interna e externa do país. Recordando-se que a concessão de exploração do Canal dos EUA termina no ano 2000, bem como a permissão para a permanência de bases militares norte-americanas no país, o que de modo algum agrada à Casa Branca.

As esperanças norte-americanas de conseguirem garantir a sua presença no Panamá para além daquela data têm vindo a diminuir na razão directa da afirmação de uma política nacionalista por parte das autoridades panamianas, bem como de uma crescente consciencialização da necessidade de conjugar todos os esforços para defender e consolidar a paz na América Latina. A participação do Panamá no Grupo de Contadora, cujas iniciativas de paz para a América Central a administração Reagan tem sistematicamente boicotado, desagrada sobremaneira a Washington que desta forma se vê privada de uma das suas bases de agressão contra a Nicarágua.

Por outro lado, importa

não perder de vista que a exigência de respeito pelos acordos sobre o canal (assinados durante a presidência de Carter) coloca os EUA na perspectiva de perderem mais um aliado submisso na sensível região latino-americana, o que do ponto de vista estratégico da lógica imperialista seria desastroso.

É neste contexto que assume particular importância a decisão do Parlamento do Panamá, aprovada na passada sexta-feira, de nacionalizar as telecomunicações. Por proposta do presidente Delvalle foram nacionalizadas «todas as transmissões, emissões ou recepções de sinais, textos, imagens e outro material informativo por meios eléctricos, ópticos ou electromagnéticos». Para que não restem dúvidas da intenção que presidiu à aprovação de tal medida o dirigente do Partido Trabalhista, Mauro Murillo, deixou explícito tratar-se de «um aviso claro» aos EUA.

«A exploração acabou, disse Murillo no Parlamento, e não serão atribuídas novas concessões a empresas privadas de comunicação».

Um aviso claro, sem dúvida, que não deixará no entanto de exigir dos panamianos e do seu governo a necessária unidade para fazer face às mais que previsíveis pressões de toda a ordem por parte dos EUA. As movimentações conspirativas do embaixador norte-americano na Cidade do Panamá, em particular junto das forças de direita e dos principais sectores económicos do país, já denunciadas na própria imprensa norte-americana, deixam prever a agudização artificial dos problemas internos do Panamá de forma a favorecer os planos dos EUA.



## «Neus Deutschland»

Na região de Neubrandenburg, na RDA, há uma escola com um nome que nos é muito familiar — «Catarina Eufémia». Nessa escola, as crianças — alemãs — conhecem a história de Catarina Eufémia, recitam poemas e cantam canções em sua homenagem. Este um dos momentos da participação na festa do órgão central do Partido Socialista Unificado da Alemanha, «Neus Deutschland», que o camarada Rogério de Carvalho (que representou o PCP na festa) nos relatou.

A festa do «Neus Deutschland», que se realizou entre 12 e 14 de Junho, é uma festa popular, com vincada presença do trabalho político. Este ano contou com a participação de 46 delegações estrangeiras. Inserida no programa que lhes foi destinado, uma volta aos bairros novos e ao centro de Berlim. Uma visão rápida de uma cidade preparada para a comemoração dos seus 750 anos. Não com meros alindamentos de fachada, mas com obra de fundo, tanto na recuperação do antigo como na construção do novo.

O acolhimento ao Partido Comunista Português foi particularmente caloroso. Rogério de Carvalho refere a importância da troca de informações registada sobre a realidade política dos dois países.

SRODA

Proletariusse wszystkich krajów, łączcie się!

**Trybuna Ludu**  
ORGAN KOMITETU CENTRALNEGO POLSKIEJ ZJEDNOCZONEJ PARTII ROBOTNICZEJ

## «Tribuna Ludu»

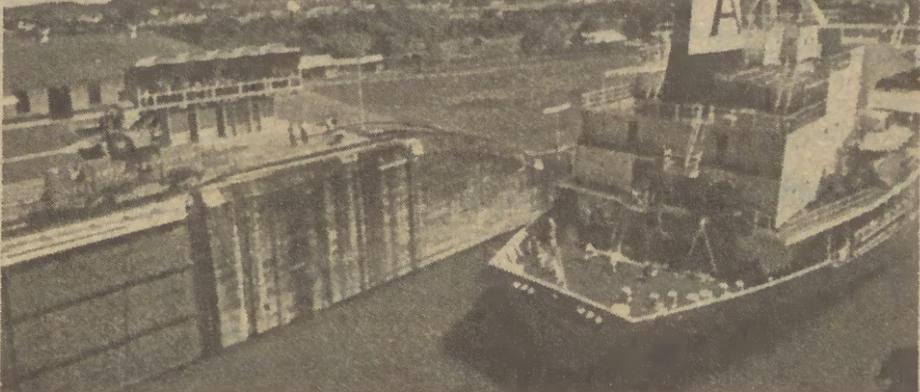
Uma grande festa com um carácter eminentemente popular — é o traço da festa do jornal do Partido Operário Unificado Polaco, «Tribuna Ludu», que o nosso camarada Rogério de Carvalho (que aí se deslocou, em representação do PCP), mais destaca.

Grande festa popular pela significativa participação. 750 mil a um milhão de pessoas em Varsóvia e arredores (a festa é também assinalada noutros pontos do país).

Grande festa popular pelo seu carácter, pelo «clima» que nela se vive, e as múltiplas actividades, que nomeadamente englobam a recuperação de algumas tradições da cultura nacional. Um exemplo curioso — o lançamento ao rio Vístula, pelas raparigas, de coroas iluminadas com velas. Os rapazes ficarão «noivos» da autora da coroa que conseguirem apinhar... Jogo e brincadeira que também fazem parte da cultura.

A festa desenrolou-se ao longo de três dias — 19, 20 e 21 de Junho. As 34 delegações estrangeiras presentes puderam participar num programa diversificado. Rogério de Carvalho destacou a visita à fábrica de tractores «Ursus» — 90 mil tractores/ano, e em que lado a lado funcionam ainda sectores antiquados e linhas de produção totalmente automatizadas.

Nos contactos políticos havidos, veio naturalmente à conversa a visita do Papa. Um dado numérico de assinalar, e que os camaradas polacos fizeram questão de sublinhar. A visita do Papa mobilizou cerca de 6 milhões e meio de polacos. O 1.º de Maio mobiliza 10 milhões.



Canal do Panamá, um símbolo de dependência que os EUA querem conservar

## Conferência Nacional no Yemen do Sul

Ano e meio depois dos trágicos acontecimentos que abalaram a República Democrática Popular do Yemen, o Partido Socialista Iemenita levou a cabo uma Conferência Nacional cujo objectivo visa o reforço da orientação seguida desde Janeiro do ano passado: Reconstruir o Partido, restabelecer a confiança popular no regime, reconstruir o País.

Prevista inicialmente para finais de 1986, a Conferência Nacional agora realizada foi antecedida por um intenso trabalho das organizações de massas (Confederação dos sindicatos, organizações de jovens, de mulheres), também elas profundamente afectadas pelos acontecimentos de Janeiro que tão dolorosas marcas deixaram no Yemen do Sul. Recordam-

se que os problemas internos então registados provocaram a morte de 70 colaboradores do Comité Central do Partido, e que centenas de quadros administrativos e do exército morreram, fugiram para o estrangeiro ou foram presos.

A amnistia geral posteriormente aprovada pelo presidente Abou Bakar el Attas permitiu o regresso ao país

de todos os que não tiveram uma participação determinante e directa nos acontecimentos de Janeiro, bem como a libertação da generalidade dos presos. O objectivo, como então se anunciou, foi o de ultrapassar o choque provocado pelos sangrentos confrontos, recuperar a confiança da população e relançar o programa adoptado pelo terceiro Congresso do Partido.

O plano quinquenal (1984/1990), suspenso por um ano, deverá ser agora retomado, à luz das decisões da Conferência Nacional.

Em mensagem enviada a propósito daquela realização

o Comité Central do PCP manifestou a sua solidariedade para com os esforços do PSI para ultrapassar as dificuldades e obstáculos, para defender a revolução e o seu rumo socialista, no interesse do povo Iemenita e de todas as forças anti-imperialistas e amantes da paz.

Desejando os maiores sucessos aos trabalhos da Conferência Nacional assim como à aplicação ulterior das suas decisões, a mensagem do CC do PCP reafirma a vontade de reforçar os laços de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre o PCP e o PSI.

Documentos dos partidos comunistas e operários



## BOLETIM INFORMAÇÃO

No número de Abril

### A reestruturação e a política de quadros do PCUS

À venda - 40\$00

Internacional

# Moçambique na mira da África do Sul

A implicação das autoridades sul-africanas na morte do Presidente moçambicano Samora Machel, em Outubro último, voltou nos últimos dias a ser notícia. Depois da acusação explícita do actual chefe de Estado de Moçambique, Joaquim Chissano, ao regime de Pretória, pelo incidente aéreo que vitimou Samora, o jornal britânico «News on Sunday» voltou ao assunto, demonstrando que ao contrário do que pretendem os racistas da África do Sul o caso está longe de se encontrar encerrado. Entretanto foi descoberto um plano terrorista contra Moçambique, dirigido por Pretória.

De acordo com o «News on Sunday», que cita peritos militares, o radiofarol falso que esteve na origem do desvio do avião (provocando a sua queda) utilizou a frequência de Maputo através de dispositivos semelhantes aos utilizados pelas Forças Armadas da África do Sul.

Era fácil, afirma o jornal, montar um deles num local predeterminado, já que Pretória tinha informações acerca da rota de voo do avião de Samora Machel. A hipótese, levantada logo na ocasião da tragédia, seria de resto confirmada algumas horas depois do acidente por um homem que, dizendo ser «capitão da Força Aérea da África do Sul», entrou em contacto telefónico com a delegação local de uma agência noticiosa ocidental. É curioso assinalar que o referido

telefonema ocorreu quando ainda se desconheciam os pormenores da catástrofe embora, como sublinha o «News on Sunday», o dito «capitão» revelasse conhecer muito bem as circunstâncias em que ocorreu a morte de Samora Machel e da maioria da sua comitiva.

Não menos curioso é o facto de as autoridades sul-africanas terem tentado impedir a divulgação daquela informação.

Acresce que outros factos apontam para o carácter premeditado da catástrofe aérea, como frisa o jornal Britânico; duas semanas antes da queda do avião, iniciaram-se intensos preparativos militares exactamente na zona próxima da fronteira moçambicana e, a 24 horas da morte de Samora Machel, o regime de Pretória emitiu uma

ordem secreta que colocou as suas forças armadas em estado de emergência e prevenção.

Indícios demasiado comprometedores para se tratar de simples «coincidência». De referir, por outro lado, a forma como a «comissão de inquérito» sul-africana se apressou a divulgar o veredicto de «acidente» apesar da discordância e das objecções fundamentadas apresentadas pelas restantes partes envolvidas, designadamente Moçambique e a União Soviética, bem como o silêncio a que a partir de então as autoridades racistas votaram o assunto, não obstante as graves acusações que lhe continuavam a ser feitas.

## Terrorismo de Estado

Importa salientar que, por mais revoltante que seja, a hipótese de crime, de terrorismo de estado, se coaduna perfeitamente com a política seguida pelo regime racista da África do Sul em relação aos seus vizinhos. Ainda a semana passada os serviços de segurança moçambicanos anunciaram ter descoberto

um plano de amplas acções terroristas e sublevações que a África do Sul começou a levar a cabo contra a República Popular de Moçambique (PRM).

Segundo o comunicado divulgado sobre o assunto em Maputo, o plano prevê o envio de grupos de «comandos» bem treinados e experientes para o território da RPM, a fim de organizar atentados contra os dirigentes da Frelimo e do aparelho de Estado, membros do Congresso Nacional Africano (ANC), bem como levar a cabo acções subversivas em instalações económicas e sociais, repartições públicas e representações estrangeiras. Insere-se nesta campanha de terror o atentado de 29 de Maio último, em Maputo, que vitimou três cidadãos moçambicanos.

Um agente dos serviços secretos sul-africanos recentemente capturado em Maputo (George Elerson), não só confirmou a existência do referido plano como confessou ter sido enviado para Moçambique como membro de um grupo de sabotadores oriundos da África do Sul, Angola, Zaire, Portugal e Moçambique, com o objectivo de aniquilar os membros do ANC residentes em Maputo.



As agressões conduzidas pela África do Sul são o maior obstáculo à recuperação económica de Moçambique

De acordo com o referido comunicado, aquele plano inclui igualmente acções terroristas contra outros países da África Austral.

Mas outros dados podem ser apontados como reveladores da política de terrorismo de estado seguida por Pretória. Este mês, a revista de Durban, «RCOAP», informou que a empresa sul-africana «ARMCOR» se prepara para fabricar um submarino e um caça de novo tipo, bem como mísseis capazes de atingir qualquer alvo nos Estados da Linha da Frente. A iniciativa insere-se na linha que vem sendo seguida pelo

apartheid desde que em 1977 o Conselho de Segurança da ONU aprovou o embargo ao fornecimento de armas à África do Sul. A partir de então esta optou preferencialmente pela aquisição clandestina de licenças para o fabrico de armas, recorrendo para tanto aos EUA, Grã-Bretanha e Israel, entre outros.

A prática não deixa margem para dúvidas do destino que é dado a tal potencial bélico. A morte de Samora Machel terá sido um deles, a desestabilização da África Austral é outro.

# De plano em plano a «cruzada» do Brasil

(...) Depois do desastre nacional em que se transformou o Plano Cruzado e do sepultamento das esperanças de todos os que durante alguns meses do ano passado tentaram acreditar na seriedade do governo José Sarney em administrar uma reforma verdadeira na economia do país, é perfeitamente compreensível o cepticismo de brasileiros e estrangeiros em relação a novos e grandiosos projectos oficiais de mudança económica. (...) e embora seja o firme desejo de cada cidadão ver as coisas melhorarem, mesmo porque ninguém poderia estar satisfeito com a calamidade económica na qual o país tem vivido, não há como evitar uma sensação de profunda cautela diante do novo choque económico agora anunciado (...).

A transcrição é da revista brasileira «Veja» e reflecte de algum modo o clima que se vive no Brasil com a entrada em vigor do Plano Bresser (do ministro Bresser Pereira), prontamente baptizado de Cruzado III ou Novo Cruzado. O que não é para admirar dada a gravidade dos problemas que afectam o Brasil e a incapacidade governativa revelada até agora para os debelar.

A Nova República, como se convencionou chamar a partir do regresso dos civis ao poder, em Março de 1985, propôs-se como principais objectivos não só a consolidação da democracia (uma nova Constituição, a eleição directa do presidente), mas também o combate às profundas desigualdades sociais geradas durante o regime militar, o combate à pobreza, ao desemprego, à inflação.

O primeiro Plano Cruzado, de Fevereiro de 1986, é recebido com entusiasmo: re-

giste-se uma reforma monetária acompanhada do congelamento dos preços, os salários aumentam ligeiramente e passa a vigorar o princípio do seu ajustamento automático sempre que a inflação ultrapasse os 20%, o consumo aumenta; o aumento dos impostos indirectos (sobre os automóveis e a gasolina) não provoca grandes manifestações.

Mas depois das eleições de Novembro tudo se modifica: é implementado um novo plano de austeridade, o Cruzado II, com o drástico au-

mento dos impostos a que não escapam os serviços públicos. A inflação volta a subir em flecha: 17% em Janeiro deste ano, 15% em Fevereiro, 13% em Março, 21% em Abril, 23,5% em Maio e cerca de 30% em Junho. Os protestos não se fazem esperar, a popularidade do governo cai, as esperanças de mais justiça social perdem fundamento. Como no passado, são as camadas mais carenciadas da população (metade das famílias brasileiras vive abaixo do nível de pobreza, ou seja, dispõe apenas de cerca de 100 dólares por mês) a pagar a maior factura da crise.

É nesta altura que o governo brasileiro decide declarar a moratória sobre a sua dívida externa que atinge já os 110 biliões de dólares. Uma medida que, sendo bem aceite a nível interno, não responde no entanto por si só à resolução de problemas de fundo de um país onde a repartição dos rendimentos e das riquezas é das mais desiguais de todo o mundo, o que faz do Brasil, como já foi dito, um país cada vez mais rico com cidadãos cada vez mais pobres.

## O Novo Cruzado

A questão que se coloca, numa primeira análise, é a



Dilson Funaro, ex-ministro das Finanças, agora substituído por Bresser Pereira na «cruzada» para pôr em ordem a economia brasileira

de saber se será possível acabar com as profundas desigualdades sociais existentes no Brasil através de uma política que não pretende pôr em questão a lógica do desenvolvimento capitalista que tornou possível esse próprio desequilíbrio. Uma lógica que permitiu transformar o Brasil na oitava potência industrial do mundo ocidental, com um rendimento médio por cabeça da ordem dos dois mil dólares, mas onde o poder de compra do salário mínimo legal baixou ao longo dos últimos vinte anos ao ponto de, segundo cálculos

sindicais, representar em 1986 menos de metade do nível inicial de Julho de 1940!

Uma lógica que permite a existência de 7 milhões de camponeses sem terra no país que possui a maior reserva de terras cultiváveis ainda inexplorada do mundo; onde 4,1 milhões de proprietários privados dispõem de 570 milhões de hectares (dos quais apenas 50% cultivados); onde cerca de 40% daquela área está nas mãos de 1% dos grandes proprietários, enquanto 2 milhões de explorações com superfície inferior a 50 hectares totalizam 46,5 milhões de hectares!

É fácil entender como o objectivo proclamado pela Nova República exige profundas alterações na sociedade brasileira. Mas a reforma agrária, anunciada por Sarney, está paralisada devido à oposição dos grandes latifundiários, os «coronéis» que com os seus jagunços o governo se mostrou até agora incapaz de enfrentar. Idêntica é a situação no que se refere à reforma fiscal, que deveria introduzir o imposto sobre a riqueza e torná-lo progressivo em relação aos rendimentos; e a reforma salarial, só para citar algumas das mais urgentes.

O Plano Cruzado III que

agora entrou em vigor, por falta de mérito próprio ou por desconfiança provocada pelo insucesso dos anteriores, não constitui a resposta às preocupações postas por aquelas questões. Resta saber se será um passo nesse sentido, como alguns pretendem. Para já, os preços foram congelados por 90 dias, o aumento dos salários deixou de estar ligado à inflação, os gastos oficiais passaram a ter uma nova forma de controlo e os grandes e dispendiosos projectos de obras públicas foram suspensos. Destas medidas, a de efeitos imediatos e negativos é a referente aos salários que já na fórmula anterior não conseguiam cobrir a subida brutal da inflação. O que significa que, uma vez mais, o peso maior é lançado sobre os trabalhadores. O Plano não será a fórmula típica do Fundo Monetário Internacional, mas é bom não perder de vista que o FMI continua a pressionar o Brasil e que Sarney já anunciou que apresentará um plano de «refinanciamento» dos seus débitos, enquanto o ministro Bresser Pereira confirma a apresentação, para este mês, de um programa para «acertar as contas externas».

Razões de sobra para a desconfiança que recebeu o Cruzado III.

## Internacional

## CC do PCUS debate reforma económica

# «Mais socialismo mais democracia»

«O significado político do plenário consiste em levar à prática as ideias da reestruturação no mais importante sector da sociedade, o sector económico, que abrange os aspectos básicos da vida do povo» — são palavras de Gorbachov, no discurso de encerramento do importante plenário do CC do PCUS, realizado dias 25 e 26 em Moscovo.

Com base no debate do relatório apresentado por Gorbachov, o plenário aprovou as «Teses fundamentais da reorganização radical da gestão económica» (reorganização considerada como a «principal tarefa política do Partido na área económica»).

O plenário convocou ainda uma Conferência nacional do Partido para 28 de Junho de 1988, que deverá analisar o cumprimento das decisões do 27.º Congresso do PCUS, os principais resultados da primeira metade do 12.º quinquénio e as tarefas das organizações do Partido, com vista ao aprofundamento do processo de reestruturação.

«Para os comunistas, a Conferência será um exame político na principal disciplina da nossa vida, a reestruturação», sublinhou o secretário-geral do PCUS, no fim dos trabalhos.

## A Reforma

Qual o sentido, os objectivos, o conteúdo da Reforma económica debatida e aprovada neste plenário do CC

do PCUS? Que perspectivas abre ao povo soviético? (Perspectivas que no quadro da luta de classes a nível internacional dizem também respeito a todos nós).

São questões a que tentaremos responder, através do relatório de Gorbachov.

«Realizar profundas transformações revolucionárias na economia será possível se for perfeitamente compreendido o seu sentido e orientação geral. Do ponto de vista político, elas são per-

feitamente compreensíveis e traduzem-se na fórmula: **mais socialismo, mais democracia**. Resulta que o principal critério sobre a justeza das acções que empreendemos deve ser **aceleração ou não do desenvolvimento socioeconómico e consolidação prática ou não do socialismo**.

«A principal questão da teoria e da prática do socialismo consiste em saber criar, numa base socialista, estímulos mais fortes para o progresso económico, técnico-científico e social do que aqueles que existem no capitalismo e conjugar a direcção planificada com os interesses da personalidade e do colectivo».

É precisamente esta questão fundamental que o povo soviético e o PCUS defrontam hoje — «aquí radicam os nossos problemas e contradições fundamentais» — sublinha Gorbachov.

A resposta apontada: **garantir ao trabalhador «o estatuto de verdadeiro dono do seu posto de trabalho, no colectivo onde trabalha e na sociedade em geral»**.

Esse «estatuto de verdadeiro dono» interliga-se com outros elementos da realidade socioeconómica, desde a concepção de sociedade socialista à interacção «entre a direcção central planificada da economia nacional e a autonomia dos seus sectores isolados».

O objectivo: **«alcançar um nível mais elevado das relações de produção socialistas de forma a corresponderem aos níveis alcançados pelas actuais forças produtivas»**.

Nesta perspectiva, a Reforma aprovada pelo CC do PCUS, promove, como medidas concretas: ampliar a autonomia das empresas e implementar os princípios da **autogestão**; reestruturar a **gestão centralizada**, elevando o seu nível qualitativo e concentrando-a nas questões económicas fundamentais; reformar todo o sistema de **planificação** e os diferentes instrumentos económicos e ainda a direcção da criação de infra-estruturas, progresso técnico-científico, trabalho e questões sociais; **Inserção directa da ciência na produção**, lançando as bases para um salto na qualidade; **democratização** do sistema de gestão e do estilo e método de trabalho a todos os níveis.

## Empresa e plano

Por onde começar? — foi a questão que se levantou imediatamente após o XXVII Congresso do PCUS. E foi decidido começar pela empresa.

«A empresa, ou união de empresas, é o fundamento do nosso desenvolvimento

**económico**. É aqui que ocorre o principal processo social — as pessoas fabricam os produtos, materializam-se as ideias técnico-científicas. É aqui que se formam as relações económicas e sociais, se entrelaçam os interesses pessoais, colectivos e sociais das pessoas. Por conseguinte, o êxito de toda a reestruturação depende de como modificarmos a situação neste escalão fundamental».

Nesta óptica, «a empresa é totalmente responsabilizada pelo aproveitamento dos recursos que lhe são concedidos e o nível das receitas dos trabalhadores coloca-se na dependência directa dos resultados finais por eles obtidos».

Mas nem só de empresas e colectivos de trabalho se trata, mas de uma gigantesca economia num imenso país.

Assim, a «**harmonização dos interesses de todo o povo com os dos colectivos de trabalho alcança-se mediante um sistema de normas económicas que inclui os pagamentos para o orçamento geral do Estado pela utilização dos fundos de produção, terras, águas, mão-de-obra, bem como as normas de constituição dos fundos salariais e da satisfação das necessidades socioculturais, do estabelecimento do juro bancário economicamente fundamentado, etc. Os preços dos produtos fabricados e dos serviços representam um tipo especial de normas económicas**».

Todas estas transformações no mecanismo eco-

nómico passam necessariamente por transformações também no plano da direcção centralizada. «**O centralismo democrático é o princípio fundamental da gestão da economia socialista**». Por isso mesmo se torna necessário «conferir um aspecto novo à direcção centralizada», reunindo nela apenas «as questões que só podem verdadeiramente ser resolvidas de forma central»: elaboração das estratégias socioeconómicas; a criação das condições necessárias ao funcionamento eficaz de empresas e uniões de empresas.

Neste contexto o plano estatal «deve conter o conjunto das prioridades e objectivos de desenvolvimento do país, assim como definir as orientações estruturais e política de investimento, o progresso técnico-científico, o enquadramento da política social, as tarefas de formação do potencial científico, educativo e cultural, bem como a manutenção da capacidade defensiva do país. Nestas condições aumenta o papel determinante do planeamento». Estas as linhas muito gerais de um relatório e de um debate muito ricos, inseridos nesse processo de «mais socialismo, mais democracia», que hoje se vive na URSS. A que importa somar ainda um outro elemento fundamental. «**Todo o processo da reestruturação, e nisso reside o seu traço característico mais radical, desdobra-se por iniciativa e sob a direcção quotidiana do Partido**».

## Mulheres Congresso em Moscovo

Encerrou os seus trabalhos em Moscovo, o IX Congresso Mundial das Mulheres, realizado entre 23 e 27 de Junho, por iniciativa da Federação Democrática Internacional das Mulheres.

Sob o lema — «Até ao ano 2000 sem armas nucleares, Igualdade, Desenvolvimento e Paz», os trabalhos do Congresso decorreram em oito comissões e três centros temáticos. Entre os problemas abordados, destaque para a situação da mulher na sociedade; mulheres, crianças e família; a participação da mulher na luta pela igualdade, emancipação nacional, independência e autodeterminação. Em lugar de destaque — a situação da mulher trabalhadora no mundo.

Entre as questões aprofundadas — a feminização da pobreza no mundo. Nos países capitalistas desenvolvidos — a maior taxa de desemprego e os mais baixos salários cabem às mulheres. Nos países em vias de desenvolvimento — a profunda

desigualdade económica que atinge os Estados da Ásia, África e América Latina, vítimas da exploração neocolonial, afecta, antes do mais, os direitos sociais das mulheres. Um exemplo citado: nesta vasta área geográfica o analfabetismo feminino ultrapassa em 30 por cento o respectivo índice para os homens.

As relações económicas desiguais e a corrida aos armamentos foram apontados como as causas principais para a situação desastrosa que se vive nos países subdesenvolvidos.

Na sua intervenção no Congresso, o camarada Gorbachov, sublinhou também a acuidade destes problemas, realçando — «estes e outros problemas de dimensão internacional prendem-se irremediavelmente com a eliminação da ameaça nuclear. Não haverá progresso para a Humanidade fora do caminho que conduz a um mundo sem armas nucleares e sem violência».

«No decurso de uma entrevista concedida a Igrejas-Cairo ouvimos no Rádio Clube Português no dia 16 de Julho o grande escritor Aquilino Ribeiro a integrar-se na campanha mundial contra as armas do extermínio em massa. Aquilino desfez a ideia de que as guerras são necessárias porque a técnica se desenvolve então rapidamente, afirmando que os progressos técnicos também se alcançarão em tempo de paz. A emulação pela guerra é uma loucura; temos que ser ao contrário, capazes de criar a emulação pela beleza, disse em resumo Aquilino Ribeiro.

Sobre as armas atómicas, considera-as também uma loucura e pensa que devem ser suprimidas. Diz mais: que o homem há-de encontrar em si forças para destruir e superar as forças destrutivas que agora se apegam às armas de extermínio em massa. Mostra-se por isso confiante na futura aplicação da energia atómica para fins pacíficos, o que tornará daqui a alguns anos a vida muito mais agradável.

No final da entrevista, Aquilino Ribeiro enviou uma mensagem aos seus camaradas, proclamando a necessidade para todos os escritores de amarem a verdade e o progresso e de se baterem por uma e pelo outro. «**A missão dos escritores é interessarem-se por todos os problemas do homem**», afirmou Aquilino.

(«Há forças destrutivas, mas o homem há-de superá-las» — **Avante!**, VI Série, n.º 239, 2.ª quinzena de Julho de 1957)



«Neste ano de 1965, a que Salazar chama «**crucial**» vão realizar-se «**eleições**» para a Assembleia Nacional e proceder-se à nomeação do Presidente da República.

As eleições em Portugal, depois do golpe de estado de 1926 nunca passaram de uma mascarada, mas, mesmo assim, representam uma importante vitória da oposição desde que, por pressão das massas e das forças democráticas, em 1945 Salazar as teve de admitir.

As grandes batalhas eleitorais de 1949, 1951 e sobretudo de 1958, à volta da Presidência da República, mostraram a Salazar que apesar de todas as limitações e ilegalidades de que fazia rodear as «eleições» fascistas, elas vinham a tornar-se num perigo crescente para a continuidade do regime. Foi por medo às acções de massas desenvolvidas em volta das «eleições» presidenciais que ele resolveu alterar a forma de «eleições», tornando esta numa fantochada para a designação em «família» do presidente da República.

(...)  
A experiência de outras campanhas eleitorais para deputados à Assembleia Nacional, como as de 1961, mostra que se os democratas se souberem unir e apresentarem candidaturas em todos os distritos, à volta destas se podem desenvolver poderosas e variadas acções de massas que virão a influir grandemente para fazer evoluir a luta para formas superiores. Para que assim seja, deverá mobilizar-se e trazer-se à luta todos os portugueses objectivamente interessados no derubamento do fascismo».

«Unidade e organização — factores decisivos na campanha eleitoral que se avizinha» — **Avante!**, VI Série, n.º 357, Julho de 1965)



Três semanas de manifestações de massas, culminando um longo período de luta contra a ditadura, impuseram cedências por parte da ditadura de Seul. Na prática foram formalmente aceites as exigências fundamentais da oposição: revisão da Constituição, eleições presidenciais directas e eleições parlamentares até ao fim do ano, libertação de todos os presos nas manifestações, liberdade de imprensa, liberdade de actividade para partidos políticos. Em Seul e noutras grandes cidades da Coreia do Sul viveu-se um verdadeiro ambiente de euforia popular. A alegria de uma primeira vitória, fruto de uma duríssima batalha. Na repressão brutal às manifestações foram mortos nestes dias um jovem estudante e uma criança de sete anos



**PCP**

# **Programa Eleitoral**

# Índice

## Por uma maioria democrática, por um Governo democrático .....

I — Garantir o respeito pelas liberdades e a legalidade democrática, consolidar o regime constitucional .....	4
• Respeitar os direitos, liberdades e garantias .....	7
• Assegurar os direitos dos trabalhadores e os direitos económicos, sociais e culturais .....	8
• Garantir o equilíbrio, separação e interdependência dos órgãos de soberania .....	8
• Defender e assegurar o sistema económico consagrado na Constituição .....	9
• Garantir o direito dos cidadãos a uma Justiça democrática e eficiente .....	10
• Construir uma Administração Pública aberta, eficaz e eficiente, descentralizada e desconcentrada e orientada para o desenvolvimento .....	11
• Assegurar a autonomia político-administrativa dos Açores e da Madeira .....	12
• Criar e instituir as Regiões Administrativas no Continente .....	12
• Defender e reforçar o Poder Local .....	13
• Garantir a segurança e a tranquilidade públicas .....	13
• Assegurar uma Comunicação Social democrática e plural .....	14
• Assegurar uma política de Defesa Nacional ao serviço da independência nacional e da defesa militar da República e garantir a autonomia das Forças Armadas .....	15
• Defender a Constituição, consolidar o regime democrático .....	16
II — Assegurar o desenvolvimento económico, valorizar os recursos nacionais .....	18
• Situação económica, financeira e social .....	18
• A recuperação capitalista — causa da crise .....	19
• A política económica que o PCP propõe .....	19
– Agricultura .....	20
– Pescas .....	21
– Indústria Extractiva .....	21
– Indústria Transformadora .....	22
– Construção Civil e Obras Públicas .....	23
– Energia .....	23
– Transportes .....	24

– Comunicações .....	24
– Grandes Projectos de interesse nacional .....	25
– Turismo .....	25
– Desenvolvimento Científico e Tecnológico .....	25
– Comércio Externo .....	26
– Sistema Financeiro .....	26
– Sistema Fiscal .....	27
– Dívida Externa .....	28
– Sector Empresarial do Estado .....	28
– Sector Privado .....	29
– Sector Cooperativo .....	30

## III — Promover o bem-estar material e cultural do nosso povo, combater as injustiças e desigualdades .....

• Nova política de emprego, de rendimentos e de condições de trabalho .....	31
• Melhoria da Segurança Social .....	32
• Por uma nova política de reabilitação .....	33
• Direito ao sucesso escolar, com uma educação e ensino pela democracia e o progresso .....	34
• Garantia da saúde do povo .....	35
• Garantir o direito à habitação .....	35
• Por uma política de cultura, ao serviço do povo, do desenvolvimento e da independência nacional .....	36
• Democratização da educação física e desporto .....	37
• Equilíbrio ecológico, defesa do ambiente e do património natural .....	38
• Com as aspirações da Juventude .....	39
• Igualdade de oportunidades para Mulheres na vida económica, social e cultural .....	40
• Apoio aos Emigrantes .....	41

## IV — Defender a independência nacional, contribuir para a defesa da paz .....

• A independência nacional está perigosamente ameaçada .....	42
• Por uma política externa de independência nacional, paz, amizade e cooperação .....	43

CDU — O voto que decide! .....	45
--------------------------------	----

**Por uma maioria  
democrática**

**Por um Governo  
Democrático**



O Partido Comunista Português apresenta o seu **Programa Eleitoral** para as eleições legislativas antecipadas de 19 de Julho de 1987.

O Programa Eleitoral do PCP faz o enquadramento da situação que se seguiu às eleições de Outubro de 1985, desenvolve linhas de fundo de Programas anteriores e articula o conjunto de respostas, orientações, medidas e propostas, em grande parte inovadoras, que os comunistas preconizam, no plano governativo e legislativo, para fazer face aos mais agudos e importantes problemas nacionais.

A situação no país não melhorou neste período, pelo contrário, agravou-se em áreas fundamentais da vida económica e social, apesar da conjuntura externa comportar factores extremamente favoráveis para Portugal.

A falência da política de restauração monopolista foi, mais uma vez, amplamente confirmada com o rotundo fracasso do Governo PSD/Cavaco Silva que não só a continuou como tudo fez para a intensificar.

Com efeito, a política do governo minoritário do PSD caracterizou-se por uma intensa actividade com vista a entregar de novo o país aos grandes capitalistas, aos latifundiários e ao imperialismo, pela destruição das estruturas económicas e das transformações democráticas do 25 de Abril (nacionalizações e Reforma Agrária, especialmente) pelo agravamento da exploração dos trabalhadores e a degradação da situação social, pelos ataques às liberdades e direitos e ao próprio regime democrático, pela guerrilha institucional, a arrogância e o autoritarismo, pela submissão ao imperialismo e em especial aos centros de decisão da CEE, da NATO e dos Estados Unidos.

Esta política (quase sempre apresentada e desenvolvida de forma demagógica) foi rejeitada e condenada por um vastíssimo movimento social, com destaque para as grandes lutas de trabalhadores, e pela convergência dos partidos democráticos em torno de importantes questões da vida nacional, num processo de acção que infligiu grandes derrotas ao Governo PSD/Cavaco Silva e que culminou com a aprovação da moção de censura na Assembleia da República que provocou a sua demissão.

A decisão institucionalmente desnecessária e politicamente errada do Presidente da República de dissolver a Assembleia e convocar eleições legislativas antecipadas, mantendo o Governo demitido em funções de gestão, não pode desvanecer o significado profundo da demissão do Governo e dos acontecimentos que a precederam, que só podem ser interpretados como representando a condenação da política da direita e a afirmação da vontade maioritária de uma política alternativa.

Baseado no exame rigoroso dos problemas do país, no conhecimento concreto das situações, no trabalho político dos seus Congressos, Conferências, Assembleias de Organizações e outras iniciativas, no património dos ensinamentos e aspirações que as grandes lutas do nosso povo têm posto em relevo nos últimos anos, o PCP elaborou um detalhado Programa de orientações e medidas para uma política alternativa.

O Programa está concebido e desenvolvido em torno de quatro pontos essenciais:

I. Garantir o respeito pelas liberdades e a legalidade democrática, consolidar o regime constitucional;

II. Assegurar o desenvolvimento económico, valorizar os recursos nacionais;

III. Promover o bem-estar material e cultural do nosso povo, combater as injustiças e desigualdades;

IV. Defender a independência nacional, contribuir para a defesa da paz.

A concretização destes objectivos implica como condição primeira e básica a manutenção da direita em minoria e a confirmação da maioria democrática.

Mas como a experiência recente demonstra claramente, não basta a existência de uma maioria democrática, não basta tão pouco a convergência democrática em questões pontuais,

por muito importantes que sejam, para que se torne possível realizar uma política democrática.

É imperioso que a maioria democrática numérica que resulte das próximas eleições se transforme numa maioria política e numa convergência consistente que dê base a um governo democrático.

A experiência recente demonstra também claramente que é indispensável para que esta transformação se opere que, no conjunto da votação dos partidos democráticos, aumente o peso eleitoral das forças democráticas que defendem o diálogo, o entendimento e a convergência e não das que estão sempre prontas a dar a mão à direita e a aliar-se com ela.

Isto significa que uma das questões-chave nestas eleições que é a de criar as condições para que a maioria democrática por que lutamos se transforme em governo democrático, só pode ser decidida com uma grande votação na CDU.

O Programa eleitoral do PCP apontando os caminhos, orientações e medidas de uma política democrática capaz de dar solução aos problemas nacionais é uma clara contribuição para a grande votação na CDU.

O Programa eleitoral do PCP é um guia e um compromisso para a acção posterior dos deputados comunistas na Assembleia da República e no Parlamento Europeu.

O país conhece e reconhece o valor dos compromissos do PCP tanto no que se refere à acção geral do Partido, como à actividade do Grupo Parlamentar comunista na Assembleia da República e dos deputados comunistas no Parlamento Europeu.

Na Assembleia que foi agora dissolvida o PCP, embora na oposição não poupou esforços para dar concretização às propostas e medidas do seu Programa eleitoral apresentado nas anteriores eleições e honrou todos os compromissos nele assumidos. Foi graças à acção e à iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP que a Assembleia da República aprovou neste período além de muitas outras, leis tão importantes como:

- A lei contra os salários em atraso;
- A lei que atribui o subsídio de desemprego aos jovens candidatos ao primeiro emprego;
- A lei que estabelece medidas de emergência para o ensino de português, com a revogação do despacho governamental que fazia depender a passagem do ano dos estudantes da aprovação da disciplina de português.

Foi também por iniciativa do PCP, em alguns casos conjuntamente com outros partidos da oposição democrática, que a Assembleia aprovou no Orçamento de Estado para 1986 e 1987, disposições que comportam grandes benefícios para o nosso povo, como:

- Revogação parcial das taxas moderadoras sobre a saúde;
- Aumento das pensões mínimas do regime geral e segurança social e do regime dos trabalhadores agrícolas;
- Diminuição da carga fiscal em matéria dos impostos profissional e complementar;
- Baixa do preço do leite;
- Baixa do preço dos combustíveis e do gás de cidade;
- Reforço das dotações orçamentais para as empresas públicas, autarquias locais, salários em atraso, subsídio de desemprego, acção social escolar, CERCIs, rede hospitalar e Universidades entre outros.

Estes resultados só foram possíveis porque o PCP tem claros objectivos programáticos e, mesmo na oposição, nunca renuncia à luta para fazer triunfar medidas e soluções que vão ao encontro dos problemas do nosso povo.

A 19 de Julho, no entanto, está ao alcance das forças democráticas a possibilidade de fazer triunfar uma verdadeira viragem na vida política nacional com a confirmação da maioria democrática e a criação de condições para um Governo democrático e uma política democrática.

**Uma grande votação na CDU é que decide da criação destas condições!**



# I

## Garantir o respeito pelas liberdades e a legalidade democrática consolidar o regime constitucional

O regime democrático previsto e consagrado na Constituição da República emerge directamente do 25 de Abril. Corresponde no essencial às principais aspirações e ao programa de luta de sucessivas gerações de democratas portugueses. Inspira-se e reflecte a criatividade popular. Tem em conta as realidades específicas do nosso País. Longe de corresponder ao programa de um partido ou facção, representa um compromisso em que se reconhecem vastíssimos sectores democráticos. Longe de ser um factor de divisão, o regime democrático é um factor de unidade entre a grande maioria dos portugueses.

O PCP proclama que não tem uma visão restrita e amputada do regime democrático. Em conformidade com a Constituição, fazem parte do regime democrático os direitos, liberdades e garantias pessoais e de participação política dos trabalhadores; os direitos e deveres económicos, sociais e culturais; o sistema económico que incorpora a coexistência de diversos sectores de propriedade, incluindo as nacionalizações, a Reforma Agrária, o sector privado e cooperativo; o sistema de Governo assente no equilíbrio, separação e interdependência dos vários órgãos de soberania; a autonomia político-administrativa das Regiões Autónomas; uma Administração Pública descentralizada, desburocratizada e desconcentrada; um Poder Local forte e democrático; a criação das Regiões Administrativas no Continente; uma Justiça eficaz, democratizada e acessível; Forças Armadas autónomas, prestigiadas e ao serviço da independência e defesa nacionais.

Para assegurar a consolidação do regime democrático no interesse da esmagadora maioria dos portugueses são necessárias medidas de construção do Estado democrático que o transformem num instrumento de garantia das liberdades, segurança e tranquilidade públicas, num factor de desenvolvimento, justiça e bem-estar, num instrumento de participação cívica e numa garantia da independência nacional.

### Respeitar os direitos liberdades e garantias

Conquistar e defender os direitos, liberdades e garantias pessoais dos cidadãos e garantir os direitos de participação política, foi e será um objectivo central do PCP e constitui um ponto fundamental do seu Programa eleitoral.

Com o Governo PSD/Cavaco Silva avolumaram-se os perigos e ameaças às liberdades e à tranquilidade e privacidade dos cidadãos. Consumou-se o processo de centralização ilegal de todas as polícias sob a autoridade única de um ministro. Foram criados serviços de informações articulados entre si e com as diversas polícias, sem garantias de controlo democrático, designadamente de controlo pluralista na Assembleia da República e dos próprios cidadãos, com critérios de recruta-

mento que degradam os serviços e reforçam a ameaça que representam e com uma configuração global de uma nova política política. Proliferam as formas de utilização ilegal e abusiva das forças de segurança. Reforçou-se a actuação incontrolada de empresas privadas de segurança. Intensificaram-se as ligações das polícias portuguesas com polícias estrangeiras em termos susceptíveis de poderem conduzir a novas formas de devassa da vida privada dos cidadãos. Passaram a ser usados meios video para registo de imagens de concentrações, desfiles e outras formas de luta popular. Multiplicam as formas de utilização de informática para invadir a privacidade dos cidadãos. Difundem-se entre as forças de segurança concepções sobre as suas missões incompatíveis com os princípios constitucionais. Organizam-se exercícios das Forças Armadas que prevêm a sua utilização contra partidos políticos, organizações populares e trabalhadores em luta, qualificados como «inimigo interno». Municípios de maioria de direita ou do PS aprovam regulamentos inconstitucionais limitativos das liberdades.

Para garantir o respeito pelas liberdades e assegurar os direitos económicos e sociais o **PCP propõe:**

- Garantia plena das liberdades de associação, reunião, de expressão e de imprensa, de liberdade religiosa, da liberdade sindical, e do direito à greve em todo o território nacional.
- Revisão da legislação sobre os serviços de informações, visando assegurar o pleno respeito pelas liberdades e a privacidade dos cidadãos. Reforço e reformulação dos meios de controlo, designadamente parlamentar. Instituição e garantia do direito de acesso dos cidadãos às informações que lhe digam respeito. Rectificação dos critérios de recrutamento e da concepção geral do sistema de informações como uma nova polícia política.
- Revisão geral da utilização de sistemas informáticos para tratamento de dados sobre os cidadãos, assegurando a aplicação das normas constitucionais que garantem o acesso dos cidadãos aos ficheiros que lhes dizem respeito, proibem a interconexão de ficheiros e o tratamento de dados relativos a convicções políticas, religiosas, à vida privada ou à filiação partidária.
- Aprovação de mecanismos contrários à centralização das polícias e à proliferação de medidas policiais susceptíveis de aplicação arbitrária e indiscriminada, revendo-se nesse sentido a Lei de Segurança Interna.
- Garantia prática da inviolabilidade de domicílio, sigilo de correspondência e telecomunicações, salvo nos casos absolutamente excepcionais em processo criminal.
- Garantia da plena igualdade de direitos e deveres e combate a todas as discriminações em função do sexo, ascendência, língua, religião, convicções político-ideológicas, situação económica ou condição social.
- Revogação ou impugnação de todas as normas e regulamentos administrativos limitativos das liberdades.

## Assegurar os direitos dos trabalhadores e os direitos económicos, sociais e culturais

Os direitos dos trabalhadores e os direitos económicos, sociais e culturais são parte integrante do regime democrático, assumiram um tratamento na Constituição tendente a assegurar a sua máxima dignificação e representam uma condição essencial para assegurar uma sociedade de justiça e bem-estar, em que a democracia e os direitos fundamentais sejam assegurados na vida quotidiana dos trabalhadores e desde logo nos locais de trabalho.

Questão central para os trabalhadores e para importantes sectores e camadas sociais, os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores e os direitos económicos, sociais e culturais não poderiam igualmente deixar de ser uma questão central para o PCP.

Para os concretizar impõe-se a realização de uma política que assegure efectivamente os direitos económicos e sociais previstos na Constituição, em particular o direito ao trabalho, à segurança social, à saúde, à habitação, a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, à educação, cultura e desporto.

Ao mesmo tempo que atentou contra as liberdades dos cidadãos e reforçou o aparelho repressivo, o Governo PSD/Cavaco Silva intensificou o ataque aos direitos dos trabalhadores e aos direitos económicos, sociais e culturais consagrados na Constituição. Contra o direito ao trabalho, campeia o desemprego e o trabalho precário, prolifera o emprego clandestino, apareceu o trabalho infantil em várias regiões do país, não foi combatida a praga dos salários em atraso. Contra os direitos dos trabalhadores e das suas organizações, não foram asseguradas as liberdades e em particular a liberdade de acção sindical e o reconhecimento dos direitos das comissões de trabalhadores. Degradaram-se os serviços de saúde. Não foi assegurado o direito à habitação através de uma política coerente de habitação social. Não foram assegurados direitos das mulheres e das crianças, dos deficientes e da terceira idade. Prosseguiu a degradação do sistema de ensino. Não foi assegurado à juventude o acesso ao ensino, à cultura e ao trabalho, à cultura física e ao desporto e a uma formação profissional adequada.

Para assegurar os direitos dos trabalhadores e os direitos económicos, sociais e culturais, o **PCP propõe:**

- Realização prática dos direitos e garantias dos trabalhadores consagrados na Constituição. Garantia de concretização do direito ao trabalho e do direito ao pagamento pontual do salário.
- Adopção de medidas imediatas para repor a legalidade e ser efectivado o pagamento dos salários em atraso, com efectiva aplicação da lei aprovada pela Assembleia da República e não executada pelo Governo PSD/Cavaco Silva.
- Revogação da lei dos contratos a prazo e sua substituição por legislação que garanta o seu carácter excepcional.
- Sanções penais a todas as entidades que utilizam formas ilegais de exploração de mão-de-obra, designadamente a sub-contratação de trabalhadores sem vínculo laboral e sem segurança social e a mão-de-obra infantil.
- Anulação das classificações de «excedentários» nas empresas em situação económica difícil, nos processos de «viabilização» da Função Pública e noutros sectores, alterando a correspondente legislação.
- Concretização da participação dos trabalhadores a todos os níveis de decisão, designadamente nos organismos ligados ao emprego, à formação profissional e à segurança social, pondo-se termo às discriminações que atingem a CGTP-IN.

- Igualdade efectiva no trabalho e emprego entre homens e mulheres, de acordo com as normas constitucionais.

- Respeito pelos direitos garantidos na Constituição a todos os trabalhadores: função pública, rurais, pescadores, marítimos, domésticas e trabalhadores no domicílio, pondo-se fim à desigualdade ainda existente nos respectivos estatutos jurídicos.

- Garantia da liberdade sindical e da autonomia das associações sindicais. Aplicação efectiva de todas as formas de protecção do exercício da actividade sindical em vigor e sua ampliação nomeadamente no respeitante à acção sindical nos locais de trabalho, à protecção dos representantes dos trabalhadores contra os despedimentos e a discriminação salarial e profissional e à garantia da independência das organizações de classe face ao patronato. Imediata publicação dos estatutos do Sindicato dos Trabalhadores Fabris das Forças Armadas.

- Reconhecimento efectivo e alargamento dos direitos das associações sindicais, nomeadamente a nível da sua participação na definição, controlo, e execução de todas as grandes decisões económicas e sociais e em órgãos, actividades e instâncias onde se decida sobre os seus interesses.

- Reconhecimento pleno do direito à greve e aplicação da respectiva lei nos termos da Constituição; actuação firme contra as violações da proibição do lock-out, imediata reposição da legalidade e punição dos responsáveis.

- Reconhecimento da contratação colectiva como direito fundamental dos trabalhadores (incluindo os trabalhadores da função pública), representados pelos sindicatos, negociarem com o patronato ou com o Estado a definição de normas vinculativas à manutenção ou aumento do valor dos salários, à melhoria das condições de trabalho e ao alargamento dos direitos individuais e colectivos relativamente aos mínimos previstos na lei — sem outras limitações que não sejam os direitos fundamentais e o sistema de organização económica e política constitucionalmente consagrados.

- Reconhecimento da existência e actuação das comissões de trabalhadores em todas as empresas e serviços do sector público ou privado e das respectivas comissões coordenadoras e alargamento dos seus poderes de intervenção, em defesa dos interesses de classe e da economia nacional, nas decisões económicas e sociais a nível de empresa ou sector e na luta dos trabalhadores em geral.

- Garantia do exercício do controlo de gestão nos termos constitucionais e aplicação da lei sobre a participação dos trabalhadores na gestão de todas as empresas do sector público ou empresarial do Estado, entendendo-se como tais todas aquelas em que o Estado directa ou indirectamente possua 50% ou mais do capital social.

- Medidas de rectificação das ilegalidades e abusos cometidos, designadamente pela revogação da legislação anti-operária e antipopular, pela anulação dos despedimentos por motivos políticos e sindicais, pela readmissão nas suas funções se assim o desejarem, dos trabalhadores ilegalmente demitidos ou despedidos, com as respectivas indemnizações e pela reposição da legalidade em relação aos trabalhadores sub-contratados aos quais não estejam a ser respeitados os direitos e garantias fundamentais e outros a que tenham direito por lei ou instrumento de regulamentação de trabalho.

## Garantir o equilíbrio, separação e interdependência dos órgãos de soberania

As funções e o funcionamento de cada um dos órgãos de soberania, as suas atribuições e competências, são definidos

na Constituição da República e no respeito por princípios de equilíbrio, separação e interdependência dos poderes de Estado. Esta divisão de funções, que não pode nem deve ser modificada, pressupõe simultaneamente uma articulação entre os vários órgãos sem colisões entre as competências soberanas de cada um deles e sem intromissões de uns relativamente às funções de outros.

Estes princípios constitucionais, indispensáveis ao bom funcionamento do regime democrático e das suas instituições não foram acatados pelo Governo do PSD que reiteradamente se recusou a cumprir, regulamentar e aplicar leis aprovadas pela Assembleia da República; abusivamente aprovou diplomas excedendo a sua esfera de competências, e abusivamente aplicou diplomas revogados pela Assembleia da República.

O relacionamento do Governo com a Assembleia da República foi de permanente conflito e desrespeito. Esta, cuja maioria constituída por partidos da oposição democrática desenvolveu acções convergentes em vários domínios, aprovou medidas de inquestionável importância que o governo não quis cumprir. São disso exemplo a lei de combate aos salários em atraso, as medidas introduzidas no Orçamento do Estado de baixa do preço do leite, e do preço dos combustíveis; aumento das pensões mínimas, reforço das verbas para o ensino especial (CERCIs) e para a Acção Social Escolar; dotações orçamentais para as Empresas Públicas; indemnização às vítimas do Tarrafal.

Ficou igualmente por cumprir a disposição legal sobre as alienações do sector público. Outras importantes leis não foram regulamentadas (caso da Lei de Bases do Sistema Educativo e da Lei da Rádio).

O Governo subverteu decisões da Assembleia da República aplicando diplomas revogados por esta. São disso exemplo os Decretos-Lei da Gestão Hospitalar e da Extinção da Empresa Pública de Parques Industriais.

Excedeu funções legislando em matérias fora da sua esfera de competências, nomeadamente no domínio da integração europeia ao aprovar o Regulamento do FEDER.

Em matéria de política externa o Governo desenvolveu uma política de secretismo, recusando-se a justificar acções apesar das solicitações que lhe foram feitas por outros órgãos de soberania, particularmente pela Assembleia da República.

Para garantir e aperfeiçoar o equilíbrio, separação e interdependência dos órgãos de soberania, **o PCP propõe:**

- Observância pelo Governo dos limites dos seus poderes e competências, respeitando a separação e interdependência dos órgãos de soberania estabelecidas na Constituição.
- Assunção plena pela Assembleia da República da sua função fiscalizadora dos actos do Governo e da Administração Pública.
- Respeito pela independência e pelas decisões dos Tribunais e pela autonomia dos magistrados judiciais e do Ministério Público face a abusivas orientações governamentais.
- Respeito pelo pluralismo na vida política geral, incluindo através da sua expressão na comunicação social estatizada respeitando os direitos da oposição a todos os níveis constitucional e legalmente garantidos e assegurando o direito de réplica política.
- Afirmação plena em sede própria da superioridade da legislação e decisões da Assembleia da República.
- Consagração da intervenção efectiva da Assembleia da República no processo de decisão das posições do Estado português em relação às questões pendentes nos órgãos da CEE e garantia do direito à informação prévia sobre todos os assuntos que digam respeito ao processo de integração.

## Defender e assegurar o sistema económico consagrado na Constituição

O PCP defende o sistema económico previsto na Constituição como uma componente essencial do regime democrático, uma garantia da sua sobrevivência e da defesa das liberdades públicas e um instrumento de participação e intervenção democrática dos trabalhadores e das classes e camadas laboriosas no desenvolvimento e aproveitamento pleno das riquezas nacionais.

Longe de ser um factor de divisão ou bloqueamento da modernização e progresso da economia portuguesa, o sistema económico constitucionalmente consagrado baseia-se na coexistência das várias formações económicas (pública, privada e cooperativa), base susceptível de fornecer os fundamentos para um desenvolvimento harmonioso e independente do País.

O Governo PSD/Cavaco Silva prosseguiu uma política de guerra social, tendente à restauração do capitalismo monopolista de Estado em posição subordinada e dependente do grande capital estrangeiro, com a reconstituição dos grupos monopolistas e do latifúndio e o ataque inconstitucional à Reforma Agrária. Esta política, prossequindo a de anteriores governos, é um factor de instabilidade lesivo da economia e dos interesses nacionais.

Para defender e assegurar o sistema económico consagrado na Constituição **o PCP propõe:**

- Termo das tentativas desestabilizadoras de alteração inconstitucional dos sectores público, privado e cooperativo.
- Respeito e apoio sem exclusões nem discriminações às diversas formações económicas: sector público, empresas capitalistas, em particular pequenas e médias empresas, pequenas e médias explorações agrícolas, UCP's e cooperativas da Reforma Agrária e cooperativas e empresas em auto-gestão.
- Revogação da legislação que abriu ao grande capital sectores básicos nacionalizados (banca, seguros, cimentos e adubos).
- Execução dos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis à Reforma Agrária. Prosseguimento do Inquérito Parlamentar ao Ministério da Agricultura com vista ao completo apuramento das responsabilidades do Ministro e outros agentes da Administração Pública pelos actos de violação da lei, corrupção, etc. Aprovação de legislação que ponha termo aos poderes discriminatórios do Ministro, assegurando o controlo jurisdicional prévio dos actos do Governo relativos à Reforma Agrária.
- Revogação da legislação contra a Reforma Agrária e devolução das terras, gados, máquinas e outros equipamentos ilegalmente subtraídos às UCP's e cooperativas.
- Garantia dos direitos dos pequenos e médios agricultores e rendeiros. Melhoria da lei do arrendamento rural. Abolição efectiva da parceria e da colónia. Extinção dos foros. Defesa e garantia da aplicação efectiva da lei que garante o uso e gestão dos baldios pelos povos.
- Estímulo ao cooperativismo, pondo termo às ingerências na sua actividade e garantindo a participação das cooperativas nos organismos do Estado criados para apoiar o sector.
- Apoio efectivo às pequenas e médias empresas industriais e comerciais particularmente em créditos, organização e gestão, formação profissional e acesso a novas tecnologias.

## Garantir o direito dos cidadãos a uma justiça democrática e eficiente

Dar resposta ao contínuo agravamento da crise dos tribunais, do aparelho policial e do sistema prisional, democratizar o acesso de cada um ao conhecimento e defesa dos seus direitos, aplicar uma nova política criminal, garantir em todas as dimensões o direito dos cidadãos a uma justiça democrática e eficiente constitui, no entender do PCP, um imperativo nacional inadiável.

Domínio fulcral para a estabilidade e a segurança dos cidadãos, a justiça portuguesa viu degradar-se perigosamente a sua imagem pública, sob a vigência do Governo do PSD (partido responsável desde há 7 anos pela pasta da Justiça).

Cara e lenta, a justiça distancia-se cada vez mais dos cidadãos, enquanto proliferam formas de vindicta privada, coação sobre devedores, pressões sobre trabalhadores para que renunciem a direitos ou aceitem degradantes estatutos que os impedem de recorrer aos tribunais, quando lesados. Apesar dos esforços assinaláveis de centenas de magistrados e funcionários, a acumulação de processos, as carências em matéria de instalações, equipamentos, e pessoal, os estrangulamentos financeiros vêm degradando os tribunais judiciais (com especial prejuízo para os trabalhadores, as famílias, as vítimas de crimes, acidentes de viação e de trabalho). Centenas de acções ilegais do patronato escapam à fiscalização dos tribunais de trabalho, carecidos de urgente reorganização. Os tribunais administrativos e fiscais encontram-se bloqueados, sancionando tardiamente uma pequena percentagem das acções ilegais do governo e da administração pública.

A justiça militar não foi ainda objecto de adequação às normas constitucionais no tocante à nomeação de magistrados e às regras processuais. O Tribunal de Contas continua a aguardar reforma de fundo que ponha cobro às clamorosas lacunas na fiscalização da administração financeira do Estado e acelere os processos relativos a milhares de trabalhadores da função pública.

Estes problemas, bem como os relativos à degradação do sistema prisional e das instituições de reeducação de menores, à crise da Polícia Judiciária e às debilidades do aparelho de combate à droga e reinserção de toxicómanos foram objecto de um debate e fiscalização sem precedentes, no decurso da última legislatura da Assembleia da República. Com a iniciativa e contributo destacado do PCP os partidos democráticos convergiram para garantir a transparência das finanças da justiça, reforçar verbas, inviabilizar medidas negativas como o aumento das alçadas e custas ou o alargamento da distância entre os cidadãos e os tribunais. Igualmente por iniciativa do PCP foi inscrita no Orçamento do Estado para 1987 uma verba para um programa de emergência de recuperação de tribunais degradados (que o Governo se recusa a cumprir) e (em 1986) a primeira dotação tendente à criação de gabinetes de consulta jurídica gratuita (orientação de acesso ao direito que o governo bloqueou após a inauguração eleitoralista do primeiro gabinete-piloto). O PCP foi, porém, o único partido que se opôs a que a (necessária) revisão do Código de Processo Penal fosse aprovada em condições e termos que nem se coadunam com a Constituição nem estão de acordo com a realidade judiciária portuguesa.

O trabalho realizado na última legislatura demonstrou a necessidade de elaboração de um verdadeiro **plano de modernização da justiça** (que articule as grandes reformas a emprender, os meios financeiros necessários para dignificar o funcionamento dos tribunais em matéria de instalações, equipa-

mentos e pessoal e os calendários de execução), bem como de **programas de emergência** (designadamente para a recuperação de instalações degradadas e para a formação de funcionários).

É nesse sentido que o PCP propõe:

- Aprovação e aplicação de uma lei sobre acesso ao direito por forma a facultar aos cidadãos ampla informação jurídica e criar em todo o país gabinetes de consulta, garantindo que todos possam obter os serviços de consulta e o apoio extrajudiciário e pré-judiciário de que necessita, bem como adequada defesa nas diversas categorias de tribunais (devendo o patrocínio oficioso, nomeadamente em processo penal ser prestado, mediante adequada remuneração, por advogados indicados pela Ordem dos Advogados e por um Instituto de Acesso ao Direito, em conjugação com o Ministério Público e entidades privadas não lucrativas). Garantia aos cidadãos de menores recursos de uma limitação drástica das custas e outros encargos nos processos em que intervenham.

- Aprovação de medidas tendentes a evitar a rotura dos tribunais e garantir a diminuição dos processos pendentes e a melhoria dos serviços judiciais, em especial através da **reforma do processo civil** (suprimindo formalismos inúteis, revertendo o regime de recursos e recolha de prova e conferindo aos magistrados poderes para fazer justiça material), da **revisão da orgânica dos tribunais judiciais** (por forma a aproximar a justiça das populações, racionalizar o aparelho judiciário e garantir a participação popular na administração da justiça, designadamente através da criação de julgados de paz) e da **aplicação de meios informáticos e de registo magnético de prova** (sempre com adequada salvaguarda das liberdades e direitos dos cidadãos).

- Profunda reorganização da justiça do trabalho atacando os bloqueamentos que inviabilizam o acesso aos tribunais de milhares de trabalhadores lesados pelo patronato e impedem uma justiça célere, propiciando a renúncia a direitos ou a sua violação impune. Reforma do Código de Processo de Trabalho, criação de novos meios de composição de conflitos, reestruturação e reforço da Inspeção de Trabalho, revisão da orgânica dos respectivos tribunais, sua localização, instalações e quadros. Reconhecimento de direito de acção judicial às associações sindicais sempre que estejam em causa direitos e interesses dos trabalhadores. Garantias de intervenção eficaz dos juizes sociais nos tribunais de trabalho.

- Garantia da independência dos magistrados judiciais e da autonomia do Ministério Público. Eliminação das limitações indebitas ao exercício de direitos constitucionais de magistrados. Criação de condições materiais e humanas que permitam o exercício condigno da função judicial. Garantia de justa remuneração aos magistrados e funcionários. Formação de novos magistrados, especialmente do Ministério Público e realização de acções de formação permanente e apoio bibliográfico; criação no Centro de Estudos Judiciários de cursos de formação e reciclagem de funcionários; preenchimento dos quadros; reestruturação e renovação do parque judiciário. Alargamento da componente democrática dos Conselhos Superiores de ambas as magistraturas (com o aumento do número de membros eleitos).

- Revisão do Código Penal pela Assembleia da República, eliminando a indeterminação de tipos criminais, corrigindo as penas, reforçando a protecção das pessoas (em particular das mulheres e crianças) e pondo cobro à actual sobreprotecção dos bens patrimoniais. Revisão e codificação da legislação relativa aos crimes contra a economia, por forma a abranger as novas formas de criminalidade (em particular os crimes contra a economia, a saúde pública, o ambiente e o património cultural); combate à proliferação desordenada dos ilícitos de mera ordenação social (devendo continuar a ser configurados como crimes as actividades das redes de contrabando, prostituição e

droga e outras igualmente graves). Criação de um Instituto de Política Criminal e de Conselhos de Prevenção da Criminalidade. Aprovação de legislação que proteja as vítimas de crimes e de erros judiciários.

- Revisão do Código de Processo Penal, após debate nacional, de modo a conformá-lo com a Constituição (suprimindo designadamente as normas que debilitam a defesa dos cidadãos e revendo as relativas a escutas, buscas, revistas, apreensões e detenções em esquadras policiais «para identificação»). Garantia de efectiva dependência funcional das polícias em relação às magistraturas. Condições materiais e humanas que tornem exequível um novo Código e eliminem os riscos de policialização da instrução criminal.

Profunda reestruturação do regime e sistema penitenciários por forma a humanizá-los e evitar a sua ruptura, designadamente através de medidas de: reforço financeiro; reclassificação de prisões (impedindo a reclusão conjunta de presos em situações diversas); rejeição de quaisquer planos de construção de prisões de «segurança máxima»; combate à droga nas prisões; criação efectiva de centros de detenção especiais para jovens reclusos; preenchimento de quadros de educadores e guardas prisionais e criação de escolas de formação próprias; preenchimento do quadro de pessoal médico e articulação com o SNS no tocante às principais especialidades médicas; combate firme à corrupção, abusos e violências contra detidos; relançamento do trabalho prisional com remuneração digna; intensificação da aplicação de medidas alternativas à prisão; preenchimento de quadros, alargamento de competências e âmbito territorial de actuação do Instituto de Reinserção Social. Aprovação de uma Lei Quadro do Sistema Prisional que suprima disposições inconstitucionais e active as que têm sido letra morta. Revisão da orgânica dos Tribunais de Execução das Penas, com alargamento do número de juizes, da competência territorial e dos poderes de intervenção dos magistrados judiciais e do MP.

- Revisão dos mecanismos e protecção dos interesses e direitos dos menores (revendo-se a respectiva Lei de Organização Tutelar). Aumento do número de centros de reabilitação, aproveitamento de instalações, formação de pessoal especializado e reforço de meios com vista à adequada reinserção. Manutenção e revigoração das Comissões de Protecção de Menores.

- Desbloqueamento da justiça administrativa e fiscal, aproximando-a das populações, aperfeiçoando o estatuto e regulamento dos Tribunais Administrativos e Fiscais, criando novos e mais expeditos meios processuais, regulando o processo administrativo contencioso e garantindo o cumprimento dos respectivos acórdãos. Alargamento legal do direito de acção popular.

- Reforma dos Tribunais Militares, por forma a adequá-los à Constituição.

- Reforma do Tribunal de Contas modernizando estruturas, revendo a respectiva área de intervenção e poderes bem como o sistema de nomeação de juizes.

- Revisão da legislação sobre sociedades comerciais e adequação do direito empresarial e económico às exigências decorrentes da Constituição.

- Reformulação dos estágios de advocacia, com vista à elevação da qualidade da formação administrada e a facultar aos estagiários novas opções de aprendizagem assentes numa intervenção reforçada da Ordem dos Advogados (assegurando-se para tal os meios financeiros adequados).

- Revisão da orgânica dos serviços dos registos e notariado por forma a reforçar as suas competências, simplificar as formalidades que entravam a célere efectivação dos direitos dos cidadãos e descongestionar os tribunais,

## **Construir uma administração pública aberta, eficaz e eficiente descentralizada e desconcentrada e orientada para o desenvolvimento**

Democratizar e modernizar a Administração Pública, transformando-a num instrumento eficiente e eficaz de resolução dos problemas das populações ao serviço do desenvolvimento do País com garantia da participação popular e da aproximação dos serviços em relação às populações é uma componente essencial de uma política democrática e progressista.

Apesar de as bases essenciais da Reforma da Administração Pública estarem previstas na Constituição e da importância das funções administrativas no quotidiano dos portugueses e na promoção do bem-estar económico e social e na realização dos direitos dos cidadãos, sucessivos governos não empreenderam a reforma democrática da Administração Pública. Esta continua ligada a velhos modelos e rotinas, fechada e burocratizada, ineficiente e distante dos cidadãos. Aumentou o trabalho precário e proliferou o compadrio como principal critério de recrutamento. Em vez da inovação e democratização, sucessivos governos, com destaque para o Governo Cavaco Silva combateram as mudanças operadas depois do 25 de Abril e procuraram transformar a Administração num instrumento ao serviço do grande capital, dos latifundiários e do imperialismo.

Hoje, frequentemente, a Administração pesa demasiado na vida dos cidadãos, impondo exigências dispensáveis ou absurdas, ou limitando direitos e liberdades, ao mesmo tempo que se demite em áreas em que deveria actuar, para garantir a melhoria das condições de vida e bem-estar dos portugueses, desarticulando ou liquidando serviços essenciais.

Na esteira das medidas de descentralização e reforço do Poder Local já tomadas, impõem-se medidas de desburocratização, que tornem simples e fácil o contacto com os cidadãos, assegurem a transparência dos processos de acção e decisão, a aproximação e a participação das populações na gestão dos serviços, a adopção de orientações favoráveis à realização prática dos direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos e em particular dos trabalhadores, dos jovens, das mulheres e dos idosos. Nesse sentido, a existência de um governo democrático que concretize uma política democrática é a primeira condição para a reforma democrática da Administração Pública.

Na esteira dos projectos de lei e medidas já propostas no passado e com o objectivo de democratizar a Administração Pública, torná-la eficaz e eficiente e orientá-la para o desenvolvimento, o **PCP propõe:**

- Execução de um programa sistemático de descentralização e desconcentração da Administração Pública, complementar dos processos de regionalização e reforço do Poder Local.

- Garantia e desenvolvimento de todas as formas de participação das comunidades na gestão dos serviços públicos em particular nos sectores da saúde, segurança social, habitação, apoio às cooperativas, trabalho, cultura e outros.

- Definição do enquadramento legal da prática dos actos administrativos através de um Código de Processo Adminis-

trativo não contencioso com vista à simplificação e modernização necessárias e à melhoria das relações entre a Administração Pública e os cidadãos.

- Garantia do direito de acesso às informações sobre a gestão da Administração Pública, o direito de ser informado sobre o andamento de processos susceptíveis de afectar direitos e interesses legítimos e o direito ao conhecimento das decisões administrativas e sua fundamentação.

- Consagração do direito de acção popular, isto é, do direito a impugnar actos da administração junto dos tribunais competentes mesmo quando não exista um interesse directo e pessoal na impugnação.

- Combate ao trabalho precário assegurando a execução plena da iniciativa do PCP aprovada pela Assembleia da República, que determinou a abertura de concurso público tendente a pôr termo à grave situação laboral de dezenas de milhar de trabalhadores tarefeiros, contratados e assalariados, privados de direitos e regalias sociais e da perspectiva de um trabalho estável.

- Garantia do direito de acesso à Função Pública por concurso público, em condições de igualdade e liberdade, com base no mérito e competência.

- Implementação de sistemas de formação e actualização profissional permanente, em condições de igualdade e que garantam o aproveitamento integral das capacidades e potencialidades dos trabalhadores da função pública e a sua realização pessoal e profissional.

- Garantia do direito a uma remuneração justa, à carreira profissional, à melhoria das condições de trabalho, medidas de higiene e segurança e a uniformização progressiva dos benefícios da acção social complementar dos trabalhadores da função pública.

- Institucionalização de um sistema de Inspeção de Trabalho na Função Pública.

- Combate firme à corrupção a todos os níveis, com apuramento de responsabilidades e procedimento judicial contra os responsáveis.

## **Assegurar a autonomia político-administrativa dos Açores e da Madeira**

A autonomia político-administrativa dos Açores e da Madeira exercida no quadro da Constituição e da legalidade democrática corresponde às aspirações das populações insulares, deve estimular a participação democrática dos cidadãos, favorecer o desenvolvimento e a defesa dos interesses regionais e aprofundar a unidade nacional. O PCP defende firmemente a autonomia político-administrativa das Regiões Autónomas, importante conquista democrática consagrada na Constituição.

Aliadas de facto às práticas centralistas do Governo PSD/Cavaco Silva estão, na mesma linha de ataque à democracia e à autonomia regional, as preversões separatistas do Governo Regional PSD/Mota Amaral nos Açores e as provocações institucionais subversivas do Governo PSD/João Jardim na Madeira. Tais preversões e provocações, por um lado, negam o profundo conteúdo nacional das autonomias regionais, dificultando, através do conflito institucional permanente, a articulação com a soberania.

Por outro lado impedem localmente o pleno desenvolvimento e aprofundamento do funcionamento democrático dos sistemas autonómicos em benefício das populações insula-

res, servindo, pelo contrário, fundamentalmente, os interesses dos grupos económicos dominantes e do imperialismo nas Regiões.

Para o aprofundamento e consolidação da autonomia regional e garantia da unidade do Estado, o **PCP propõe**:

- Plena concretização da autonomia regional, prevista na Constituição, designadamente pela aprovação do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira e pela ultimateção da transferência para a dependência dos órgãos de governo regional dos serviços periféricos da Administração Pública de todas as áreas, com excepção das que estão ligadas à defesa nacional, à política externa, à justiça e à defesa da ordem pública e ao controlo da legalidade.

- Revisão do regime eleitoral para as assembleias regionais, garantindo (através da definição de um único círculo eleitoral em cada Região Autónoma) o respeito pelo princípio da proporcionalidade e pela expressão institucional das diferentes correntes político-partidárias. Reforço do papel e competências das assembleias regionais, combatendo-se a governamentalização e a presidencialização.

- Estímulo e apoio ao desenvolvimento regional, no quadro do desenvolvimento económico e social do País e na perspectiva de progressiva atenuação das desigualdades inter-regionais e de solidariedade e complementaridade económica das diferentes regiões do País, nomeadamente o apoio e o incremento dos transportes marítimos e aéreos, essenciais para as ilhas.

- Criação de legislação adequada, que defina, com respeito pela Constituição, o suporte, pelo Estado, dos custos das desigualdades derivadas da insularidade.

- Aprovação de medidas, incluindo legislativas, que garantam a transparência, rigor e controlo nos termos constitucionais da gestão orçamental e financeira das regiões.

- Defesa da legalidade democrática e fim das discriminações ideológicas e das limitações dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Combate às actividades e chantagens separatistas.

- Garantia do respeito pelos interesses e direitos constitucionais e legais dos trabalhadores. Renegociação imediata com os EUA do chamado «acordo laboral», que escandalosamente visa restringir direitos fundamentais dos trabalhadores portugueses da Base das Lajes.

- Defesa da autonomia do Poder Local nas Regiões Autónomas, garantindo a descentralização administrativa e a autonomia financeira dos municípios, de acordo com as Leis da República e pondo cobro à abusiva centralização de poderes e recursos dos governos regionais.

- Política de consulta permanente e colaboração entre os órgãos de soberania e os órgãos regionais necessariamente em todas as matérias que digam respeito às Regiões Autónomas.

## **Criar e instituir as regiões administrativas no continente**

A criação e instituição em contreto das Regiões Administrativas no continente constitui, na opinião do PCP, uma contribuição importante para o desenvolvimento harmonioso do País, quer nas regiões do interior, quer nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e no litoral. Constitui nas actuais circunstâncias uma garantia da autonomia municipal e um complemento indispensável do esforço de muitos municípios para dotarem os seus territórios de infra-estruturas e de equipamentos. É um passo essencial para uma reforma democrática da Administração Pública, que a descentralize,

desconcentre, desburocratize e aproxime os centros de decisão dos interessados. As Regiões Administrativas são um complemento essencial do Estado e do regime democrático, tal como são delineados pela Constituição da República.

No debate sobre regionalização desencadeado a partir da apresentação do projecto de Lei Quadro das Regiões Administrativas apresentado pelo PCP na Assembleia da República tornou-se óbvio que o País quer a regionalização e que não há obstáculos insuperáveis que impeçam a sua concretização.

O PSD, o CDS e o PS, afirmando-se em palavras a favor da criação das Regiões Administrativas, travaram o processo na Assembleia da República. Pressionados pelo poderoso movimento de opinião criado no País, apresentaram projectos de lei que omitem elementos essenciais ao avanço do processo.

O Governo PSD/Cavaco Silva, na esteira dos governos anteriores, privilegiou o fortalecimento das Comissões de Coordenação Regional, instrumentos do Governo e do grande capital. Transformou-as num instrumento de ingerência e controlo dos municípios. Pretendeu transformá-las inconstitucionalmente numa alternativa ao sistema de planeamento regional previsto na Constituição. Conferiu-lhes um estatuto que as torna interlocutoras directas da CEE, com marginalização da Assembleia da República e dos municípios, como aconteceu com a apresentação do chamado «Plano de Desenvolvimento Regional» para 1986-1991.

Para criar as Regiões Administrativas e proceder à sua instituição em concreto o **PCP propõe**:

- Aprovação urgente da Lei Quadro das Regiões Administrativas após uma primeira consulta às Assembleias Municipais, que estabeleça as atribuições das Regiões e as competências e composição dos seus órgãos, a delimitação provisória das áreas e o sistema de finanças regionais.
- Consulta às Assembleias Municipais permitindo que estas, em diálogo com as populações, se pronunciem a favor da delimitação provisória, da fusão de áreas regionais de partida, sua cisão ou mudança de municípios de uma área para outra, permitindo assim que as regiões sejam construídas «de baixo para cima», com o primado da vontade popular.
- Realização de eleições para cada uma das Regiões Administrativas à medida que, em cada uma delas, se for completando o processo de consulta às Assembleias Municipais e aprovação pela Assembleia da República da respectiva Lei de instituição em concreto.

### **Defender e reforçar o Poder Local**

O Poder Local democrático transformou-se numa das principais conquistas de Abril, num instrumento importante das condições de vida das populações e da sua participação cívica na resolução dos problemas que lhes dizem respeito. A Assembleia da República, entre 1985 e 1987, aprovou alguns diplomas importantes, para os quais o PCP deu um importante contributo, facilitado aliás por ter cabido a um deputado comunista a presidência da Comissão de Administração Interna e Poder Local. Destaca-se a profunda revisão do regime de finanças locais, em particular rectificando os absurdos critérios de distribuição de verbas introduzidas pelo Governo PS/PSD e consagrando o princípio de que não pode verificar-se a transferência de atribuições que envolvam encargos financeiros sem as correspondentes verbas. Destaca-se igualmente a aprovação do Estatuto do Eleito Local e outras medidas. São diplomas de compromisso, que contêm defeitos e insuficiências, mas que no essencial fornecem um

quadro legal que favorece o reforço e desenvolvimento do Poder Local.

Em contraste, o Governo PSD/Cavaco Silva multiplicou as ingerências no Poder Local, procurou manter formas de tutela incompatíveis com a Constituição e a autonomia autárquica, praticou uma política de favores e desfavores em algumas áreas do seu relacionamento com as autarquias.

Para defender e reforçar o Poder Local o **PCP propõe**:

- Aprovação de uma lei de tutela que garanta a regularidade das inspecções e sindicâncias, a publicação dos seus resultados, acompanhada da resposta dos eleitos autárquicos, a revogação das normas que sujeitam a eficácia de actos das autarquias à aprovação do Governo e que confira aos tribunais a competência exclusiva para aplicar sanções devido a eventuais ilegalidades graves cometidas pelas autarquias, compatibilizando assim o combate à corrupção e ilegalidades com a defesa firme da autonomia e reforço do Poder Local.
- Revisão das normas sobre planeamento territorial e urbano e política de solos, de modo a garantir aos municípios, o controlo do uso do solo, dentro dos critérios legalmente definidos (defesa dos solos de alto e médio valor agrícola, do património natural e cultural, do ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, etc.).
- Aprovação da Lei Quadro das Empresas Públicas Municipais, Intermunicipais e Regionais, facilitando assim o prosseguimento do processo de reorganização dos serviços municipais.
- Garantia de participação e dos direitos dos trabalhadores da administração local, em particular da equiparação ao estatuto geral dos trabalhadores da função pública, da estabilidade de emprego e da melhoria da higiene e condições de trabalho.
- Estímulo às formas de participação dos cidadãos no exercício da Administração Local, em particular através dos Conselhos Municipais e das Comissões de Moradores.
- Reforço dos poderes e meios de actuação das freguesias, assegurando em particular a existência de membros das Juntas a tempo inteiro nas freguesias de maior dimensão.
- Concretização da criação de novas freguesias nos casos em que há processos em curso, exame das outras situações pendentes e criação de novos municípios como Vizela, Canas de Senhorim, Queluz-Agualva Cacém, Odivelas e Sacavém.
- Aprovação de um Código de Poder Local que condense, sistematize e consagre as novas realidades da administração local portuguesa e revogue as disposições do Código Administrativo ainda vigentes.

### **Garantir a segurança e a tranquilidade públicas**

A garantia da segurança e tranquilidade públicas em particular dos sectores que são mais importunados, como é o caso dos menores e das mulheres, é uma preocupação central do PCP.

Em face da actuação de sucessivos governos, agravada pelo Governo de Cavaco Silva, importa garantir a protecção dos cidadãos pelas forças de segurança. Mas importa igualmente garantir os direitos e liberdades dos cidadãos contra medidas que, a pretexto da segurança e tranquilidade públicas, violam direitos fundamentais, são desproporcionadas, privilegiam a repressão em relação à prevenção e incidem sobre os estratos sociais mais desfavorecidos, ao mesmo

tempo que revelam grande permissividade em relação ao grande capital. A situação social criada por sucessivos governos, só por si, é um factor de agravamento da criminalidade e altamente perturbadora da segurança dos cidadãos. Nesta área, como noutras, a acção do Governo e doutros organismos com responsabilidades tem sido excessiva e desproporcionada em alguns aspectos e demissionista ou pouco activa noutros, como é o caso do combate à corrupção, à criminalidade económica (alta especulação, o trabalho infantil e a violação dos direitos dos consumidores, etc).

Para assegurar a ordem democrática, a segurança e a tranquilidade dos cidadãos, o **PCP propõe**:

- Combate à criminalidade, designadamente pela via preventiva, pelo melhoramento das condições de vida e pela mobilização popular em defesa da legalidade democrática.

- Combate firme à violência, em particular à que atinge os menores e as mulheres.

- Combate firme à criminalidade económica (especulação, açambarcamento, exportação ilegal de capitais, contrabando, falsificação de produtos), desmantelando e punindo severamente os grandes empórios que se dedicam a essas actividades ilegais.

- Garantia de que as medidas de polícia se circunscrevem ao estritamente necessário, com punição de todas as infracções, abusos e violências que tenham sido ou sejam cometidos e indemnização dos lesados. Dissolução dos corpos especiais de intervenção e repressão. Apuramento de responsabilidades em todos os casos de violações de direitos fundamentais por parte da Administração Pública e dos corpos de segurança.

- Adequada estruturação das forças de segurança e adequada formação dos seus membros com vista a garantir a sua eficácia para a missão constitucional de defesa da legalidade democrática. Definição do carácter não militar dos outros corpos de segurança. Controlo de actuação através do Ministério Público. Alargamento das estruturas e actividades da Polícia Judiciária a todo o território nacional.

- Revisão da legislação sobre empresas privadas de segurança de modo a assegurar o controlo democrático da sua actividade, a estrita limitação dos seus fins à segurança de instalações e propriedade privadas das entidades que as contratem e a rigorosa compatibilidade dos seus métodos de actuação com o respeito dos direitos, liberdades e garantias constitucional e legalmente protegidos.

- Não assunção de funções dos Tribunais e Ministério Público por parte de entidades policiais ou administrativas.

- Criação nas forças de segurança de órgãos electivos internos de representação. Garantia do exercício dos direitos constitucionais e legais (e internacionalmente reconhecidos) dos cidadãos que nelas prestam serviço, designadamente do direito à constituição de associações profissionais (como o Sindicato da PSP). Revogação e anulação de legislação que limite esses direitos.

### **Assegurar uma comunicação social democrática e plural**

Assegurar o direito a uma informação objectiva e plural é uma exigência da sociedade democrática, cuja satisfação é essencial ao exercício do conjunto dos restantes direitos políticos e constitui uma medida prioritária nas propostas do PCP.

Os portugueses sentem que a comunicação social de

maior expansão — instrumentalizada pelo sistema informativo do imperialismo, governamentalizada, preconceituosa e agressiva em relação à luta dos trabalhadores — tem constituído um factor de enfraquecimento e mutilação da democracia política tal como está consagrada na Constituição, tornando-se, portanto, uma **grave questão nacional**.

Esta situação agravou-se com o Governo de Cavaco Silva, que acentuou a transformação da comunicação social numa máquina de mentira e obscurantismo e a utilizou como forma de fabricar, impor e fazer circular uma falsa «imagem» das «capacidades» do executivo e dos «benefícios» da sua política, destinada a tentar esconder os seus desastrosos resultados e consequências.

Nessa utilização dos meios de comunicação destaca-se em especial:

- Empolamento e propaganda de medidas demagógicas do Governo e a manipulação de dados e estatísticas;

- O silenciamento e deturpação das posições das forças democráticas — em especial do PCP — e das lutas dos trabalhadores;

- A imposição de uma presença constante dos membros do Governo na comunicação social;

- A redução do espaço de debate pluralista;

- A selecção, por critérios partidários e de compadrio político, de responsáveis pelos serviços informativos, em especial na RTP, de modo a fazer coincidir a «informação» difundida com os seus objectivos de propaganda.

Simultaneamente, a convergência de acção dos partidos democráticos na Assembleia da República impediu a concretização de medidas gravosas que o Governo pretendeu tomar para si como no caso do leilão do Jornal de Notícias e do sector público em geral — e a aprovação de legislação positiva — como a Lei do Licenciamento das Rádios, o direito de réplica política dos partidos da oposição e a Lei contra a destruição do sector público da Comunicação Social — pese embora as hesitações e cedências a posições governamentais por parte de outros partidos democráticos, em especial da ANOP/EP e na da garantia de independência do sector público.

Na adopção de medidas positivas pesou decisivamente a iniciativa e o contributo do PCP.

Esta acção convergente das forças democráticas na IV Legislatura da Assembleia da República demonstrou que é possível uma nova política para o sector no quadro da actuação de um Governo democrático, que garanta o direito à informação e permita o exercício responsável e independente da profissão de informar.

Nesse sentido e para assegurar uma comunicação social isenta e plural, o **PCP propõe**:

- Desgovernamentalizar, reestruturar, modernizar, viabilizar e desenvolver o sector público da comunicação social; aprovação, como **medida imediata**, de uma lei sobre a garantia de independência do sector público que reforce os poderes do Conselho de Comunicação Social, garantindo eficácia à sua intervenção, alargar os poderes dos Conselhos de Redacção e os direitos dos seus membros e a independência da informação face aos Conselhos de Gerência. Aplicação da Lei que assegura o exercício do direito de resposta, designadamente da RTP; adopção de medidas necessárias e urgentes para o Estado assumir os passivos acumulados das empresas públicas do sector e directivas aos Conselhos de Gestão no sentido de implementarem novas actividades que rentabilizem a exploração económica das empresas públicas; definição dos planos de reestruturação tecnológica e de investimentos prioritários, sem custos sociais, em colaboração com as estruturas representativas dos trabalhadores; definir uma nova política para o audio-visual; garantia da propriedade pública dos meios e suportes do audio-visual

e das telecomunicações, recusa da desestabilização das redes de comunicação nacional e articulação dos projectos de desenvolvimento e modernização da rede de telecomunicações e de televisão; melhoria da qualidade de programação da Rádio e TV, com o aproveitamento da capacidade criadora dos trabalhadores e a rentabilização dos meios técnicos; adopção de medidas legislativas que assegurem um serviço público de audio-visual de qualidade e com capacidade de resposta aos diferentes interesses e realidades nacionais, que seja vivo e diversificado, atento aos valores da cultura portuguesa e estimule a produção nacional e o aparecimento de uma indústria audio-visual nacional; respeito dos princípios constitucionais sobre a natureza pública da propriedade e gestão do serviço de Televisão.

Apoiar a informação escrita e difundir o gosto pela leitura. Aprovação de medidas que reconheçam a função social da imprensa e definam com objectividade os critérios de financiamento, subsídios e outros apoios materiais a conceder pelo Estado; aprovação do Estatuto da Imprensa Regional com consagração de direitos, nomeadamente no domínio das isenções fiscais, da redução das taxas de telecomunicações e a garantia de publicação de publicidade dos organismos públicos; dignificação do Conselho de Imprensa, com o acatamento das suas decisões; efectivo cumprimento da Lei de Imprensa no que refere ao controlo de tiragem; divulgação da propriedade e meios de financiamento da imprensa periódica visando impedir a concentração monopolista de empresas jornalísticas; melhorar as condições de trabalho e de dignificação profissional dos trabalhadores de comunicação social; assegurar o efectivo exercício dos direitos dos Conselhos de Redacção, as remunerações compatíveis, a cessação dos regimes precários de trabalho, pondo fim a critérios não profissionais e discriminatórios no recrutamento e promoção dos trabalhadores do sector — em especial os jornalistas — criando órgãos equivalentes aos Conselhos de Redacção para a programação e realização na Rádio e TV; aprovação de medidas que garantam aos membros dos Conselhos de Redacção protecção idêntica à que gozam os membros das restantes Organizações Representativas dos Trabalhadores; dignificação do ensino do jornalismo, com diversificação da especialização e garantia do acesso à profissão.

- Salvar a independência do sistema informativo nacional. Aprovação **urgente** de uma lei que defina o estatuto da Agência Noticiosa Portuguesa, assegurando a sua independência face ao poder político, reforçando o seu papel nos fluxos informativos com os países de expressão oficial portuguesa, alargando a sua rede de delegações e correspondentes, designadamente nos países de significativo núcleo de emigração; diversificação das fontes de informação e rejeição dos subprodutos da propáganda do imperialismo; fomento da produção audio-visual nacional e da co-produção, promovendo a sua competitividade no mercado internacional; lançamento de uma campanha que sensibilize a opinião pública para a necessidade de uma Nova Ordem Informativa Internacional.

- Reforçar e complementar o enquadramento jurídico da comunicação social. Aprovação **imediate** da Lei de Rádio e regulamentação e cumprimento da Lei de Licenciamento das estações de radiodifusão.

- Definição do enquadramento das modalidades de apoio do Estado à imprensa pública e privada com a criação de uma entidade não governamental para gestão das verbas do Orçamento de Estado destinadas a esse fim.

- Aprovação de medidas legislativas de alargamento dos poderes do Conselho de Comunicação Social, em especial no que concerne ao carácter vinculativo dos seus pareceres sobre nomeação e exoneração dos directores e estatutos

editoriais e obrigatoriedade de parecer na nomeação dos Conselhos de Gestão.

Atribuição de carácter vinculativo aos pareceres dos Conselhos de Redacção sobre a nomeação dos directores e no quadro da consolidação da vida democrática nas redacções.

- Efectivação do direito de acesso às fontes de informação com aprovação de medidas que vinculem o Governo e as empresas ao seu cumprimento.

- Aprovação de legislação sobre o controlo de tiragens.

- Consagração legal do direito a tempo de antena em todas as estações de rádio de difusão nacional.

- Cumprimento da Lei de Publicidade (impedindo designadamente a publicidade oculta e indirecta, a utilização abusiva e degradação da imagem da mulher e a instrumentalização da produção nacional, de publicidade em língua portuguesa e dos direitos dos profissionais.

## **Assegurar uma política de defesa nacional ao serviço da independência nacional e da defesa militar da República e garantir a autonomia das Forças Armadas**

As Forças Armadas cabe garantir a independência nacional, a integridade do território, a liberdade e a segurança das populações contra agressões ou ameaças externas.

Progressivamente, estes objectivos cometidos às Forças Armadas pela Constituição da República têm sido alterados e subvertidos. O problema da soberania e da independência nacional é hoje um problema central em diversos domínios da vida nacional. É esse claramente o caso das Forças Armadas e da política de defesa.

O empenhamento progressivo na NATO é caracterizado nos últimos tempos nomeadamente por:

- Aplicação sistemática das Doutrinas Estratégicas e Táticas da NATO e recusa em elaborar uma doutrina nacional.

- Participação em todos os exercícios dirigidos pelos comandos da NATO sempre que estes o decidem (cerca de 10 anualmente).

- Participação no sistema nacional de Planeamento Civil de Emergência na estrutura civil da NATO, entregando à NATO informação e controlo sobre todas as esferas da actividade nacional, que devido aos seus meios técnicos suplanta as próprias autoridades portuguesas, conduzindo a uma militarização de importantes sectores civis do aparelho de Estado.

- Aquisição de diversos armamentos (Fragatas MEKO-200, aviões A-7, mísseis anti-aéreos HAWK e sistema Chaparral-Vulcan), determinada pelos interesses de países da NATO em se desfazerem de material obsoleto ou pelos interesses militares da NATO, mediante programas cujos financiamentos comprometem durante vários anos qualquer esforço de rearmamento e reequipamento militar adequados.

- Aumento contínuo da ingerência da NATO em matéria de Administração de Pessoal das Forças Armadas, pelo alargamento progressivo da exigência do credenciamento NATO e de cursos nos EUA.

- Construção de novas instalações militares nas ilhas da Madeira, Porto Santo, Santa Maria e Terceira.

- Uma taxa de crescimento das despesas militares das

mais elevadas entre os países da NATO, apesar de ser um dos países com mais dificuldades económicas da Aliança.

A submissão, no plano militar, aos EUA tem-se desenvolvido:

- Pela actualização gravosa dos acordos das Lajes e outras facilidades concedidas em território nacional.

- Pelo acordo para a instalação da Estação de Rastreo de Almodôvar inserida no projecto norte-americano da «guerra das estrelas».

- Pelo envolvimento do nosso país nas investigações tendentes a levar a corrida aos armamentos para o espaço cósmico, quer através do projecto de «guerra das estrelas» americano, quer através de projectos semelhantes da Europa Ocidental sob controlo americano.

- Pela anunciada disponibilidade para a instalação em permanência (pré-posicionamento) de unidades navais americanas, destinadas à Força de Intervenção Rápida americana.

- Pela declarada aceitação de utilização do território nacional para acções militares dos EUA fora da área da NATO.

A situação descrita mostra que a política seguida nos últimos anos, agravada pelo Governo PSD, cumpre os objectivos essenciais que a NATO e os EUA definem para Portugal:

- Utilização do território nacional e das águas territoriais pela NATO e EUA como bases para objectivos belicistas e imperialistas a que o nosso país ficaria irremediavelmente ligado.

- Controlo efectivo, nos planos político e militar, das Forças Armadas Portuguesas pela NATO.

- Manutenção das Forças Armadas sem capacidade de defesa autónoma e dissuasora credível, como meio decisivo para assegurar a dependência do nosso país no plano da Defesa.

A completa submissão do Governo PSD a estes objectivos assenta na abdicação de uma defesa nacional autónoma e na identificação dos interesses nacionais com os interesses da NATO.

Desta concepção decorre a tentativa de atribuição às Forças Armadas do papel predominante de repressão interna. A avaliar pelos «cenários» dos exercícios ORION 86 e WINTEX-CIMEX 87 é de admitir que o Conceito Estratégico Militar (mantido secreto) atribua exactamente às Forças Armadas o objectivo de combater o «inimigo interno» em violação da Constituição da República e da LDNFA.

Para assegurar uma política de defesa nacional ao serviço da defesa militar da República e garantir a autonomia das Forças Armadas e da independência nacional no plano militar, o PCP propõe:

- Uma política de defesa nacional autêntica que estabeleça o primado do interesse nacional no sistema de alianças e acordos existentes (NATO, EUA, RFA, etc).

- Revisão ou adequação da doutrina de defesa nacional e em particular da defesa militar para a criação, apesar das nossas limitações de capacidade de defesa autónoma credível (Conceito Estratégico de Defesa Nacional, Conceito Estratégico Militar, Missões das Forças Armadas, Sistemas de Forças, Dispositivo).

- Elaboração de doutrina militar e manuais próprios para as escolas, Academias e Institutos Superiores de Ensino Militar norteados pelo patriotismo, pela defesa da independência nacional, pela afirmação do brio nacional, pelo respeito da Constituição, pela defesa da paz.

- Revisão da programação militar já aprovada e sua adequação aos objectivos enunciados, diminuindo e diversificando a nossa dependência externa, valorizando a indústria nacional e o potencial técnico/profissional das Forças Armadas.

- Revisão de acordos militares de modo a garantir a digni-

dade e os interesses nacionais, nomeadamente o da Base das Lajes, no qual os Governos de direita, abdicando da soberania nacional, entregaram aos EUA o direito de nos pagarem as «contra-partidas», como, quando e com o material que entenderem.

- Rejeição de condições inaceitáveis na «ajuda» externa nomeadamente as que visam prioritariamente servir os interesses da NATO ou dos EUA à nossa custa, como sucede com as fragatas encomendadas para apoiar a esquadra do Atlântico dos EUA, ou os mísseis HAWK para defender, não Lisboa, por exemplo, mas a base norte-americana das Lajes.

- O equilíbrio de poderes dos diferentes órgãos de soberania sobre as Forças Armadas e o respeito pelas suas competências próprias contrariando a sua governamentalização e consequente partidarização agravadas pelo Governo Cavaco Silva, nomeadamente com a Lei Orgânica do Ministério de Defesa Nacional (não promulgada).

- Respeito pelas atribuições próprias das Forças Armadas no quadro da Constituição da República Portuguesa e da Lei de Defesa Nacional, rejeitando o seu envolvimento em missões de segurança interna, nomeadamente a pretexto da Lei de Estado de Sítio e Estado de Emergência, ou como resultado da aceitação de Doutrinas NATO. Apuramento total do comportamento da DINFO do EMGFA em acções ilegais de vigilância a cidadãos por motivos políticos e outros, e garantia da sua actuação nos estritos limites da Lei.

- Eliminação de restrições políticas anti-constitucionais a militares, limitativas do exercício pleno da cidadania. Aprovação de estatutos justos e outra legislação para os quadros permanentes que garantam uma carreira profissional assente na competência e sem discriminação de ordem política e ideológica.

- Revisão do Código de Justiça Militar e do Regulamento da Disciplina Militar adequando-os às normas constitucionais. Regulamentação do recurso ao Provedor de Justiça que torne efectivo o direito dos militares de defesa e reclamação. Definição da área de competências dos Tribunais militares com respeito do disposto na Constituição.

- Melhoria das condições de prestação do Serviço Militar Obrigatório, nomeadamente dignificação do relacionamento com os soldados, aumento do pré, direito de «representação e colaboração» para, sem quebra da disciplina e do estrito respeito das normas hierárquicas, impulsionarem a sua valorização cívica, cultural, desportiva, profissional e militar.

## **Defender a Constituição consolidar o regime democrático**

A Assembleia da República que será eleita em 19 de Julho terá poderes de revisão constitucional. Ao contrário do que tentam insistentemente fazer crer as forças de direita, acompanhadas por certos sectores democráticos, a revisão da Constituição sendo uma possibilidade nos seus próprios termos e limites não é politicamente necessária e muito menos urgente. O texto constitucional revelou a sua adequação às realidades. É um factor de estabilidade e corresponde às aspirações fundamentais dos portugueses. Institucionaliza as conquistas democráticas e constitui o estatuto orgânico do regime democrático, compreendido este na sua dimensão política, económica e social.

A Constituição não é um factor de divisão dos portugueses. Divisionista seria, isso sim, uma Constituição que limitasse os direitos e liberdades, amputasse os direitos dos

trabalhadores para consagrar os do grande capital e dos latifundiários, consagrasse as concepções ideológicas reaccionárias com o pretensão objectivo de garantir uma Constituição ideologicamente aséptica.

Ao contrário do que pretende fazer acreditar a direita e o grande capital, a Constituição não é um obstáculo ao desenvolvimento, antes fornece o quadro em que este se pode processar de forma harmoniosa e ao serviço do Povo e do País.

Em Portugal não existe uma questão de regime, ao contrário do que parecem entender aqueles que propõem «pactos de regime» às forças que se revelam inconformadas com o regime democrático tal como emergiu da derrota do fascismo e das lutas populares e democráticas ulteriores. O povo português reconhece-se no regime e na Constituição que o consagra. A atitude das várias forças políticas face à Constituição representa um critério seguro para avaliar a sua atitude face ao regime democrático e para medir o empenhamento na sua defesa.

O PCP combaterá todo e qualquer propósito de, a pretexto da revisão constitucional, impor a sua substituição por outra Constituição com outro espírito e conteúdo.

O PCP desenvolverá em todas as circunstâncias todos os esforços para que a Constituição se mantenha como a carta das liberdades dos cidadãos e dos direitos dos trabalhadores, o estatuto de um Estado baseado na vontade dos cidadãos e na participação popular, a lei fundamental do regime democrático conquistado com o 25 de Abril.

O PCP considera que o processo de revisão constitucional, a ter lugar, deveria orientar-se não para desfigurar a Constituição de Abril mas sim para alargar a protecção dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e os direitos dos trabalhadores, particularmente das comissões de trabalhadores, reforçar as competências, designadamente de fis-

calização da Assembleia da República, em relação a actos do Governo, defender a independência dos Tribunais e consagrar a autonomia do Ministério Público e o seu dever de recurso obrigatório contra actos ou omissões que lesem direitos fundamentais ou os interesses gerais da colectividade constitucionalmente protegidos.

Nesse sentido, o PCP opôr-se-á às propostas que infringem os limites materiais da revisão constitucional expressos na própria Constituição. Tais serão, por exemplo, as propostas que desfigurem os princípios fundamentais da República e do Estado; que diminua garantias dos direitos fundamentais incluindo os dos trabalhadores; que liquidem ou debilitem a garantia constitucional das transformações económico-sociais do 25 de Abril (designadamente as nacionalizações e a Reforma Agrária); que alterem sensivelmente o actual sistema de governo misto e o equilíbrio de órgãos em que ele assenta designadamente através de uma governamentalização do regime, à custa do Presidente da República e da Assembleia da República; que descaracterizem a autonomia regional dos Açores e da Madeira; que diminua as garantias de autonomia e democraticidade do Poder Local; que modifiquem substancialmente o regime de apreciação de constitucionalidade no sentido de facilitar a violação impune da Constituição; que alterem o regime da revisão constitucional eliminando ou diminuindo os seus limites formais ou materiais.

Do mesmo modo o PCP opôr-se-á firmemente a que, a pretexto de uma pretensa «desideologização» ou «despolemização» da Constituição, se procure retirar dela todos os conceitos ou formulações democráticas e progressistas para as substituir por outras carregadas de uma ideologia reaccionária ou conservadora, ou por soluções carregadas de bastante mais sentido polémico do que aquelas que supostamente visam substituir.



## II

## Assegurar o desenvolvimento económico, valorizar os recursos nacionais

### Situação económica, financeira e social

O PCP tem defendido que a recuperação económica e o desenvolvimento do País exigem uma política económica e social visando o combate às causas estruturais do défice comercial e da dependência externa, o fortalecimento e o desenvolvimento das capacidades produtivas, o aumento do emprego, a melhoria dos rendimentos salariais e das condições de vida dos portugueses. Para a prossecução desses objectivos, o PCP tem proposto uma política económica assente, fundamentalmente, no aumento da produção nacional e da produtividade, na modernização do sistema produtivo — através do aproveitamento e valorização dos recursos nacionais (materiais, tecnológicos e humanos), do adensamento da malha produtiva e da utilização das capacidades produtivas instaladas — e na defesa do mercado e da produção nacionais. Política económica essa articulada com uma política de saneamento financeiro do País, do Estado e das empresas e com uma política social de maior justiça e igualdade (designadamente na distribuição do rendimento nacional e na incidência da carga fiscal), de satisfação das necessidades básicas do povo (habitação, saúde, educação...) e de combate às chagas sociais do desemprego, dos salários em atraso, do trabalho precário.

Nada disso foi feito. Apesar da favorável evolução conjuntural de factores externos que se repercutiram, conjugada e simultaneamente, de forma positiva na economia portuguesa, criando uma conjuntura absolutamente excepcional que facilitava a inversão da política económica e o início da recuperação e do desenvolvimento. E o Governo PSD de Cavaco Silva não o fez por causa da sua política: **uma política ao serviço do grande capital.**

O Governo não corrigiu alguns dos maiores estrangulamentos da economia portuguesa, como o da subutilização da capacidade produtiva instalada e o da elevada componente importada da produção e da despesa nacionais. Pelo contrário, registou-se um grave processo de substituição da produção nacional por importações, conduzindo a um profundo agravamento estrutural do comércio externo em todas as grandes categorias de produtos (bens de consumo, bens intermédios, bens de equipamento). Criando condições para, logo que se dissipem (ou invertam) os efeitos favoráveis da evolução conjuntural daqueles factores externos, o País regressasse a défices insustentáveis na Balança de Transacções Correntes, ao aumento da dívida externa e a políticas recessivas (de que são exemplos as recentes medidas de redução do crédito bancário e de limitação das vendas a prestações).

O Governo acentuou os ataques destruidores às UCP's/Cooperativas da Reforma Agrária e às empresas nacionalizadas, e não defendeu os interesses objectivos das pequenas e médias empresas, dos agricultores e pescadores portugueses e das estruturas cooperativas.

A política de rendimentos do Governo Cavaco Silva con-

duziu a uma nova e considerável transferência do valor acrescentado, em prejuízo dos trabalhadores e em benefício da acumulação financeira do grande capital, baixando a parcela da massa salarial na distribuição do rendimento nacional e aumentando as parcelas dos lucros e dos impostos indirectos. O Governo fez alastrar o desemprego, o trabalho precário, a exploração de mão-de-obra infantil e a pobreza.

A política económica do Governo de Cavaco Silva prosseguiu e agravou, assim, a política de direita ao serviço do grande capital que nos últimos onze anos tem sobreposto à recuperação económica e ao desenvolvimento do País a restauração do poder dos grupos económicos e a crescente penetração das multinacionais.

Os resultados estão à vista. Persistem, e agravam-se, as causas profundas que conduziram o País à crise económica, financeira e social, e as suas principais manifestações:

- **A degradação do sistema produtivo** reflecte, designadamente, a crescente desarticulação entre os diversos sectores de actividade, a insuficiente exploração e valorização dos recursos nacionais, o aumento das áreas agrícolas não exploradas, o não aproveitamento da Zona Económica Exclusiva em proveito do País, o envelhecimento e redução da frota da marinha mercante, o desaproveitamento das capacidades científicas e tecnológicas nacionais e o desenvolvimento de actividades especulativas e parasitárias. E reflecte-se, nomeadamente, na cada vez menor participação da produção nacional na satisfação da procura interna e no aumento estrutural das importações e dos défices externos, nos baixos níveis de produtividade e competitividade e no aumento do desemprego. Degradação que tenderá a agravar-se com o impacto dos efeitos negativos da adesão à CEE.

- **Os desequilíbrios financeiros**, no essencial decorrentes da degradação da estrutura produtiva, são patenteados pelo elevado nível da dívida externa, pelos elevados défices do sector público administrativo, pelo excessivo nível de endividamento das empresas nacionais (públicas e privadas), pelo persistente aumento do crédito «mal parado» e pela insuficiente rentabilidade do sistema bancário nacionalizado.

- **A situação social e as condições de vida dos trabalhadores** agravam-se permanentemente. O **desemprego** não cessa de aumentar e aumenta o número de trabalhadores sobre os quais pesa a ameaça de despedimento. Diminui o número de trabalhadores com contratos permanentes, os **contratos a prazo** alastram como uma praga, multiplicam-se novas formas de trabalho precário, recrudescem a desumana **exploração do trabalho infantil**. O **carácter precário do trabalho tornou-se uma forma de mais brutal exploração: baixos salários, repressão, insegurança no emprego e ausência de segurança social**. Persistem os **salários em atraso** como uma das marcas mais escandalosas da política de recuperação capitalista e diminui permanentemente a parte que cabe aos salários na distribuição do Rendimento Nacional.

- Aprofundam-se as **desigualdades regionais** e aumen-

tam as pressões que conduzem à emigração e à fuga das populações do interior para o litoral do País, gerando mais situações e zonas de pobreza, reduzindo ainda mais o mercado interno e contrariando um processo sustentado de desenvolvimento.

Este panorama sombrio tende a agravar-se rapidamente com os efeitos da adesão à CEE. Efeitos negativos que, embora de forma limitada ainda, se fizeram já sentir em 1986 e se podem sintetizar no agravamento do défice da balança comercial com os países da CEE (mais 96 milhões de contos!). Por efeito de desvio de comércio — em alguns casos em condições mais desvantajosas para o País — mas também, e em grande medida, em resultado da criação de comércio, isto é, de substituição da produção nacional por importações. A política agrícola ditada pelos excedentes dos Dez (quando Portugal é altamente deficitário em produtos alimentares básicos), os projectos de redução da área agrícola em 50%, a impossibilidade de aumentar a capacidade global da frota pesqueira e os incentivos à sua liquidação, as imposições restritivas à nossa indústria siderúrgica e à construção naval, a liberalização dos transportes e do comércio externo, o aumento acelerado da concorrência de produtos estrangeiros no mercado interno, conduzirão não ao apregoado «choque modernizador» mas a uma maior dependência externa, à crescente substituição de produção nacional por mercadorias estrangeiras e, conseqüentemente, a uma maior desarticulação e destruição da base produtiva nacional, à ruína de milhares de pequenos e médios industriais, comerciantes e agricultores, e a mais desemprego.

Acresce que para além da questão de fundo da adesão, é cada vez mais claro que, por um lado, muitas das condições de adesão negociada pelo Governo PS/PSD são más face ao que seria (é) possível e minimamente exigível, e que, por outro lado, o Governo de Cavaco Silva se demitiu por completo da defesa dos interesses nacionais nas diversas instâncias comunitárias.

## A recuperação capitalista causa da crise

A evolução recente veio confirmar, mais uma vez, que a situação nacional e os graves e continuados conflitos sociais e políticos nos últimos onze anos têm tido como força motora central o confronto entre a ofensiva daqueles que querem destruir o regime democrático conquistado com a Revolução de Abril e consagrado na Constituição da República e a resistência dos democratas e trabalhadores que o defendem e querem que prossiga. Regime democrático que assenta institucionalmente na complementaridade da **democracia política**, da **democracia económica** e da **democracia social**.

A evolução da situação económica e social do País comprovou a tese do PCP apontando como causa fundamental da crise a guerra movida pelos sucessivos governos contra as conquistas democráticas do povo português alcançadas com a Revolução de Abril, numa «cruzada de espoliações e de acumulação e centralização forçadas, com a transferência brutal para as mãos dos grandes capitalistas da propriedade dos meios de produção e de capitais».

A ofensiva de destruição das novas estruturas socioeconómicas criadas com a revolução democrática foi e continua a ser acompanhada da ofensiva contra a democracia política, contra a democracia social, contra a democratização da cultura, contra a decisiva afirmação da independência e da soberania nacionais, e teve conseqüências desastrosas nos planos económico, financeiro e social.

## A política económica que o PCP propõe

Nas condições actuais, no quadro do regime democrático e da independência nacional, a recuperação económica e o desenvolvimento só são possíveis pondo definitivamente fim à ofensiva de destruição das estruturas socioeconómicas existentes e empreendendo uma nova dinâmica económica na base das formações existentes (os sectores e empresas nacionalizadas, as empresas privadas, as pequenas e médias explorações agrícolas, as UCPs/Cooperativas da Reforma Agrária e as empresas cooperativas e em auto-gestão).

Portugal necessita de uma política económica e de um desenvolvimento económico, não para beneficiar uma oligarquia financeira à custa da miséria do povo e da independência nacional, mas para o bem do povo e do País.

O PCP propõe ao povo português uma política económica de recuperação e desenvolvimento para vencer a crise que, salvaguardando e consolidando a independência nacional, tem como pressupostos básicos o rigoroso cumprimento da Constituição e da legalidade democrática e a participação activa e criadora dos trabalhadores.

A partir destas condições prévias e da situação económica e financeira actual, **o programa que no plano económico o PCP propõe ao povo português** dirige-se fundamentalmente para o imprescindível aumento da produção e valorização dos recursos nacionais visando a progressiva e sustentada melhoria das condições de vida dos portugueses e a redução das desigualdades sociais e da dependência externa.

Só o **aumento da produção nacional** pode conduzir à significativa redução do défice comercial e à diminuição sustentada da inflação, ao aumento substancial dos postos de trabalho e à redução do desemprego, à melhoria da situação financeira do Estado e das empresas e à diminuição da dívida externa.

Base essencial do aumento da produção é o **cabal aproveitamento e valorização dos recursos nacionais**. Dos **recursos naturais**: agro-pecuários, florestais, piscatórios, minerais, (cuja valorização passa pela maximização do valor acrescentado nacional, exportando mais produtos transformados e menos matérias-primas e reduzindo importações) hídricos e turísticos. De **outros recursos materiais**, com destaque para a elevada capacidade produtiva instalada e não aproveitada, designadamente na construção naval e na indústria produtora de bens de equipamento, mas também em inúmeros subsectores industriais produtores de bens de consumo e no sector da construção civil. Dos **recursos humanos**, a maior riqueza de que o País dispõe: a enorme capacidade de trabalho que se encontra despregada e o potencial científico dos cientistas, investigadores e técnicos portugueses.

O aumento da produção nacional e a valorização dos recursos nacionais são indissociáveis da **modernização da economia e do aumento da produtividade**.

A modernização da economia exige, como condição primeira, o adensamento da estrutura produtiva, o fortalecimento das relações intersectoriais (articulação das actividades agro-pecuárias, florestais, piscatórias e extractivas com as indústrias transformadoras e com o sector de transportes, destes com o sector energético, etc.) e o aproveitamento dos recursos naturais. A modernização da economia nacional impõe o desenvolvimento dos (o aumento da produção nacional nos) sectores em que é maior a dependência externa e nos quais o País dispõe de boas possibilidades, nomeadamente nos sectores de bens de equipamento, agroalimentar e de bens de consumo duradouro. A modernização da economia nacional, o aumento da produção e a valorização dos recursos naturais, têm de ser articuladas com o aproveitamento e o desenvolvimento da ciência e da técnica nacionais.

O aumento da produtividade será um efeito necessário do próprio processo de modernização da economia, do aumento da produção nacional, do aproveitamento e valorização dos recursos naturais e da ciência e da técnica nacionais, da maior utilização da capacidade produtiva instalada. Mas pode (deve) alcançar-se, também, através de medidas de racionalização, organização e gestão, da formação profissional, da participação activa dos trabalhadores, da poupança de energia e matérias-primas, do combate a toda a forma de desperdícios.

A orientação fundamental para o aumento da produção e a valorização dos recursos nacionais terá de ser complementada com políticas monetária, cambial e fiscal adequadas à sua prossecução (designadamente com uma política que favoreça o investimento produtivo e os esforços produtivos das empresas e penalize o desperdício de recursos e a especulação financeira), e com uma política de comércio externo que defenda a produção nacional.

A política de aumento da produção nacional, de valorização dos recursos nacionais e de modernização que o PCP propõe é inseparável do necessário aumento do emprego e nunca se lhe poderá opor. **O emprego é uma questão central da política económica e social do PCP, e de qualquer política que vise a defesa dos interesses nacionais.** É uma exigência nacional que se opõe frontalmente à política de recuperação capitalista que tem sido prosseguida. **É indispensável e possível, compatibilizar o crescimento da produção e do investimento com a promoção do emprego e uma mais justa distribuição do rendimento nacional.**

A política económica que o PCP propõe, uma verdadeira política de desenvolvimento eficaz, implica e exige que a orientação para produzir mais e melhor caminhe lado a lado com a protecção e o aumento do emprego, com a **melhoria das condições de vida** dos portugueses. Porque esta é o objectivo central da política de recuperação e desenvolvimento. Mas também porque é um factor de dinamização da actividade económica. A política económica que propomos tem como resultado o aumento da produção, condição básica para o aumento do emprego e do poder de compra da população. O que conduz ao alargamento do mercado interno que, sem pôr de lado a importância do mercado externo, é essencial para a reanimação da produção e da actividade económica em geral. Sem o aumento da procura interna não há aumento sustentado da produção nacional. Sem o aumento da produção nacional qualquer aumento da produção interna é fugaz, pelos efeitos insustentáveis que exerce sobre os défices externos.

O aumento da produção nacional e do emprego e uma distribuição mais progressista da riqueza criada são, pois, questões determinantes, indissociáveis e complementares para uma viragem que assegure o desenvolvimento.

## Agricultura

A debilidade estrutural da nossa agricultura resulta, em termos do passado próximo e presente, do acumular de políticas desastrosas, da inépcia e da irresponsabilidade dos que nos governaram ao longo destes anos, presentes aliás, nas negociações e na assinatura do tratado de adesão à CEE.

Os resultados estão à vista: o produto agrícola e pecuário mantém-se estagnado; o défice alimentar tende, estruturalmente, a agravar-se; os nossos rendimentos físicos agrícolas são muito baixos (em média, 3 vezes inferiores aos da CEE); o rendimento médio dos nossos agricultores é por demais insuficiente (é inferior a 1/5 do verificado na CEE) e tende a

agravar-se com a adopção dos preços comunitários.

Urge romper com este círculo vicioso de subdesenvolvimento, que ameaça colocar-nos definitivamente na condição de país de economia alimentar marginal e de apêndice da CEE.

Para tal, há que desenvolver uma política patriótica que salvguarde os interesses e dependência nacionais, que aumente a produção e a produtividade no sector e melhore o rendimento dos agricultores portugueses.

Há que assumir perante a CEE uma posição de firmeza, recusando todas as orientações e medidas que não têm em conta a estrutura económico-agrícola e produtiva e a realidade social da agricultura portuguesa. Há que defender intransigentemente a autonomia e as condições que nos permitam orientar e desenvolver a nossa política agrícola de acordo com os direitos e necessidades do País.

Para o desenvolvimento da nossa agricultura e melhoria das condições de vida dos agricultores e trabalhadores agrícolas, **o PCP propõe:**

### • Para o reforço da estabilidade no sector

- Defender e consolidar a Reforma Agrária — reposição da legalidade, cumprimento dos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, viabilização das UCPs/Cooperativas através do apoio técnico e económico e do rigoroso acerto de contas entre estas e o Estado.

- Respeitar a propriedade da terra dos pequenos e médios agricultores.

- Defender os direitos consignados na «Lei do Arrendamento Rural» e sua melhoria, reforçando a estabilidade dos rendeiros, impedindo a sua descapitalização, designadamente pondo cobro às rendas especulativas.

- Adoptar medidas de protecção dos senhorios pobres.

- Defender a Lei dos Baldios que consagra o uso e gestão dos baldios pelos povos.

- Subordinar o emparcelamento agrícola, quando necessário, a três princípios: absoluto respeito pela vontade dos que exploram directamente a terra, sejam proprietários ou rendeiros, e sua protecção, melhoria da estrutura económico-agrícola das pequenas explorações e valorização dos recursos e da estrutura produtiva, designadamente através da realização de melhoramentos fundiários e do fomento do associativismo de produção.

### • Para a melhoria do rendimento dos produtores e para o aumento da produção e da produtividade

- Corrigir o desequilíbrio nas relações entre a agricultura e os demais sectores; encurtamento dos circuitos comerciais e eliminação do parasitismo neles instalado; orientação dos recursos técnicos e financeiros no sentido do reforço da organização dos produtores, da correcção das assimetrias regionais, da valorização e potencialização da pequena e média agricultura e do associativismo de produção de pequenos e médios agricultores e trabalhadores agrícolas.

- Dinamizar e fomentar o associativismo agrícola nas áreas da produção, prestação de serviços, comercialização e transformação, garantindo-lhes o necessário apoio técnico e económico.

- Consolidar as dívidas resultantes de investimentos produtivos realizados por Cooperativas em situação económica difícil.

- Reforçar as infraestruturas de apoio à produção (armazenagem — conservação, acondicionamento e comercialização), incluindo a implantação de uma rede nacional de concentração, tratamento e embalagem de produtos agrícolas, com unidades distribuídas por núcleos de produção.

- Criar condições que assegurem o acesso directo da produção organizada aos mercados abastecedores e retalhistas.

- Corrigir as concepções e estratégias de implementação

da Rede Nacional de Abate, e da Rede Nacional de Mercados de Origem, respeitando os direitos e interesses legítimos dos produtores e adaptando-as eficazmente às necessidades de desenvolvimento das regiões.

- Adequar os preços dos meios e factores de produção (máquinas, equipamentos, adubos, pesticidas, combustíveis, energia) à realidade e necessidade inerentes ao desenvolvimento acelerado da nossa agricultura e à evolução dos preços agrícolas no produtor.

- Adequar as condições de acesso aos financiamentos comunitários à realidade da nossa estrutura social e económico-agrícola, rejeitando a marginalização dos pequenos agricultores e das UCP's/Cooperativas. Reforçar a componente do crédito interno e adequar as taxas de juro e amortizações às características dos investimentos (períodos de carencia, rentabilidade previsível, etc.).

- Apoio técnico e económico que promova a melhoria das tecnologias, da produtividade e qualidade da produção, dando particular importância às produções em que somos deficitários e àquelas em que se oferecem boas perspectivas de exportação (cereais, oleaginosas, forragens, leguminosas, hortofrutícolas, carne, leite, azeite, vinhos, etc.).

- Apoio técnico e económico à reconversão dos pomares, incluindo medidas fortemente incentivadoras para plantação ordenada de pomares intensivos de frutos secos.

- Lançar programas nacionais de sanidade animal, estruturando e mobilizando os serviços veterinários e as organizações de produtores.

- Substituir o actual sistema das guias de circulação dos gados por um sistema mais eficaz e adaptado à estrutura produtiva, compatível com os direitos e legítimos interesses dos produtores.

- **Para a gestão integral e integrada dos recursos naturais**

- Proteger, recuperar e melhorar o solo agrícola, tendo em vista a preservação da área de uso agrícola: lançamento de programas e incentivos para a drenagem, correcção da acidez, melhoria do fundo de fertilidade e da dessalinização dos solos. Obrigatoriedade do cumprimento dos níveis mínimos de uso dos solos.

- Desenvolver uma política florestal compatível com as funções social, económica e ambiental que a floresta deve assumir. Preservação e alargamento da floresta de uso múltiplo. Impedimento da expansão anárquica da floresta industrial, designadamente do eucalipto. Medidas e acções eficazes de protecção, detecção e combate aos incêndios florestais. Arborização das áreas de incultos nas regiões serranas, fomentando a utilização agro-florestal, a pastorícia, a cinegética, etc.

- Aproveitar integralmente os recursos hídricos, sem prejuízo da sua racional gestão. Recuperação, melhoria e manutenção das obras hidro-agrícolas e sistemas de irrigação, incluindo os regadios tradicionais.

- Reforçar todo o sistema de infraestruturas básicas (estradas e caminhos, electrificação rural, equipamentos colectivos).

- Recuperar, viabilizar e criar indústrias nos sectores agro-alimentar e dos produtos florestais.

- **Para a valorização dos recursos humanos**

- Intensificar a formação profissional dos agricultores e trabalhadores agrícolas, não só através de cursos nos centros de formação profissional, como através de acções regulares de formação, divulgação e vulgarização a nível de freguesia.

- Desconcentração e responsabilização efectivas das Direcções Regionais de Agricultura, conferindo a necessária eficácia às direcções de serviços e respectivas divisões e dotando as zonas agrárias dos meios humanos, técnicos e

logísticos necessários para a cobertura das regiões.

- Estruturação eficaz e responsabilização dos serviços de extensão, produção agrária e apoio à produção, a nível concelhio, incluindo a constituição de brigada técnicas móveis.

- Adequada formação e actualização dos técnicos dos serviços.

- Estabelecimento de uma relação directa e actuante entre a investigação e experimentação aplicadas e a vulgarização.

## Pescas

A pesca descarregada tem vindo a reduzir-se progressivamente em consequência, designadamente, da crescente degradação dos recursos e do contínuo envelhecimento da frota. Situação que se agravou em 1986. Por um lado com a adesão à CEE, quer pela pressão acrescida sobre os recursos exercida por frotas de outros países, quer pelos efeitos negativos sobre a pesca nacional nos mares do Canadá que implicou a paralisação de parte da frota bacalhadeira. Por outro lado com a política do Governo de Cavaco Silva: prática paralisação da investigação pesqueira (INIP) nomeadamente a nível da avaliação de recursos, desmantelamento dos organismos de coordenação económica, ausência de apoios técnico e financeiro à frota nacional e em especial à artesanal, e a tentativa de reformulação global da legislação pesqueira visando a destruição da pesca artesanal local e a limitação da artesanal costeira.

Com vista ao desenvolvimento e valorização das pescas nacionais, o PCP propõe:

- Rever as condições de adesão à CEE, visando a defesa dos interesses portugueses na ocupação da Zona Económica Exclusiva e a obtenção de compensações adequadas, designadamente um apoio substancial e efectivo ao desenvolvimento e modernização da frota pesqueira nacional.

- Relançar e intensificar a investigação pesqueira operacional em proveito dos pescadores portugueses.

- Definir precisa e quantitativamente os recursos disponíveis para cada um dos segmentos da frota nacional.

- Desenvolver as acções necessárias com vista a manter e recuperar direitos de pesca tradicionais em águas exteriores.

- Aproveitar as oportunidades oferecidas pelos novos países africanos de língua portuguesa.

- Elaborar um Plano Pesqueiro, orientado para a defesa dos interesses nacionais e para o desenvolvimento do sector, com a participação e audição de todos os interessados.

- Promover a adequada modernização da frota, dos sectores cooperativos, nacionalizado e privado (particularmente pequenos e médios armadores) com recurso à nossa indústria de construção e reparação naval.

- Apoiar a organização de pequeno e médio armamento artesanal dos planos profissional, técnico, de gestão e financeiro.

- Apoiar a indústria transformadora de pescado, com vista à redução do défice alimentar, à manutenção dos postos de trabalho e ainda, no caso da indústria conserveira, à manutenção e desenvolvimento dos mercados exteriores.

- Aproveitar as estruturas do sector público existentes nas áreas de descarga e primeira venda e desenvolvimento e organização da rede de frio, colocando-as ao serviço da pesca, com vista a obter preços justos à produção e ao regular abastecimento de pescado à população e à indústria transformadora.

- Criar as estruturas de apoio que possibilitem uma intervenção rápida e eficaz no caso de acidente ou avaria no mar, com vista a uma melhoria significativa de segurança durante a faina.

- Adoptar medidas eficazes no combate à poluição nas águas interiores, mar territorial e Zona Económica Exclusiva.
- Publicar o Regime Jurídico do Contrato Individual a Bordo das Embarcações de Pesca.

## Indústria extractiva

Portugal possui importantes reservas de substâncias minerais com interesse económico (algumas mesmo com significado a nível europeu e mundial) que não têm sido utilizadas ao serviço do desenvolvimento do País. Os recursos mineiros constituem uma das bases materiais para o desenvolvimento das nossas forças produtivas, com incidência na substituição de importações e no incremento e valorização das exportações.

Com a acção do Governo de Cavaco Silva, em sintonia com os interesses das multinacionais que dominam o sector, a indústria extractiva entrou em profunda recessão, com o agravamento acentuado do desemprego e a eliminação de muitos pequenos e médios empresários.

Com vista à superação da actual crise e ao desenvolvimento do sector mineiro, o PCP propõe:

- Dar cumprimento aos preceitos constitucionais aplicáveis ao sector mineiro (apropriação colectiva dos recursos naturais...), não alienação das posições do Estado nas empresas do sector, sustentar a penetração de capital estrangeiro na indústria extractiva, alargamento da intervenção do Estado na prospecção e pesquisa, atribuir novas concessões ao SEE quer em termos de substâncias quer em termos de áreas.

- Intensificar a inventariação de recursos minerais e execução efectiva dos programas de avaliação dos recursos (designadamente dos minérios de cobre, zinco, estanho, urânio, lítio, crómio, bem como fosforites, amianto e argilas especiais).

- Concretizar, de forma planeada, a exploração das diversas substâncias minerais com interesse económico (algumas das quais correspondem a grandes projectos de interesse nacional) em articulação com o desenvolvimento da actividade transformadora e com uma política nacional de investigação e desenvolvimento tecnológico.

- Apoio efectivo do Estado às pequenas e médias empresas do sector (técnico, financeiro e organizativo).

- Relançar a actividade dos subsectores em crise (estanho, volfrâmio, quartzo e feldspato) reabrindo e viabilizando as minas que se encontram com a lavra suspensa (Borralha, Argozelo, Vale de Gatas, Montesinho, Ribeira, Monforte...), manter a laboração das minas da Panasqueira, melhorar as condições de segurança, sanidade, higiene e trabalho nas minas.

## Indústria transformadora

A indústria portuguesa é fortemente dependente do exterior, quer no seu funcionamento quer na satisfação das necessidades de consumo final. Tal dependência resulta das insuficiências e deficiências da estrutura da indústria nacional, da fragilidade do seu padrão de especialização, que não se encontra de forma alguma ajustado às necessidades de desenvolvimento do País nem (nomeadamente) no que respeita aos subsectores virados fundamentalmente para a exportação) às tendências evolutivas da procura mundial. O aparelho produtivo industrial enferma de profundas e graves deficiências que se traduzem no **insuficiente aproveitamento dos recursos nacionais, em fracas relações intersectoriais e numa muito excessiva dependência tecnológica,**

de que resultam enormes défices comerciais com o exterior, designadamente o défice de bens de equipamento.

A política que tem vindo a ser seguida pelos governos de direita, agravada com os efeitos da adesão à CEE e com a nefasta acção do Governo de Cavaco Silva, tem conduzido à degradação contínua da estrutura industrial e à destruição de numerosos postos de trabalho.

Com vista à superação das deficiências estruturais existentes e à modernização e desenvolvimento de um sector industrial coerente e integrado numa política económica global, o PCP propõe:

- Adoptar uma política industrial assente nos seguintes traços fundamentais:

- definição de orientações globais e sectoriais visando a correcção planificada dos desequilíbrios, das distorções, das irregularidades e dos erros verificados no desenvolvimento industrial;

- dinamização da produção industrial na base da actual capacidade instalada, do adensamento da malha industrial e da realização de novos projectos de interesse nacional, planeados e faseados de forma a contribuírem para um desenvolvimento harmonioso da economia nacional;

- organização e defesa da indústria nacional como condições necessárias ao desenvolvimento, designadamente o fomento da produção nacional de produtos importados e a elaboração e concretização de programas de reorganização, recuperação e reconversão de sectores e empresas em dificuldades (metalomecânica, construção naval, vidro, têxteis, etc.);

- promoção do aumento da produtividade e melhoria da organização da indústria, mediante o maior aproveitamento das capacidades produtivas, racionalização dos circuitos de comercialização, apoio tecnológico visando a modernização;

- redução dos custos e melhoria de gestão, através da utilização de técnicas de planeamento, análise de métodos de trabalho, normalização e controlo de qualidade e melhor aproveitamento das matérias-primas e energia.

- Com base nestes traços fundamentais, apontam-se as seguintes linhas de desenvolvimento para a política industrial, que conduzirão a uma profunda e positiva transformação do sistema produtivo industrial e à criação significativa de postos de trabalho:

- desenvolver as indústrias produtoras de bens de equipamento;

- valorizar de forma optimizada os recursos naturais;

- desenvolver as indústrias produtoras de bens de consumo, prioritariamente para os bens essenciais;

- modernizar os sectores «tradicicionais»;

- promover núcleos de prestação de serviços à indústria.

- Desenvolver a produção de bens de equipamento constitui uma opção fundamental da necessária viragem para uma nova e moderna estrutura industrial, pois a produção de bens de equipamento:

- é estratégica do ponto de vista da independência nacional;

- é chave do progresso tecnológico porque geradora de crescimento da produtividade de outras indústrias/actividades;

- tem elevada capacidade para gerar emprego qualificado e grande efeito multiplicador sobre a economia, é pouco intensiva em energia e especialmente dispersável, admite dimensões empresariais variáveis (com predomínio das PME's).

Deverá ter como direcções fundamentais a produção de equipamentos necessários:

- à valorização dos recursos naturais;

- à redução das dependências energética e agro-alimentar;

- à modernização de sectores «tradicionais».
- Valorizar os recursos naturais, maximizando o valor acrescentado nacional na sua transformação, minimizando as exportações de produtos quase em bruto (minérios, cortiça, madeira,...) e reduzindo importações:

- no que respeita aos **recursos minerais**, articular o lançamento de grandes projectos mineiros (exploração do cobre, zinco, tungsténio, ferro,...) com projectos a jusante na indústria transformadora (metalurgias, petroquímicas de base), estruturando núcleos industriais integrados;

- no tocante aos **recursos agrícolas e do mar**, lançar complexos agro-industriais (como o da beterraba sacarina, e elevar o grau de transformação de produtos agrícolas e das pescas tendo em atenção as novas conquistas da ciência e da técnica neste campo, as necessidades do mercado interno e as potencialidades de exportação;

- quanto aos **recursos florestais**, maior integração na produção de papel e embalagem com a produção de pasta de papel, aproveitamento dos resíduos lenhosos, recuperação de produtos químicos subproduto de produções existentes, fabricação de novos produtos de modernização e alguns dos segmentos produtivos actuais.

A gestão adequada destes recursos em articulação com o desenvolvimento da ciência e da técnica nacionais e do sector electromecânico, visando criar e desenvolver a base técnica e tecnológica, é indispensável ao sucesso da necessária valorização dos recursos naturais.

- Modernizar os sectores «tradicionais» (conservas de carne e de peixe, têxtil/vestuário, curtumes/calçado, mobiliário, cristalaria, mármore e outras rochas ornamentais,...), com elevado peso relativo em termos de emprego, produto, exportações (mas também em termos de importações), em articulação com os sectores nacionais da electromecânica e electrónica e com medidas nas áreas comercial e de gestão, visando o reforço da sua posição na satisfação das necessidades do mercado interno e o aumento dos níveis de produtividade e qualidade que permitam uma maior competitividade de nos mercados externos.

- Desenvolver núcleos de serviços de apoio à indústria (serviços de projectos, engenharia, consultadoria...), nomeadamente à de bens de equipamento, como contributo importante para a redução da dependência tecnológica limitativa do processo de industrialização do País. Associar e organizar a capacidade dispersa actualmente existente promovendo a interligação entre as universidades, as empresas públicas e os organismos do Estado e a articulação das suas competências.

## Construção civil e obras públicas

O sector da construção civil tem sido fortemente atingido pelas políticas recessivas e de agravamento das condições de vida dos portugueses. Só no período de 1983/85 a actividade produtiva do sector diminuiu 20% em termos reais. Face ao nível extremamente baixo a que havia chegado e às excepcionais condições conjunturais registadas, em 1986 seria de esperar uma tão significativa quanto necessária recuperação do sector da construção. Mas tal não sucedeu. E, no entanto, este sector de actividade assume uma posição significativa na economia nacional, quer na perspectiva do emprego (e do seu efeito multiplicador noutros sectores a montante) quer na perspectiva do necessário desenvolvimento de infraestruturas básicas e da urgente melhoria das condições de habitação dos portugueses. Acresce que o sector da construção apresenta uma baixa componente importada, pelo que o seu desenvolvimento pouco pesa sobre as contas

externas, e a sua produção (no sector da habitação) pode contribuir significativamente para o aumento da poupança dos particulares.

Para apoio e dinamização do sector da construção civil e obras públicas, o PCP propõe:

- Programar a médio prazo os investimentos em obras públicas, com promoção do desenvolvimento e conservação da rede rodoviária, dinamização da construção de escolas, plano de recuperação da rede hospitalar dos grandes centros urbanos, concretização de projectos de aproveitamento hidroeléctrico e agrícola, intensificação das obras públicas de saneamento básico.

- Definir e implementar um Plano Nacional de Habitação.
- Apoiar as pequenas e médias empresas e incentivar as cooperativas de construção, com o objectivo de lhes aumentar a capacidade organizativa, financeira e tecnológica para intervirem no sector, e garantindo frentes de trabalho que assegurem o funcionamento dessas unidades produtivas.

- Promover a especialização de empresas de modo a aumentar a sua produtividade e eficiência.

- Desenvolver a rede de centros de formação profissional bem como a reestruturação dos centros existentes, de modo a promover-se a formação de trabalhadores especializados nas várias zonas de actividade da indústria de construção com a consequente melhoria de produtividade no sector.

- Promover a melhoria da qualidade dos projectos com base para a industrialização, normalização e redução de custos do sector.

- Executar e realizar pequenos projectos-piloto que definam e comprovem as bases futuras para o incremento de uma correcta política de componentes devidamente apoiada e que conduza à sua integração na construção através de elementos de catálogo oportunamente homologados.

- Apoiar a investigação de equipamento e processos de construção que eliminem ou diminuam o recurso à técnica estrangeira nos domínios da construção civil.

- Garantir a transparência e a honestidade nos concursos públicos e pagamento nos prazos contratuais dos compromissos assumidos pelo Estado para com as empresas.

## Energia

A situação energética caracteriza-se pela elevada dependência externa global, forte peso do petróleo no consumo de energia primária, fraco nível de consumo e elevada intensidade energética do PIB. A diversificação é fraca, com uma reduzida participação do carvão no consumo primário. A hidroelectricidade e as lenhas são praticamente as únicas fontes nacionais de energia primária utilizadas. No entanto o potencial hidroeléctrico está fortemente subaproveitado, e existem potencialidades desaproveitadas no âmbito das novas energias renováveis.

A acção do Governo de Cavaco Silva intensificou a dependência do petróleo, atrasou o lançamento de novos aproveitamentos hídricos e agravou as condições de funcionamento e os investimentos das grandes empresas do sector visando o seu desmantelamento (EDP) e o favorecimento da actividade de empresas multinacionais (no caso da Petrogal).

Com vista ao desenvolvimento do sector energético, o PCP propõe:

- Resolução dos problemas pendentes de natureza financeira entre a EDP e o Estado (Sector Público Administrativo).

- Actualização do inventário dos recursos hídricos, a reacção da prospecção dos recursos de urânio e de carvão e o estudo e desenvolvimento das tecnologias relacionadas

com as energias renováveis não convencionais (solar, eólica, biomassa, geotérmica).

- Constituição de novas frentes de trabalho nas bacias hidrográficas dos rios Guadiana, Minho, Lima, Erges, Côa, Sabor, Paiva, Tua, Tâmega, Vouga, Mondego e Ocreza, por forma a atingir no ano 2000 a utilização de 90% do potencial inventariado para os grandes e médios aproveitamentos.

- Integração sempre que viável das centrais hidroeléctricas em fins múltiplos, como a agricultura, a aquacultura, o abastecimento de água às populações e o turismo (como exemplo flagrante impõe-se o imediato e efectivo relançamento do Alqueva); identicamente o calor residual das centrais termoeléctricas deve ser aproveitado em fins agrícolas, hortícolas e piscícolas, e as cinzas volantes resultantes da queima devem ser utilizadas na indústria cimenteira.

- Consideração do aproveitamento das reservas existentes no País em carvão, que aparece a curto e médio prazo como a melhor solução para diversificar o consumo das energias primárias, e lançamento de um programa nacional de construção de barcos para o transporte oceânico, fluvial e de cabotagem que acompanhe a utilização do carvão importado.

- Estudo da introdução do gás natural nas várias modalidades possíveis de fornecimento (metaneiros, gasoduto).

- Utilização eficiente e racional da energia, eliminação de consumos supérfluos, poupança e conservação de energia, recuperação e reciclagem de materiais, racionalização da conversão e da utilização da energia.

- Reforço da base científica, técnica e industrial relacionada com o sector energético.

- Participação do Poder Local (legitimamente interessado na minimização dos efeitos negativos e na maximização dos benefícios económicos para as populações) nos projectos energéticos, tanto na fase de estudo como na de construção e exploração.

- Rejeição de uma opção nuclear precipitada e irresponsável (reafirmando a importância da energia nuclear como energia de futuro, em desenvolvimento nos planos científico, técnico e industrial).

- Adopção de uma política comercial externa de desenvolvimento das exportações articulada com o aprovisionamento das empresas públicas do sector energético (petróleo, carvão) mediante acordos de compensação de comércio externo envolvendo países africanos, árabes, latino-americanos e socialistas.

- Desenvolvimento dos laços de cooperação técnico-científica, industrial e comercial no domínio energético com os países africanos de língua oficial portuguesa.

## Transportes

No sector dos Transportes tem-se assistido à progressiva degradação dos diferentes sectores e da situação financeira das principais empresas, em resultado de políticas de estrangulamento financeiro e de desmantelamento de empresas públicas, de atrofimento das actividades de não coordenação do aproveitamento das capacidades instaladas e de transferência para o sector privado das actividades lucrativas das empresas públicas. Dessas políticas decorrem, designadamente, o envelhecimento das frotas e a sua inadequação às exigências actuais, a diminuição do nível, qualidade e segurança dos serviços prestados, o agravamento dos défices externos na área dos fretes marítimos.

Com vista à defesa e dinamização do sector nacional de transportes no interesse das populações e da economia nacional, o PCP propõe:

- Adoptar uma política de recuperação e desenvolvimento do sector dos transportes tendo em conta a sua importância

estratégica (nas perspectivas económica, social e da independência nacional) e o objectivo de satisfação das necessidades de deslocação de pessoas e bens.

- Implementar um sistema de planeamento sectorial que tenha em consideração:

- a coordenação dos diversos modos de transporte numa óptica de minimização dos custos e de maximização dos serviços prestados;

- a recuperação e o desenvolvimento do caminho de ferro;

- o financiamento dos investimentos necessários;

- o direito à indemnização compensatória pela prestação de serviços de carácter social ou de natureza estratégica.

- **Nos caminhos de ferro:**

- implementar a urgente recuperação do transporte ferroviário com o máximo aproveitamento da infraestrutura instalada e optimização da sua exploração em coordenação com os restantes meios de transporte, recusar a eliminação de linhas e ramais de interesse significativo para as populações;

- modernizar a infraestrutura existente e o material circulante;

- melhorar a qualidade e o nível nos serviços de passageiros e, no transporte de mercadorias, incrementar a movimentação de grandes massas de produtos;

- assegurar o pleno aproveitamento de todas as capacidades existentes na CP, quer ao nível de projecto quer da produção.

- **Nos transportes colectivos urbanos e sub-urbanos:**

- coordenar os transportes colectivos de passageiros e implementação das Comunidades de Transporte, articulando os interesses do poder central, do poder local e dos operadores;

- inverter a actual política de redução da oferta de serviços de transporte de passageiros..

- **Na marinha mercante:**

- adoptar medidas de apoio ao sector de transportes marítimos, incentivando e favorecendo a encomenda de navios aos estaleiros nacionais;

- implementar um regime eficaz de preferência à utilização da frota nacional, nomeadamente concedendo benefícios aos carregadores que celebrem contratos de transporte a prazo.

- **Na actividade portuária:**

- regulamentar o enquadramento das Administrações e Juntas Autónomas dos Portos, concedendo-lhes maior autonomia de gestão e instituindo mecanismos de desenvolvimento coordenado de todos os portos nacionais;

- pôr fim às acções visando a entrega ao sector privado das actividades mais lucrativas da área portuária, designadamente os terminais de maiores potencialidades de exploração;

- resolver os problemas associados à actividade dos trabalhadores portuários, encontrando as melhores soluções em termos económicos compatíveis com a garantia dos direitos dos trabalhadores.

- **Nos transportes aéreos:**

- consagrar a TAP como transportadora aérea nacional e defesa dos interesses nacionais no âmbito das tentativas de desregulação promovidas por alguns países da CEE;

- manutenção na TAP dos sectores de actividade rentável optimizadores dos resultados globais de exploração;

- adoptar medidas para que as empresas e organismos públicos utilizem preferencialmente os serviços da TAP.

## Comunicações

O sector das comunicações reveste-se de importância estratégica, quer porque corresponde a uma necessidade social e económica indispensável ao desenvolvimento do País, quer porque os vultuosos investimentos que promove têm

incidência determinante em indústrias a montante nos sectores do material eléctrico e electrónico.

A política do Governo PSD de Cavaco Silva para o sector não visou o desenvolvimento das comunicações numa óptica integrada de defesa dos interesses económicos, tecnológicos e sociais do País e dos portugueses. Antes se pautou, fundamentalmente, por uma acção orientada para a privatização dos subsectores ou serviços de telecomunicações mais rentáveis, retirando-os da actividade das empresas públicas do sector. O processo de digitalização telefónica, que envolve um investimento, a prazo, de centenas de milhões de contos, foi lançado sem ter minimamente em conta os interesses nacionais e provocando o desemprego de um elevado número de trabalhadores.

Com vista a alterar as actuais e prejudiciais orientações traçadas para o sector, e a promover o seu desenvolvimento articulado com as prioridades e os interesses nacionais, o **PCP propõe:**

- Definir uma política nacional de comunicações, tendo em conta os objectivos sócio-económicos dos serviços prestados pelas empresas, cujos objectivos mais urgentes são:

- incrementar a extensão da rede nacional de telecomunicações e alargar a cobertura postal às populações não servidas;

- satisfazer as necessidades do sistema económico em comunicações, dando colaboração sistemática e planificada à sua prévia definição;

- coordenar o desenvolvimento do sector com as empresas industriais nacionais a montante, tendo em conta os aspectos ligados à fabricação e criação de produtos ou funções alternativas para a indústria nacional, de modo a resolver a situação de desemprego criada.

- Reorganizar e reestruturar o sector das Comunicações numa perspectiva de defesa e reforço do sector público e contra as tentativas de privatização e de transferência de fundos do sector público para o privado, tomando as seguintes medidas a curto prazo:

- planificação e coordenação entre as empresas do sector, visando a criação de um sistema integrado;

- criação em tempo útil de estruturas nas empresas, e sua dotação com os meios necessários ao cumprimento dos objectivos;

- estudo sério das necessidades reais do País em serviços avançados de telecomunicações, face ao desenvolvimento económico e social, de modo a fundamentar um plano técnico e económico/financeiro de implementação desses serviços e tecnologias.

- coordenação e reorganização da investigação técnica e tecnológica, dada a ineficácia da actual situação (TDC, INESC, CET, etc.).

- Definir uma política de recursos humanos nas empresas do sector, nomeadamente com as seguintes orientações:

- planificação dos recursos humanos em função das necessidades concretas das empresas e da evolução tecnológica, conduzindo à reconversão de funções;

- estabelecimento de planos e programas de formação e reciclagem dos profissionais do sector.

## Grandes projectos de interesse nacional

Com vista ao aproveitamento das riquezas do País em benefício dos portugueses, para impulsionar o desenvolvimento económico e aumentar de forma significativa o empre-

go, são os seguintes os Grandes Projectos de Interesse Nacional cuja execução, de forma planeada, o **PCP propõe:**

- Metalurgia do cobre e outras metalurgias (zinco, prata e ouro) associadas à exploração dos jazigos de Neves Corvo, bem como a exploração e transformação industrial das pirites das minas de Aljustrel.

- Desbloqueamento do plano de expansão da Siderurgia Nacional e viabilização da exploração e transformação do minério de ferro de Moncorvo, o que exige a revisão do protocolo assinado com a CEE.

- O Plano do Alqueva de elevada valia eléctrica e suporte indispensável do Plano de Rega do Alentejo (150 mil hectares), permitindo ainda o abastecimento de água ao Complexo de Sines, a regularização do leito do Guadiana e a criação de 30 000 novos postos de trabalho.

- O Projecto de Beterraba Sacarina, que conduziria à redução da dependência do País em relação ao açúcar, à produção de subprodutos de grande valor forrageiro e teria repercussões favoráveis no aumento dos rendimentos unitários das culturas integradas no sistema de rotação.

- O Projecto do Baixo Mondego, (com obras que se arrastam e ainda sem plano agrícola definido) assegurando a defesa, rega e enxugo de 15 000 hectares com altas produtividades.

- O Projecto da Cova da Beira, permitindo irrigar 18 000 hectares, transferir águas da bacia do Douro para a bacia do Tejo e abastecer de água 30 freguesias.

- Os projectos do Baixo Vouga e do Vale do Tejo e Sorraia possibilitando o cultivo intensivo de milhares de hectares actualmente sujeitos a cheias de águas doces e salgadas.

## Turismo

O turismo representa, inegavelmente, uma actividade de interesse económico e social para o País. O seu desenvolvimento tem-se processado, porém, com graves erros que, numa perspectiva a prazo, se farão sentir de forma negativa: a destruição dos recursos naturais e históricos, a descaracterização cultural dos principais centros turísticos, a excessiva dependência de um número muito restrito de mercados emissores de natureza marcadamente sazonal, a insuficiência (e atraso na construção) de infraestruturas de base, a especulação, o desprezo pelo turismo interno, a ausência de uma política de formação e aperfeiçoamento profissional. Estes problemas de fundo foram mais recentemente agravados, designadamente com o Governo de Cavaco Silva, com o crescimento não controlado e especulativo do *time-share* e com o rápido e progressivo controlo da indústria turística nacional por operadores estrangeiro.

Com vista à definição e concretização de uma política de turismo que sirva os interesses do País, o **PCP propõe:**

- Concretizar um Plano Nacional de Turismo, incluindo o rigoroso inventário dos recursos culturais e naturais existentes e definição de medidas que travem de imediato a destruição dos recursos turísticos.

- Eliminar os circuitos paralelos de forma a defender os interesses do País, dos trabalhadores e a qualidade da oferta, criando mecanismos que travem de imediato a fuga de divisas.

- Desenvolver uma política de promoção no estrangeiro que estimule a diversificação de mercados e operadores e permita uma melhor distribuição de estadias ao longo do ano.

- Adequar a legislação portuguesa no campo da presença de estrangeiros, das finanças, das leis do trabalho, da venda

imobiliária e do direito de estabelecimento, à defesa dos interesses portugueses.

- Prosseguir uma política de incentivos para o investimento na base de prioridades definidas no plano e de critérios que respeitem as exigências do País.

- Executar uma política de incentivo e promoção do turismo interno, particularmente na sua vertente social.

- Reforçar a oferta turística na base do turismo rural, agro-turismo, turismo ecológico e cultural.

- Reforçar as verbas destinadas à formação e aperfeiçoamento profissional e garantir uma maioria de profissionais ao serviço das empresas, com qualificação escolar.

## Desenvolvimento científico e tecnológico

O desenvolvimento sócio-económico do País não pode ser realizado de forma coerente e duradoura sem a criação de um sistema científico e tecnológico forte e ajustado às realidades nacionais.

A qualidade de vida dos portugueses, a independência nacional, em termos políticos, sociais, económicos e culturais, terão também de ser asseguradas através de um sistema científico e tecnológico que contribua para a valorização e aproveitamento racional dos recursos nacionais, naturais e humanos, a modernização da economia, o aumento da produção e da produtividade do trabalho, a defesa, preservação e valorização do ambiente.

A política que tem vindo a ser prosseguida (dando prioridade à investigação não aplicada, bloqueando projectos de interesse nacional com as respectivas componentes de Investigação e Desenvolvimento (I & D), utilizando sacos azuis para promover o compadrio e criar clientelas, transferindo fundos e bens do Estado para instituições privadas e cortando recursos para os Laboratórios públicos, impedindo o recrutamento de jovens investigadores e técnicos) ameaça manter o atraso e a dependência do País.

Com vista à concretização de uma política de desenvolvimento científico e tecnológico do nosso País, o PCP propõe:

- Criar um órgão de planeamento de Ciência e Tecnologia, democrático, participado e representativo, visando a elaboração e aplicação de um plano de desenvolvimento tecnológico que consagre, nomeadamente, a investigação fundamental e aplicada, a aplicação das tecnologias, a formação profissional, a cooperação tecnológica com outros países e organizações internacionais.

- Reforçar significativamente a ligação entre os organismos de Investigação e Desenvolvimento, o sector de engenharia e as actividades económicas.

- Promover o aumento substancial e progressivo do orçamento nacional de I & D e do número de trabalhadores afectos a essa actividade.

- Rever as regras de gestão administrativa e financeira dos organismos de I & D e eliminar os entraves ao recrutamento por esses organismos de jovens investigadores, técnicos e operários.

- Apoiar tecnologicamente as empresas industriais, do sector agrícola e das pescas, em particular as pequenas e médias empresas e explorações agrícolas e cooperativas, o que passa pela criação ou dinamização das estruturas de assimilação, adaptação e divulgação tecnológica, salientando-se os seguintes aspectos: formação de pessoal qualificado a todos os níveis; serviços de normalização; serviços de controlo de qualidade e divulgação da gestão de qualidade; serviços regionais de apoio e divulgação tecnológica (servi-

ços de extensão tecnológica) nomeadamente nos campos da gestão, manutenção de instalações, melhoria da produtividade e qualidade, análise de processos e métodos de trabalho, economias de energia e matérias-primas, etc.

- Lançar programas coordenados pelo Estado, integrando ministérios, Regiões Autónomas, universidades, instituições tecnológicas, empresas de engenharia, fabricantes e utilizadores, devendo ainda ser realçado o papel que caberá ao SEE, nos serviços de extensão tecnológica e de preparação de quadros, na dinamização e elevação do nível tecnológico do País.

- Adoptar medidas no sentido de coordenar e controlar as transferências de tecnologia e a forma como são feitas.

- Dinamizar as actividades de cooperação internacional bilaterais, em particular com os países de língua oficial portuguesa, procurando encaminhar as potencialidades existentes para iniciativas no campo da I & D que promovam a cooperação económica e industrial.

## Comércio externo

A balança comercial é o espelho privilegiado das deficiências e insuficiências da estrutura produtiva nacional, da (in)capacidade desta para dar respostas às necessidades do País. Do enorme desequilíbrio nas trocas comerciais externas resulta o recurso ao financiamento externo e a acumulação duma insuportável dívida externa que transfere para o exterior parte significativa da riqueza gerada no País.

Apesar da muito favorável evolução conjuntural de factores externos, a evolução em 1986 e no primeiro trimestre de 1987, mostra, de forma insofismável, que, descontados os efeitos conjunturais da baixa do preço do petróleo, se registou um profundo agravamento estrutural da balança comercial, o afunilamento das trocas comerciais, o aumento explosivo do défice com os países comunitários, a criação de comércio. Por efeito da adesão à CEE, mas ainda em resultado de uma gravosa liberalização das trocas comerciais acelerada pelo Governo de Cavaco Silva. Evolução que urge ser invertida sem prejudicar o crescimento económico.

Com vista ao desenvolvimento do comércio externo, à redução do défice comercial e à salvaguarda da independência nacional o PCP propõe:

- Exigir que o País possa manter e alargar as restrições quantitativas e medidas de efeito equivalente, nomeadamente em produtos sensíveis, reexame da lista pautal dos produtos considerados sensíveis.

- Defender a eliminação de impedimentos comunitários à expansão das exportações portuguesas (têxteis/vestuário, conservas de peixe...) e exigir a preferência comunitária para algumas produções portuguesas (por exemplo, volfrâmio).

- Exigir a eliminação das chamadas «barreiras técnicas» com que a Espanha tem entravado as exportações portuguesas, e rever os contingente e *plafonds* impostos às nossas exportações para a Espanha (têxteis/vestuário, cortiça, produtos petroquímicos,...).

- Diversificar as relações comerciais externas, com vista ao aumento das exportações, à redução da dependência, e à renegociação de contrapartidas de importação/exportação.

- Negociar a concessão pelos países da EFTA do regime preferencial que era concedido a algumas exportações portuguesas antes da adesão à CEE (por exemplo, concentrado de tomate).

- Desenvolver e aprofundar as relações comerciais com os países socialistas. Estabelecer acordos e sistemas de compensação no financiamento de investimentos. Eliminar as atitudes discriminatórias e boicotes da parte portuguesa dando execução aos acordos já assinados.

- Desenvolver as relações com os países da América Latina, África e Ásia. Aprofundar as relações com os países árabes produtores de petróleo, procurando acordos a longo prazo e contrapartidas progressivas de exportações portuguesas, bem como acordos de cooperação. Atenção prioritária à cooperação com as Repúblicas de Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe.

- Valorizar as exportações portuguesas e diversificar os produtos exportados.

- Fomentar os acordos e sistemas de compensação, nomeadamente a médio e longo prazos, com países que queiram desta maneira financiar projectos de investimento com apreciável componente importada.

## Sistema financeiro

A evolução recente do sistema financeiro, nomeadamente com a abertura de uma riqueza (!) de novos bancos privados e a acção do Governo de Cavaco Silva, caracteriza-se pela crescente dominação da lógica de funcionamento de cariz essencialmente capitalista e em benefício exclusivo das grandes empresas: fixação de condições de exploração discriminatórias favorecendo os novos bancos privados; arrastamento dos bancos nacionalizados para uma actuação de acompanhamento das práticas dos bancos privados e de exacerbamento da concorrência inter-bancos nacionalizados (não utilizando, portando, a poderosa força conjunta que necessariamente decorre da sua posição determinante no mercado), e introdução de novos produtos, serviços e instrumentos financeiros em benefício exclusivo das grandes empresas e dos grandes investidores particulares, numa febre de desintermediação que põem em risco o debilitado sistema bancário. Situação agravada com a transformação de bancos públicos em sociedades anónimas bem como a emissão de títulos de participação abrindo o capital próprio da banca nacionalizada ao sector privado (visando a sua posterior transformação em capital social) e, em alguns casos, permitindo a ilícita apropriação por privados de resultados que só ao Estado pertencem.

Não obstante a melhoria de algumas condições gerais de exploração determinada pelo objectivo de criar boas condições de rentabilidade aos novos bancos privados — subsistem plenamente os graves problemas decorrentes dos elevados e crescentes valores do crédito de cobrança duvidosa na banca nacionalizada e do baixo coeficiente de transformação dos depósitos em crédito.

Paralelamente, o Governo de Cavaco e Silva incentivou uma especulação bolsista cada vez mais acentuada, indicando situações idênticas às que se verificaram em 1973 e pondo em risco as poupanças de muitos pequenos aforradores que para a bolsa se vêem empurrados, quer pela mira do «lucro fácil» (alimentada por enorme campanha publicitária) quer pelas dificuldades que foram administrativamente impostas à constituição de depósitos a prazo.

Com vista a alterar estas situações e a colocar o sistema financeiro ao serviço da recuperação económica e do desenvolvimento, o **PCP propõe**:

- Definir uma lógica de funcionamento da banca nacionalizada integrada no modelo constitucional que, sem prejuízo da concorrência pela qualidade dos serviços prestados, privilegie uma estratégia global do sector nacionalizado e promova o aproveitamento das suas potencialidades, respeite as características próprias das diversas formações económicas e não privilegie as grandes empresas capitalistas.

- Suprimir de imediato todas as condições de privilégio

atribuídas aos novos bancos privados, designadamente em matéria de distribuição dos limites de crédito.

- Canalizar as operações bancárias das empresas públicas não financeiras e do sector público administrativo pelo sector bancário nacionalizado.

- Implementar uma efectiva política de selectividade de crédito em articulação com as prioridades da política de recuperação e desenvolvimento económico, e sem discriminações decorrentes da natureza das formações económicas em que as unidades produtivas se integrem.

- Proibir a concessão de crédito para aplicação em operações financeiras, designadamente nas bolsas de valores, bem como de condições preferenciais na concessão do crédito pela banca nacionalizada a instituições bancárias e parabancárias privadas.

- Análise do crédito «mal parado» tendo em vista a resolução das diversas situações existentes, na perspectiva de maximizar a sua recuperação e de viabilizar as empresas produtivas devedoras. Publicitação periódica das empresas e particulares com crédito vencido e não regularizado há mais de 6 meses.

- Incriminar os responsáveis por situações de crédito «mal parado» que tenham origem em operações dolosas ou fraudulentas.

- Estabelecer um sistema fiscalizador das actividades bancárias e parabancárias, na dependência do banco central, competindo-lhe avaliar a adequação da gestão dessas instituições aos princípios e regras definidos para o sector.

- Eliminar as práticas restritivas de natureza administrativa que os bancos têm adoptado relativamente aos pequenos depositantes.

- Tomar medidas que eliminem a especulação que se regista nas bolsas de valores, e suspensão imediata da constituição de novos fundos mobiliários.

## Sistema fiscal

O actual sistema fiscal é complexo, ineficiente e profundamente injusto, pesando fortemente sobre os rendimentos do trabalho e sobre o consumo (que incidindo sobre todos independentemente da condição económica e social de cada um, agrava mais fortemente os titulares de menores rendimentos). O peso dos impostos indirectos no conjunto das receitas fiscais é excessivo, constituindo elemento de grande injustiça efectiva e de ineficiência económica. A actual floresta de benefícios fiscais favorece apenas os rendimentos de capital, é irracional e constitui um desproporcionado custo para o Estado. São crescentes a degradação da administração e a fraude e evasão fiscais.

O Governo de Cavaco Silva agravou a injustiça fiscal (concedendo mais benefícios aos rendimentos de capital), aumentou a carga fiscal global (em especial nos impostos indirectos), promoveu oficialmente a fraude e a evasão fiscal das grandes empresas em matéria de contribuição industrial.

Com vista à reforma do sistema fiscal e ao aumento da sua justiça e eficácia, o **PCP propõe**:

- Reformar globalmente o sistema fiscal, visando a introdução progressiva dos impostos únicos sobre o rendimento das pessoas físicas e das pessoas colectivas em articulação com uma profunda reestruturação e adaptação da Administração Fiscal.

- Assentar a reforma fiscal nas seguintes orientações básicas:

- progressividade tributária do sistema fiscal, e não de apenas alguns impostos, o que exige a consideração conjunta da progressividade das taxas de impostos directos e da

estrutura dos impostos indirectos (incluindo as «contribuições» cobradas pela Segurança Social);

- benefício relativo dos rendimentos do trabalho face aos rendimentos de capital (lucros, juros e rendas);
- imposto único e progressivo sobre o rendimento pessoal, privilegiando como unidade fiscal o agregado familiar;
- tributação dos rendimentos reais das empresas;
- tributação efectiva, e com, carácter progressivo, da riqueza e do património;
- isenção dos consumos essenciais e tributação acrescida dos consumos de luxo e supérfluos.
- Sem prejuízo do desenvolvimento rápido do processo de reforma global do sistema, introduzir-lhe de imediato alterações parcelares de forma a corrigir as suas injustiças e iniquidades mais gritantes, designadamente:
  - aliviar a pesada carga fiscal que incide sobre os trabalhadores por conta de outrem;
  - isenção dos rendimentos mínimos e actualização automática dos escalões dos impostos profissional e complementar, bem como das deduções à matéria colectável deste último;
  - diminuir e racionalizar os benefícios fiscais concedidos aos rendimentos de capital;
  - alterar, no domínio da Contribuição Industrial, os mecanismos que conduzem à redução da matéria colectável ou da colecta (através, por exemplo, da compra de empresas falidas — Decreto-lei n.º 181/87 — das despesas não documentadas, etc.);
  - eliminar os chamados «incentivos fiscais» às aplicações financeiras (deduções às matérias colectáveis em contribuição industrial e imposto complementar);
  - tributar de forma efectiva as mais-valias;
  - assegurar a neutralidade do imposto de capitais sobre os juros e outros rendimentos a eles assimiláveis, qualquer que seja a sua origem;
  - controlo, na área da contribuição predial, da inscrição e actualização dos valores matriciais dos prédios urbanos e rústicos, certificação das rendas declaradas e centralização à escala nacional, para efeitos de tributação fiscal, das propriedades e rendimentos de um mesmo contribuinte.
  - Reestruturar e modernizar as administrações fiscal e aduaneira, dotando-as com os meios necessários, e recorrendo à informatização por forma a tornar mais eficaz a sua acção.
  - Aumentar o número e eficácia dos tribunais fiscais, dotando-os com os meios necessários, e utilização do princípio da materialidade para eliminar os processos de montantes reduzidos por forma a permitir uma mais rápida execução dos processos com montantes mais elevados.
  - Combater eficazmente o contrabando e o descaminho de direitos e sua maior penalização, e a fraude e evasão fiscais.

## Divida externa

A elevada dívida externa acumulada pelo País condiciona e limita fortemente as possibilidades de desenvolvimento da economia nacional. Acresce que a eventual inversão da evolução conjuntural de alguns factores externos em 1986 (baixa das taxas de juro internacionais e depreciação do dólar), a desaceleração registada nas receitas de turismo e nas remessas de emigrantes e um indesmentível agravamento estrutural da balança comercial, fazem pesar sobre o País o espectro de um novo e acrescido agravamento da dívida externa, com todos os seus efeitos negativos para a economia nacional e para as condições de vida dos portugueses.

Para impedir que tal se verifique, salvaguardar a indepen-

dência nacional e possibilitar o desenvolvimento, o PCP propõe:

- Conciliar uma política de desenvolvimento económico com a redução progressiva e sustentada do peso da dívida na economia nacional, designadamente através de:
  - políticas económica, monetária, cambial e fiscal, tendo como objectivo dominante a substituição racional de importações por produção nacional;
  - utilização do recurso ao endividamento externo restringida, no fundamental, ao financiamento da componente importada dos investimentos necessários e das importações de bens essenciais que não possam ser produzidos internamente;
  - política de captação de divisas, fomentando os ingressos externos (remessas dos emigrantes, receitas do turismo), reduzindo os fretes pagos ao estrangeiro, combatendo a sub e sobrefacturação, combatendo a economia paralela e fomentando as exportações de bens de elevado valor acrescentado.
  - Como necessidade urgente, a renegociação da dívida externa (dado que é a questão decisiva para a superação dos estrangulamentos decorrentes do seu volume e encargos, quer na perspectiva de curto prazo, quer na perspectiva do desenvolvimento económico), obtendo, entre outras condições, taxas de juro menos elevadas e prazos mais dilatados no quadro de uma política de defesa dos interesses nacionais.

## Sector Empresarial do Estado

O Sector Empresarial do Estado (constituído por empresas públicas, nacionalizadas e participadas) tem sido usado como instrumento de políticas conjunturais no quadro da crise económica e financeira do País (contenção artificial da inflação, obtenção de divisas para financiar o défice externo do País,...) e alvo de fortes ataques (desmembramento e extinção de empresas, asfixia financeira, congelamento de investimentos independentemente do seu interesse económico e social e da sua rentabilidade, alienação de participações,...) visando a sua destruição e a transferência do seu património para o grande capital.

O Governo de Cavaco Silva desenvolveu uma nova e gravosa ofensiva contra o SEE, extinguindo e desmembrando empresas públicas, impondo a venda de participações rentáveis, entregando ao capital privado actividades rentáveis de empresas públicas, transformando EP's em sociedades anónimas, promovendo a abertura dos capitais próprios ao capital privado, criando condições preferenciais à actividade da banca privada em prejuízo da banca nacionalizada, etc.

No entanto, o SEE continua a constituir a base e o instrumento mais adequado de um processo de relançamento da economia:

- o seu peso em muitos sectores básicos é determinante;
- na área industrial as empresas públicas e participadas posicionam-se em nós estratégicos do desenvolvimento, desempenhando papel preponderante na modernização da economia, pelas implicações positivas que sua própria actualização exerce sobre as outras formações económicas;
- pela sua dimensão, o SEE é um mercado significativo para certas produções, podendo contribuir decisivamente para a dinamização da actividade produtiva do sector privado, nomeadamente de PME's, e para promover a cooperação entre o sector público e o sector privado da economia;
- é insubstituível num processo de planeamento do desenvolvimento.

Por outro lado, pelas empresas que o compõem, o SEE dispõe do melhor parque de equipamentos do País e de um vasto conjunto de quadros técnicos e pessoal especializado altamente qualificados, assim integrando em si potencialidades para:

- produzir bens de equipamento em estreita articulação com as necessidades dos sectores «tradicionais» a reestruturar, dos complexos agro-industriais a lançar, da renovação das frotas mercantes e de pesca, do desenvolvimento agro-pecuário,...

- avançar com novas produções baseadas em tecnologias recentemente desenvolvidas ou em curso de desenvolvimento;

- participar na inventarização e no aproveitamento de recursos naturais;

- contribuir para a formação profissional e a investigação científica e técnica, em articulação com a Universidade e a Administração Pública;

- prestar serviços qualificados às outras formações económicas em múltiplos sectores de actividade.

Assim, com vista ao cumprimento da Constituição e à defesa e dinamização do SEE ao serviço do desenvolvimento económico e social do País, o **PCP propõe:**

- Pôr fim imediato à ofensiva contra as nacionalizações e o SEE e reposição da legalidade onde ela foi violada.

- Promover o saneamento financeiro das empresas do SEE e a sua dinamização económica.

- Reestruturar as empresas em que tal se mostre conveniente, com o acordo e participação dos trabalhadores e sem pôr em causa a sua existência e unidade orgânica.

- Substituir os gestores públicos que se afirmam contrários à existência do SEE e os que com dolo ou negligência actuaram contra as EP's, e nomear gestores com base na competência e honestidade profissionais.

- Imediata tomada de posse dos gestores eleitos pelos trabalhadores e efectiva implementação do controlo de gestão pelas suas organizações representativas.

- Encarar e desenvolver o SEE como uma unidade político-económica, funcionando como instrumento de intervenção dotado de coerência e ao serviço do desenvolvimento económico e social do País.

- Estabelecer programas de gestão entre o Estado e os órgãos de gestão das empresas públicas, assegurando a participação e controlo dos trabalhadores, com clara definição das obrigações do Estado (indenizações compensatórias, dotações de capital, etc.) e a responsabilização dos gestores pela sua concretização.

- Coordenar e clarificar o sistema institucional de tutela das empresas públicas, desburocratizar a sua gestão, e rever o sistema de supervisão, acompanhamento e auditoria da actividade do SEE.

## Sector privado

O sector privado da economia, designadamente o sector das pequenas e médias empresas, tem um peso dominante na economia nacional, quer na produção (para os mercados interno e externo) quer no emprego. É pois um sector necessário, e com um papel importante, no desenvolvimento económico. Os Governos de direita, nomeadamente o Governo de Cavaco Silva, têm procurado opôr o sector privado ao sector nacionalizado. Não existe porém oposição. Pelo contrário, a coexistência e complementaridade da iniciativa privada e da iniciativa pública, para além de constitucionalmente consagrada, é essencial à dinâmica da economia nacional, ao aumento da produção nacional e do emprego, à melhoria das condições de vida dos portugueses.

O sector privado, ao contrário do que pretendem fazer crer o Governo PSD de Cavaco Silva e as direcções da CIP e da CCP, não se confunde com o núcleo restrito das grandes empresas capitalistas nacionais e estrangeiras, cujo objectivo é deterem nas suas mãos todo o poder económico e os instrumentos que lhes permitam determinar a evolução de toda a economia nacional segundo os seus interesses particulares. Tal como no passado sucedeu com os grupos monopolistas instalados em Portugal, que não só dominavam os sectores chave da economia como determinavam a actividade das PME's e se apropriavam do essencial da riqueza nestas gerada.

Têm sido as políticas determinadas pelos interesses do grande capital nacional e estrangeiro as causas essenciais das dificuldades em que se debate a generalidade das empresas privadas do nosso País, designadamente as PME's: pesadamente endividadas, dificuldades de aprovisionamento e de escoamento da produção, capacidades produtivas subutilizadas, discriminadas nos benefícios fiscais (que só são concedidos às grandes empresas), impossibilitadas de investir na sua modernização, incapazes de fazer face à acrescida concorrência resultante da abertura do mercado interno às produções e empresas dos países da CEE.

Pelas suas características, as PME's (da indústria, do comércio e dos serviços) são imprescindíveis para a modernização da estrutura produtiva do País:

- forte capacidade para gerar emprego;

- distribuição regional;

- flexibilidade de organização;

- capacidade de adaptação às variações conjunturais.

Assim, visando a superação das dificuldades com que se debatem as PME's e possibilitar a maximização do seu necessário contributo para o desenvolvimento, o **PCP propõe:**

- Alargar o mercado interno, condição necessária ao escoamento da produção e ao aumento das vendas das PME's.

- Rever a política de preços, designadamente dos preços tabelados na origem, concomitantemente com o regime de margens de comercialização, de forma a que estas sejam justas e adequadas à rotatividade dos stocks.

- Alterar a legislação que discrimina objectivamente as PME's, nomeadamente a relativa à concorrência, à fiscalidade, à fiscalização económica, às vendas a prestações e à implantação e funcionamento das grandes superfícies comerciais.

- Definir uma política de crédito que assegure o financiamento do investimento, da modernização, e da actividade corrente, adequada às características específicas das PME's.

- Promover o apoio activo do Estado, nos campos técnico, tecnológico, financeiro e de organização.

- Garantir a assistência técnica às PME's e informação com interesse para as suas actividades, em condições de efectiva assimilação pelas interessadas.

- Elaborar e executar programas de formação e aperfeiçoamento profissional dos empresários.

- Adoptar medidas e conceder apoios que facilitem e fomentem formas de colaboração voluntária entre as pequenas e médias empresas (agrupamentos de compras, associações visando a exportação, etc.).

- Promover a participação do sector público na reestruturação dos sectores de actividade em que predominam as pequenas e médias empresas sob formas previamente acordadas com os interessados.

- Criar e apoiar o funcionamento de centros técnicos de investigação e cooperação industrial, com a participação de PME's, Estado e empresas públicas.

- Rever as condições de lançamento de concursos públicos (pelos sectores públicos, administrativo e empresarial)

de forma a facilitar a participação directa de PME's e a apoiar operações de subcontratação que as beneficiem.

## Sector cooperativo

O sector cooperativo assume um papel de relevo na esfera económica, social e cultural e, também, nas relações de trabalho. De resto, a Constituição da República Portuguesa consagra-o como um dos sectores de propriedade que deve ser considerado para o desenvolvimento económico e social equilibrado.

Porém, os últimos governos não têm tido em conta nem os imperativos constitucionais nem as necessidades do sector cooperativo numa perspectiva de desenvolvimento — sem política de incentivos nem condições favoráveis à obtenção de crédito e auxílio técnico.

O Governo de Cavaco Silva levou mais longe a política de devastação cooperativa e a falta de interesse real pelo seu desenvolvimento. Significativamente extinguiu Secretaria de Estado do Fomento Cooperativo, bloqueou o direito das estruturas representativas das cooperativas não agrícolas de estarem representadas no Comité Económico-Social da CEE, afundou ainda mais o INSCOOP num papel burocrático e paralizador de costas voltadas para o movimento cooperativo real. Nenhuma medida legislativa nem incentivos ou créditos revelaram o mínimo interesse ou empenho no progresso do sector cooperativo por parte do Governo.

No entanto o sector cooperativo manteve no essencial a sua força, a sua capacidade de manter dezenas de milhar de postos de trabalho, gerou riqueza — ou seja, demonstrou enormes potencialidades e o legítimo direito de ser considerado um sector activo no desenvolvimento do País.

Com vista a estimular e apoiar o desenvolvimento do sector cooperativo e a fomentar a sua expansão sectorial e regional, **o PCP propõe:**

- Alterar as disposições do Código Cooperativo bloqueadoras do desenvolvimento dos diferentes ramos do sector cooperativo (desburocratização do processo de constituição de cooperativas, possibilidade de uniões polivalentes, gratuidade das publicações no DR).

- Aplicar um regime fiscal mais favorável (manutenção da não sujeição à contribuição industrial, enquadramento mais justo na segurança social...), definição de benefícios financeiros e de condições de crédito mais favoráveis, e apoio técnico.

- Acabar com as discriminações de que são alvo as cooperativas face ao sector privado, designadamente as que limitam o acesso das cooperativas a sectores de actividade não vedados constitucionalmente.

- Fazer participar as organizações representativas do sector nos órgãos institucionais relacionados com a política económica, social e cultural e com as políticas específicas destinadas ao sector cooperativo.

- Reestruturar o INSCOOP, transformando-o num instituto que sirva efectivamente o fomento e apoio ao sector cooperativo e em que seja consagrada a participação efectiva das estruturas representativas do movimento cooperativo.

- Para as cooperativas de produção operária, produtoras de serviços e de pescas, adoptar uma política de apoio financeiro para a constituição de capitais próprios e fomentar a criação de postos de trabalho.

- Para as cooperativas agrícolas e para além do referido no âmbito da Agricultura, definir uma política de preços justos para a produção, estabelecer linhas de crédito adequadas, apoio técnico à adopção das culturas mais adequadas e ao aumento das produtividades.

- Para as cooperativas de habitação, implementar uma política de apoio financeiro mais adequado, com bonificação efectiva para o regime de propriedade cooperativa e com alargamento dos prazos de amortização.

- Para as cooperativas de consumo, aprovação de um regime de incentivos financeiros e um enquadramento legal que estimule o crescimento das cooperativas e a sua integração económica.

- Para as cooperativas de ensino, designadamente das CERC's, incentivar e apoiar, em particular as que abrangem áreas não cobertas pelo sector público.

- Para as cooperativas culturais, uma política que apoie as iniciativas de promoção descentralizada da cultura e de salvaguarda do nosso património cultural.



## III

## Promover o bem estar material e cultural do nosso povo, combater as injustiças e desigualdades

O melhoramento das garantias e das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral constitui, nas propostas do PCP, um objectivo central e prioritário, designadamente através da adopção de uma nova política de aumento e segurança do emprego, de aumento dos rendimentos do trabalho (novas políticas de salários, preços e impostos), de respeito pelas garantias dos trabalhadores, de apoio efectivo à segurança social, à habitação, à saúde, ao ensino, à cultura, à ocupação dos tempos livres e à defesa do ambiente e adequada gestão do património natural. No domínio da política social devem, por outro lado, como propõe o PCP, ser adoptadas medidas particularmente destinadas à juventude e às mulheres, com vista a permitir atender às suas justas reivindicações. Devem ainda ser adoptadas medidas especiais para dar resposta a algumas camadas da população para as quais elas se tornem necessárias (reformados e pensionistas, deficientes, emigrantes, etc.).

O melhoramento das condições de vida, sendo parte integrante dos objectivos do regime democrático de Abril, constitui, também, um objectivo prioritário de uma política de desenvolvimento. Por um lado, porque o aumento do emprego é uma questão central de qualquer política que defenda os interesses nacionais — como é o caso da política económica que o PCP propõe. Por outro lado, porque inserido numa política de progresso e de defesa do interesse nacional, se constitui num factor de alargamento do mercado interno, de animação das actividades económicas e de aumento da produção.

O melhoramento das condições de vida torna-se ainda objectivo prioritário face à **gravíssima situação social** a que conduziu a política do Governo PSD/Cavaco Silva. Essa situação **irá sendo sumariamente descrita a propósito da cada política sectorial, importando mesmo assim registar quatro traços essenciais: Primeiro**, o Governo PSD conduziu uma **brutal ofensiva contra os interesses e garantias laborais** (dela resultando mais desemprego, maior precarização da relação do trabalho, diminuição da parte do trabalho na distribuição do rendimento nacional, etc.); **Segundo**, o Governo PSD **privilegiou a entrega ao sector privado dos sectores da política social mais rentáveis, e conduziu uma política de demissionismo do Estado em sectores determinantes** (como a habitação), daí resultando a degradação dos serviços públicos (saúde, ensino, etc.) e o brutal encarecimento da prestação de certos serviços sociais a que camadas mais desfavorecidas deixaram praticamente de ter acesso; **Terceiro**, o Governo PSD **deixou alastrar inadmissíveis chagas sociais** (como o trabalho infantil); **Quarto**, o Governo PSD **agravou a situação de camadas tão significativas como a das mulheres e dos jovens**.

O Governo PSD/Cavaco Silva, com o objectivo de servir os interesses do grande capital, promoveu a concentração de riqueza (os ricos ficaram mais ricos), ao mesmo tempo

que, em resultado da sua política **se agravaram as desigualdades e as injustiças sociais**, e se geravam na sociedade portuguesa **novas zonas de pobreza**.

As propostas eleitorais do PCP na área social, que a seguir se descrevem, visam precisamente dar resposta a esta situação e inspiram-se nas aspirações e reivindicações dos trabalhadores e de outras camadas da população.

### Nova política de emprego, de rendimentos e de condições de trabalho

No quadro do objectivo geral de melhoramento das condições de vida material do nosso povo, o PCP considera, como **objectivos centrais de uma política destinada à satisfação dos interesses e aspirações dos trabalhadores, o aumento do emprego, a garantia da estabilidade e segurança dos postos de trabalho, a elevação do poder de compra, dos salários e das prestações sociais dos trabalhadores, a protecção eficaz nas situações de desemprego, a prevenção e justa reparação dos riscos profissionais**.

O PCP entende que o aumento do emprego é um objectivo central da política económica que propõe, como entende que é indispensável aliar o crescimento da produção e do emprego à melhoria das condições de vida dos portugueses e a uma repartição dos rendimentos que favoreça os trabalhadores.

Ao invés, a política seguida pelo governo PSD/Cavaco Silva (na continuidade e agravamento das políticas de governos anteriores) conduziu a: aumento do desemprego (apesar da manipulação de estatísticas que, por exemplo, colocam as mulheres desempregadas na situação de «domésticas»); manutenção do escândalo dos salários em atraso; diminuição da parte do rendimento nacional destinada aos trabalhadores (de 47% para 43% entre 1985 e 1986); crescente insegurança dos postos de trabalho (aumento dos despedimentos, crescimento dos contratos a prazo); precarização do emprego (proliferação de formas de trabalho clandestino, trabalho à tarefa, à peça, ao dia, etc.); proliferação escandalosa da exploração do trabalho infantil; aumento da carga fiscal (com o aumento dos impostos indirectos).

Com o Governo PSD, **alastaram as zonas de pobreza na sociedade portuguesa e agravaram-se as chagas e as injustiças sociais**. O Governo PSD tudo fez, aliás, para levar às últimas consequências a política antilaboral que seguia, ao tentar a aprovação do «pacote laboral» com o qual visava criar as condições legais para uma exploração desenfreada dos trabalhadores. Aliás, o Governo PSD chegou ao ponto de obstruir a aplicação de legislação aprovada na AR,

por iniciativa do PCP, como a lei contra os salários em atraso, que visava dar resposta a essa inadmissível situação.

Assim, para pôr cobro à degradação continuada e acen-tuada das condições de vida e de trabalho, por uma política de progresso social e bem estar (e para além das medidas propostas no capítulo I, referente aos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores) o PCP propõe:

### **Pelo emprego e pela segurança do posto de trabalho:**

- Adopção de uma política económica global que, através do aumento da produção nacional, da valorização dos recursos nacionais e da modernização da economia, conduza à criação de novos postos de trabalho estáveis.
- Medidas especiais para combate ao desemprego dos jovens e das mulheres.
- Concretização das normas legais que proíbem os despedimentos sem justa causa e garantem o direito à segurança no emprego, impedindo a «liberalização» dos despedimentos reclamada pelo grande patronato. Aplicação de medidas para auxílio às empresas em dificuldade, com vista à manutenção dos postos de trabalho.
- Revogação da actual legislação permissiva sobre contratos a prazo, substituindo-a por uma lei que garanta o seu carácter excepcional e só os permita em termos a definir nas convenções colectivas de trabalho, em situações perfeitamente tipificadas e para necessidades objectivas temporárias de trabalho.
- Como medida imediata, promoção de acções legislativas e administrativas de combate e eliminação das formas de trabalho clandestino, à tarefa, à peça e outras formas de trabalho precário, interdição do funcionamento de agências de aluguer de mão-de-obra com fins lucrativos.
- Elaboração de um Sistema Nacional de Formação Profissional, com a aprovação como medida imediata, de um Plano Nacional de Formação Profissional, articulado e coerente, adequado às necessidades de emprego, que envolva a plena utilização das estruturas existentes e a criação de novos centros. Garantia, neste quadro, de que a necessária e desejável modernização tecnológica deve ser feita com garantia do exercício do direito à formação profissional dos trabalhadores nela envolvidos. Reformulação do sistema de aprendizagem.
- Revisão da Lei Orgânica do Instituto de Emprego e Formação Profissional, com garantia da participação das organizações de trabalhadores na sua gestão.

### **Por uma nova política de rendimentos (salários, preços e fiscalidade)**

- Adopção de uma política económica e social que vise a correcção dos graves desequilíbrios na repartição dos rendimentos.
- Como medida imediata, rigoroso cumprimento da Lei de Combate aos Salários em Atraso, aprovada na Assembleia da República, no quadro das medidas necessárias para fazer cessar essa inadmissível chaga social.
- Garantia do direito de contratação colectiva, com a eliminação de todos os obstáculos, interferências ou condicionamentos ao seu exercício efectivo.
- Actualização significativa do salário mínimo nacional por forma a elevá-lo para nível compatível. Revisão da legislação

respectiva, pondo termo às discriminações introduzidas pelo Governo PSD e a outras injustas discriminações.

- Reimplantação de um «Cabaz de Compras», representativo das necessidades essenciais dos consumidores de menores recursos.
- Implantação de uma política de defesa do consumidor que assente designadamente: na criação de um sistema de ampla informação sobre preços; na obrigatoriedade de fixação do preço máximo e das características reais do produto nas embalagens; no rigoroso controlo da qualidade; na intensificação das acções de prevenção e repressão; na intensificação do controlo dos produtos importados.
- Adopção de uma política de progressivo desagravamento fiscal dos rendimentos do trabalho (particularmente dos escalões mais baixos). Diminuição das taxas (ou isenção) dos impostos que mais fortemente penalizam os consumidores das camadas sociais mais desfavorecidas.
- Valorização das prestações sociais, através de uma adequada política de segurança social.

### **Medidas para melhoria das condições de trabalho**

- Adopção de uma política global de melhoria das condições de trabalho tendo em conta a situação profundamente deteriorada actualmente verificada e tendo em conta designadamente as recomendações e sugestões feitas pela OIT ao governo português.
- Como medida imediata, redução da duração semanal máxima legal do trabalho, tendo como objectivo as 40 horas semanais de trabalho, sem prejuízo das durações inferiores consagradas.
- Como medida imediata, adopção das medidas legislativas e administrativas que dêem firme combate à chaga do trabalho infantil, designadamente através do apoio social às famílias mais carenciadas e sem condições para garantir a escolaridade obrigatória.
- Alargamento das condições de concessão do subsídio de desemprego, garantindo-se que tendencialmente seja universal (abrangendo todos os desempregados, incluindo os que procuram o primeiro emprego), se mantenha enquanto durar a situação de desemprego e assegure uma «existência condigna».
- Adopção de medidas globais e coordenadas de prevenção dos riscos profissionais, designadamente pela aprovação de uma Lei Quadro que contenha a definição de uma Política Nacional de Prevenção dos Riscos Profissionais. Estabelecimento de normas de protecção aos trabalhadores que correm riscos especiais ou que tenham profissões mais desgastantes.
- Institucionalização do regime jurídico de Reparação Social dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais. Como medida imediata, aumento do valor das prestações devidas, através da revisão da Tabela Nacional de Incapacidades e da alteração do processo de cálculo das pensões.
- Reforço, como medida imediata, dos meios e da capacidade de intervenção na Inspeção de Trabalho.

### **Melhoria da segurança social**

O PCP coloca como objectivo central do seu Programa na área da Segurança Social a institucionalização de um sistema de segurança social unificado, integrado, descentralizado e participado, de acordo com a Constituição, que promova a justiça social, uma melhor distribui-

**ção dos rendimentos nacionais e melhora a qualidade de vida dos portugueses.** Ao contrário, a acção do Governo PSD, pautada por uma linha de «privatização» de significativas áreas da Segurança Social, conduziu (apesar da desenfreada demagogia) ao encarecimento dos serviços da acção social (lares, jardins de infância, creches e centros de dia) e à degradação dos serviços (atraso no processamento de reformas, etc.). Tudo isto enquanto proliferam as situações de fome, de ausência de salário e de subsídio de desemprego, de falta de protecção em situações particularmente graves (basta ver a baixíssima incidência do subsídio de renda). A ausência de protecção social a algumas camadas da população (por exemplo na doença dos trabalhadores com vínculo precário e tarefeiros) e, ainda, a diversificação de regimes especiais, causa, para além de inaceitáveis injustiças, graves assimetrias sociais.

Assinale-se, finalmente, que permanece o valor degradado das prestações sociais (nomeadamente das pensões: 760 mil pensionistas auferem 7 500\$00 ou 8 500\$00 — rurais e social — e 770 mil entre 11 500\$00 e 17 500\$00 — regime geral).

Assim, o PCP propõe:

- Reformulação urgente das formas de financiamento do sector, de acordo com os preceitos constitucionais, cabendo ao Estado o financiamento da Acção Social e a cobertura dos regimes não contributivos e dos défices dos regimes reduzidamente contributivos. Medidas eficazes e adequadas na recuperação das dívidas à segurança social e no combate às fraudes.

- Participação efectiva do movimento sindical na definição da política de segurança social e na gestão directa e corrente de todas as instituições.

- **Criação imediata do Conselho Nacional de Segurança Social**

- Recuperação do valor real das prestações (em especial das pensões) que se degradou ao longo dos anos.

- Actualização anual de todas as pensões e outras prestações pecuniárias dos reformados, pensionistas e idosos, tendo em conta o aumento do custo de vida e o aumento do salário mínimo nacional. Fixação da pensão mínima de subsistência em 55% do salário mínimo nacional.

- Como medida imediata, aplicação do artigo 12.º do Orçamento para 1987, com elevação das pensões mínimas do regime geral e dos rurais na mesma percentagem de aumento do salário mínimo nacional e com efeitos desde 1 de Janeiro de 1987.

- Diminuição da idade de reforma para as profissões mais desgastantes, designadamente mineiros e pescadores, trabalhadores em terminais vídeo, tripulantes da aviação comercial, etc...

- Atribuição de uma pensão justa (superior à pensão social) aos reformados por invalidez com poucos anos de descontos para a segurança social.

- Alargamento e melhoria das formas de apoio (centros de dia e de convívio, lares residenciais, etc.), e criação de serviços de assistência domiciliária aos idosos, deficientes e acamados.

- Participação efectiva dos interessados na definição da política social dos deficientes e idosos e na gestão do equipamento social.

- Actualização anual do abono de família e outras prestações para a infância e juventude, tendo em conta o agravamento do custo de vida e a cobertura dos encargos a que devem fazer face.

- Integração justa no regime geral da segurança social dos esquemas especiais.

- Alteração da legislação dos trabalhadores rurais, tendo em vista a sua efectiva aproximação ao regime geral.

- Revogação das práticas administrativas e da legislação que visa limitar as condições de acesso ao subsídio de doença a milhares de trabalhadores (nomeadamente dos que têm salários em atraso, vínculo laboral precário, etc.).

- Melhoria dos subsídios de doença, nas doenças de longa duração, através da actualização anual dos montantes que servem de base de cálculo desse subsídio.

- Responsabilização efectiva da entidade patronal pela inscrição na segurança social de todos os trabalhadores ao seu serviço.

- Garantia de que a reestruturação das instituições será feita com a participação dos respectivos trabalhadores, aproveitando todos os recursos humanos e materiais (nomeadamente os informáticos), com vista à melhoria e desburocratização dos serviços e ao pagamento em devido tempo das prestações sociais.

- Informação adequada e eficaz, quer dos serviços, quer através dos meios de comunicação social, de forma a que os utentes tenham perfeito conhecimento dos seus direitos.

- Institucionalização do regime jurídico de reparação social dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais. Como medida imediata, aumento do valor das prestações devidas, através da revisão da Tabela Nacional de Incapacidades e da alteração do processo de cálculo das pensões.

## Por uma nova política de reabilitação

O PCP entende que uma nova política de reabilitação exige fundamentalmente a implementação de um verdadeiro Serviço Nacional de Saúde, a regionalização dos serviços de reabilitação, a institucionalização de um sistema de Segurança Social conforme à Constituição, a revisão profunda dos esquemas de subsídios e apoios da Segurança Social, a criação das condições que garantam aos deficientes os direitos à educação, formação profissional e emprego. Por outro lado, o PCP entende que a definição de uma verdadeira e articulada política de reabilitação só poderá ser feita com a participação dos interessados e das suas associações representativas.

Só que, ao invés de tudo isto, com o Governo PSD, a situação dos deficientes portugueses agravou-se substancialmente, particularmente face à degradação dos serviços públicos de saúde, da segurança social e do ensino especial. O Governo do PSD praticou escandalosos atentados contra os interesses dos deficientes. Assim: agravou as condições de acesso à reabilitação funcional; restringiu o acesso aos transportes dos grandes deficientes; acabou com as campanhas para a prevenção precoce da deficiência; permitiu a generalização do comércio de sangue; procurou impedir o acesso de pessoas com deficiências ao professorado; procurou estrangular financeiramente as CERCIS; incentivou a exploração laboral de deficientes através da redução do salário mínimo nacional; eliminou subsídios e/ou abonos devidos às famílias com crianças deficientes; deixou degradar (e privatizou) áreas determinantes da acção social escolar; degradou o Secretariado Nacional de Reabilitação, etc..

Assim, para a satisfação dos justos anseios e concretização dos direitos dos deficientes, o PCP propõe:

- Como medida imediata, a alteração da Lei Orgânica do Secretariado Nacional de Reabilitação, tornando-o um organismo com efectiva capacidade de intervenção e com garantia do direito de representação das associações de deficientes na sua gestão.

- Garantia da participação efectiva dos deficientes e das suas organizações na definição das políticas social, de

apoio, reabilitação e reintegração e na gestão dos institutos destinados à sua aplicação.

- Adopção de uma política de saúde que assegure a prestação de cuidados preventivos e terapêuticos e de reabilitação. Estabelecimento de um plano coerente de cuidados de reabilitação. Regionalização dos respectivos serviços.

- Como medida imediata, a revisão das normas do Governo PSD que dificultaram o acesso dos deficientes à reabilitação funcional.

20 • A aplicação de uma política de segurança social que dê resposta aos problemas dos deficientes. Abertura de lares e centros de dia. Actualização da pensão social e do subsídio a grandes deficientes. Como medida imediata a reposição e reforço dos subsídios e/ou abonos devidos às famílias com crianças deficientes.

- Cobertura dos encargos com a aquisição e reparação de próteses e isenção de todos os impostos.

- Regulamentação e aplicação da «quota de emprego obrigatória». Apoio à formação profissional. Garantia do direito à reabilitação médica, funcional e profissional para garantia do emprego. Eliminação das discriminações no salário mínimo nacional. Criação de oficinas de trabalho protegido e de centros de formação profissional.

- Como medida imediata, apoio às CERCI's. Efectivo cumprimento da Lei do Ensino Especial.

- Alargamento do âmbito do Decreto-Lei n.º 43/76, de forma a abranger os deficientes das Forças Armadas em serviço.

- Institucionalização do regime jurídico de reparação social dos acidentes de trabalho e definição de uma política nacional de prevenção dos riscos profissionais. Como medida imediata, aumento do valor das prestações devidas, através da revisão da Tabela Nacional de Incapacidades e da alteração do processo de cálculo das pensões.

- Adopção das medidas legislativas e administrativas que conduzam à eliminação das barreiras arquitectónicas.

- Elaboração de legislação sobre o problema dos transportes.

## **Direito ao sucesso escolar com uma educação e ensino pela democracia e o progresso**

A Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada na última legislatura da AR (com o empenhamento e a iniciativa do PCP) consubstancia em parte as propostas do PCP, de **democratização da educação e do ensino**. Mas o Governo PSD, em vez de pautar a sua actividade por essa lei, adoptou uma política que a contraria nos seus grandes objectivos. Por responsabilidade do PSD no Governo (desde 1980 que os ministros do sector são do PSD), aumentou o insucesso e o abandono precoce da escola; cresceram as dificuldades de acesso à escolaridade e pré-escolaridade; o ensino tornou-se mais discriminatório; degradaram-se as condições de estudo e de trabalho nas escolas com a ruptura da rede escolar, a superlotação, etc. O sistema de ensino tornou-se cada vez mais elitista e classista, e mais prepotente a actuação dos Ministros. **A democratização da educação e do ensino exigem uma nova política e um governo democrático.** Neste quadro o PCP propõe:

- Elaboração e aprovação de um Plano Nacional de Desenvolvimento do Sistema Educativo (dando concretização à Lei de Bases) enquadrado numa perspectiva global de desenvolvimento independente do país, com reforço substan-

cial das verbas para a educação enquanto sector prioritário da vida nacional.

- Aprovação de medidas legislativas e outras tendentes a concretizar uma efectiva ligação da escola à vida e do trabalho intelectual ao manual, com a promoção da língua e da cultura portuguesas, adequando o sistema educativo às necessidades de **desenvolvimento integral da personalidade**, (da realização pessoal e profissional, da formação democrática dos jovens com a reorganização das actividades pedagógicas, dos currículos e programas) e do **desenvolvimento económico, social e cultural do país**.

- Adopção de medidas visando a realização do **efectivo acesso** dos filhos dos trabalhadores a **todos os níveis** de educação e ensino (da educação pré-escolar ao ensino superior).

- Defesa e desenvolvimento do **sistema público de ensino**, enquanto condição decisiva para a salvaguarda da liberdade de aprender e ensinar.

- Aprovação, como **medida imediata**, de um **Plano de Emergência para o sucesso escolar** que dê efectivo combate ao flagelo do insucesso e abandono precoce do sistema de ensino.

- Adopção de **medidas tendentes a garantir o pleno cumprimento da escolaridade obrigatória de nove anos**, com reforço dos apoios sociais e materiais aos estudantes e famílias e alargamento da rede pública de estabelecimentos de ensino.

- Efectivo cumprimento da legislação para a **erradicação do analfabetismo**, com a aplicação do Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos (PNAEBA), assegurando ao mesmo tempo a educação permanente e recorrente.

- Aumento dos subsídios e outras prestações de **apoio social escolar** (transportes, cantinas, residências estudantis, livros e demais material escolar) e do número de estudantes e famílias abrangidas, com fixação de critérios objectivos na respectiva atribuição e garantia da participação dos interessados.

- Planeamento e revisão e alargamento da **rede escolar** (tipologia de edifícios, equipamentos, novas escolas, etc.), incluindo a rede pública de educação pré-escolar.

- **Regionalização, desconcentração e racionalização do Sistema Educativo** em ligação com o Poder Local.

- Efectivo cumprimento da **Lei do Ensino Especial** com a consequente criação de uma rede nacional de apoios diversificados a crianças e jovens inadaptadas ou portadores de deficiência; adopção de medidas concretas com vista à adequada integração das crianças deficientes no ensino regular.

- Desenvolvimento da rede pública de **ensino superior com condições de trabalho para o ensino e investigação**, impedindo a sua degradação, reforçando a importância deste nível de ensino no progresso científico e técnico e no desenvolvimento cultural e respondendo às necessidades de formação dos jovens para o exercício de uma profissão.

- **Garantia de emprego, de estabilidade de emprego e de formação (Inicial, profissional e contínua) dos professores e revalorização das carreiras docentes; garantia do direito à negociação colectiva.**

- Reforço e alargamento da **gestão democrática** do sistema educativo (gestão democrática das escolas, autonomia universitária) e respeito do direito à **participação na definição da política educativa**, nomeadamente das estruturas representativas dos professores, estudantes e pais; constituição e pleno exercício das competências do Conselho Nacional de Educação consagrado na sequência da iniciativa parlamentar do PCP.

## Garantia da saúde do povo

O PCP apresenta, como objectivo programático essencial na área da saúde, o de **dar integral cumprimento às normas constitucionais e legais (artigo 64.º da Constituição e Lei de Bases do Serviço Nacional de Saúde)** que garantem o direito à protecção da saúde, designadamente pela criação de um Serviço Nacional de Saúde universal, geral e gratuito, de gestão descentralizada e participada. O incumprimento destas normas pelos sucessivos governos conduziu a que **a saúde dos portugueses seja hoje pior e mais cara** (progressiva deterioração dos serviços, maiores dificuldades de acesso para os utentes e desmotivação dos profissionais). A situação agravou-se com o Governo PSD e, nomeadamente, com as medidas pseudo-moralizantes, mas de facto penalizantes, da Ministra Beleza (restrição no acesso aos cuidados de fisioterapia e de cirurgia convencionadas; redução das embalagens dos medicamentos; empolamento do problema do absentismo médico, tentando transformar os profissionais de saúde em «bodes expiatórios»; fomento do desemprego; tentativa de alteração do sistema de gestão hospitalar). O objectivo final do Governo PSD (em cuja actuação predominou uma postura de confronto e arrogância) era a entrega das partes mais rentáveis aos grandes interesses empresariais privados (através da instituição de esquemas de seguro-doença), com a diminuição do papel do Estado (e dos gastos públicos) e a consequente desprotecção das camadas de menor poder de compra.

A Assembleia da República, pela iniciativa do PCP e a convergência dos partidos democráticos, ainda corrigiu alguns destes traços negativos, designadamente pela eliminação das taxas moderadoras (só parcialmente, ao contrário do que propunha o PCP) e pela garantia do sistema participado de gestão hospitalar (revogando o decreto-lei que o eliminava).

Assim, com vista à concretização de uma política de saúde conforme com as aspirações populares e os princípios constitucionais, que liberte os portugueses dos dramas e sofrimentos que hoje enfrentam, **o PCP, no quadro do cumprimento da Lei de Bases do Serviço Nacional de Saúde e demais legislação aprovada na Assembleia da República, propõe:**

- Aumento das dotações orçamentais para o Serviço Nacional de Saúde, visando aproximá-las progressivamente dos 6% do PIB.
- Subordinação da aplicação de recursos a critérios de prioridade, de acordo com um planeamento democrático e tecnicamente rigoroso.
- Como medida imediata, efectiva **extinção das «taxas moderadoras»**, com satisfação do princípio da gratuidade dos serviços de saúde.
- Adopção de um esquema de regionalização e descentralização dos serviços de saúde de modo a acabar com a assimetria de distribuição de recursos humanos e materiais e a permitir uma adequada articulação dos vários níveis de cuidados e serviços.
- Promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados médicos de base, dotando os centros de saúde dos meios humanos e materiais necessários ao seu funcionamento e criando novos centros, de forma a atender eficazmente toda a população. Alargamento e diversificação das áreas de intervenção dos centros de saúde, nomeadamente na educação para a saúde, planeamento familiar, saúde escolar, materno-infantil e ocupacional.
- Melhoria da assistência hospitalar baseada no pleno

aproveitamento das unidades e meios existentes, na aceleração da entrada em funcionamento dos hospitais já construídos e no estudo do tipo de implantação de novas unidades (projectadas ou a projectar); correcta e real articulação dos hospitais com a rede de cuidados primários; adopção de normas modernas de gestão visando a optimização da relação custo/benefício.

- Planificação e criação de um esquema eficaz e integrado que dê resposta aos sérios problemas da urgência e atendimento permanente.

- Estabelecimento de um **plano coerente de cuidados de reabilitação**, a todos os níveis, em articulação com estruturas de apoio a deficientes e os serviços de segurança social, bem como a adopção de medidas concretas de apoio à deslocação dos doentes aos serviços de saúde.

- Implementação de uma política de fomento da investigação nas ciências da saúde, privilegiando os projectos e programas de maior impacto previsível na resolução dos principais problemas da saúde na sociedade.

- Adopção e aplicação sistemática de uma política de humanização a todos os níveis do Serviço Nacional de Saúde.

- Estabelecimento de **uma política racional de medicamentos** que inclua, entre outras medidas, a **aplicação do Formulário Nacional de Medicamentos** a todos os serviços públicos de saúde, a defesa da indústria farmacêutica nacional e a revisão das normas de aprovação, produção, comercialização e distribuição de medicamentos; criação de estruturas destinadas a normalizar a aquisição, manutenção e reintegração do material e equipamentos médico-sanitários; **como medidas imediatas, reformulação da legislação referente à dimensão das embalagens**, adaptando-a às necessidades dos utentes (particularmente dos doentes crónicos) e **aumento das participações nos medicamentos**.

- Formação equilibrada e programada dos profissionais de saúde, com garantia de integração em carreiras, permitindo-lhes a igualdade nas condições de acesso, promoção e valorização profissional mediante uma formação contínua e cursos de reciclagem.

- Participação efectiva dos representantes da população e dos trabalhadores da saúde na gestão, planeamento e controlo dos serviços, nomeadamente através do pleno funcionamento dos Conselhos Gerais dos Hospitais e das Comissões Consultivas dos Centros de Saúde cuja composição e funções devem ser reformuladas, tendo em vista o melhor funcionamento dos serviços.

## Garantir o direito à habitação

O PCP considera que **o objectivo central de uma política habitacional deve ser o de garantir a todos o acesso à habitação, em termos compatíveis com os rendimentos familiares e em condições que respeitem as regras da boa construção, salubridade, higiene, conforto e tipologia adequada ao agregado familiar.**

A implementação de uma tal política exige desde logo um esforço nacional de investimento e de rentabilização de meios e recursos, reclamando ainda uma vontade política decidida capaz de garantir uma coerência às acções a desenvolver que não podem deixar de começar por incidir no solo urbano, nas normas para elaboração dos projectos nos processos construtivos e no modelo de financiamento, tendo em conta que a habitação é o produto final de um processo de produção que exige medidas coerentes em cada uma das fases. Medidas que devem habilitar a Administração Central,

as instituições de crédito habitacional, a indústria, os trabalhadores do sector, a Administração Regional e Local, a um esforço mobilizador.

Tal esforço global pela sua dimensão e implicações deve ser realizado conjuntamente, nas suas formas de promoção habitacional — pelo sector público, cooperativo, privado e pelos próprios particulares quando observados individualmente — mas em nenhum caso para ter sucesso pode prescindir da participação activa do Estado.

A gestão realizada pelo Governo PSD não respondeu minimamente à grave situação de carência hoje vivida. Pelo contrário, o Governo PSD veio ainda agravar a situação, ao pôr praticamente termo à promoção habitacional por parte da Administração Central; ao privilegiar medidas de carácter meramente financeiro para quando a habitação já está concluída, desprezando todas as outras fases (o que significa a abdicação de uma adequada intervenção na definição de critérios e na contenção de custos); ao aplicar a lei das rendas, de forma a deixar sem subsídio milhares de famílias de baixos rendimentos e sem actuar no sentido da recuperação dos imóveis arrendados que estão degradados; ao permitir e incentivar uma forte especulação de terrenos; ao tentar reduzir o papel das cooperativas ao de meros promotores imobiliários em detrimento da população de mais baixos rendimentos.

Neste quadro e no sentido de ser atingido o objectivo definido na Constituição portuguesa, o PCP propõe:

- Descentralização para os municípios do planeamento e da política de solos, proporcionando-lhes meios para a produção e colocação de terrenos infra-estruturados, assegurando a existência de espaços verdes e equipamentos sociais e o combate à especulação.

- Medidas legislativas e regulamentares no sentido da normalização de projectos e standartização de componentes e introdução de métodos que objectivem a diminuição dos custos de construção.

- Actuação nas indústrias a montante da construção civil com vista a moralizar o mercado de materiais de construção.

- Fomento de uma política de formação profissional no sector da construção civil, conjugando esforços dos trabalhadores e das suas estruturas representativas, dos institutos de formação profissional e das empresas, com vista a introduzir métodos construtivos mais racionalizados, mais rápidos e, portanto, mais baratos.

- Correcta política de utilização dos recursos financeiros, quer de crédito, quer orçamentais. Os subsídios deverão beneficiar o maior número de famílias, preferencialmente as de menor rendimento e as habitações de menor custo.

- Alteração do regime de crédito bonificado à aquisição de casa própria, de modo a proporcionar um apoio desde a fase de construção até à da aquisição, em função da definição antecipada e do controlo dos preços, com vista a fazer adequar o preço da habitação aos rendimentos familiares da maioria dos portugueses.

- Promoção de medidas que facilitem e proporcionem maior rapidez nos registos e realização de escrituras aquando da compra de habitação.

- Planeamento de forma integrada da promoção habitacional do conjunto dos vários sectores — público, central, regional e local, cooperativo e privado, cabendo preferencialmente à Administração Central a promoção de habitação para arrendamento destinada a famílias de baixos recursos, complementada com a acção da administração regional e local, mediante um reforço dos seus meios de intervenção.

- Reformulação das competências e funcionamento dos actuais organismos públicos ligados ao sector da habitação — INH, IGAPHE e Comissão Liquidatária do ex-FFH — de modo a também assumirem o seu papel de promotores, a par do papel de financiamento.

- Aproveitamento e utilização com fins públicos e apoiados do património fundiário e edificado na posse dos actuais organismos públicos.

- Maior incentivo no apoio à promoção cooperativa quer nas formas existentes — cedência e infra-estruturação de terrenos, apoio técnico e de projecto e financiamento — quer na resolução de estrangulamentos, nomeadamente os contenciosos financeiros com a Comissão Liquidatária do FFH e o não financiamento da promoção de habitação no regime de propriedade colectiva.

- Combate ao loteamento e construção clandestinas designadamente com fins especulativos e recuperação dos clandestinos, propondo, em casos justificados económica e socialmente, dotações de verbas no Orçamento do Estado nos termos da Lei de Finanças Locais; ajuda imediata às populações que vivem em bairros de barracas.

- Desenvolvimento e incentivo às medidas de reabilitação urbana nomeadamente através de especialização de equipas e de pequenas empresas; criação de esquemas financeiros adequados a este tipo de operações compatibilizando as posições dos senhorios e inquilinos; revitalização dos GTL's garantindo-lhes uma subsistência para além dos prazos inicialmente previstos, privilegiando a sua articulação com as equipas de recuperação, entidades financeiras, organizações dos moradores e autarquias locais, criação de linhas de crédito mais adequadas do que as do actual PRID, com mobilização responsável mas desburocratizada do financiamento que lhe é destinado.

- Reapresentação do projecto de lei n.º 434/IV do PCP referente à «recuperação e reconversão urbanística em zonas de interesse patrimonial e histórico».

- Aprovação de uma **lei quadro de habitação social** que vise a mobilização de todos os interessados e responsáveis, com vista à promoção deste tipo de habitação. Prévia audição das associações representativas dos sectores económicos e sócio-profissionais intervenientes, das cooperativas e órgãos autárquicos.

- Introdução de alterações profundas no actual enquadramento legal do arrendamento urbano, que conduzam efectivamente à recuperação e conservação do parque existente, e contribuam para a resolução do problema da habitação, com atribuição de subsídios aos senhorios comprovadamente de baixos recursos e efectiva aplicação no subsídio de renda aos inquilinos com recurso a verbas do Orçamento do Estado; alteração das causas e condições de despejo, protegendo os inquilinos idosos, reformados, deficientes, desempregados, insolventes, em união de facto, emigrantes e cooperantes; regulamentação imediata do regime de arrendamento para a habitação social (renda apoiada); arrendamento efectivo dos prédios e fogos injustificadamente devolutos; regulamentação de medidas que obstem à alteração da utilidade do regime de arrendamento, e como tal impeçam a terciarização crescente dos centros urbanos.

### **Por uma política de cultura ao serviço do povo, do desenvolvimento e da independência nacional**

O PCP propõe um programa pluridisciplinar e global para o desenvolvimento e afirmação democráticos da cultura, considerando como linhas de orientação fundamentais designadamente as seguintes; **democratização da cultura** (entendida como o processo de criação das condições para o pleno acesso de todas as camadas da popula-

ção à formação e à produção culturais); **defesa da identidade cultural do povo português** (constitutiva da identidade nacional e parte integrante e indissociável da independência nacional); **garantia efectiva da liberdade de criação artística e cultural**, da sua difusão e da autonomia dos grupos e organizações culturais; **descentralização e regionalização da vida e dos equipamentos culturais; reforço do orçamento para a cultura** e da sua distribuição e aplicação por critérios claros e adequados; **fomento das actividades das organizações culturais, dos artistas e outros trabalhadores da cultura**, com o reconhecimento efectivo da sua função social e do seu direito a participarem na definição da política cultural; **política de apoios estruturais e materiais ao desenvolvimento dos diferentes sectores artísticos e culturais, sem discriminações políticas ou ideológicas**; defesa, divulgação e valorização do **património cultural do passado e do presente**; defesa e divulgação dos **grandes valores da cultura universal**, aprofundamento das relações culturais com os outros povos, e **fomento, em particular, do intercâmbio cultural com os povos de língua oficial portuguesa**, sem pretensões hegemónicas ou neo-coloniais; defesa e valorização da **língua portuguesa**.

Ao invés de tudo isto, com o Governo PSD agravou-se seriamente o quadro cultural do país. A coberto do slogan de «menos Estado» acelerou-se o esvaziamento e desmantelamento das instituições culturais ligadas ao Estado, com transferência das suas funções e recursos para grupos de interesses privados. Fomentou-se nas instituições da área cultural a instabilidade financeira, orçamental, técnica e profissional. Intensificaram-se as discriminações por motivos partidários, a manipulação partidária das estruturas do Estado, as verbas para objectivos demagógicos e propagandísticos, o domínio e controlo de actividades culturais pelo grande capital (lei do mecenato), o secretismo de critérios e as arbitrariedades na distribuição de subsídios; agravaram-se as condições materiais de criação artística, bem como o estatuto económico dos artistas e agentes da criação cultural; acentuou-se a colonização cultural do país, pondo em perigo a própria identidade cultural do povo português; atribuíram-se irrisórios montantes à Cultura no Orçamento do Estado, quer em valor absoluto, quer relativo, inviabilizando à partida qualquer projecto ou programa pluridisciplinar.

Neste quadro, **como medidas mais urgentes**, no quadro das orientações e objectivos gerais acima referidos, **o PCP propõe**:

- **Medidas para a divulgação e promoção das obras de autoria portuguesa de qualidade** através dos meios de comunicação social estatizada (Imprensa, Rádio, TV) e de outros meios estatais de intervenção cultural (Teatros Nacionais, Orquestras, Companhias de Bailado, etc.); apoio à produção de obras literárias e artísticas de autores portugueses; estímulos para a sua difusão em todos os graus de ensino.

- **Revisão da política de subsídios à actividade teatral** implementando formas de apoio diversificadas conforme os objectivos realizados e os públicos contactados e complementando essa política com medidas para o equipamento, formação e infraestruturas; soluções para as dívidas à Previdência e Segurança Social; promoção do debate e preparação de uma Lei de Bases para a Actividade Teatral.

- **Isonções fiscais** para todas as actividades culturais em geral; redução dos impostos incidentes sobre os bens culturais e materiais utilizados na criação artística; regimes em condições favoráveis de publicidade para os espectáculos e as iniciativas culturais em todos os órgãos de comunicação social estatizados (Imprensa, Rádio e TV).

- **Promoção da inclusão de obras de compositores portugueses** nos concertos públicos e cumprimento da Lei da

Música Portuguesa pelas estações emissoras de Rádio e TV.

- **Auxílio eficaz à produção de filmes portugueses** e garantia da sua exibição em condições atraentes para o público, quer em salas de cinema, quer através da Televisão.

- **Fomento e apoio à apresentação de obras de produção nacional na Televisão** em todos os campos artísticos e culturais tendo em conta principalmente o Teatro, a Música e Cinema como formas de arte naturalmente ligadas aos meios audiovisuais e directrizes para a reformulação da produção e dos horários da RTP, no sentido de ser concedido às obras portuguesas um espaço e um tempo abusivamente ocupados por produção estrangeira.

- **Adopção de medidas urgentes de inventariação, estudo, salvaguarda e divulgação do património cultural nacional**, erudito e popular; dinamização da participação popular organizada nesta acção; reconhecimento do papel das autarquias, sem que a Administração Central se demita das suas responsabilidades; formação de investigadores e técnicos necessários.

- **Medidas de prevenção e repressão da pirataria fonográfica e videográfica** e, de um modo geral, cumprimento do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado em 1985;

- **Medidas para incrementar a difusão do livro**, designadamente nos meios de comunicação e nas escolas; desenvolvimento a nível nacional da rede de bibliotecas públicas e promoção de iniciativas motivadoras de hábitos de leitura.

- **Revisão e correcção dos mais gravosos aspectos da lei do «mecenato cultural»**, designadamente no que se refere às possibilidades por ela criadas de reforço e alargamento do domínio e controlo de iniciativas e actividades culturais por parte de interesses económicos e políticos privados, fugindo ao controlo público e democrático.

- **Promoção de todas as formas de criação artística nacional** no País e no estrangeiro, como forma de difusão no plano mundial da nossa Cultura e Arte.

## **Democratização da educação física e desporto**

O PCP entende como essencial neste ponto programático a elaboração de uma política de desenvolvimento democrático do desporto e da educação física, que **respeite os princípios constitucionais e cujo objectivo fundamental seja o progressivo acesso dos cidadãos à sua prática**. Para concretização deste objectivo, impõe-se como primeiro ponto, a **definição da educação física e do desporto escolares como constituindo as bases do desenvolvimento desportivo nacional e um insubstituível factor educativo da juventude**.

Contrariando frontalmente estes princípios, o Governo PSD/Cavaco Silva pôs em prática uma política no sector que o faz aproximar da situação vivida antes do 25 de Abril. Assim, o Governo desqualificou o ensino da educação física e do desporto como o comprovam as disposições em relação aos programas, carga horária, formação e colocação de professores, instalações e equipamento sócio-escolar, etc., com evidentes prejuízos no seu alcance pedagógico social; desenraizou o desporto escolar da sua verdadeira génese formativa numa tentativa de o inserir no sistema desportivo de competição federada e de o fazer substituir por um associativismo sem metas educativas e formativas; privilegiou as construções para o espectáculo desportivo em detrimento da satisfação das carências do parque desportivo nacional em

instalações e equipamentos necessários a um efectivo desenvolvimento desportivo do país; suprimiu programas de construção de instalações destinadas à educação física, agravou a carência de apoios necessários à conservação e manutenção das instalações desportivas existentes na rede escolar, e aplicou uma escassa dotação orçamental para a renovação dos equipamentos e materiais de educação física e desporto nas escolas; governamentalizou a aplicação de dinheiros públicos em detrimento dos interesses do sector; praticou uma nebulosa política de subsídios; governamentalizou as estruturas de enquadramento da actividade desportiva para os trabalhadores; degradou a orgânica institucional do desporto; não apoiou o associativismo; não acautelou os interesses dos desportistas e técnicos portugueses face à adesão à-CEE; transformou o desporto num instrumento de demagogia e da sua própria promoção.

Assim, para uma política de democratização da educação física e do desporto capaz de garantir aos jovens e a todos os cidadãos a efectiva prática desportiva, **o PCP propõe:**

- Medidas para que o Estado assegure as condições para que a educação física se realize em todos os graus de ensino e o desporto escolar se assuma como um factor educativo fundamental, transformador da própria escola.

- Protecção da sociedade a todas as crianças de modo a que a educação física e o desporto sejam efectivos meios fundamentais ao seu desenvolvimento integral, independentemente do sector social em que as actividades respectivas estejam organizadas e tenham as próprias crianças como sujeito que se deve proteger.

- Defesa da consagração do direito ao desporto entre os jovens, em especial entre os jovens trabalhadores, como meio de valorização humana e factor de desenvolvimento da personalidade, de modo a incluí-lo nas áreas sociais do ensino, do trabalho, da animação sócio-cultural e dos tempos livres.

- Apoio à participação dos cidadãos que, pela sua iniciativa, criatividade e sentido de serviço à comunidade, se têm disposto a contribuir, nas colectividades e nas mais diversas manifestações de associativismo, para a generalização e democratização das actividades físicas e desportivas entre as populações.

- Implementação das acções necessárias para dotar as escolas de espaços e meios didácticos indispensáveis à sua acção educativa e garantindo uma hora de actividade física diária nas escolas, desde que seja assegurada a formação científica e técnica dos educadores responsáveis pelas actividades nos vários graus de ensino.

- Reconhecimento pelo Estado do associativismo desportivo como factor decisivo para o desenvolvimento cultural do País, respeitando a autonomia dos diferentes tipos de colectividades e garantindo a sua participação democrática na definição dos projectos de apoio e de desenvolvimento do associativismo nas diversas áreas da actividade social e apoiando eficazmente o movimento associativo desportivo da juventude trabalhadora e estudantil.

- Garantia ao clube desportivo de uma verdadeira dimensão de instituição de utilidade pública e apoios económico-financeiros coerentes com a sua função social.

- Reconhecimento ao dirigente desportivo da sua função na vida da comunidade, assegurando-lhe um estatuto que consagre a atitude benévola e desinteressada com que exerce a sua actividade e no qual se preveja, não apenas a garantia de uma formação permanente, mas também um crédito de horas para o trabalho no clube sem perda de regalias e compensações profissionais.

- Estabelecimento de critérios de apoio seja a nível de concessão de subsídios financeiros, seja a nível de isenções diversas que se destinem às actividades físicas e desporti-

vas da juventude em programas de alcance comunitário claramente comprovados.

- Apoio e estímulo à recolha, preservação e prática dos Jogos Populares, como importante património cultural das populações.

- Reconhecimento do papel decisivo das autarquias no correcto e alargado desenvolvimento desportivo, devendo para isso serem dotados de novas atribuições e dos correspondentes recursos financeiros e articulação desse papel com a Administração Central e Regional, visando o máximo benefício das populações.

- Elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Desportivo, que assente na participação democrática do movimento associativo, dos cidadãos e das instituições, que funda as actividades físicas segundo critérios de natureza social, visando a correcção das graves assimetrias existentes e garantindo que os benefícios da sua prática cheguem a todas as categorias e grupos sociais — crianças, jovens, trabalhadores, deficientes e idosos.

- Estabelecimento de programas, critérios e estatutos que garantam aos atletas de alto nível a dignificação da sua função social e o pleno desenvolvimento das suas capacidades, possibilitem aos técnicos a formação científica adequada e criem as condições materiais indispensáveis à concretização desta prática.

- Intensificação e diversificação da actividade e relações desportivas internacionais reconhecendo-as como factor fundamental para o desenvolvimento desportivo nacional, para a cooperação, a amizade e a paz entre os povos.

- Implantação racional de um equipamento sócio-desportivo susceptível de assegurar a prática das actividades físicas e desportivas às populações das regiões menos desenvolvidas do País.

- Termo da governamentalização dos dinheiros públicos para o desporto, criando-se um órgão representativo do desporto nacional a quem caiba pronunciar-se sobre a sua aplicação.

- Medidas de profunda alteração da orgânica institucional do desporto.

## Equilíbrio ecológico, defesa do ambiente e do património natural

A Assembleia da República aprovou, com o contributo do PCP, **uma lei fundamental (a Lei Quadro do Ambiente) para dar resposta às crescentes preocupações populares em matéria de gestão do património natural** (que abrange áreas tão diversas e complexas como a defesa dos recursos naturais e do ambiente, protecção dos equilíbrios ecológicos, preservação dos valores paisagísticos). A Assembleia da República aprovou ainda, por iniciativa do PCP, a Lei que garante o direito de participação às Associações de Defesa do Ambiente.

**A aplicação destas leis (a que o PSD se opôs, em aspectos fundamentais) corporizará uma política alternativa à gestão desgarrada, simplista e demagógica do Governo PSD. Neste quadro, o PCP propõe:**

- Aplicação integral da Lei n.º 11/87, incluindo a sua regulamentação até Abril de 1988.

- Realização e publicação, nos termos do artigo 49.º da Lei n.º 11/87, do Relatório e do Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Portugal, até finais do ano em curso.

- Urgente aplicação, no âmbito da Lei n.º 11/87, de uma política de aproveitamento dos recursos hídricos, para fins energéticos, agro-pecuários e de abastecimento das populações.

- Combate coordenado, aos níveis nacional e internacional, às graves situações de poluição da costa e dos cursos de água, com eventual recurso a orçamentos suplementares que garantam a urgência e a eficácia dos meios utilizados.

- A extensão coordenada e a breve prazo a todo o território nacional das redes de saneamento básico, de distribuição de energia e do controlo da poluição atmosférica.

- Preservação e regeneração dos meios urbanos, da sua qualidade ambiental e dos seus valores culturais, através de uma política realista de solos urbanos apoiada na gestão municipal e numa legislação urbanística que impeça a especulação e a construção clandestina.

- Defesa das paisagens, das zonas ecológicas sensíveis e dos espaços verdes, através dos esforços conjugados das instituições públicas, dos órgãos autárquicos e da participação das populações.

- Combate aos incêndios florestais através de meios tecnológicos eficazes de detecção e controlo, e de legislação impeditiva e punitiva das especulações que constituem a sua causa mais frequente.

- A aplicação da Lei n.º 10/87, com o efectivo apoio e reconhecimento dos direitos das associações de cidadãos para defesa do património natural como agentes fundamentais da gestão do património natural.

- Proibição na área territorial nacional e luta firme em outros casos contra o depósito de detritos nucleares em zonas territoriais ou oceânicas, cujos efeitos possam fazer-se sentir no nosso país. Como **medida imediata** reforço das acções que conduzam à **anulação do projecto espanhol de instalação de um depósito de resíduos nucleares em Aldeavilla, junto ao Rio Douro.**

- Participação efectiva das autarquias, através do reforço dos seus meios, na definição de políticas de preservação do património natural, na aplicação das medidas de controlo e fiscalização da sua execução.

- Descentralização dos meios de investigação e de divulgação técnica, no sentido de reforçar o papel das autarquias na gestão do património natural.

## Com as aspirações da juventude

Responder às aspirações dos jovens, alterar a situação calamitosa para que a juventude foi arrastada pela política de direita, acabar com a política do desemprego, do trabalho precário e mal pago, do *numerus clausus* e do 12.º Ano, do insucesso escolar e da negação do direito à felicidade, são uma das primeiras prioridades de uma política de desenvolvimento, bem estar e modernização do País.

Os jovens de hoje, por efeito da errada política seguida, confrontam-se com as portas fechadas no acesso ao emprego; com a instabilidade nos poucos postos de trabalho a que têm acesso (contratos a prazo, tarefa, trabalho sem contrato); com o esvaziamento do direito ao ensino nos seus aspectos essenciais (crescentes dificuldades no acesso e prosseguimento dos estudos, aumento do insucesso e abandono escolar; insuficiência de formação profissional); com discriminações (designadamente salariais); com obstáculos intransponíveis à sua realização humana e à concretização de uma vida familiar independente (dificuldades no acesso à habitação, limitações no apoio ao planeamento familiar, aos cuidados de saúde, etc.).

Estas questões, que afectam estruturalmente a condição da juventude, (e que têm vindo a conduzir um número significativo de jovens a situações de marginalidade), não se resolvem com medidas desgarradas, ilusórias e demagógicas (como as tomadas pelo Governo Cavaco Silva).

Ao contrário, o trabalho realizado na última legislatura da

Assembleia da República (de que são exemplos, entre outros, a Lei do subsídio de desemprego aos jovens candidatos ao primeiro emprego e a revogação do despacho do chumbo a Português) demonstrou que a acção convergente da maioria democrática, onde pesou decisivamente a iniciativa e o contributo do PCP, permitirá no quadro de um governo democrático, a adopção das medidas necessárias e urgentes para a juventude.

Nas propostas do PCP, todos os aspectos da política nacional (e particularmente as políticas de emprego e educação) reclamam medidas específicas e imediatas que respondam às mais importantes reivindicações juvenis. Assim o **PCP propõe:**

## Pelo emprego estável e contra as discriminações salariais

- Política que envolva a criação de novos postos de trabalho estáveis, assegurando-se as condições para a garantia do acesso de jovens a esses postos de trabalho.

- Adopção de medidas legislativas e administrativas necessárias para fazer cessar o escândalo dos contratos a prazo, do trabalho à tarefa (que hoje até na Função Pública prolifera), do trabalho à peça, à semana, ao dia e à hora e outras formas de trabalho clandestino. Garantia, através dessas medidas, da estabilidade do emprego.

- Eliminação das discriminações salariais em função da idade, com a consequente revisão da legislação discriminatória sobre salário mínimo, agravada pelo Governo PSD.

- Aplicação da Lei da AR sobre o subsídio de desemprego aos jovens à procura do primeiro emprego.

- Garantia de postos de trabalho estáveis aos jovens actualmente envolvidos nos programas OTJ, em outros programas de Ocupação Temporária e outras formas de Formação Profissional.

## Pela garantia de um ensino novo e ligado à vida

- Eliminação das barreiras de classe no acesso ao ensino, designadamente do 12.º Ano e do «*numerus clausus*».

- Aumento significativo do apoio social escolar aos estudantes dos diferentes graus de ensino.

- Reforço substancial das verbas para a educação (designadamente para alargamento da rede escolar), reformulação de programas, reforço dos meios auxiliares de ensino — incluindo os adequados à utilização de novas tecnologias — e recrutamento e reciclagem de professores.

- Eliminação das discriminações entre escolas do ensino superior.

- Ligação do ensino à vida, garantindo que a formulação dos currículos e programas prepare os jovens para o ingresso em boas condições no mundo do trabalho, implementando vias profissionalizantes não discriminatórias, assegurando a ligação do sistema de ensino ao sistema de formação profissional e garantindo condições (incluindo escolas nocturnas e horários pós-laborais) para o prosseguimento de estudos por jovens trabalhadores.

- Dignificação do papel do jovem na escola, garantindo a sua participação no sistema de gestão, estimulando decididamente formas próprias de associativismo e apoiando actividades extra-curriculares nos campos da cultura, desporto e convívio. Garantia de um sistema democrático do auto-governo das universidades, com a necessária intervenção e participação estudantil.

## Medidas complementares para valorização humana e realização pessoal dos jovens

A superação das principais dificuldades relacionadas com o emprego e a escola é determinante da possibilidade de realização pessoal dos jovens e da sua valorização humana. É, além disso, indispensável para ultrapassar situações sociais gravosas (toxicod dependência, delinquência, prostituição) em que muitos jovens se encontram.

O PCP considera, pois, as políticas de emprego e educação como principais prioridades de uma política de juventude, à qual é indispensável associar um conjunto de medidas complementares que o PCP propõe:

- Apoio decidido às actividades juvenis no campo da cultura, do desporto, do associativismo e do convívio. Política do livro, que o torne mais acessível às camadas jovens. Incentivo à frequência (e participação) em espectáculos. Promoção de casas de cultura e convívio. Incentivo à participação juvenil na defesa e estudo do património.
- Definição de um **programa imediato de oferta de cada para jovens**, com definição de um sistema financeiro de apoio à renda, atribuição de linhas de crédito altamente bonificadas e com prazos muito dilatados, apoio à auto-construção, definição de quotas para jovens na oferta de habitação social e alargamento da rede de residências estudantis.
- Garantia do acesso à formação e informação sobre sexualidade e de acesso às consultas de planeamento familiar. Aplicação efectiva das leis progressistas aprovadas pela AR sobre a maternidade e a paternidade conscientes.
- Reformulação, desenvolvimento e alargamento de programas de ocupação de tempos livres. Garantia do direito a férias. Incentivo do turismo juvenil (com a criação de centros de férias para jovens e outros apoios, designadamente nos transportes).
- Aplicação da nova Lei do Serviço Militar Obrigatório. Reformulação dos aspectos dessa lei relativos aos direitos dos jovens a cumprir serviço militar, designadamente pela elevação do pré, gratuidade dos transportes, melhoria da alimentação e alojamento, implementação de sistemas colaborantes que permitam (sem quebra da cadeia de comando) a participação dos jovens militares nas áreas da cultura, desporto e condições de bem estar. Valorização do jovem a cumprir o SMO e respeito pela sua dignidade e pelos seus direitos. Utilização do SMO para a valorização cívica, humana, física e profissional dos jovens (garantia da equivalência civil dos cursos ministrados pelas Forças Armadas).
- Política de prevenção do consumo da droga, reprimindo o tráfico e os traficantes, desenvolvendo mecanismos e centros de tratamento de dependentes, e actuando a todos os níveis no sentido da criação das condições sociais e profissionais que permitam a sua plena recuperação.
- Prevenção da delinquência e criminalidade de jovens, actuando particularmente nas condições sociais que a elas conduzem. Reformulação do sistema prisional, protegendo os jovens, pondo termo à caótica e degradante situação que hoje se vive em muitas prisões (e que tem levado alguns ao extremo do suicídio), desenvolvendo acções de formação cívica e profissional e de apoio depois da prisão, que conduzam à sua inserção social. Actuação no mesmo sentido quanto aos estabelecimentos tutelares de menores.

## Igualdade de oportunidades para as mulheres na vida económica, social e cultural

A luta geral, a democracia e o progresso social, aprofundam-se tanto mais quanto mais forte e mais ampla é a luta emancipadora das mulheres.

O PCP tem sido uma força de combate e um defensor intransigente dos direitos das mulheres portuguesas na luta pela igualdade e a emancipação e deu nesse sentido um importantíssimo passo ao realizador recentemente uma Conferência de âmbito nacional onde se abordaram questões de grande complexidade dentro da problemática da condição feminina.

A acção do Governo do PSD, desenvolveu-se exactamente em sentido contrário. Nada fez para eliminar as discriminações existentes, tendo inclusivé incentivado e agravado algumas; permitiu e fomentou situações escandalosas de violação e incumprimento das leis; não regulamentou outras que lhe competia; agravou (e degradou) as condições de vida e a situação da mulher. Testemunho escandaloso de toda esta acção contra os direitos e interesses das mulheres foi a tentativa de deixar de aplicar em Portugal a Convenção da OIT que proíbe o trabalho nocturno de mulheres em certos ramos da indústria.

O PCP entende que só uma política de promoção da igualdade de oportunidades que respeite o direito das mulheres e dos homens à independência económica, social e cultural, pode acabar com as discriminações em razão do sexo. Impõe-se um conjunto de acções positivas e que o PCP propõe:

### Direitos das Mulheres no trabalho e formação profissional

- Promoção do emprego, formação e valorização profissional das mulheres.
- Combate à exploração do trabalho feminino, aos contratos a prazo e ao trabalho precário.
- Cumprimento da legislação em vigor, respeitante ao direito e à igualdade de oportunidades no trabalho, emprego e formação profissional.
- Criação de mecanismos que fiscalizem a aplicação efectiva das leis respeitantes às mulheres, com o direito à participação das organizações sindicais e de mulheres.
- Dinamização da CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego) e alargamento da sua representatividade.
- Acesso, sem discriminações, a todas as profissões e categorias profissionais.
- Aplicação das medidas legais de combate a comportamentos sexistas no trabalho, nomeadamente no que se refere às ofertas de emprego.
- Acções de estímulo à formação profissional das mulheres, à reciclagem e reconversão e à formação contínua, visando a diversificação das opções profissionais da mulher.
- Fixação de quotas de frequências mínimas para as mulheres nos cursos de formação profissional.
- Participação das organizações sindicais e de mulheres na planificação e controlo da execução da política de formação profissional, visando a igualdade de oportunidades.

### Direitos da Mulher na educação

- Combate a modelos educacionais que servem de suporte a um sistema de valores baseado na desigualdade, e

sensibilização de todos os agentes educativos para a problemática e a pedagogia da igualdade de oportunidades.

- Reformulação de todos os materiais pedagógicos de modo a que estes reflectam uma imagem positiva da mulher, dinâmica e participante, e uma imagem do homem empenhado em todos os aspectos das responsabilidades familiares.

- Criação de programas de educação de adultos específicos para mulheres que interrompam os seus estudos devido a responsabilidades familiares.

### **Direitos da Mulher relativamente à maternidade e à saúde**

- Melhoria e alargamento da assistência materna, nomeadamente na gravidez, no parto e no período pós-parto. Fomento do parto hospitalar e humanização dos respectivos serviços.

- Cumprimento efectivo das leis do Planeamento Familiar e Educação Sexual, incremento e gratuidade do planeamento familiar, promoção de campanhas de informação sexual dirigidas a jovens casais e pais e abertura de centros de atendimento.

- Cumprimento efectivo da Lei de Interrupção Voluntária da Gravidez e realização imediata de um inquérito às condições em que está a ser aplicada.

- Reconhecimento de direitos especiais às mães sós com filhos a cargo, designadamente através da consagração de subsídios e outras prestações de segurança social.

- Campanhas de sensibilização para o aleitamento materno e parto profiláctico («sem dor»).

- Desenvolvimento de acções sistemáticas e generalizadas de rastreio do cancro da mama e ginecológico.

### **Direitos da Mulher na família e na sociedade**

- Criação de estruturas sociais e serviços de apoio à mulher e à família, nomeadamente creches, jardins de infância e cantinas, a par de uma campanha de sensibilização visando uma justa e equitativa repartição das tarefas domésticas na família.

- Estímulo a uma crescente participação da mulher nos centros de decisão a todos os níveis.

- Criação de medidas firmes de combate à violência sobre a mulher na família e na sociedade.

- Aplicação efectiva das normas que sancionam o uso da imagem da mulher como objecto de incentivo ao consumo e objecto sexual, na publicidade e nos órgãos de comunicação social.

- Combate à indústria pornográfica que faz uso da mulher como objecto sexual veiculando a violência e a humilhação. Combate firme ao proxenetismo e apoio social às suas vítimas.

- Promoção de acções de informação e sensibilização da opinião pública, para combate à violência sobre a mulher.

- Criação a nível nacional e regional de centros de atendimento às mulheres, visando informá-las dos seus direitos.

- Criação junto dos órgãos de polícia criminal, designadamente nas esquadras, de secções de atendimento directo às mulheres vítimas de maus tratos, violência sexual ou violação.

- Revisão das disposições penais relativas ao crime de violação visando a alteração das atenuantes especiais.

### **Apoio aos emigrantes**

O PCP considera, como determinante para fazer cessar as condições que obrigam muitos portugueses a emigrar e

para que os emigrantes possam realizar o seu desejo de regresso, que no plano interno se concretize numa política que crie mais postos de trabalho e riqueza. Paralelamente, **o PCP propõe que o Estado adopte, em todos os planos, as medidas necessárias para minorar as difíceis condições criadas aos emigrantes**, defendendo os seus direitos nos países em que trabalham e garantindo o seu contacto fácil e permanente com a Pátria e a língua portuguesa e com os seus familiares residentes em Portugal.

A situação dos emigrantes tem vindo, ehtretanto, a agravar-se. O Governo PSD alterou a legislação referente à captação de poupanças por forma<sup>o</sup> que causou aos emigrantes prejuízos irreparáveis; o apoio consular tem vindo a degradar-se, nomeadamente com dificuldades crescentes no atendimento aos emigrantes, com a cessação das consultas gratuitas de advogados e dos serviços externos, com a falta de consulados e a ameaça de encerramento de outros; o ensino do Português tem vindo a deteriorar-se (despedimento de 48 professores só em 1986); não está a ser respeitada a aplicação do Estatuto Profissional dos Trabalhadores Consulares (para cuja vigência foi determinante a acção da Assembleia da República).

Assim, com vista à defesa dos interesses dos emigrantes, **o PCP propõe:**

- Defesa intransigente nas negociações com os países de emigração de Acordos e Convenções de forma a garantir a igualdade de direitos em relação aos nacionais desses países, nomeadamente no que respeita ao direito ao trabalho, habitação, segurança social, formação profissional e escolaridade dos filhos.

- Intervenção directa das estruturas representativas dos emigrantes, nomeadamente dos Conselhos das Comunidades, na elaboração, revisão e controlo do cumprimento dos Acordos.

- Fiscalização rigorosa por parte do governo do modo como é feito o recrutamento de trabalhadores portugueses para o estrangeiro.

- **Como medida imediata, o alargamento e dinamização da rede consular e melhoramento dos seus serviços**, especialmente no que toca a assistência social e jurídica, serviços de tradução e obtenção de documentos nacionais. Aplicação efectiva do Estatuto Profissional dos Trabalhadores Consulares.

- Promoção do ensino do Português no sistema de ensino dos países onde existem grandes comunidades portuguesas. **Como medida imediata, aumento do número de professores destinados ao ensino dos filhos dos emigrantes e apoio à sua actividade.** Melhoria dos sistemas de obtenção de equivalências e efectivo reconhecimento dos estudos feitos no estrangeiro.

- Apoio financeiro e técnico às associações de emigrantes e ao Conselho das Comunidades. Respeito pelas recomendações deste e pela sua autonomia.

- Estabelecimento de melhores condições e facilidades de transporte entre os países de imigração e Portugal e de um mais eficaz serviço de acolhimento nas fronteiras.

- Política de informação, isenta, objectiva e pluralista, que permita aos emigrantes saberem com verdade o que se passa em Portugal e serem esclarecidos sobre os problemas que mais directamente lhes dizem respeito.

- Protecção dos bens e interesses dos emigrantes em Portugal.

- Desenvolvimento de uma política de efectivo apoio à reinserção dos emigrantes regressados. Revisão de legislação sobre entrada em Portugal de bens dos emigrantes no sentido de garantir a sua isenção fiscal e de impedir fraudes.

- Desenvolvimento de um programa especial de apoio aos jovens emigrantes.

- Isenção de imposto de capitais sobre depósitos a prazo e adopção de uma política de crédito especial que valorize as poupanças dos emigrantes no sentido da sua aplicação produtiva.
- Actualização da legislação portuguesa sobre emigração por forma a corresponder aos problemas reais dos emigrantes.
- Reforço das estruturas oficiais que acompanham as questões de emigração e revisão das suas funções de modo

a garantir uma coordenação efectiva dos diversos serviços de apoio aos emigrantes; compilação da legislação aplicável (hoje muito dispersa).

- Estabelecimento de um orçamento para o apoio à emigração baseado em critérios que assegurem objectividade, rigor e coerência na definição do seu montante global, na sua distribuição e utilização pelas várias comunidades e actividades.

## IV

# Defender a independência nacional contribuir para a defesa da Paz

A defesa das conquistas da Revolução de Abril e do regime democrático que as consagra é inseparável da defesa firme e intransigente da independência nacional, hoje perigosamente ameaçada pela política de submissão ao imperialismo de sucessivos governos. A defesa da independência nacional tem de constituir objectivo central de qualquer política verdadeiramente democrática.

Portugal necessita com urgência de uma política nacional e patriótica, uma política que expresse inteira confiança nos trabalhadores e no povo, no seu trabalho, na sua inteligência, na sua capacidade criativa e rejeite com firmeza quaisquer tutelas, pressões e ingerências nos assuntos internos de Portugal.

A independência nacional não se «gere» nem se negocia como qualquer mercadoria; defende-se e afirma-se na política económica e social, na vida cultural, na decisão política, na política externa, na política de defesa nacional.

### A independência nacional está perigosamente ameaçada

A Revolução de Abril foi em si mesma uma exaltante afirmação de independência nacional. Nem todas as amarras de sujeição e dependência ao estrangeiro forjadas pelo fascismo foram cortadas. Mas durante os primeiros tempos da revolução, fazendo corajosamente frente às pressões, chantagens e ingerências do imperialismo, a política externa portuguesa caracterizou-se no essencial por uma posição de brio patriótico e dignidade nacional que impôs a autoridade e granjeou o respeito do novo Portugal democrático, na comunidade internacional.

A Constituição da República Portuguesa consagrou de forma inequívoca esta orientação patriótica, fixando princípios e linhas de orientação muito claros em matéria de política externa, visando a defesa da independência nacional e uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos do mundo.

Em sentido inverso se tem orientado a política de sucessivos governos ao longo dos últimos onze anos.

A política de recuperação capitalista e latifundista, por sua própria natureza antinacional, tem sido acompanhada no plano externo da crescente submissão de Portugal ao imperialismo e do alinhamento servil com a sua estratégia agressiva. Interessar directamente o imperialismo, os seus Estados, os seus capitalistas, as suas multinacionais e transnacionais na liquidação das conquistas democráticas, tem sido uma orientação de sucessivos governos.

A crescente submissão de Portugal ao imperialismo manifesta-se no plano económico, no plano cultural, no plano militar, no plano político e diplomático.

No **plano económico** verifica-se uma ruínosa sujeição dos interesses nacionais aos interesses dos EUA e dos países mais poderosos da CEE com a abdicação do direito de Portugal aproveitar e desenvolver os seus próprios recursos em benefício do povo português.

Bancos estrangeiros e multinacionais reforçam e alargam as suas posições nos sectores-chave da economia nacional; o comércio externo, marcado por relações de troca desiguais, concentra-se cada vez mais num reduzido número de países capitalistas desenvolvidos; a dívida externa torna-se um garrote insuportável para a economia portuguesa; a integração na CEE tende a tornar Portugal num país cada vez mais dependente, subalterno e periférico no quadro da divisão internacional capitalista do trabalho, e a transformá-lo numa simples fonte de matérias-primas e de mão-de-obra barata.

No **plano cultural**, contrariando um interesse (nacional e internacional) crescente pela cultura portuguesa, sacrifica-se a sua promoção, a identidade e os valores nacionais a uma ofensiva de verdadeira «colonização» cultural do nosso país. A penetração económica e a tomada pelo capital estrangeiro de importantes posições na nossa economia são acompanhadas da penetração e influência crescente, e em muitos domínios avassaladora, do imperialismo no domínio ideológico e cultural. O mercado português é inundado de subprodutos culturais do imperialismo, designadamente norte-americano e a RTP e outros órgãos de comunicação tornam-se veículos permanentes da ideologia obscurantista e militarista do imperialismo,

numa agressão violenta e insultuosa aos sentimentos e à inteligência do povo português.

No **plano político e diplomático**, a submissão ao imperialismo manifesta-se: na sujeição da política externa portuguesa aos interesses e exigências do imperialismo norte-americano; na submissão de Portugal aos mecanismos supranacionais do imperialismo; no abandono duma posição própria em relação a grandes questões da vida internacional e no apoio sistemático e servil às posições dos EUA e dos governos mais reaccionários da NATO; no apoio e colaboração com as actividades subversivas do imperialismo e actos de agressão contra outros povos; na participação activa nas campanhas anti-soviéticas de intoxicação da opinião pública e de agravamento da tensão internacional.

No **plano militar** é patente o abandono de uma política de defesa verdadeiramente nacional e a adopção da própria defesa dos EUA e da NATO como o ponto básico da doutrina oficial de defesa do país, o que se traduz na intolerável ingerência estrangeira nas FFAA portuguesas, no alargamento das facilidades de natureza militar aos EUA e a países da NATO, na efectiva alienação da soberania sobre parcelas do território nacional, no crescente envolvimento de Portugal na estratégia de guerra e agressão do imperialismo, em perigos seriíssimos para a segurança de Portugal e dos portugueses.

As Forças Armadas portuguesas são diminuídas na sua capacidade de defesa autónoma do território, no espaço aéreo e das águas territoriais do país, e cada vez mais reduzidas à condição de simples apêndice da NATO cujo objectivo consiste essencialmente na utilização do território nacional (o chamado «triângulo estratégico») na sua estratégia militar.

A **integração na CEE** confirma-se em cada dia que passa como um acto profundamente contrário aos interesses de Portugal de desastrosas consequências para a economia e profundamente lesivo da independência nacional. É o que resulta designadamente: do substancial agravamento do défice externo com a CEE; da substituição da produção nacional pela estrangeira; da penetração do capital estrangeiro em áreas e sectores chave da economia; do afunilamento das relações económicas externas; das imposições de carácter supranacional.

As consequências negativas da adesão à CEE, como instrumento de centralização e concentração do capital, eram inevitáveis. Mas tornaram-se ainda mais gravosas pelos termos dos acordos negociados e pela política de abdicação e abandono nacional do Governo PSD. A integração na CEE acarretaria sempre graves limitações à soberania e independência nacional pelas normas de supranacionalidade que o «Acto Único» torna ainda mais acentuadas. Mas o governo do PSD vai ainda mais longe, defende o reforço da supranacionalidade das instituições comunitárias e pretexta obrigações, que nem o Tratado de Roma nem o «Acto Único» estipulam para, no plano interno, justificar o prosseguimento da ofensiva contra as conquistas democráticas da Revolução e, no plano externo, alinhar a sua posição com os sectores mais reaccionários do imperialismo.

## **Por uma política externa de independência nacional, paz, amizade e cooperação**

A defesa da independência e da soberania nacional é inseparável de uma política de intervenção activa em defesa da paz e pela amizade e cooperação com todos os povos do mundo. Só uma tal política é conforme os ideais libertadores do 25 de Abril.

Entretanto, em violação clara do espírito e da letra da Constituição da República, a política externa de sucessivos governos de direita tem sido a de uma sujeição cada vez mais servil e de um alinhamento cada vez mais sistemático com o imperialismo norte-americano e com os círculos mais reaccionários da NATO na sua política de corrida aos armamentos, de agudização da tensão internacional, de ingerências e agressões contra povos e países soberanos, de revanche social e hegemonia mundial.

O governo demitido do PSD prosseguiu e agravou em todos os seus aspectos esta política, estreitando ainda mais os laços de dependência e sujeição ao estrangeiro, tornando Portugal numa plataforma de conspirações e agressões a outros povos, rebaixando a política externa e a diplomacia portuguesa à condição de simples apêndice do imperialismo. A forma como se processou a visita de Cavaco Silva aos EUA é bem um símbolo de falta de dignidade nacional que caracteriza a política externa do governo demitido.

Expressão particularmente grave desta política tem sido a **tenaz oposição a uma mudança da situação internacional no sentido do desarmamento e do desanuviamento**.

Uma tal mudança seria obviamente favorável à luta dos trabalhadores e do povo português por uma viragem democrática na vida nacional e dificultaria o conluio da reacção interna com o imperialismo contra as conquistas democráticas da revolução portuguesa.

Em resultado do amplo e poderoso movimento popular pela paz que se desenvolveu à escala mundial e das importantes propostas e iniciativas de desarmamento da URSS e dos países socialistas, surgiram nos últimos tempos sobretudo após a Cimeira de Reikjavik, importantes sinais de mudança no clima internacional. A questão premente da limitação, redução e ulterior liquidação das armas nucleares foi colocada na ordem do dia. Cresceu a luta pelo fim das experiências nucleares. Alargou-se o movimento de criação de zonas livres de armas nucleares. Surgiram reais perspectivas de concretizar importantes acordos de desarmamento, designadamente no respeitante à eliminação da Europa dos mísseis nucleares de médio alcance dos EUA e da URSS e demais armas nucleares.

Como tem actuado, neste contexto, o Governo PSD?

**Colocando-se abertamente ao lado do imperialismo norte-americano e dos governos reaccionários da França, Grã-Bretanha e RFA contra o desarmamento e o desanuviamento** (apoio aos EUA do seu projecto de «guerra das estrelas»; oposição à liquidação na Europa dos mísseis nucleares de médio alcance e defesa militante da teoria da «dissuasão nuclear»; apoio a novos planos armamentistas da NATO, à «Iniciativa de Defesa Europeia», à reactivação da União da Europa Ocidental; oposição à criação de zonas livres de armas nucleares; apoio ao alargamento da «zona de intervenção» da NATO, etc.).

**Acentuando a hostilidade e a sabotagem das relações com a URSS e os países socialistas orientando-se pelo mais reaccionário espírito de «guerra fria»** (provocações revanchistas de Cavaco Silva em Berlim Ocidental; proibição da Exposição da RDA sobre o 75.º Aniversário de Berlim; expulsão de elementos da representação comercial soviética em Lisboa; escandalosa intervenção contra a visita à Estónia da delegação da Assembleia da República que visitou a URSS; pressões para impedir a visita de delegações da Assembleia da República à República Democrática e Popular da Coreia e à Hungria; prático congelamento das relações económicas, culturais e outras com os países socialistas; campanhas contra Cuba e outros países socialistas).

**Colaborando estreitamente com o imperialismo norte-americano na sua política de subversão e agressão contra outros povos e de agravamento dos principais focos de tensão internacional** (apoio e envolvimento na criminosa

agressão militar dos EUA contra a Líbia e nas ameaças contra o Líbano; expulsão de diplomatas líbios; «pista portuguesa» do «Irangate»; fornecimento de armas aos «contras» da Nicarágua; apoio activo aos racistas sul-africanos, campanha contra a aplicação de sanções, visita de Botha à Madeira, recorde de trocas comerciais com a África do Sul, votações na ONU favoráveis ao regime de Pretória; cobertura e apoio às actividades da UNITA, da Renamo e de outros movimentos hostis aos governos dos estados africanos de expressão oficial portuguesa e campanhas de promoção política destas organizações fantoches; actividades da CIA e do pessoal da Embaixada dos EUA em Portugal).

**Dando facilidades militares cada vez mais gravosas aos EUA e à NATO** (alargamento de infra-estruturas nos Açores, em Porto Santo, no polígono de St.ª Margarida; disposição de agravar as facilidades na base de Beja à RFA e mesmo aos EUA; participação mais activa nas manobras militares da NATO; prosseguimento do plano de instalação em Almodôvar de uma estação de rastreio ligada à «guerra das estrelas»; facilidades acrescidas à Força de Intervenção Rápida norte-americana; não rejeição da transferência para Portugal de bases que os EUA sejam eventualmente obrigados a retirar de Espanha ou de outros países).

**Apoiando ditaduras fascistas e regimes reaccionários** como no caso da Coreia do Sul, da Turquia, do Zaire, de Marrocos e da Tailândia de que são clara expressão visitas oficiais e a assinatura de acordos.

Esta vergonhosa política expressa bem a natureza de classe do Governo do PSD, como governo ao serviço do grande capital associado ao imperialismo.

É uma política de abandono nacional, de alienação da soberania, sem qualquer dignidade e brio patriótico. Compromete gravemente a independência nacional, a soberania e a integridade territorial da nossa pátria. Põe em perigo a própria segurança de Portugal e a vida dos portugueses.

As forças que pretendem destruir as conquistas de Abril e reconstruir o domínio dos monopólios e dos latifúndios que a Revolução liquidou, não hesitam em sacrificar a independência de Portugal no altar dos seus interesses de classe.

Só um governo democrático, dispondo de apoio e confiança dos trabalhadores e das massas populares, identificado com os interesses de Portugal e dos portugueses, está em condições de defender a independência e a soberania de Portugal e contribuir para a causa da paz e do progresso social no mundo.

Para uma política verdadeiramente nacional e patriótica de paz, amizade e cooperação com todos os povos, o PCP propõe:

- **Diversificação das relações externas** na base da amizade e cooperação com todos os países e povos do mundo, respeito pelos princípios da igualdade, da soberania nacional e interesses mútuos e da não ingerência nas questões internas. Desenvolvimento do comércio externo, da cooperação económica e tecnológica, e do intercâmbio cultural com todos os países.

- **Consideração global das relações** (diplomáticas, económicas, comerciais, de cooperação científica e tecnológica, culturais, etc.) com outros estados e organizações internacionais à luz dos verdadeiros interesses nacionais, de desenvolvimento económico e modernização do aparelho produtivo, da defesa da independência, soberania e integridade territorial do país, da afirmação e promoção da cultura nacional, e dos valores históricos progressistas da nação portuguesa, da defesa da paz.

- **Intervenção firme para limitar e reduzir as consequências mais negativas da Integração na CEE**, salvaguardar ao máximo as possibilidades de desenvolvimento do país e defender a independência e soberania nacional contra imposições de ca-

rácter supranacional, exigindo a renegociação das cláusulas do acordo de adesão particularmente lesivas para o país.

- **Renegociação da Dívida Externa**, obtendo, entre outras condições, taxas de juro menos elevadas e prazos mais dilatados de pagamento no quadro de uma política de defesa dos interesses nacionais e em coordenação com outros países atingidos pelo mesmo problema.

- **Desenvolvimento das relações tradicionais**, designadamente com os países da **Europa Ocidental** e com os **EUA** exigindo que sejam observados os princípios básicos da igualdade, reciprocidade, vantagens mútuas, respeito pela soberania e não ingerência nas questões internas.

- **Desenvolvimento das relações de amizade e cooperação com Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe**, pondo urgentemente fim à utilização do território português como base para campanhas e actividades hostis a estes países e ao envolvimento de Portugal nas manobras subversivas e neocolonialistas do imperialismo em África.

- **Desenvolvimento das relações de amizade e cooperação com os países socialistas**, rectificando prontamente a política de hostilização e de boicote para com a URSS e outros países e aproveitando as imensas potencialidades hoje deliberadamente desprezadas.

- **Desenvolvimento das relações de amizade e cooperação com os países do chamado «Terceiro Mundo».**

- **Definição de uma doutrina militar própria** e execução de uma **política de defesa nacional** determinada por critérios portugueses específicos que dão prioridade à garantia da independência, soberania e integridade territorial de Portugal, estabelecendo o primado do interesse nacional sobre o sistema de alianças.

- **Recusa do agravamento dos encargos militares e financeiros com a NATO e do alargamento de bases estrangeiras no nosso país.**

Recusa da instalação de uma estação de rastreio em Almodôvar. **Negociações com a NATO** com o **reexame** das obrigações e compromissos portugueses, dentro da perspectiva do desanuviamento, da coexistência pacífica, da dissolução dos blocos militares e do desaparecimento de bases militares estrangeiras em território português.

**Revisão dos acordos bilaterais e dos compromissos militares com os EUA e outros países da NATO.**

- **Recusa da utilização das bases estrangeiras** existentes no país, para acções de hostilidade e operações de agressão a outros povos e países, bem como da passagem por Portugal da **Força de Intervenção Rápida** dos EUA.

- **Recusa da instalação, estacionamento ou trânsito de armas nucleares** em território português. Actuação em favor da transformação da Península Ibérica em Zona Livre de Armas Nucleares.

- **Posições solidárias** para com todos os povos vítimas do fascismo, do imperialismo, do colonialismo, do sionismo, do racismo e do «apartheid».

- **Actuação designadamente no âmbito da ONU**, visando assegurar ao povo de **Timor-Leste** o exercício do direito à autodeterminação e à independência. Cooperação com os patriotas timorenses com vista a este objectivo.

- **Intervenção activa em defesa da paz** e para conjurar o perigo da guerra, para impedir a militarização do cosmos, em favor do desarmamento, do desanuviamento, da coexistência pacífica.

Política favorável à libertação do mundo das armas nucleares, das armas químicas, e de outras armas de destruição massiva; a uma radical redução e ulterior eliminação das armas ofensivas estratégicas; à rápida conclusão de acordos visando o desmantelamento dos mísseis nucleares de médio alcance dos EUA e da URSS instalados na Europa e a libertação do Continente europeu de todas as armas nucleares; ao fim das experiências nucleares; à criação de zonas livres de

armas nucleares; à redução das forças e armas convencionais na Europa e no mundo; à eliminação dos principais focos de tensão internacional; ao fortalecimento da cooperação internacional.

Participação activa na ONU e noutras instâncias internacionais, designadamente no processo orientado para a implementação dos Acordos de Helsínquia sobre segurança e cooperação na Europa.

## CDU

# O voto que decide!

O êxito deste Programa depende em larga medida do resultado do próximo acto eleitoral.

Nas eleições de 19 de Julho o Partido Comunista Português (PCP), o Partido Ecologista «Os Verdes», a Intervenção Democrática (ID) e numerosos democratas independentes, apresentam-se unidos num projecto unitário e aberto de intervenção eleitoral — a **Coligação Democrática Unitária, CDU**.

A CDU dá continuidade aos valores da unidade, honestidade, trabalho e competência que fizeram o grande prestígio da APU e é, ao mesmo tempo uma força de renovação e abordagem criativa e criadora na procura de soluções para os problemas que afectam a sociedade portuguesa.

Nas eleições de 19 de Julho, a **CDU é a grande esperança**

**para uma viragem democrática na vida política nacional.**

Uma grande votação na CDU é, assim, uma condição determinante para pôr termo a 11 anos de política de direita e para afastar definitivamente o Governo do PSD.

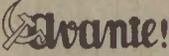
Uma grande votação na CDU é uma condição determinante para uma nova política que garanta a defesa das liberdades, da legalidade democrática e da Constituição, uma política de desenvolvimento e de progresso, uma política de bem-estar material e cultural para o nosso povo, uma política de defesa da independência nacional e activa contribuição para a causa da paz.

Uma grande votação na CDU é determinante para uma maioria democrática e um governo democrático.







Separata do  **Avante!** n.º 705  
de 2 de Julho de 1987

# Agenda

**Avante!**

Ano 57 - Série VII  
N.º 705

2 de Julho de 1987

3.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## Quinta 2

### CASTRO MARIM

Sessão de esclarecimento em Azinhal, às 21.30, com José Cruz.

### SILVES

Sessão de esclarecimento com Carlos Santos e Luís Catarino, às 21.30, no salão da Junta de Freguesia de Algoz.

### FARO

Porta-a-porta no Bairro de Alto Rodes, com Carlos Luís Figueira e Virgílio Nereu, às 18.30.

Porta-a-porta também em Lagos, às 18.30, com José Spinola e Luísa Veloso, e em Loulé, às 18.00. Distribuição de propaganda no Mercado às 10.00.

### COIMBRA

Almoço com estudantes universitários, numa República, promovido por JCP/Juventude CDU. Participa o almirante Rosa Coutinho.

Contacto com agricultores nas ordenhas

de S. João do Campo. Com Francisco Sarmiento, às 07.00.

Porta-a-porta em Cernache, às 19.00; às 19.30 na Póvoa/S. Martinho do Bispo com Vasco Paiva.

Contactos com trabalhadores da COLSI (13.00) e EDP/Relvinha (17.00).

### VILA REAL

Festa CDU na Av. Carvalho Araújo com a participação de Fernando Tordo e dos Mler Ite Dada. Comício com Alvaro Cunhal.

### RÉGUA

Jantar-convívio às 19.00 nas instalações do ex-Ciclo Preparatório. Participa Alvaro Cunhal.

### LOURES

Sessão de esclarecimento no Sport Grupo Sacavenense, às 21.30, com a participação do gen. Vasco Gonçalves.

Na Pontinha, Lg. S. João, às 21.30, Espaço Jovem CDU: encontro com jovens de colectividades. Participa o candidato Tomás Maia.

### FIGUEIRA DA FOZ

Jantar-convívio de profissionais da Saúde com a participação de Fernando Gomes.

### COVA DA PIEDADE

Almoço-convívio de reformados com a participação de Domingos Abrantes.

### LISBOA

Às 18.00, encontro dos jovens candidatos do Distrito de Lisboa com os seus apoiantes e com a comunicação social, para apresentação das propostas para o Distrito. Na Cooperativa/Restaurante «O Marinheiro», ao Miradouro de Santa Catarina.

Visitas a empresas: A estação de Cabo Ruivo da Carris, às 18.30, por Anselmo Aníbal; à Soponata, às 15.00, por Arménio Carlos; por Jerónimo de Sousa e António Louçã, com almoço, à estação de Miraflores da Carris (a partir das 09.30).

Entre as 12.00 e as 13.00, contacto com os trabalhadores da C. G. Depósito/R. Nova do Almada, com Octávio Teixeira.

Sessão de esclarecimento na Esc. Secundária D. Filipa de Lencastre, às 21.00, com Carlos Aboim Inglês e Anselmo Aníbal.

Em Olivais Sul, Lg. do Pão de Açúcar, às 21.00, intervenção de Aristides Teixeira, seguindo-se espectáculo com os Rádio Macau.

Em Benfica, junto à pastelaria Nilo, por iniciativa dos Jovens CDU, espectáculo com Carlos Mendes e intervenção de Rogério Moreira, candidato.

Às 17.00, minicomício dos jovens CDU no Rossio.

### CARCAVELOS

Caravana Jovem CDU na Feira, com distribuição de propaganda e minicomício. A partir das 09.00.

### ALANDROAL

Em Aldeia da Venda, sessão de esclarecimento com António Gervásio.

### MORA

Na Casa do Povo, sessão para reformados às 16.30.

No Largo da EPAC, sessão de esclarecimento às 21.00.

### ÉVORA

Às 21.00, sessão com os candidatos Maria Santos, Lino de Carvalho e Jorge Araújo.

### MONTEMOR-O-NOVO

Às 21.00, sessão de esclarecimento com Celino Silva, candidato, na Casa do Povo de Lavre.

O mesmo candidato visita, em Montemor, o Abrigo dos Velhos Trabalhadores, às 15.00, e tem um encontro com os trabalhadores da Câmara Municipal.

### CABEÇÃO

Sessão de esclarecimento com Custódio Gingão.

### PORTEL

Em Oriola, na Sociedade Oriolense, sessão de esclarecimento às 20.30 com Vidigal Amaro.

### BEJA

Acções de esclarecimento em Alburnoa, Trindade, Santa Mar-

garida, S. Pedro Solís, Santo Amador, Relva Grande, Marmelar, Aldeia dos Elvas.

### VEISE

Minicomícios em Nelas, junto à C.P.F.E., às 12.30, com os candidatos Carlos Fraião e Orclano Pereira, e junto à Empresa Têxtil de Vouzela, às 18.00, com Carlos Fraião.

### GUIMARÃES

Sessão-festa em S. Torcato, na Casa do Povo, às 21.30.

Sessão de esclarecimento em Cabanela/Vila Verde, na escola de Cruto.

Sessão de esclarecimento na escola primária de V. N. Sande. Projectão de vídeo na urbanização do P.I.G.

Porta-a-porta em Azurém.

### BRAGA

Distribuição de propaganda e outras acções de esclarecimento eleitoral em várias localidades do distrito: na feira de Vouzela, nas obras da construção civil da cidade e nas empresas

da indústria química de Guimarães, no Parque Industrial de S. João da Ponte, nas fábricas Crump, Roderstein e Carafil em Famalicão.

### GOUVEIA

Juventude CDU em acções de propaganda no mercado municipal. A partir das 10.00.

### AVEIRO

Acções de propaganda e minicomícios junto de empresas: na cidade de Aveiro na Paula Dias e na Cereport, na Estação da CP, no mercado de Cacia.

Na Mealhada: Águas do Cruzeiro, Câmara Municipal; empresas cerâmicas de Anadia.

Oliveira de Azevedo: no Centro Vidreiro.

Ovar: na Rabor, às 12.00, com Vidal Pinto.

### VILA NOVA DE GAIA

Acções de esclarecimento junto dos trabalhadores das empresas Salvador Caetano às 07.00 com o candidato Manuel Almeida, e Coats & Clark às 06.30. Cotesi às 12.30, Brax às 18.00, com a participação de Ilda Figueiredo.

### MAIA

Acções de esclarecimento junto das empresas Mantex e Maconde, às 12.00.

### SANTARÉM

Acções de esclarecimento da juventude às 9 horas.

### CARTAXO

Acções de esclarecimento pelos jovens CDU às 15.00.

## Sexta 3

### VILA NOVA DE GAIA

Encontro com os trabalhadores da UTIC, às 12.00 com António Mota.

### OLIVEIRA DO DOURO/GAIA

Festa popular, no Largo da Lavadeira, com a presença de Carlos Costa e de Alberto Andrade.

### MAIA

Encontro, às 12.00, com os trabalhadores das empresas Finex e Foncar, com Manuel Freitas.

### BAGUIM/GONDOMAR

Sessão, às 21.30, na Escola Primária Nova, com Manuel Almeida.

### MATOSINHOS

Encontro, às 12.00, com trabalhadores de Conservas de Matosinhos, com Olívia Ferreira. Às 15.00, visita ao Bairro dos Pescadores.

### VILA REAL

Sessão, às 22.00 com projecção de filme.

### BARREIRO

Durante todo o dia, distribuição de propaganda nos mercados,



## Projeções de vídeo em ecrã gigante

### No centro do País

Dia 2 — Caldas da Rainha  
Dia 3 — Torres Novas  
Dia 4 — Tomar  
Dia 5 — Entroncamento  
Dia 6 — Castelo Branco  
Dia 7 — Fundão  
Dia 8 — Covilhã

### No sul do País

Dia 2 — Aljustrel (Jardim Público)  
Dia 3 — Vila Real de Santo António  
Dia 4 — Faro  
Dia 5 — Olhão  
Dia 6 — Monte Gordo  
Dia 7 — Ferragudo  
Dia 8 — Armação de Pêra

visita à Quimigal e almoço; visita à Equimetal, com Domingos Abrantes.

### SETÚBAL

Sessão, às 21.00 na Sede Distrital da CDU, sobre «Questões do trabalho em geral e trabalho infantil em especial», com Domingos Abrantes.

### MEM MONIZ

Distribuição de propaganda, às 12.00 na fábrica Faceal, com Carlos Brito e Marcolino Jorge.

### OLHOS DE ÁGUA

Contactos com a população, às 15.00, com Carlos Brito e Marcolino Jorge.

### PADERNE

Sessão, às 21.30, na Casa do Povo, com João Guerra e Vivaldo Pereira.

### CASTRO MARIM

Comício, às 21.30, no mercado da Altura, com José Cruz.

### FARO

Banca, às 17.00, na rua de Santo António com Carlos Luís e Virgílio Nereu.

### ESTOI

Sessão, às 21.30, na Casa do Povo, com Carlos Luís e Virgílio Nereu.

### LAGOS

Comício, às 21.30, no Largo da Câmara, com Carlos Brito, Luís Catarino, José Spinola e Filipe Ramires.

### QUARTEIRA

Porta-a-porta, a partir das 18.00 com João Guerra e Vivaldo Pereira.

### PORTIMÃO

Sessão, às 21.30, na Sociedade de Monte de Alvor, com Fernando Amaro.

### ARMAÇÃO DE PÊRA

Contactos com a população a partir das 17.00 com Carlos Brito e Marcolino Jorge. Às 21.00, sessão na Escola Primária, com Carlos Santos.

### ALDEIA NOVA

Porta-a-porta, às 18.00 com José Cruz.

### VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Video gigante no centro da vila.

### AVEIRO

Distribuição de documentos e minicomícios nas empresas: Renault e Casal, às 12.00; Portucel, Cacia; 12.00 e 18.00, em empresas do concelho da Feira; 12.30, nas Caves Messias, Mea-

## Sábado 4

- 09.30 — Guimarães — encontro com a população da urbanização do PIG.
- 10.00 — Creixomil — encontro com a população (Senhora da Luz).
- 10.30 — Pevidém — encontro com a população, no Jardim da Feira.
- 11.15 — Gondar — encontro com a população, no Bairro da Emboladura.
- 11.45 — Serzedelo — encontro com a população, no lugar de Crasto.
- 12.00 — Riba D'Ave — almoço-convívio (restaurante Fugitivo).
- 14.00 — Calendário — encontro com a população no lugar de Castela/Famalicão.
- 15.00 — Barcelos — encontro com a população no lugar da Porta Nova.
- 15.50 — Darque — encontro com a população, junto à Junta de Freguesia.
- 16.00 — Viana do Castelo — comício, no Jardim Público.
- 17.15 — Esposende — encontro com a população, junto à Praça dos Táxis.
- 18.15 — Póvoa de Varzim — passagem (esplanada do Carvalho).
- 19.00 — Vila do Conde — passagem (junto ao Mercado).
- 20.00 — Porto — jantar com intelectuais e outros democratas, nos jardins da Faculdade de Arquitectura.
- 22.00 — Porto — comício na Praça da Liberdade (Festa CDU).

## Domingo 5

- 09.30 — Recarei — passagem (Largo da Costeira).
- 10.15 — Rebordosa — passagem (junto à Associação Recreativa)
- 11.00 — Freamunde — passagem (junto ao coreto da Praça 1.º de Maio)
- 12.00 — Felgueiras — passagem (jardim junto à Câmara).
- 13.00 — Amarante — piquenique no Parque Florestal.
- 14.15 — Livração — passagem (no Largo).
- 15.00 — Penafiel — Festa CDU no Jardim da Feira.
- 16.00 — Lousada — passagem (junto à Câmara).
- 16.45 — Vizela — passagem (junto ao coreto do Jardim H. Delgado).
- 17.45 — Santo Tirso — Festa CDU no Parque D. Maria II.
- 18.45 — Trofa — passagem (Parque Dr. Lima Carneiro).
- 19.45 — S. Pedro da Cova — jantar-convívio na Escola Preparatória (Regadas).



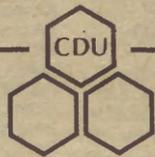
**Alvaro Cunhal**

## Quinta 2

- 10.00 — Coimbra — encontro com a Imprensa no Hotel Avenida.
- 12.35 — Canas de Senhorim — minicomício com os trabalhadores da Companhia Portuguesa de Foros Eléctricos, junto à empresa.
- 13.15 — Santar — almoço-convívio
- 16.30 — Viseu — visita ao Centro de Trabalho.
- 18.15 — Lamego — visita ao Centro de Trabalho.
- 19.00 — Régua — jantar-convívio, nas instalações do ex-Ciclo Preparatório.
- 21.30 — Vila Real — comício, na Av. Carvalho Araújo.

## Sexta 3

- 09.15 — Telões/Vila Pouca de Aguiar — encontro com trabalhadores da Tabopan, junto às instalações da fábrica.
- 09.30 — Parada de Aguiar — encontro com agricultores.
- 12.30 — Dornelas/Vila Grande — encontro e almoço-convívio com a população; encontro com jovens agricultores.
- 14.30 — Borralha (Bairro Mineiro) — encontro com a população mineira.
- 15.30 — Veira do Minho — encontro com a população na Praça Guilherme de Abreu.
- 16.50 — Póvoa de Lanhoso — encontro com a população, no largo António Ferreira Lopes.
- 17.30 — Fafe — encontro com a população, na Praça António Saldanha.
- 18.00 — Guimarães — encontro com a população, no Jardim Público.
- 19.30 — Taipas/Guimarães — jantar-convívio.
- 21.30 — Braga — comício-festa, na Avenida Central.



## A Comissão de Intelectuais de Apoio à CDU em Lisboa promove

• **Visita Guiada a Alfama sobre a sua História**, dia 4 às 10.30, orientada por Dagoberto Markl, Carlos Consiglière, José Pessoa e Batista-Bastos (ponto de encontro no Miradouro de St.ª Luzia)

• **Encontro de Amigos**, no dia 6 às 22 h, no Terraço do CT Vitória, com Lia Gama. Participação de Batista-Bastos

# Agenda

## ...e ainda

lhada; 11.00 e 16.00, em várias empresas de Oliveira de Aze-  
méis; 12.00, Lusotúfo,  
Ovar.

Porta-a-porta, a par-  
tir das 18.00 em: Ca-  
cia, Beduído, Póvoas,  
Arrotinha, Texugueira,  
Avanca, Pardilhó,  
Santo Amaro e  
Espinho.

**• AROUCA**  
Sessão, às 21.3 na  
Cinema, com Seica  
Neves. Às 21.30,  
sessão, na Escola do  
Bairro Piscatório, com  
Jorge Carvalho.

**• FEIRA**  
Sessão, às 21.00,  
na Junta de Freguesia,  
com Vidal Pinto.

**• S. MARTINHO  
DE GÂNDARA**  
Sessão, às 21.30,  
na Escola Primária de  
Vide.

**• BEJA**  
Sessões em: Corte  
Zorrinho, Moinhos de  
Vento, Santa Clara do  
Louredo, Figueira dos  
Cavaleiros, S. Sebastião  
dos Carros, Safara,  
Saboia, Santana da  
Serra, Vila de Frades,  
Aldeia Nova, Montes  
Velhos.

**• MOREIRA DE  
REV/FAFE**  
Sessão, na Escola  
Primária.

**• FORNELOS/  
/FAFE**  
Sessão, na Escola  
Primária.

**• FORJÃES/  
/ESPOSENDE**  
Sessão-festa, na  
Escola Rodrigues  
Faria.

**• ESPOSENDE**  
Projeção de vídeo,  
no Largo Rodrigues  
Sampaio.

**• CONDEIXA**  
Distribuição de propa-  
ganda, às 9.00, no  
mercado, com António  
Caniceiro e Fernando  
Gomes.

**• COIMBRA**  
Contacto com traba-  
lhadores da Cesol, às  
12.30 com Vítor Costa;  
13.30, com traba-  
lhadores da Auto-Indus-  
trial com Linhares de  
Castro; 17.30, banca  
de rua na Estação  
Nova, com Paula Car-  
doso; 18.00, contacto  
com trabalhadores da  
Triunfo, com Vasco  
Paiva. A partir das  
18.00, porta-a-porta  
no Bairro de Celas e  
em Verride.

**• RIBEIRA DE  
FRADES**  
Sessão, às 21.30  
sobre «CEE e a Agri-  
cultura», com Vasco  
Paiva e Avelãs Nunes.

**• ARRAIOLOS**  
Sessão, às 21.00,  
no salão dos Bombeiros,  
com João Paulo e  
Miquelina Condego.

**• IGREJINHA/  
/ARRAIOS**  
Sessão sobre o Par-  
lamento Europeu

**• ESTREMOZ**  
Sessão sobre o Par-  
lamento Europeu.

**• S. MANÇOS/  
/ÉVORA**  
Sessão, às 21.00 na  
Casa do Povo, com  
Celino Silva.

**• ST.ª VITÓRIA  
DO AMEIXIAL**  
Sessão, na sala da  
Junta de Freguesia,  
com António Gervásio  
e António Luís  
Andrade.

**• REGUENGO/  
MONTEMOR-O-  
NOVO**  
Sessão, na sede da  
Comissão de Morado-  
res, com Jorge Araújo.

**• PORTALEGRE**  
Entrega de docu-  
mentos na empresa  
Robinson.

**• AFEITEIRA/  
/VENDAS NOVAS**  
Sessão, no Grupo  
Desportivo, com Joa-  
quim António.

**• CAMPOS  
DA RAINHA/  
/VENDAS NOVAS**  
Sessão, na Comis-  
são de Moradores,  
com Custódio Gingão.

**• MONFORTE**  
Sessão, às 21.00.

**• FRONTEIRA**  
Apresentação de  
candidatos, às 21.00  
na Casa do Povo.

**• OUGUELA**  
Sessão, às 21.00.

**• PISÃO**  
Porta-a-porta, a par-  
tir das 18.00.

**• MONTE  
DA VELHA**  
Porta-a-porta, a par-  
tir das 19.00.

**• VEDOR**  
Sessão, às 21.00.

**• VALE MACEIRAS**  
Sessão, às 21.00.

**• ST.ª ANA AREIAS**  
Sessão, às 21.00.

**• St.º Aleixo**  
Sessão, às 21.00.

**• CANO**  
Plenário de Refor-  
mados, às 19.00.

**• CASA BRANCA**  
Plenário de Refor-  
mados, às 16.00.

**• SOUSEL**  
Plenário de Refor-  
mados e visita de can-  
didatos.

**• OLIVEIRA  
DE FRADES**  
Sessão-festa, às 21.  
00, no Cine-Teatro  
Dr. Morgado, com Jaime  
Gralheiro e o grupo  
«Trigal».

**• VILA MAIOR/  
/S. PEDRO  
DO SUL**  
Sessão, às 21.30,  
na Associação Cultural,  
com Manuel Martins  
da Costa.

**• TONDELINHA/  
/VISEU**  
Sessão, às 21.30,  
na Escola, com Antó-  
nio Macário Monteiro.

**• BARROSA/  
/CORUCHE**  
Sessão, às 21.00,  
no Centro Social, com  
Raimundo Cabral.

**• OEIRAS**  
O camarada Octá-  
vio Pato visita o con-  
celho: 11.00, minico-  
mício no mercado de  
Oeiras; 12.30, minico-  
mício, à porta da em-  
presa Fundação de  
Oeiras; 13.30, minico-  
mício, na zona indus-  
trial de Paço D'Arcos,  
junto à empresa Auto-  
sil; 14.00, almoço, no  
restaurante Calceteiro  
em Paço D'Arcos; 16.00,  
minicomico na Ribeira  
da Laje; 18.00, mini-  
comício, na Pedreira  
Italiana; 19.15, jantar  
no CT de Oeiras;  
21.30, comício na  
Colectividade Soc. Inst.  
Musical de Porto Salvo.

**• SINTRA**  
O camarada Dias  
Lourenço visita o con-  
celho: 12.30, minico-  
mício junto à Tabaqueira;  
15.30, contacto  
com os trabalhadores  
da Câmara, com os  
vereadores Lino Paulo  
e Loureiro; 18.00,  
minicomico, no Coreto  
de Pero Pinheiro;  
21.30, comício,  
no Coreto de Montelavar,  
com António Louça.

**• LISBOA**  
Plenário de Refor-  
mados, às 15.00, na  
UPPSS, com Maria do  
Carmo; 21.00, sessão,  
na Escola Primária da  
Quinta das Laranjei-

ras, com Rui Godinho;  
entre as 12.00 e as  
14.00, minicomico à  
porta da empresa In-  
dep, com João Amaral;  
às 21.00, sessão/debate na  
Escola Preparatória Fer-  
nando Pessoa dos Oli-  
vais, com Ângelo Ve-  
loso, Barros Moura e  
Aida Nogueira; às  
13.30, convívio com  
os trabalhadores da  
sede da EPAC, com  
Joaquim Miranda; en-  
tre as 12.00 e as  
13.00, contacto com  
os trabalhadores do  
BESCL, da Barata  
Salgueira, com Octá-  
vio Teixeira; 22.00, no  
Largo Olarias, noite de  
fado e intervenção de  
Batista-Bastos; 19.00,  
jantar no restaurante  
Lazutasca, de traba-  
lhadores da Seguran-  
ça Social, com João  
Amaral; 20.00, jantar,  
no «Adiense», Alfama,  
com Vasco Gonçalves.

**• BICESSE/  
/CASCAIS**  
Sessão, às 21.00,  
na colectividade Grupo  
Intervenção Musi-  
cal, com Jerónimo de  
Souza.

**• VENITEIRA**  
Sessão, às 21.00 no  
Bairro Janeiro, com  
Jorge Lemos e Inês  
Fontinha.

**• ALFRAGIDE**  
Sessão/debate, às  
21.00, na Escola Pri-  
mária, com Aboim In-  
glês e Dulce Rebelo.

**• ALDEIA GALEGA**  
Contactos com a  
população, com Car-  
los Pinhão.

**• MINA/  
/FALAGUEIRA**  
Sessão, às 21.00,  
na Escola Primária de  
S. Brás, com Helena  
Bastos.

**• ALGÉS**  
Sessão, às 21.30,  
na União Desportiva,  
com Joaquina Silvério.

**• SANTA IRIA  
DA AZÓIA**  
Sessão, às 21.30,  
na Sociedade 1.º de  
Agosto, com Rosa  
Coutinho.

**• SANTA IRIA/  
/PÓVOA**  
Sessão, às 21.30,  
no rinqe do Bairro  
Bolonha, com João  
Lázaro.

**• MUÇUSSA/  
/AZAMBUJA**  
Sessão, às 21.30,  
na colectividade, com  
Fernanda Mateus.

**• SUB-SERRA/  
/V.F. XIRA**  
Sessão, às 21.00,  
no Clube Recreativo,  
com Labaredas.

**• CAPARIDE/  
/CASCAIS**  
Sessão, às 21.00,  
na colectividade, com  
Rosa Brandão.

**• MANGUALDE**  
Sessão sobre o Par-  
lamento Europeu com  
o candidato Albano  
Lobo na Casa do  
Povo, às 21.30.

**• PONTE DE SOR**  
Comício às 21.00.

**• PORTALEGRE**  
Noutras localidades  
do distrito, sessões de  
esclarecimento: em  
Flor da Rosa (21.00),  
Seda (21.00), S. Brás  
(21.00), Gavião  
(21.00), Amieira  
Cova (21.00), Degracia  
(21.00), Feiteira  
(21.00), Pardo  
(17.00), Arneiro  
(21.00), Duque  
(21.00), Urra (21.00).

**• ALCOCHETE**  
Porta-a-porta com  
Domingos Abrantes,  
a partir das 10.00.

**• BRAGA**  
Sessões-festa,  
sempre às 21.30, em  
Caleirós/Braga, Ame-  
relim S. Paio/Braga,

**• MONTEMOR-  
O-NOVO**  
Festa CDU.

**• MOURÃO**  
Sessão de esclare-  
cimento, às 18.00, no  
Jardim Público, com  
Lino de Carvalho e Mi-  
quelina Condego.

**• S. BARTOLOMEU  
DO OUTEIRO**  
Sessão de esclare-  
cimento, às 18.00,  
com António Ger-  
vásio.

**• VENDAS NOVAS**  
Debate sobre o Par-  
lamento Europeu.  
Com Domingos Lope-  
s, Custódio Gingão e  
Vidigal Amaro. No  
Centro Cultural.

**• AVEIRO**  
Distribuição de propa-  
ganda e minicomicos  
em Aveiro, Gafanha  
da Nazaré, Ilhavo,  
Mealhada, Olivei-  
ra de Azeméis, Olivei-  
ra do Bairro, merca-  
dos de Anadia, Aveiro,  
S. João da Madeira e  
Ovar, feira de Arrifana,  
mercado do peixe de  
Aveiro.

Outras acções de  
propaganda em freguesias  
de Estarreja e Feira,  
em S. Salvador/Ilhavo,  
Luso/Mealhada, Ribeira-  
/Ovar.

Sessões de esclare-  
cimento na esc. primária  
de S. Salvador do  
Burgo/Arouca, e na  
Biblioteca Municipal  
de S. João da Madei-  
ra - essa sobre a CEE -  
sempre às 21.30.

Jantar-convívio em  
Trofa do Vouga/  
Águeda, no restauran-  
te Marneu.

Sessões-festa em  
Angeja/Albergaria -  
com o conjunto Impro-  
viso -, em Espinho -  
com Samuel -, na  
Pampilhosa, salão  
dos Bombeiros, com a  
participação do candi-  
dato Seica Neves e  
actuação de Samuel.

**• SETÚBAL**  
Convívio CDU na  
Quinta de S. Paulo:  
manhã desportiva,  
sardinhada, espectá-  
culo musical a partir  
das 15.30. Participa-  
ção e intervenção de  
Carlos Ramildes.

**• VISEU**  
Distribuição de docu-  
mentos porta-a-porta,  
com participação de  
candidatos, em S.  
Pedro do Sul (10.00),  
e Canas de Senhorim  
(18.00).

Festa com fados e a  
presença de um candi-  
dato em Canas de  
Santa Maria/Tondela,  
na escola, a partir das  
21.00; festa em Baiões/  
S. Pedro do Sul,  
também na escola, a  
partir das 21.30, com  
música típica.

**• LISBOA**  
Sessão sobre o Par-  
lamento Europeu com  
o candidato Albano  
Lobo na Casa do  
Povo, às 21.30.

**• LAGOS**  
A partir das 17 ho-  
ras, minicomicos em

Gandarela/Guimaraes,  
Antime/Fafe.

**• GUIMARÃES**  
Sessão de esclare-  
cimento em Lordelo,  
na escola primária.

**• FAMILICÃO**  
Sessão-festa com  
Carlos Alberto Moniz e  
projeção de vídeo, na  
Pç. Cupertino de  
Miranda.

**• CABECEIRAS  
DE BASTO**  
Festa CDU, na Pç.  
da República.

**• SANTARÉM**  
Contactos com as  
populações de: Coru-  
che, Santa Margarida,  
freguesias de Torres  
Novas, freguesias de  
Abrantes, Samora  
Correia, Salvaterra  
de Magos, Santarém,  
Cartaxo, Alcanena e  
Almeirim.

**• ÁRGEA  
(TORRES NOVAS)**  
Sessão às 21.00.

**• COURELINHAS  
(CORUCHE)**  
Sessão pública na  
escola às 20.00.

**• CARTAXO**  
Sessão pública para  
o Parlamento Europeu,  
na Casa do Povo,  
às 21.30.

**• ENTRONCAMENTO**  
Festa para a Juventude  
às 21.00 no Largo da  
Câmara com o grupo  
Pop Dell'Arte e com  
a participação dos  
candidatos da juven-  
tude.

**• COIMBRA**  
Pelas 9 horas da  
manhã a candidata  
Marly Antunes visita o  
mercado da Lousã e  
meia hora depois os  
candidatos Vasco Paiva  
e António Caniceiro  
estão na Feira da Bar-  
reira. Vítor Costa está  
na praia da Tocha às  
12.30; e Fernando Gome-  
s na Festa Póvoa do  
Pinheiro em Antu-  
zede, às 21.00; à  
mesma hora, o cama-  
rada Vasco Paiva in-  
tervém na Figueira da  
Foz, depois de um es-  
pectáculo com Janita  
Salomé.

**• VILA DO BISPO**  
As 18.00, em Sa-  
gres, sessão de es-  
clarecimento com J.  
Spinola. Às 21.30, no  
Clube da Salema  
sessão de esclareci-  
mento também com J.  
Spinola.

**• VILA REAL  
DE S.º ANTÓNIO**  
As 10.00, no merca-  
do, distribuição de  
propaganda com José  
Cruz.

**• SINES**  
Debate no Centro  
Urbano de St.º André,  
no Pica-Pau Amarelo,  
pelas 21.00, com Car-  
los Ramildes e Fran-  
cisco Pacheco, sobre  
a extinção do Gabinet-  
e da Área de Sines e  
o futuro do Centro Ur-  
bano de St.º André.

**• LISBOA**  
Em Aveiras de Bai-  
xo, a partir das 9.00,  
porta-a-porta e sessão  
às 21.30, com João  
Camilo.

**• LISBOA**  
Em Aveiras de Bai-  
xo, a partir das 9.00,  
porta-a-porta e sessão  
às 21.30, com João  
Camilo.

**• LISBOA**  
Em Aveiras de Bai-  
xo, a partir das 9.00,  
porta-a-porta e sessão  
às 21.30, com João  
Camilo.

**• LISBOA**  
Em Aveiras de Bai-  
xo, a partir das 9.00,  
porta-a-porta e sessão  
às 21.30, com João  
Camilo.

**• LISBOA**  
Em Aveiras de Bai-  
xo, a partir das 9.00,  
porta-a-porta e sessão  
às 21.30, com João  
Camilo.

**• LISBOA**  
Em Aveiras de Bai-  
xo, a partir das 9.00,  
porta-a-porta e sessão  
às 21.30, com João  
Camilo.

**• LISBOA**  
Em Aveiras de Bai-  
xo, a partir das 9.00,  
porta-a-porta e sessão  
às 21.30, com João  
Camilo.

**• LISBOA**  
Em Aveiras de Bai-  
xo, a partir das 9.00,  
porta-a-porta e sessão  
às 21.30, com João  
Camilo.

**• LISBOA**  
Em Aveiras de Bai-  
xo, a partir das 9.00,  
porta-a-porta e sessão  
às 21.30, com João  
Camilo.

Barão de S. João,  
Bensafrim e Odeaxe-  
re, com Luísa Veloso.

**• LOULÉ**  
As 9.00, em Loulé,  
no mercado, distribui-  
ção de propaganda  
com Carlos Luís e  
João Guerra. Às 15.00  
na Quarteira, porta-  
a-porta com Carlos  
Luís, João Guerra e  
Vivaldo Pereira. Às  
21.30, na esplanada  
da Quarteira, comício-  
festa com Carlos Luís  
João Guerra.

**• OLHÃO**  
Em Pechão, às  
15.00, porta-a-porta  
com Isabel Elias e Filipe  
Ramires.

**• PORTIMÃO**  
As 10.00 na praça e  
Rua do Comércio, dis-  
tribuição de propaga-  
nda com Luís Catarino.  
Às 21.30, na Praça M.  
Teixeira Gomes, co-  
mício-festa com Car-  
los Brito, da Comis-  
são Política do Comité  
Central do PCP, Luís  
Catarino da Associa-  
ção Intervenção Dem-  
ocrática e Maria  
Santos do Partido «Os  
Verdes».

**• SILVES**  
As 9.00, no merca-  
do, distribuição de  
propaganda com Car-  
los Brito e Carlos  
Santos. Às 21.30, na  
Casa do Povo da  
Amorosa, sessão de  
esclarecimento com  
Carlos Santos. A mes-  
ma hora, na Casa do  
Povo de Alcântarilha,  
sessão de esclareci-  
mento com Fernando  
Amaro.

**• TAVIRA**  
As 21.30, na espla-  
nada da Casa do Povo  
da Luz de Tavira,  
sessão de esclareci-  
mento com José Cruz.

**• VILA DO BISPO**  
As 18.00, em Sa-  
gres, sessão de es-  
clarecimento com J.  
Spinola. Às 21.30, no  
Clube da Salema  
sessão de esclareci-  
mento também com J.  
Spinola.

**• VILA REAL  
DE S.º ANTÓNIO**  
As 10.00, no merca-  
do, distribuição de  
propaganda com José  
Cruz.

**• LISBOA**  
Em Aveiras de Bai-  
xo, a partir das 9.00,  
porta-a-porta e sessão  
às 21.30, com João  
Camilo.

**• LISBOA**  
Em Aveiras de Bai-  
xo, a partir das 9.00,  
porta-a-porta e sessão  
às 21.30, com João  
Camilo.

**• LISBOA**  
Em Aveiras de Bai-  
xo, a partir das 9.00,  
porta-a-porta e sessão  
às 21.30, com João  
Camilo.

**• LISBOA**  
Em Aveiras de Bai-  
xo, a partir das 9.00,  
porta-a-porta e sessão  
às 21.30, com João  
Camilo.

**• LISBOA**  
Em Aveiras de Bai-  
xo, a partir das 9.00,  
porta-a-porta e sessão  
às 21.30, com João  
Camilo.

**• LISBOA**  
Em Aveiras de Bai-  
xo, a partir das 9.00,  
porta-a-porta e sessão  
às 21.30, com João  
Camilo.

**• LISBOA**  
Em Aveiras de Bai-  
xo, a partir das 9.00,  
porta-a-porta e sessão  
às 21.30, com João  
Camilo.

**• LISBOA**  
Em Aveiras de Bai-  
xo, a partir das 9.00,  
porta-a-porta e sessão  
às 21.30, com João  
Camilo.

**• LISBOA**  
Em Aveiras de Bai-  
xo, a partir das 9.00,  
porta-a-porta e sessão  
às 21.30, com João  
Camilo.

**• LISBOA**  
Em Aveiras de Bai-  
xo, a partir das 9.00,  
porta-a-porta e sessão  
às 21.30, com João  
Camilo.

**• LISBOA**  
Em Aveiras de Bai-  
xo, a partir das 9.00,  
porta-a-porta e sessão  
às 21.30, com João  
Camilo.

**• LISBOA**  
Em Aveiras de Bai-  
xo, a partir das 9.00,  
porta-a-porta e sessão  
às 21.30, com João  
Camilo.

**• LISBOA**  
Em Aveiras de Bai-  
xo, a partir das 9.00,  
porta-a-porta e sessão  
às 21.30, com João  
Camilo.

**• LISBOA**  
Em Aveiras de Bai-  
xo, a partir das 9.00,  
porta-a-porta e sessão  
às 21.30, com João  
Camilo.

**• LISBOA**  
Em Aveiras de Bai-  
xo, a partir das 9.00,  
porta-a-porta e sessão  
às 21.30, com João  
Camilo.

## Tempos de Antena

### RTP 1

Quinta-feira, 2  
a seguir à Telenovela  
**Assembleia da República**  
Sexta-feira, 3  
Domingo, 5  
a seguir ao Telejornal  
**Parlamento Europeu**

## Antena 1 e Rádio Comercial

**Parlamento Europeu**  
Sexta-feira, 3 às 17.00  
Domingo, 5 às 17.30  
Segunda-feira, 6 às 22.15  
Quarta-feira, 8 às 17.30

**Para a Emigração**  
(onda curta)  
**Assembleia da República**  
Sexta, 16.30 (Médio Oriente)  
**Parlamento Europeu**  
Domingo, 11.15 (Europa)  
Terça, 11.15 (Europa)

## Rádio Renascença

Sexta-feira, 3 às 21.00 RFM e 23.00 RR1  
Domingo, 5 às 21.30 RFM e 23.30 RR1  
Segunda-feira, 6 às 3.45 RFM e 4.45 RR1  
Quarta-feira, 8 às 21.30 RFM e 23.30 RR1

## Antena 1 e Rádio Comercial

**Assembleia da República**  
Quinta-feira, 2 às 18.00  
Sábado, 4 às 18.45  
Segunda-feira, 6 às 22.30  
Quarta-feira, 8 às 18.15

## Rádio Renascença

Quinta-feira, 2 às 22.00 RR1 e 20.00 RFM  
Sábado, 4 às 22.45 RR1 e 20.45 RFM  
Segunda-feira, 6 às 04.00 RR1 e 03.00 RFM  
Quarta-feira, 8 às 22.15 RR1 e 20.15 RFM

«Os Columbófilos»,  
sardinhada, ranchos e  
comício com Jorge Le-  
mos e Herculano  
Pombo.

# ...e ainda Agenda

nas de aldeias do Douro, do candidato Joaquim Vassal com assalariados agrícolas.

**FIGUEIRA DA FOZ**  
Encontro com a juventude e espectáculo com Janita Salomé.

**MARINHA GRANDE**  
Na Praia da Vieira, Baile da Juventude com o conjunto Arte e Manha e a presença do jovem candidato Albino Marques.

**PENICHE**  
Baile da Juventude com a participação do jovem candidato Albino Marques.

## Domingo

**VILA REAL**  
Acções de esclarecimento em Bragado (15.00), Sabroso de Aguiar (18.30), Bornes de Aguiar (21.30).

**ALENQUER**  
Sessão-festa, no rinque da Abrigada, às 21.00, com a participação do candidato António Filipe. Espectáculo com os Rádio Macau.

**VALONGO**  
A partir das 14.00, visita de candidatos aos bairros de Erme-sinde.

**ALJEZUR**  
Distribuição de propaganda e acções de esclarecimento com José Spínola.

**CASTRO MARIM**  
Acções de esclarecimento às 10.00 no Mercado do Azinhal.

**FARO**  
Acções de esclarecimento nas zonas rurais do concelho pelos candidatos Carlos Luís Figueira e Virgílio Nereu.

**LAGOS**  
Porta-a-porta no Bairro de Abroeta e minicómio, às 17.00, em Espiche.

**Loulé**  
Porta-a-porta em Almansil às 15.00.

**OLHÃO**  
Almoço-convívio com Carlos Brito e Isabel Elias. Com os mesmos candidatos, acções de esclarecimento no mercado de Moncarapacho a partir das 09.30.

**PORTIMÃO**  
Acções de esclarecimento nas praias com Luís Catarino. Às 21.30, sessão de esclarecimento na esc. primário de Chão das Donas.

**SILVES**  
Sessão de esclarecimento em S. Marcos, na Soc. Recreativa, às 17.00, com Carlos Santos e Luís Catarino.  
Porta-a-porta em S. Marcos da Serra, às 09.10, e às 17.30 em Boliqueime.

**TAVIRA**  
Comício no Jardim Público, às 21.30, com a participação de Carlos Brito, Isabel Elias e José Cruz.

**VILA DO BISPO**  
Sessão de esclarecimento às 18.00 com José Spínola, na S.B.S. Miguel.

**VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO**  
Porta-a-porta em Cacela às 18.00 com Carlos Brito.

**SETÚBAL**  
Com partida às

10.00, passeio de barco às praias de Setúbal, com almoço a bordo. Com Domingos Abrantes.

**CALDAS DA RAINHA**  
Juventude CDU na mata do Parque das Merendas no tradicional «Mercado-Festa». Com música, artigos regionais, bancas.

**FIGUEIRA DA FOZ**  
Acções de esclarecimento nas praias do Sul do concelho.

**LAGARES DA BEIRA**  
Sessão de esclarecimento nos Bombeiros Voluntários às 21.00.

**COIMBRA**  
Acções de esclarecimento em várias localidades do distrito: Montemor-o-Velho, Soure, Penacova.

**ÉVORA**  
Porta-a-porta com candidatos em S. Manços, Vendinha, Aldeia da Granja, Monsaraz e Évora.  
Sessões de esclarecimento na Casa do Povo de Granja, 21.00, em Évora, no Centro de Convívio de Alqueva às 20.30.

**VIANA DO ALENTEJO**  
Festa CDU no Largo 25 de Abril de Aguiar. Com Domingos Lopes.

**REDONDO**  
Na Barragem da Viga, convívio piscatório da CDU.

**QUEIJAS**  
Almoço-convívio no Centro de Trabalho, a partir das 13.00, com

**SEVER DO VOUGA**  
Sessões de esclarecimento nas escolas primárias de Vala às 15.00 e de Dornelas às 17.00 com Vidal Pinto.

**ESPINHO**  
Sessão de esclarecimento com Vidal Pinto na escola da Ponte de Anta. Às 21.00.

**ESTARREJA**  
Festa do Futuro durante todo o dia. Actuações dos Pão de Ló e Pauliteiros de Avanca. Interv. do candidato Ferreira Mendes.

**AVEIRO**  
Acções de esclarecimento e propaganda em várias localidades do distrito: Valongo do Vouga, Aveiro, Espinho, Estarreja, Ílhavo, Ovar, S. João da Madeira, Feira, Mealhada, Vale de Cambra.

**MURTOSA**  
Cruzeiro na Ria com distribuição de documentos.

**PAREDE**  
Festa Popular CDU durante todo o dia no Parque Morais. Manhã infantil. Espectáculo pelo grupo «Jó-vem Guarda». Interv. de Anselmo Aníbal e Carlos Aboim Inglês.

**QUEIJAS**  
Almoço-convívio no Centro de Trabalho, a partir das 13.00, com

a participação de Abílio Martins.

**VIANA DO CASTELO**  
Passeio de barco pelo rio, com saída do porto de Viana às 09.00. Piquenique.

**PONTE DE SOR**  
Sessão de apresentação dos candidatos CDU, na Casa do Povo, às 18.00.

**GAVIÃO**  
Sessão de apresentação dos candidatos CDU, na Casa do Povo, às 21.00.

**FAMALICÃO**  
Sessões de esclarecimento em Delães, na escola primária, Joane, na escola primária, Lousado, também na escola.

**FAFE**  
Sessão de esclarecimento em Estorões na escola primária.

**BARCELOS**  
Sessão-festa em S. Martinho, no Bairro da Misericórdia. Às 21.30.

**BRAGA**  
Outras acções de esclarecimento no distrito: Ferrelros, Creixomil, Moreira de Cónegos, Serzedelo, Gondar e S. Cristovão (Guimarães).

**BEJA**  
Acções de esclarecimento em Santo Aleixo, Vale Beijinha, Troviscais.

**S. PEDRO DO SUL**  
Porta-a-porta com a participação de um candidato e os «Bombos de S. Martinho de Orgens». Às 10.00.  
Na Assoc. Cultural de Ervilhal do Sul, sessões de esclarecimento com o candidato Manuel Martins da Costa. Às 16.00.

**LAMEGO**  
No pátio da Casa do Povo de Cambres, festa CDU com o grupo de música popular «Trigal». Às 15.00.

**RESENDE**  
Sessão-festa com o grupo musical «Gud-Bai». Às 17.30.

**S. JOÃO DA PESQUEIRA**  
Sessão-festa com baile, na Pç. da República. Conjunto «Os Latinos». Intervenção de Carlos Fraião, 1.º candidato por Viseu. Às 17.00.

**CASTRO DAIRE**  
Sessão de esclarecimento nos Bombeiros Voluntários de Farenhas. Às 21.00.

**CASCAIS**  
Dias Lourenço em acções de esclarecimento no concelho: no Mercado de S. Domingos de Rana às 10.30; no mesmo local, minicómio às 11.00; almoço-convívio no Estoril às 13.00, no rinque da Galiza. Comício às 17.00 em Alcabi-deche.

**LISBOA**  
Na Casa da Juventude do Povo Velho, a partir das 21.00, convívio organizado pelos jovens CDU com a participação do candidato Rogério Moreira.  
Octávio Pato em bairros de Lisboa: às 10.30 encontro com a população do Bairro da Cascalheira, e às 11.30 com o da Boa Flora; almoço-convívio, às 13.00, no «Xico» da Ameixoeira. Às 13.00, em Monsanto, piquenique dos trabalhadores da CM de Lisboa com o gen. Vasco Gonçalves.

**LOURES**  
Octávio Pato em acções de esclarecimento no concelho: às 16.30, encontro com a população de Apelação; às 17.00, em Moscaide no comício da Festa do Futuro, em que também participa Rogério Moreira; sessão de esclarecimento em Camarate às 21.30.

**A-DOS CUNHADOS**  
Porta-a-porta e almoço com Lindim Ramos.

**ALENQUER**  
No rinque de patinagem da Junta de Freguesia de Abrigada convívio com a população durante a tarde; à noite, espectáculo para a juventude.

**AZAMBUJA**  
No Largo Vale do Rosário, às 17.00, sessão de escl. com Rogério de Brito.

**AMADORA**  
No CT da Damaia, às 13.00 e com a participação de Herberto Goulart, almoço dos apoiantes da CDU.

**MAFRA**  
Na sala da Casa do Povo de Azeira, sessão de escl. com Blasco Hugo Fernandes. Às 17.30.

**CORUCHE**  
Sessões de esclarecimento em Varejola, às 17.00, e em Escusa, à mesma hora — ambas nas escolas primárias.

**BENAVENTE**  
Sessão de esclarecimento às 18.00 no Centro Social de Porto Alto.

**PERNES**  
Sessão de esclarecimento na escola primária de Reguengo do Alviela às 20.00.

**CARTAXO**  
Piquenique de apoiantes da CDU em Valado do Ribatejo, junto ao Tejo.

**SANTARÉM**  
No distrito, outras acções de propaganda e esclarecimento em todos os concelhos e muitas das freguesias.

**COIMBRA**  
Debate: «Supranacionalidade e a CEE», com os candidatos Avelãs Nunes e Carlos Aboim Inglês, no Hotel Avenida, às 21.30.  
Acções de propaganda com os candidatos Marly Antunes, junto dos trabalhadores da Rifer, às 7.30; Linhares de Castro e Firmino Vitor na Feira de Cantanhede, às 9.00; na Feira de Vila Nova de Poiares, às 9.30; junto dos trabalhadores da Cimpor, às 12.00; junto dos trabalhadores da Carvalho e Sobrinho, às 13.00.

**SANTARÉM**  
Contacto com as populações das freguesias do Sardoal, Santarém (junto à estação da CP), do Cartaxo, Alcancena e Ferreira do Zêzere. Rádio Juvenil junto ao mercado, às 9.00, com a participação dos candidatos Sérgio Ribeiro, Álvaro Brasileiro, António Conde e Joaquim Emídio.

**SETÚBAL**  
Visita à RN e almoço com os trabalhadores, com a participação de Domingos Abrantes.

**BEJA**  
Acções de propaganda em Santa Vitória, Penedo Gordo, Odivelas, Santana de Cambas e Corte Vicente Anes.

**VILA REAL**  
Sessão de esclarecimento em Campo de Jales, às 22.00.

**ÉVORA**  
Sessões de esclarecimento em Montemor-o-Novo, na Soc. de S. Cristovão, às 21.00, com Lino de Carvalho e Custódio Gingão; em Reguengos de Monsaraz, no Centro de Convívio da Carrapatela, às 21.00, com Vidigal Amaro.  
Sessões para Reformados em Montemor-o-Novo, na Casa do Povo de Lavre, às 14.00; em Foros de Val-Figueira, às 17.00; em Cortiçadas do Lavre, às 10.00, todas com a participação de Lino de Carvalho e Custódio Gingão.

**LISBOA**  
Visita e comício nas Oficinas da RN em Bucelas, às 14.00, com Arménio Carlos; contacto com a população no mercado Mensal, em Avelras de Cima, às 15.00, com Rosa Brandão; debate com todos os partidos, em Vila Franca de Xira, às 21.00, com Lança; contacto com os trabalhadores da CML no refeitório dos Restaurador, das 12.00 às 13.00; contactos com a população na Feira de Odivelas, durante o dia e, à noite, debate/encontro no



**Dia 2 – Quinta-feira**  
Fernando Tordo e Mler lfe Dada, em Vila Real, na Avenida Carvalho Araújo, às 22.30 h.

**Dia 3 – Sexta-feira**  
Carlos Alberto Moniz, em Guimarães, no Jardim Público, às 18.00 h.

Carlos Alberto Moniz, em Braga, no Jardim Central, às 22.00 h.  
Doutores e Engenheiros e Pop Dell'Arte, em Setúbal, na Festa Amiga, no Largo do Mercado no Pinhal Novo, às 22.00 h.

Luís Basto, João Fernando e Jorge Lomba, em Lagos, no Largo da Câmara, às 21.30 h.

Jorge Palma, na Reboleira-Amadora, na Escola Roque Gameiro, às 21.00 h.

Peste & Sida, em Sintra, no Mercado de Fanares, às 21.00 h.  
Esmeralda Amoedo, na Mouraria em Lisboa, no Largo Olarias, às 21.00 h.

**Dia 4 – Sábado**  
Carlos Mendes, na Baixa do Porto, às 23.00 h.

Janita Salomé, na Figueira da Foz, esplanada do Turismo, às 21.00 h.

Jorge Palma, em Portimão, na Praça Teixeira Gomes, às 21.30 h.  
Nuno Gomes dos Santos, no Funchal, às 21 h.

Carlos Alberto Moniz, em Famalicão, na Praça Cupertino de Miranda, às 21.00 h.

ço com os trabalhadores, com a participação de Domingos Abrantes.

**BEJA**  
Acções de propaganda em Santa Vitória, Penedo Gordo, Odivelas, Santana de Cambas e Corte Vicente Anes.

**VILA REAL**  
Sessão de esclarecimento em Campo de Jales, às 22.00.

**ÉVORA**  
Sessões de esclarecimento em Montemor-o-Novo, na Soc. de S. Cristovão, às 21.00, com Lino de Carvalho e Custódio Gingão; em Reguengos de Monsaraz, no Centro de Convívio da Carrapatela, às 21.00, com Vidigal Amaro.  
Sessões para Reformados em Montemor-o-Novo, na Casa do Povo de Lavre, às 14.00; em Foros de Val-Figueira, às 17.00; em Cortiçadas do Lavre, às 10.00, todas com a participação de Lino de Carvalho e Custódio Gingão.

**VIANA DO CASTELO**  
Presença de candidatos em acções de propaganda na feira de Ponte de Lima e encontro com membros da Cooperativa Agrícola.

**BRAGA**  
Acções de propaganda na feira das Taipas, às 10.00; nas têxteis de Ronle e Moreira de Cónegos, (Guimarães) nas têxteis Oliveira Ferreira e Sampaio Ferreira (Famalicão), às 13.30; porta-a-porta nos bairros de St.ª Tecla e Duarte Pacheco (Braga) e em Fermentões e Silvarés (Guimarães), às 18.30.  
Sessões de esclarecimento em Lanhelas, Vila Verde, na Escola Primária; em Macoteiros (Guimarães), na Escola Primária e Sessão-festa em Silveira (Guimarães) na Escola Primária, todas às 21.30.

**PORTO**  
Caravana Velocípédica da CDU/Jovem, com partida às 9.30 da Praceta 25 de Abril de Vila Nova de Gaia e percorrendo várias freguesias do concelho de Gaia; Piquenique cerca das 12.00 na praia da Madalena e continuação da caravana por Valadares, Francelos e Vilar do Paraíso.

**LISBOA**  
Visita e comício nas Oficinas da RN em Bucelas, às 14.00, com Arménio Carlos; contacto com a população no mercado Mensal, em Avelras de Cima, às 15.00, com Rosa Brandão; debate com todos os partidos, em Vila Franca de Xira, às 21.00, com Lança; contacto com os trabalhadores da CML no refeitório dos Restaurador, das 12.00 às 13.00; contactos com a população na Feira de Odivelas, durante o dia e, à noite, debate/encontro no

**BEJA**  
Acções de esclarecimento em Beja, Trigaxos, S. Brissos, Alfundão, Santana de Cambas, Estrela, Malvado, Cavaleiro, Fataca, Jungeiros.

**SANTARÉM**  
Contacto com as populações de Praia do Ribatejo (Vila Nova da Barquinha), Torres Novas (mercado), freguesias de Maçã, Santarém (cidade) com a participação de candidatos.

**ANADIA**  
Distribuição de propaganda e encontros com a população nas Caves Império, às 12.00 e Caves Borlido, às 18.00.

**AVEIRO**  
Encontros com a população na zona industrial, às 12.00 e porta-a-porta no Eixo às 18.00.

**ESTARREJA**  
Distribuição de propaganda na estação da CP, às 9.00h.  
Sessão de esclarecimento na Escola Primária com Luís Dias, às 21.30.

Pop Dell'Arte, no Entroncamento, às 22.00 h, no Largo da Câmara Municipal.

Aguarela, em Leiria, no Largo 5 de Outubro, às 21.30 h.

Fernando Farinha, em Lisboa, nas escadinhas da Bica, às 21.30 h.  
Luís Basto, João Fernando e Jorge Lomba, em Quarteira, na Esplanada do Turismo, às 21.30 h.

Peste & Sida, no Jardim de Oeiras, às 21.00 h.

**Dia 5 – Domingo**  
Luís Basto, João Fernando e Jorge Lomba, no Jardim de Tavira, às 21.30 h.

Naná Sousa Dias, em Moscaide, no Jardim, às 21.00 h.

Rádio Macau, no rinque de patinagem da Abrigada (C. Norte), às 21.00 h.

Jovem Guarda, na Parede, no Parque Morais, às 21.30 h.

**Dia 6 – Segunda-feira**  
Mler lfe Dada, em Viana do Castelo, na Praça da República, às 21.30 h.

**Dia 8 – Quarta-feira**  
Delfins, em Cascais, no Jardim Visconde da Luz, às 21.00 h.  
Peste & Sida, em Beja, no Largo da Conceição, junto ao museu, às 21.30 h.

## Festas CDU

**Festas do Sol e do Mar na Costa da Caparica junto ao campo de futebol de «Os Pescadores», dias 3, 4 e 5 Música Popular Portuguesa e Fado com Esmeralda Amoedo e Grupo «31 de Boca». Exposições. Bons petiscos.**

**Intervenção política a cargo do camarada José Maia, membro do CC do PCP e candidato da CDU por Setúbal.**

**\* Festa Amiga no Pinhal Novo, (Largo do Mercado), dias 3, 4 e 5.**

**Espectáculos com Fernando Tordo, Pop Dell'Arte, Doutores e Engenheiros e o grupo Romanças.**

**Comício com o camarada Carlos Ramildes da Comissão Política do CC do PCP.**

**\* Festa da Fraternidade em Grândola, no recinto da Feira, dias 3, 4 e 5.**

**Cinema em vídeo gigante, teatro, colóquios, espectáculo com a Brigada Victor Jara.**

**Comício com o camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e Secretariado do CC do PCP.**

## Terça

**VILA REAL**  
Sessão em Padrela, às 22.00h.

**BRAGA**  
Distribuição de propaganda nas empresas da Rodovia, às 12.00; nas empres metalúrgicas de Guimarães, às 12.30; nas têxteis de Ronle e Moreira de Cónegos, (Guimarães) nas têxteis Oliveira Ferreira e Sampaio Ferreira (Famalicão), às 13.30; porta-a-porta nos bairros de St.ª Tecla e Duarte Pacheco (Braga) e em Fermentões e Silvarés (Guimarães), às 18.30.  
Sessões de esclarecimento em Lanhelas, Vila Verde, na Escola Primária; em Macoteiros (Guimarães), na Escola Primária e Sessão-festa em Silveira (Guimarães) na Escola Primária, todas às 21.30.

**PORTO**  
Caravana Velocípédica da CDU/Jovem, com partida às 9.30 da Praceta 25 de Abril de Vila Nova de Gaia e percorrendo várias freguesias do concelho de Gaia; Piquenique cerca das 12.00 na praia da Madalena e continuação da caravana por Valadares, Francelos e Vilar do Paraíso.

**LISBOA**  
Visita e comício nas Oficinas da RN em Bucelas, às 14.00, com Arménio Carlos; contacto com a população no mercado Mensal, em Avelras de Cima, às 15.00, com Rosa Brandão; debate com todos os partidos, em Vila Franca de Xira, às 21.00, com Lança; contacto com os trabalhadores da CML no refeitório dos Restaurador, das 12.00 às 13.00; contactos com a população na Feira de Odivelas, durante o dia e, à noite, debate/encontro no

**BEJA**  
Acções de esclarecimento em Beja, Trigaxos, S. Brissos, Alfundão, Santana de Cambas, Estrela, Malvado, Cavaleiro, Fataca, Jungeiros.

**SANTARÉM**  
Contacto com as populações de Praia do Ribatejo (Vila Nova da Barquinha), Torres Novas (mercado), freguesias de Maçã, Santarém (cidade) com a participação de candidatos.

**ANADIA**  
Distribuição de propaganda e encontros com a população nas Caves Império, às 12.00 e Caves Borlido, às 18.00.

**AVEIRO**  
Encontros com a população na zona industrial, às 12.00 e porta-a-porta no Eixo às 18.00.

**ESTARREJA**  
Distribuição de propaganda na estação da CP, às 9.00h.  
Sessão de esclarecimento na Escola Primária com Luís Dias, às 21.30.

# ...e ainda Agenda

com os trabalhadores de várias empresas, das 12.00 às 18.00.

## • OLIVEIRA DE AZEÍMIS

Distribuição de propaganda e encontro com trabalhadores da empresa Osvaldo Pinto, às 18.00.

## • OVAR

Distribuição de propaganda e encontro com trabalhadores da Totartex, às 12.00.

## • ESPINHO

Encontros com trabalhadores em várias empresas, às 12.00.

## • MEALHADA

Ações de propaganda em várias empresas, com o candidato Ferreira Mendes, às 11.00.

## • VILA FRANCA DE XIRA

Visita de Rosa Brandão, das 14.30 às 17.30, com ações de propaganda na R. do Comércio, Fábrica Nac. de Lás, visita ao Hospital e acção de propaganda no Largo da Estação.

Visita de Luísa Amorim, das 9.00 às 12.30, com ações de propaganda no mercado, Centro de Saúde, Refeitório de Soc. Industrial e Refeitório da C.M. de Vila Franca de Xira.

## • SACAVÉM E SANTA IRIA

Visitas e almoço na RN, a partir das 10.30.

## • CABO RUIVO

Visita e encontro com as ORTs da Petrogal-Refinaria de Cabo Riuvo, com Jerónimo de Sousa, das 10.00 às 13.00.

## • ALENQUER

Porta-a-porta e sessão em Vila Verde e Ventosa, com João Camilo, às 15.00.

## • LISBOA

Visita sessão na sede da Autocoop, das 15.00 às 18.00. Visita à Transtejo, às 8.30. Visita e encontro com os trabalhadores da CML no refeitório da Boavista, às 12.00. Das 12.00 às 13.00 encontro com os trabalhadores do Banco de Portugal, no refeitório.

## • LOURES

Ações de propaganda com a participação de Joaquina Silvêrio no mercado da Pontinha e na empresa Unalbor, durante a manhã; na Serra da Luz, à tarde; debate/encontro no espaço CDU, à noite.

## • QUELUZ

Sessões na zona industrial, com a participação de M. Carmo Tavares.

## • MOITA

Visita ao mercado da Baixa da Banheira, às 10.30; visita à Cooperativa de Consumo Banheirense, às 11.00; encontro com trabalhadores da Segurança Social e da Saúde e Idosos no Lar de Alhos Vedros; visita à Convex, às 12.30; visita ao Centro de Reformados da Moita, às 14.00; visita ao Centro de Reformados de Alhos Vedros, às 15.30; visita ao Centro de Reformados Norte da Baixa da Banheira, às 16.00; visita ao Centro de Reformados Sul da Baixa da Banheira, às 16.30; visita ao

Centro de Reformados do Vale da Amoreira/Bairro Fundo de Fomento na Baixa da Banheira, às 17.00; encontro com a comunicação social, na sede CDU no Vale da Amoreira, às 17.30.

## • FARO

Porta-a-porta nos bairros de S. Pedro e S. Sebastião, em Faro, às 17.30, com C. Luis e J. Ribeiro; sessão de esclarecimento na Soc. Recreativa do Carvoeiro, Lagoa, com L. Catarino; porta-a-porta no Chinicuto/Lagos, às 18.30, seguido de sessão de esclarecimento na Escola Primária, com F. Amaro; sessão de esclarecimento em Almansil/Loulé, na Sociedade, com C. Luis e J. Guerra; sessão de esclarecimento em Silves, na A. Recreativa da Pedreira, às 21.30, com C. Santos; porta-a-porta na Raposeira, Vila do Bispo, com J. Spinola.

## Quarta

## • VILA REAL

Visita de Ângelo Veloso ao distrito; durante a manhã, na Casa do Douro; almoço na Régua, com apoiantes da CDU; visita à Adega Cooperativa de Ailjão, durante a tarde; jantar em Chaves com apoiantes da CDU.

## • VISEU

Sessão de esclarecimento em Penalva do Castelo, às 21.30, com os candidatos Carlos Fraião e Alina de Sousa.

## • VIANA DO CASTELO

Presença dos candidatos na Feira de Ponte da Barca e encontro com membros da Cooperativa Agrícola e da Adega Cooperativa.

## • BRAGA

Ações de propaganda nas têxteis da cidade de Guimarães, às 13.30; na têxtil de Ruães e Cartões do Cávado/Braga, às 13.30; nas empresas de Calçado de Guimarães, e na EDP/Guilmarães, às 18.00; porta-a-porta na urbanização do Fajal/Braga, às 18.30 e, à mesma hora, em Cando, Mascoteiros e Polveira/Guilmarães; sessões de esclarecimento em Abaço/Guilmarães, na Escola Primária e em Carvões/Vila Verde, na Escola do Sobral, às 21.30.

## • PORTO

Ações de propaganda na Feira dos Carvalhos/Gaia, às 10.00, com a participação de Alberto Andrade; contacto com os trabalhadores da Facar/Matosinhos, às 12.00, com a participação de Manuel Almeida e às 15.00 com os trabalhadores da Sepsa.

## • AVEIRO

Distribuição de propaganda e encontros com a população na zona industrial de Aveiro, às 12.00; porta-a-porta na Freguesia de St.ª Joana, às 18.00; distribuição de propaganda e encontros em várias empresas de Espinho, às 18.00; diversas iniciativas de propaganda em Estarreja, às 11.00; sessão de es-

clarecimento na Escola Primária de Ferrel/Estarreja, às 21.30; ações de propaganda em várias empresas na Feira, das 12.00 às 18.00; distribuição de propaganda em Fapral e Sital/Ovar, às 18.00.

## • SANTARÉM

Contactos com a população do Entrocamento, Abrantes, Santarém, Cartaxo; sessão pública em Tomar, no salão dos Bombeiros, às 21.00, com a participação de Vasco Gonçalves.

## • PORTALEGRE

Apresentação dos candidatos em Elvas, na Praça da República, às 21.30.

## • LISBOA

Sessão de esclarecimento em Olival de Basto/Loures, às 21.30, com Rosa Coutinho; visita e encontro com o ORT da UTIC, às 10.00, com Jerónimo de Sousa; porta-a-porta e sessão no Peralto de Palhacana/Alenquer, às 18.00, com Vítor Louro; Sessão na Colectividade Patameira, em Sobral de M. Agraço; ações de propaganda e recolha de fundo na baixa de Lisboa, às 12.00 com Jorge Lemos; visita e contacto com os trabalhadores da RN de Queluz, às 14.00, com Demétrio Alves; visita e encontro com os trabalhadores do Metro, Lisboa, às 9.00; sessão de esclarecimento no LNEC, às 13.00, com Herculan Pombo e Fanha; contactos com os trabalhadores do BNU; com os trabalhadores da CML no Refeitório dos Machadinhos, às 12.00; visita a comerciantes em Aguaiça Cacém, às 9.00; ações de propaganda com Odete Filipe, a partir das 9.00, no mercado de V.F.Xira, Associação de Bem-Estar Infantil da Castanheira, empresas no Vale do Carregado; debate no Espaço CDU, em V.F.Xira, às 21.30, com Joaquina Silvêrio; sessão na Tofa/Oeiras, à hora do almoço, com Fernanda Mateus; ações de propaganda com Maria do Carmo no mercado de Sacavém, durante a manhã, às 12.30 na empresa Lever, à tarde em Camarate; debate/encontro no Espaço CDU, à noite.

## • FARO

Sessão de esclarecimento no Salão Ildefonso Martins, em Alcoutim, às 21.30, com Carlos Brito; sessão em Albufeira, no Imortal, às 21.30, com Luís Catarino e F. Amaro; distribuição de propaganda na CM de Faro, às 17.30; porta-a-porta em Almada/Lagos, às 18.30, seguido de sessão de esclarecimento, às 21.30, com J. Spinola e Luísa Veloso; distribuição de propaganda no mercado da Quarteira/Loulé, às 9.30, com Luís Catarino, J. Guerra e Vivaldo Pereira; contactos com os pescadores na Quarteira, às 15.00; sessões de esclarecimento nas fábricas de Vila Real de Santo António, a partir das 12.30, com Carlos Brito e J. Cruz.

## • BEJA

Ações de propaganda em Quintos, S. Matias, Alcázia Rulva, Póva de S. Miguel e Favela.

# Síntese semanal da IMPRENSA

## Avisos à navegação

A pouco e pouco, primeiro timidamente, agora abertamente, a direita começou a agitar o seu slogan preferido, «ou nós ou os comunistas», o que significa, em linguagem cavernícola, «ou nós ou o caos». Cavaco Silva mal consegue já disfarçar o seu nervosismo e inquietação. O arranque da campanha da CDU surpreendeu tudo e todos, e tal facto está patente em todos os textos dos analistas da direita. Cada vez mais claramente, desenha-se no horizonte a possibilidade real de uma derrota da direita. Atentos, os seus comentadores afadigam-se: mobilizam os argumentos mais primários e anticomunistas para a conclusão do voto no PSD, ao mesmo tempo que fazem avisos à navegação cavacal sobre algumas «precauções» a tomar não vá acontecer alguma desgraça no dia 19 de Julho. Entretanto, pelo lado dos partidos democráticos, o espectáculo é, infelizmente, em alguns sectores confrangedor. Em particular, o Partido Socialista mostra-se completamente impotente para reflectir sobre a sua história recente. De tal forma que Vítor Constâncio chega a alinhar no coro dos argumentos anticomunistas da direita mais reaccionária. Mau serviço presta à democracia portuguesa.

## «Nós ou o caos»

A última semana da campanha eleitoral — que amanhã se inicia em todo o País — será particularmente dramatizada por Cavaco Silva e pelo PSD. Os riscos que Portugal incorre se o PCP entrar de uma forma ou outra na área do Poder constituirão o eixo do discurso social-democrata. Nesse aspecto, Cavaco Silva e o PSD focarão essencialmente a atitude dos nossos parceiros da CEE perante um governo — de base PS ou PS/PRD — que tenha necessidade do apoio comunista na Assembleia da República. Em declarações esta semana ao *Semanário*, alto dirigente social-democrata dizia que «os nossos parceiros da CEE fechar-nos-ão nesse caso as portas que até hoje nos têm deixado abertas».

A entrada eventual dos comunistas na área do Poder será ainda catalogada pelos social-democratas como uma «catástrofe nacional» que, para além de travar «a melhoria constante das condições de vida do povo português», «o acesso ao capital pelo maior número de famílias portuguesas», dará azo «à maior fuga de capitais de sempre, bem superior à que se registou quando do 25 de Abril».

«Porque Portugal não pode parar, o principal «slogan» da campanha dos social-democratas, Cavaco Silva e o PSD vão, pois, colocar o eleitorado perante a seguinte opção: «ou nós e, consequentemente, a estabilidade, progresso e mais riqueza; ou outros que, com o apoio dos comunistas, mergulharão o País na crise política permanente, inviabilizarão o progresso, farão com que Portugal e os portugueses sejam cada vez mais pobres».

Por sua vez, o líder socialista, que hoje inicia no Porto uma maratona eleitoral que o levará a percorrer 13 distritos, parte com «espírito de vitória». Em declaração ao *Semanário*, Vítor Constâncio refuta as declarações de dirigentes do PSD e diz-nos: «Tal como já afirmei dezenas de vezes e por muito que tentem convencer os portu-

gueses do contrário, o PS que eu lidero não fará quaisquer negociações políticas para a formação de um governo com os comunistas.»

Para Constâncio, para quem o seu partido «é a única alternativa de esquerda à direita e a Cavaco Silva», o PS «continua a subir e, portanto, parto optimista para a campanha eleitoral. Tal como para o Congresso do PS, começo esta campanha no Porto com o mesmo espírito de vitória».

*Semanário* (27/6/87)

## As gastas teses de Constâncio

Estamos dispostos a flexibilizar a parte económica da Constituição desde que do outro lado se aceite aquilo que nós pretendemos em matéria de moção de censura construtiva e de lei eleitoral.

O que importa é a política e as escolhas do partido como tal. E essas falam por si. Eu entendo que a grande escolha que os portugueses têm que fazer nas próximas eleições é entre um governo da responsabilidade do PSD ou um governo da responsabilidade do PS. Não traço grandes cenários porque a tendência de voto dos portugueses está ainda em dinâmica.

Mas se há coisas que eu já excluí foram a coligação com o PSD e uma aliança ou sequer negociações políticas com o PCP. Isto é algo pacificamente aceite em todo o partido. Portanto, a sua pergunta não tem um fundamento objectivo.

Na própria notícia que o *Expresso* publicou sobre a matéria, julgo que foi o primeiro a dá-la, se referia, citando-me, que aquilo a que eu chamei acordo de regime só era possível depois da realização de eleições. Não houve alteração no meu pensamento sobre esta matéria.

O que eu disse é que havia a necessidade de um acordo de regime para a revisão constitucional, sobre matérias que têm a ver com a orientação do regime e não com a orientação do governo — porque aí nós divergimos

do PSD e essa divergência é definitiva. Essa mesma disposição mantenho-a inteiramente.

Falei sempre em acordo de regime para a revisão constitucional e para a introdução na Constituição do mecanismo da moção de censura construtiva. Quando ela existir na Constituição, a sua aplicação poderá conduzir à viabilização de governos minoritários mas nunca resultará do mero acordo entre dois partidos que se opõem. Terá de resultar de mecanismos institucionais que sejam introduzidos na Constituição.

(...)  
Vítor Constâncio em entrevista no *Expresso* (27/6/87)

## CDS espezinhado

«ma non tropo»  
Pode ser tentador querer, ao mesmo tempo, um CDS fraquíssimo — de 4% ou 5% —, mas no qual o doutor Adriano Moreira permaneça, colado ao poder, invocando meia dúzia de parlamentares, de cujo estado de espírito diário vai depender a sorte do Governo.

Quem assim pensa comete um erro fatal.

Erro fatal, porque a direita precisa de um PSD dominante, imparável, conquistador de espaço político em todos os azimutes, mas também não prescindir de um CDS minimamente assente.

Erro fatal porque um CDS espezinhado, esmagado, encurralado é como aquele animal que, de desespero, nada tendo a perder para além do que já perdeu, ataca para sobreviver.

Erro fatal, porque um acordo com o CDS minúsculo e entalado pode parecer seguro no imediato, mas rapidamente se converte em algo de imponderável, para pior do que os Reformadores em 1980.

Erro fatal, porque num CDS trucidado o doutor Adriano Moreira seria um chefe tolerado de um bando de náufragos que, à boa maneira individualista portuguesa, não se uniriam para viver, antes se dividiriam e reprimiriam reciprocamente.

Logo, para a direita é importante que o CDS não desça excessivamente, não tombe de modo abrupto nas funduras do desespero, não fique cercado, entalado, oprimido, angustiado pela sua falta de destino nacional.

É um facto que arrancou mal, em circunstâncias deficientes, com um PSD gigantesco a condicionar-lhe todos os passos.

O PSD caminha, a passo estugado, para uma vitória retumbante. O PSD pode facilmente ultrapassar os 40% e liderar uma maioria absoluta na Assembleia da República.

O PSD, ainda por cima, não precisa de atacar o CDS para que o eleitorado centrista lhe caia, redondo, nos braços.

O PSD, ademais, promete um acordo parlamentar pós-eleitoral, mas não garante um Governo de coligação.

Ou seja, por outras palavras, o CDS deu tudo ao PSD e não recebeu nada.

Deu uma fatia do eleitorado, porque não tinha outro remédio — ela já era PSD e muito em especial doutor Cavaco Silva.

Deu todos os bons «cavalos-de-batalha», porque não lhe restava outra solução — eles já eram do PSD e do doutor Cavaco Silva.

(...)  
Quando ainda faltam 3 semanas para o voto de 19 de Julho, consideramos desejável que o CDS fique o mais alto possível na sua votação.

Marcelo Rebelo de Sousa in *Semanário* (27/6/87)

# Damas

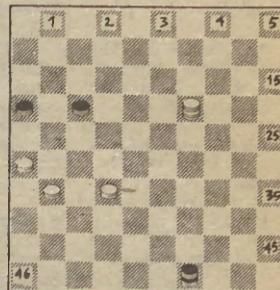
CVIII — 2 de Julho de 1987

PROPOSIÇÃO N.º 108

Por: I. Weiss, 1910

Pr.: [2p+d]: 16-17-(49)

Br.: [3p+1d]: (19)-26-31-32



Jogam as brancas e ganham

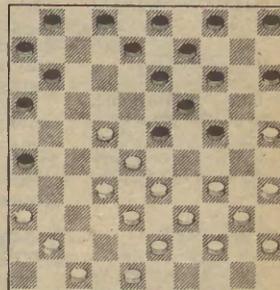
4.º Open de Issy-les-Moulineaux (Paris), 1986  
5.ª Ronda

Br.: Wassink (Holanda)

Pr.: Descrozzette (França)

Pr.: 1-2-3-4-5-6-8-9-11-13-14-15-16-19-23-24-26

Br.: [17]: 22-25-28-32-33-34-35-36-38-39-40-41-43-44-45-47-48



Jogam as pretas e fazem dama

SOLUÇÕES DO N.º CVIII

N.º 108 (IW): 32-27(49x21) 19-35 (21-7 31-27 (7x21) 35-49+  
Golpe N.º 108 (D): (24-29) 33x24 (19x30) 28x10 (5x14) 35x24 (14-20) 25x14 (9x29) 34x23 (13-18) 22x13 (8x46)+

A. M. M.

# Xadrez

CVIII — 2 de Julho de 1987

PROPOSIÇÃO N.º 108

Por: F. Abdurahmanovic

1.º Prémio

«Torneio Nacional», 1958

Pr.: Rex Solus; Rd5

Br.: [6]: Pç7-Cg3-Bh8-Tb3-Df8-Rg8



Mate em 2 lances

JOGO N.º 108

Torneio Zonal de Bath, 1987

Br.: Flear

Pr.: Condie

1. d4, d5; 2. ç4,d:ç4; 3. Cf3,Cf6; 4. Cç3,ç6; 5. é4,Bb4; 6. Bg5,h6; 7. B:f6,D:f6; 8. B:ç4,ç5; 9. é5,Dé7; 10. 0-0,ç:d4; 11. Cç4,0-0; 12. D:d4,Td8; 13. Dç3,Bd7; 14. Td1,Bç6; 15. Cf6+,Rh8; 16. T:d8+,D:d8; 17. Cç5,Dé7; 18. Dd3,g6; 19. B:é6,Bé8; 20. Dh3,Rg7; 21. C:é8+,D:é8; 22. C:f7h5; 23. Bb3,Cç6; 24. Dç3,Rf8; 25. Td1,Dé7; 26. Dh6+,Rç8; 27. D:g6 e Pr. abandonam.

SOLUÇÃO DO N.º 108

Chave: 1. Cç4! blocus!

1. ...., Rç4; 2. Df3++

1. ...., Rç6; 2. Df7++

1. ...., Rç6; 2. Dd6++

1. ...., Rç4; 2. Df7++

Nota: Verifiquem-se os 4 Ensaia a partir do TASK da Quadrupla Promoção: 1. ç7-ç8 = D, T, B, e C!

A. de M. M.